UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

SABERES TRADICIONAIS e EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENCONTROS E DESENCONTROS NO QUILOMBO DE MESQUITA- GOIÁS

Antonia da Silva Samir Ribeiro

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

ANTONIA DA SILVA SAMIR RIBEIRO

SABERES TRADICIONAIS e EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENCONTROS E DESENCONTROS NO QUILOMBO DE MESQUITA- GOIÁS

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação, área de concentração Ecologia Humana e Educação Ambiental

Orientadora: Drª Vera Margarida Lessa Catalão

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SABERES TRADICIONAIS e EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENCONTROS E DESENCONTROS NO QUILOMBO DE MESQUITA- GOIÁS

Antonia da Silva Samir Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, área de concentração ecologia humana e educação ambiental, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação:
Aprovada em 10 de Julho de 2014

Drª Vera Margarida Lessa Catalão - Orientadora

Universidade de Brasília –Faculdade de Educação

Drª Leila Chalub Martins –Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Drª Cecília Leite de Okliveira-IBICT

Dr José Vicente Freitas – Examinador Externo

Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS

Dr a). Teresa Cristina Siqueira Cerqueira

Universidade de Brasília –Faculdade de Educação

Prof(a). Dr(Erlando da Silva Rêses (membro suplente)

Universidade de Brasília –Faculdade de Educação

Ribeiro, Antonia Samir

Saberes Tradicionais E Educação Ambiental: Encontros E Desencontros No Quilombo De Mesquita- Goiás/ Antonia Samir Ribeiro. – 2014. 282 f

Orientador: Prof. Vera Catalão.

Tese de Doutorado - Universidade de Brasília Faculdade de Educação,2014Goiás (Capitania)

1.Educação Ambiental. 2. Quilombo Mesquita. 3.Saberes Tradicionais I Universidade de Brasília II Faculdade de Educação III Título

Dedico esse trabalho a minha mãe...

E a minha orientadora Vera Catalão, sem ela nada seria possível...

pois ela acreditou em mim mais do que eu mesma...

Agradeço a Deus...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Daqui Partimos 16

Caracterização geral do tema -.....17

Questões de Pesquisa 34

Objetivos 35

Objetivo Geral.....35

Objetivos Específicos.....35

Plano de Capítulos 35

Capítulo I.....38

1 A História de Goiás, do cerrado e dos negros desse lugar: Os caminhos da memória, da identidade e da etnicidade. 38

1.1 A Ocupação da Capitania De Goiás.....41

1.2 A Diáspora Rumo ao Planalto Central.....47

1.3 Histórico da Cidade Luziânia: Uma cidade de escravos 50

1.4 Historicidade Negra no Quilombo Mesquita: O Ato Fundante da Vida Local.....70

1.5 AS INFLUÊNCIAS DE BRASÍLIA SOBRE A COMUNIDADE DE MESQUITA 92

Capítulo II 108

2 A Educação Ambiental de Tbilisi = Uma Ecologia de Saberes.....108

2.1 A Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras 116

2.2 Educação Ambiental em um dialógo de Saberes e fazeres na Quilombo Mesquita.....120

Capítulo III 130

3 Metodologia 131

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....138

3.2 Meu campo da pesquisa.....146

Capítulo IV 149
4 O TEÓRICO DIALOGANDO COM O EMPÍRICO 149
4.1 JUSTIÇA AMBIENTAL – Direito a uma vida digna em um ambiente saudável 150
4.1.1 A JUSTIÇA AMBIENTAL NO QUILOMBO MESQUITA 152
4.2 Topofilia e Memória no Quilombo Mesquita 158
4.2.1 Memória 160
4.3 Territorialização 167
4.3.1 As Perdas Territoriais 173
4.3.2 O Reconhecimento da Territorialidade Quilombola 183
Capítulo V 192
5 Dialogo entre tradição e Modernidade 192
5.1 A (Re)invenção das Tradições no Locus da Pesquisa 194
5.2 Os Saberes Observados na Comunidade 196
5.2.1 Tradição Oral 199
5.2.2 O maior dos Saberes: A Marmelada do Quilombo Mesquita - uma forma de resistência 201
5.2.3 História Popular 217
5.2.4 Calendário Festivo 222
5.2.5 O terreiro de casa, lugar de saberes 228
5.2.5 Sistema de Saúde 235
5.2.6 Conhecimento do ciclo de vida 237
5.3 CONFLITOS NO QUILOMBO MESQUITA 241
5.3.1 O impacto das estradas 245
5.3.2 Extração ilegal de madeira e incêndios 247
5.3.3 Áreas de Lazer nos Ribeirões 248
5.3.4 Condomínios 249

5.3.5 Divergências quanto à titulação das terras como remanescente de quilombo 256
5.3.6- Uso Da Água 258
Capítulo VI 263
6 Concluindo – Aqui Chegamos 263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÀFICAS 269
ANEXOS 281
Anexo 1 281
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 281
Anexo II 282
ENTREVISTAS 282

Lista de Figuras

Figura 1 Placa indicativa do Quilombo Mesquita -Foto Antonia Samir - 2010 18

Figura 2 Localização da Comunidade do Quilombo Mesquita- Fonte SIEG - TM5 19

Figura 3 Casa Tradicional na Quilombo Mesquita- Foto Antonia Samir 22

Figura 4 Pressão sobre as Terras Quilombolas - Fonte Google Earth 23

Figura 5 Entrada de Condomínio em área quilombola-Foto Antonia Samir 23

Figura 6 Casarão Histórico no Quilombo Mesquita- Foto Antonia Samir 27

Figura 7 Casarão representativo da história do Quilombo Mesquita- Foto Antonia Samir 41

Figura 8 Os Arraiaes da Capitania de Goiás - Fonte: Goiás em Documentos: Colônia, Goiânia:UFG,1995,p.44 43

Figura 9 Mapa dos Julgados - Fonte Bertran(2000) 63

Figura 10 Uso da Terra Cidade Ocidental- 1989 89

Figura 11 Uso da Terra cidade ocidental - 2011 89

Figura 12 Mapa geral do Retângulo com localização dos limites das áreas indicadas pela Missão Cruls e pelo relatório Belcher-Fonte CODEPLAN 94

Figura 13 Campanha em Defesa da Posse de JK -1954 96

Figura 14 Caixa da Marmelada Santa Luzia 129

Figura 15 Festa do Marmelo-Momento de socialização-Foto Antonia Samir 136

Figura 16 Localização de Aterro de resíduos de saúde do DF (área Quilombola) 157

Figura 17 Vó Antonia - Quilombola falecida em 2012 164

Figura 18 Tina e Vó Antonia - Guardiãs de Saberes na Comunidade. Foto: Antonia Samir 166

Figura 19 Cozimento do Marmelo- Foto Antonia Samir 203

Figura 20 Marmeleiro- Foto Antonia Samir 206

Figura 21 Caixetas com Marmelada- Foto site Slow Food 207

Figura 22 Fotografias feitas por jovens quilombolas para a Revista Descolados INESC 220

Figura 23 Antiga Igrejinha Nossa Senhora D'Abadia-Foto Antonia Samir 223

Figura 24 Participante Quilombola da Folia de Reis-Foto Daiane Souza(Flickr-2012) 224

Figura 25 Cantoria em pouso de Folia - Foto Sandra Pereira 226

Figura 26 Sede da Associação -Fonte Facebook Quilombo Mesquita 227

Figura 27 Galinheiro em quintal quilombola-Foto Antonia Samir-2011 229

Figura 28 Horta em Mandala - Foto Antonia Samir -2012 233

Figura 29 Viveiro no Quilombo Mesquita - Fonte Rede Bartô-2013 235

Figura 30 Mastruz ou Erva de Santa Maria- Foto Flickr 2014 237

Figura 31 Fogão típico em casa quilombola-Foto Antonia Samir 2012 238

Figura 32 CEmitério da Família Pereira Braga- Foto Antonia Samir 2013 241

Figura 33 Estrada Vicinal dentro do Quilombo - Foto Internet 2012* 246

Figura 34 Cerrado Envolvente à Comunidade-Foto Antonia SAmir 2011 248

Figura 35 Placa colocado por Herdeiros do Quinhão 23 em Santa Maria/DF 252

Figura 36 Áreas dos Condomínios Dhama e Alphaville em áreas requeridas como Território Quilombola-Fonte Google Earth 2013 255
Figura 37 Página de Rede Social do Quilombo Mesquita denunciando a invasão do Galpão Comunitário-02 de Agosto de 2012(Fonte: Facebook) 258
Figura 38 áreas de Preservação Permanente desmatadas em propriedades não quilombolas dentro do Território étnico-Fonte: RTDI 2011 259
Figura 39 DEsvio do Córrego Mesquita feito por não quilombola, prejudicando os moradores a jusante-Fonte RTDI 2011 261
Figura 40 Poços Artesianos em propriedades não quilombolas dentro do Território étnico. Fonte RTDI-2011 262

Lista de Abreviaturas e Siglas

AREME - Associação dos Moradores e Amigos do Mesquita

CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUNATURA – Fundação Pró Natureza

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONU - Organização das Nações Unidas

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR-PR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SIEG - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Capítulo I
1 A História de Goiás, do cerrado e dos negros desse lugar: Os caminhos da memória, da identidade e da etnicidade.

Esse capítulo pretende reconstituir as origens históricas do Quilombo Mesquita e compreender de que maneira essa comunidade resistiu e existe até hoje, com seus traços culturais, sociais, econômicos e étnicos, ainda conservados frente à influência da construção de Brasília. Para efeitos de esclarecimento teórico metodológico, abordo a ocupação e a formação histórica da Capitania de Goiás, do Arraial de Santa Luzia e do processo de ocupação do território da comunidade tradicional do Quilombo Mesquita, recorrendo à memória dos idosos da comunidade em busca de fatos.

No Quilombo Mesquita até a segunda metade do século XX só abrigava os negros, estratégia para a manutenção da terra entre este grupo étnico (RTDI, 2011).9

Não podia entrar outra Nação, branco aí com os pretos, né?[...] Aqui era tudo preto. Depois é que foi entrando... Agora tá preto e branco (C.P.B-RTDI, 2011)).

Antigamente aqui só era negro reforçado. Não se via miudinho. Era negão forte, nega seiúda. Quando se via um branco era passageiro. (BAP para o Correio, 2009)

A principal fonte documental para o desenvolvimento desse capítulo são as informações contidas nos trabalhos: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, documento produzido pelo INCRA em 2011, uso também o livro História da Terra e do Homem no Planalto Central, escrito, por Paulo Bertran, historiador goiano em 2000, o trabalho Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava. 1719-1888, de Martiniano J. Silva (2008), o livro Economia e escravidão na capitania de Goiás, de Gilka V. F. de Salles (1992); e o trabalho Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás, de Maria L. Loiola (2009) além dos diversos estudos do Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos em especial

9 Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-2011-INCRA SR 28

Cartografia Da Diáspora África – Brasil, além de outras fontes documentais e bibliográficas disponíveis e também o registro da tradição oral dos moradores mais idosos, guardiões da memória local.

À medida que essa pesquisa acontecia, o tema ia "se anelando em espiral, se alargando e aprofundando" (Catalão, 2012),[10] assim, a reescrita da História de Goiás e da comunidade tradicional do Quilombo Mesquita demandou um trabalho de "bricolagem" de vários autores e trabalhos que foram fundamentais para entendermos como eventos do passado se relacionam com os processos observados no presente e como se deu o processo de ocupação do território tradicional e a formação social da região em estudo.

O elemento histórico permitiu considerar os fatos cronologicamente, apesar de terem sido analisados e problematizados a partir das relações interétnicas e da influência regional e nacional provocando mudanças sociais na comunidade do quilombo Mesquita. Deste modo, compreendendo o processo histórico das mudanças é possível estabelecer relação entre os acontecimentos e interpretar a situação territorial do povoado, e reconhecer se esses processos de mudança afetaram os saberes tradicionais e as possibilidades de transmissão desses conhecimentos às novas gerações na comunidade de Mesquita.

Para Halbwachs (2004), os eventos históricos tem que ser deixados de serem vistos como situados somente em uma linha do tempo para serem problematizados em função de um contexto mais amplo de rupturas, transformações sociais e mudanças culturais. Afirma o autor que a memória está ligada a processos históricos mais amplos, e a observação desses processos comprova que o momento histórico de início e término de cada ciclo está ligado à dinâmica territorial circundante e vinculado aos sistemas de objetos e ações próprios de cada época.

A respeito da necessidade de periodização para compreensão da constituição espacial, Santos e Silveira (2003, p.20) afirmaram que:

> *"(...) uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a*

[10] Catalão, Vera. Depoimento Pessoal- Aula UNB 2013.

princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e,certamente, as feições regionais".

Queiroz (2007, pag 30) analisa que o processo de transformação do espaço, ao longo do tempo, é o verdadeiro testemunho da história de uma localidade e de uma região. Assim pode-se afirmar que o processo de mudança no espaço não é particular, ou seja, não atinge somente a economia, mas igualmente a todos os aspectos sociais, culturais e ambientais. Diz ainda que as transformações do espaço geográfico e o tempo histórico são complementares, indissociáveis e ao mesmo tempo são contraditórios. São percebíveis através de visões diferentes, mas são "siameses" da mesma totalidade.

Figura 7 Casarão representativo da história do Quilombo Mesquita- Foto Antonia Samir

1.1 A Ocupação da Capitania De Goiás

Em meados do século XVII as pesquisas minerais rumo ao Eldorado imaginado por muitos começaram, com homens que marcharam em território de "índios bravios e animais selvagens, *que iam sem pressa,arranchando-se, procurando o melhor lugar da caça e da pescaria, entrando no mato atrás de mel-de-pau ou de outro mantimento* . São esses homens que ajudaram a abrir o caminho por terra até o sertão dos Goyazes, *"onde se iam formando sítios e lavouras que além de pouso, forneciam aos viandantes a*

sobra do que plantavam" Para Silva e Souza um desses pioneiros foi o bandeirante que também pode ter realizado esse mesmo itinerário, em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado pelo gentio de Anhangüera:

> *[...] que na linguagem do paiz quer dizer Diabo Velho pelo estratagema de accender aguardente em uma vasilha, com ameaça de abrazar todos os rios e todos os índios que se não lhe rendessem, seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser o descobridor d'esta capitania), e outros aggregados , chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicilio do pacifico gentio Goyá, que agora habitamos: e demorando-se algum tempo no meio das suas correrias, que comprehenderam grande parte d'estes sertões a plantar roça que melhorasse a sua sustentação, reconheceu a riqueza do logar vendo folhetas de ouro bruto pendentes ao collo das índias: e com esta certeza, confirmada de algumas indagações, regressou ao seu paiz natal, seguindo da numerosa presa que tinha feito, a utilizar-se do fructo dos seus trabalhos [...]*

A ocupação da Capitania de Goiás aconteceu em uma política de ocupação e urbanização adotada pela metrópole portuguesa, que começou em meados do século XVII, em consequência de dificuldades econômicas com a queda do preço do açúcar no mercado internacional e com a perca de algumas colônias no Oriente.

Boaventura cita que diante desse quadro, a metrópole incentivou exploração de áreas não conhecidas, que envolveram expansões territoriais além do meridiano de Tordesilhas, criando o Conselho Ultramarino, que era o órgão responsável pela elaboração e execução dos novos rumos, contratou também técnicos especializados para mapear regiões ignota, além de centralizar a economia e a administração das terras americanas e diminuir os poderes dos donatários, que foram sendo eliminados gradualmente até o período pombalino, que cancelou todas as capitanias particulares restantes e a proibiu a criação de outras, governadas por funcionários do Rei.

Essa política fica evidente no final do século XVII e início do XVIII, com a efetiva descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e com a firme intenção da Coroa de expandir seus domínios a oeste de Tordesilhas e o estabelecimento de algumas povoações e aldeamentos fizeram parte dessa nova política de exploração econômica, ocupação e legitimação territorial.

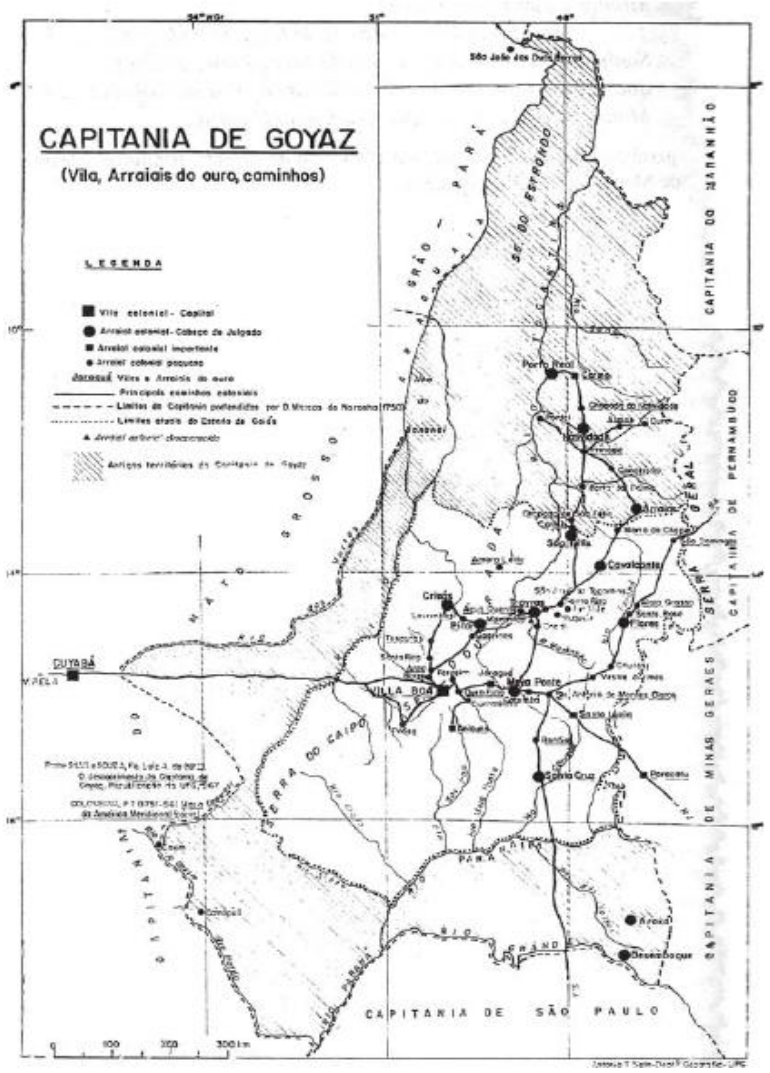


Figura 8 Os Arraiaes da Capitania de Goiás - Fonte: Goiás em Documentos: Colônia, Goiânia:UFG,1995,p.44

A autora (Boaventura,2007) prossegue relatando que durante o processo de busca pelo ouro nas "Minas dos Goyazes", ao final da primeira metade do século XVIII essas reorientações do governo português de que só os agentes políticos, iam se responsabilizar pelo processo de construção do território. Esse fato fez surgir uma vila, mais de cinqüenta arraiais e quatro aldeamentos erguidos às margens da estrada de São Paulo (Fig. 8), em um território que desde os primeiros momentos do século XVIII foi controlado por regimentos, levantamentos cartográficos, criação de caminhos, instituição da Prelazia, da Capitania, fundação da capital (Vila Boa), definição de procedimentos jurídico-administrativos, instalação de intendências, formação de aldeamentos, casas de fundição e postos alfandegários

Com o interesse da metropole portuguesa na expansao territorial Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, paulistas da Vila de Santana de Parnaíba,

em 1720 escreveram ao rei de Portugal oferecendo-se para serem esses agentes públicos na organização de uma bandeira ao sertão da capitania destinada ao descobrimento de minas, pedindo em troca o imposto das passagens dos rios que necessitassem de canoa, por três gerações, e outras vantagens que o rei costumava conceder nestes casos (Palacin, 1994).

A Coroa então aceita e logo de inicio Bartolomeu Bueno funda o primeiro arraial de Sant'Anna (hoje Cidade de Goiás), situado entre as margens do rio Vermelho. Em 1731, o companheiro de Bartolomeu Bueno, Manuel Rodrigues Tomás, descobriu as ricas jazidas da Serra dos Pireneus, e junto ao rio das Almas surge o arraial de Meia Ponte (hoje Pirenópolis) (Palacin, 2001).

Após quinze anos de mineração, abriram-se caminhos e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviavam correntes, desmatavam e limpavam regiões inteiras e exploravam os índios (Palacin, 1995).

O autor (Palacín, 2001) enfatiza que os Bandeirantes exploravam intensamente o território, logo que foi conhecida certa abundância do ouro. A década de 1730 e o início da de 1740 foram descobertas as minas e assim aconteceu a fundação dos seguintes povoados: o arraial de "Sant'Ana" (atual cidade de Goiás); junto à serra dos Pirineus, o arraial de "Meia Ponte" (atual Pirenópolis). ao norte as "minas dos Tocantins", entre o Tocantins e o sertão da Bahia: São Luís (hoje Natividade), São Felix, Pontal e Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. Depois, as últimas descobertas em meados dos anos de 1740, Carmo, **Santa Luzia** e Cocal.

O encontro de minas de ouro é um fato histórico que traz dinamismo e aumento populacional. Populações inteiras procuram a área, produzindo em pouco tempo, mudanças profundas em todos os aspectos do local:

> *[...] Suas fases são quase fatais: descobrimento, um período de expansão febril - caracterizado pela pressa e semi-anarquia - depois, um breve mas brilhante período de apogeu e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência, prolongada às vezes como uma lenta agonia. Tal é o ciclo do ouro (Palacín, 2001:13).*

O povoamento nas regiões auríferas no Brasil colônia, incluindo Goiás, se dava de forma repentina. O fluxo de senhores e escravos entre novos arraiais eram intensos:

A ocupação dessa região insere-se, desta maneira, no contexto expansionista e de consolidação de posses de terras, garantidas pelas formações de núcleos urbanos, cujas concepções ou modos de organização podem remontar às diversas e complexas formas de fazer cidades possibilitadas pelas ricas experiências da Expansão Ultramarina, não só no Brasil como também na África e na Ásia.

Mesmo com todas as iniciativas e propostas setecentistas que ajudaram a construção de Goiás, no século XIX a antiga Capitania se colocou como um apêndice em relação ao Brasil, pois,com o fim da mineração, não surgiu nenhum nexo econômico que a reabilitasse. Esse fato, alimentado desde a época dos viajantes oitocentistas europeus, e cuja natureza era mais econômica quepolítica, levou a historiografia tradicional a associar a região às idéias de marginalidade, isolamento,lugar distante do litoral, decadência e espontaneidade na formação dos arraiais, que comprometeram o entendimento da ocupação do território goiano do século XVIII, por desconsiderar, principalmente, a política de controle português que foi adotada em todo período colonial. Nars Fayad Chaul é um dos estudiosos que alerta de equívocos de interpretação histórica, formados ao longo do século XIX e meados do XX, marcaram oterritório de Goiás com traços da pobreza. Sob o paradigma da decadência, confundiu-se crescimento econômico com desenvolvimento social. O declínio do ciclo do ouro ficou estigmatizado,portanto, por uma visão que possui suas raízes na idéia de atraso e ue não leva em conta o processo português de ocupação e urbanização que alcançou a região.[11]

É, portanto, sob essa perspectiva que se pode entender a ocupação de Goiás e as sua formaçao urbana, pois elas são resultados de sínteses de diferentes modelos de cidades, reproduzidos ora por ações dos bandeirantes, ora por governadores como Luiz de Mascarenhas, José de Almeida e Cunha Menezes.Os bandeirantes foram os primeiros responsáveis pela maioria dos assentamentos goianos, as bandeiras partiam de São Paulo na expectativa de que os "sertões de Goyazes" representassem a continuidade das Minas Gerais e Cuiabá (Palacín,1994)

> *Cada ano vem nas frotas quantidades de Portugueses e estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que. os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares,*

[11] Em torno da imagem da decadência, vai girar todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana que transitou da mineração para a agropecuária. A partir da idéia de um pretenso desenvolvimento da sociedade mineradora, criou-se o posterior espectro de decadência que passa a rondar a sociedade após a mineração.(Chaul)

> *clérigos e religiosos de diveos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil nem convento nem casa (Antonil. 1963:72;* apud *Palacín, 2001).*

O antigo território goiano era formado por outras regiões, como a do Desemboque, antigo Sertão da Farinha Podre., estava a sudeste e era, no século XVIII, apenas um caminho cortado pela estrada do Anhangüera, que ligava São Paulo às áreas mineradoras de Goiás e Mato Grosso[12]. Além do Desemboque, outras regiões também fizeram parte da Capitania: aquelas que se localizavam próximas aos rios Aporé, Pardo, Araguaia e das Mortes, atualmente pertencentes aos territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e as terras que se situavam a noroeste e nordeste da Capitania,região conhecida como Bico do Papagaio. As do noroeste foram cedidas para o Pará, com litígios que duraram de 1804 a 1920, e as do nordeste, para o Maranhão, entre 1810 e 1838[13]. Dessa forma, estendendo-se de norte a sul por quase dois mil quilômetros quadrados de extensão e avizinhando-se de quase todas as outras regiões da colônia luso-brasileira, formou-se a antiga Capitania de Goiás

O governo de toda esta região era exercido pela capitania de São Paulo. Em 1748 foi criada a capitania Geral de Goiás, porém passou algum tempo com menor autonomia para só então se efetuar o seu real papel. Um dos últimos veios auríferos descobertos na capitania de Goiás foi o arraial de Santa Luzia, região em que surgiu o Quilombo de Mesquita. A história do Arraial foi escrita detalhadamente por Joseph de Mello Álvares um historiador nativo, nascido em 1837, que reuniu documentos de diferentes épocas e registrou acontecimentos conforme a tradição oral da região. Esta valiosa documentação e as notas de outros autores permitiu a contextualização de época referente às minas de Santa Luzia.(RTDI, 2011)[14]

O arraial de Santa Luzia foi fundado em 13 de dezembro de 1746 pelo bandeirante paulista Antonio Bueno de Azevedo, filho do capitão-mor Francisco Correia de Lima, também explorador de minas auríferas rumo ao Centro-Oeste. Estabelecido em Santo Antônio de Paracatu, em agosto de 1746 formou nestas minas uma grande bandeira de patrícios, amigos e escravos marchando em rumo ocidental, atravessou a serra de Lourenço Castanho, o rio São Marcos, o ribeirão Arrependidos fazendo alto à margem de outro rio que batizou de São Bartolomeu. Arranchou-se à margem de um riacho que denominou Riacho Frio no

[12] Atualmente, essa região pertence ao Estado de Minas Gerais e corresponde ao que chamamos de Triângulo Mineiro.

[13] Regiões incorporadas ao atual território goiano–tocantinense: uma que pertencia à Bahia e que hoje faz parte do estado do Tocantins; e outra que era de Minas Gerais e, tualmente, está incorporada ao território de Goiás. BARBOSA,Altair; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. p. 55

[14] Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - Brasília, junho de 2011(INCRA)

período entre setembro e dezembro deste mesmo ano, tomando-se por assaltos constantes dos indígenas da região. Partiu, então, rumo a sudoeste e fixou-se no local que correspondia à sua expectativa aurífera (Álvares, 1979).

Bueno resolveu-se a fundar uma fazenda de lavoura que, no presente lhe desse os meios de subsistência nos trabalhos de mineração que ia encetar e no futuro, prestasse recuos aos viajantes da estrada que o governador da capitania de Minas Gerais pretendia abrir para Goiás (Álvares, 1979: 12). Assim fundou-se Santa Luzia.

1.2 A Diáspora Rumo ao Planalto Central

Neste capítulo busco retratar e desenvolver a questão que me moveu no início da pesquisa buscando minha refêrencia ancestral: Quais grupos africanos compunham a escravaria de Goiás? De onde foram trazidos? Quais suas trajetórias atlânticas e continentais para chegar ao ”Sertão dos Guayazes”[15]?

Assim neste trabalho, para compreender e analisar à luz do pensamento abissal (linha de pensamento que uso nesta tese como elemento comum no diálogo entre os diferentes autores e autoras que recorro como referenciais teóricos) a história da região remota do Distrito Federal e os processos históricos da realidade invisibilizada da Comunidade do Quilombo Mesquita.

Para esse estudo é indispensável iniciar fazendo referência as várias expedições exploratórias que saíram de São Paulo de Piratininga em busca do ouro, e se dirigiram ao sertão mineiro, goiano e mato-grossense. Entre elas, as que chegaram em Goiás e foram chefiadas por Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, em 1676, e posteriormente pelo seu filho.

O trafico de africanos escravizados para o Brasil central formou a base econômica da mineração em Goiás, imersos no campo da apropriação/violência, o lado obscuro e invisibilizado da linha abissal,

[15] Os índios “goyazes”, “guayazes”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou“goiá” ter-se-iam misteriosamente extinguido, sem deixar o menor rasto,pouco tempo após a chegada do Anhangüera II, dizimados pelo violento embate com os sertanistas dessa primeira grande bandeira de ocupação e exploração ou miscigenados com esses paulistas bandeirantes. (O TOPÔNIMO “GOYAZ”)

estas populações "não existiam" Entre os séculos XIV e XIX migraram para o Brasil, como escravos, cerca de 4 milhões de africanos de várias etnias/nações (Anjos,2006).*Diáspora Africana – assume uma dimensão peculiar no contexto geopolítico brasileiro. Ela se refere à população africana – arrancada pelo sistema escravista, excluída de direitos, sacrificada violentamente e espoliada segundo as formas de assujeitamento criadas pelo modelo colonial, mas também, mais tarde, pelos recalques e negações contra o Brasil negro-descolonizado e o Brasil-mestiço.*

Águas (2011, apud Anjos) afirma que o silenciamento atravessou o oceano, os negros e negras que chegaram ao Brasil, mergulhados no território da não existência continuaram invisibilizados, e, mesmo em termos estatísticos, era difícil identificar quem e quantos eram.

A autora afirma ainda que assim como houve o esforço por apagar a história dos africanos no seu continente de origem, também no chamado "Novo Mundo" perdeu-se, em grande parte, o fio condutor capaz de levar à proveniência dos vários povos arrastados pela escravidão:

> *Constituem o território brasileiro seres humanos do tipo: minas, congos, angolas, anjicos, lundas, quetos, haussás, fulas, ijexás, jalofos, mandingas, anagôs, fons, pardas, entre muitos outros e outras, que deram origem aos afro-brasileiros, brasileiros de matriz africana ou população de ascendência africana. Estas denominações escondem a riqueza tipológica ainda não devidamente estudada, nem quantificada (Anjos e Cypriano, 2006: 37).*

Águas (2011) cita que os escravizados foram comercializadas como peças, e estiveram inteiramente à margem do contrato social, sem qualquer direito e submetidas às vontades dos seus "donos". Silva (1998) aborda as duas versões para explicar a procedência histórica do escravo negro para o Brasil Central, uma delas afirma que vieram “sob guarda ou fortemente vigiados e feitorizados”, ele explica também que o refluxo do número de escravos em algumas épocas aconteceu com a ocorrências das fugas, perseguições, individuais ou coletivas, resultando na união em torno de quilombos:

> *O escravo negro foi trazido à força para o Brasil Central. Já vinha da África desestruturado de sua tribo. A bem dizer, destribalizado. Partia, portanto, dos portos de*

> *São Paul, da Bahia, do Rio de Janeiro,deBelém,assim como de Minas Gerais,mutilado e violentado, "cristianizado" pela igreja) e às vezes até marcado a ferro e ainda sujeito a sofrer outras violências,especialmente físicas, durante as longas e temerárias viagens,forçado a acompanhar bandeiras;tanger tropas, a pé;fugir, sorrateiro para os matos ou enfrentar as perigosas (Silva, apud Moura, 1989)*

No caso do negro do Planalto goiano, os documentos históricos (Ximenes apud Lemke (2012) refere-se aos registros de chegadas entre 1759 e 1772 e afirma que foram emitidos 3.039 passaportes a comerciantes interessados em transportar escravos da cidade da Bahia para as diversas regiões dentro e fora da colônia. Esses passaportes registraram a transferência de 19.917 escravos que foram comboiados para fora de Salvador. Apesar das lacunas encontradas nestes registros, para os meses iniciais de 1759 e os finais de 1772, acredita-se que 88,5% desses cativos eram africanos novos originários das rotas do comércio atlântico de escravos.

As localidades que mais absorveram africanos novos foram as regiões voltadas para as atividades mineradoras, de criação de gado e produção agrícola. A capitania de Minas Gerais e de Goiás juntas absorveram mais de 70% de todo o contingente dos africanos recém desembarcados. Note-se que neste momento a exploração de metais e pedras preciosas já se encontrava em queda, pelo menos nas Minas Gerais. Entretanto, em plena atividade nas minas de Goiás e Mato Grosso. (Ximenes,2012)

As condições que o processo de escravidão impôs, fazia-se propositadamente de forma a desarticular ao máximo todos os indivíduos. Não só a violência física, mas as investidas para o esquecimento da língua pátria, da religião e demais aspectos culturais, faziam-se presentes na violência moral e psicológica como paliativos às rebeliões(Ximenes,2012)

O povoamento inicial do Brasil Central pelo escravo negro se deu através da principal rota de entrada de africanos em Goiás que foi o Caminho do Sertão. "O Brasil colonial se estruturou pelas cidades portuárias (Anjos, 2012).

Com o uso da guia de despacho dos escravos de João Francisco Salgado e também amparada pela solicitação de isenção da cobrança de imposto encontrada no arquivo do Museu Bandeirante a pesquisadora Maria Lemke Loiola, cruzou essas informações com os dados encontrados nos despachos de Salvador, e

concluiu que a Capitania de Goiás desempenhou papel relevante, enquanto mercado receptor dos africanos novos que desembarcavam em Salvador, na segunda metade do setecentos. Esse porto,segundo Loiola, exerceu papel importante na conexão de Goiás às rotas do tráfico atlântico de escravos.

A historiadora demonstra que, apesar da abertura do Caminho Novo (via Rio de Janeiro), confirma que o maior fluxo de escravos que chegava à região continuava a ser via Caminho doSertão, principal "trecho interno do comércio atlântico de almas". Para Loiola, melhores condições de viagem, seja pela maior segurança, seja pelo menor desgaste físico durante opercurso, tornaram essa rota mais atrativa e preferencial aos comboieiros para transportar as mercadorias e os escravos que abasteciam a Capitania de Goiás, ainda que a corrupção e asonegação estivessem presentes neste "trecho continental entre Goiás e África" formando"verdadeiros (des)caminhos do sertão".

1.3 Histórico da Cidade Luziânia: Uma cidade de escravos

> ***[...] Finalmente, após uma jornada longa e tediosa, avistei Santa Luzia de Goiás, o arraial a que me destinava.(Saint Hilare,1819)***

A formação populacional de Luziânia data de 1746, quando a Capitania de Goiás foi criada por alvará, atendendo a Metrópole que tinha grande interesse em abrir caminhos por terra para o interior criando um acesso de São Paulo a Minas Gerais e Mato Grosso passando por Goiás(Álvares 1979:15)., uma das últimas minas descobertas na capitania foi no arraial de Santa Luzia, região do Quilombo de Mesquita.

O historiador Joseph de Mello Álvares, nascido no Arraial em 1837, reuniu vários documentos de épocas e registrou eventos segundo a tradição oral da região. Segundo Álvares, a Vila de Santa Luzia foi fundada em 13 de dezembro de 1746 pelo bandeirante paulista Antonio Bueno de Azevedo, explorador de minas auríferas rumo ao Centro-Oeste. Estabelecido em Santo Antônio de Paracatu, em agosto de 1746 formou nestas minas uma grande bandeira de patrícios, amigos e escravos marchando em rumo ocidental, atravessou a serra de Lourenço Castanho, o rio São Marcos, o ribeirão Arrependidos fazendo alto à margem de outro rio que batizou de São Bartolomeu. Arranchou-se à margem de um riacho que denominou Riacho

Frio no período entre setembro e dezembro deste mesmo ano, tomando-se por assaltos constantes dos indígenas da região. Partiu, então, rumo a sudoeste e fixou-se no local que correspondia à sua expectativa aurífera (Álvares, 1979).

> *"Muito agradavelmente situada na vertente de um cômoro, sobre um vallão assás largo, Santa Luzia se estende parallelamente á margem direita de um regato chamado Corrego de Santa Luzia, que corre no fundo de um valle. No sentido da largura, essa povoação é dividida em duas partes desiguaes por um outro corrego, que, muito menos consideravel que o primeiro, aumenta-lhe o volume das aguas."* (Saint-Hilaire - maio de 1819)

Bueno achou o local adequado e resolveu fundar uma fazenda de lavoura que lhe desse os meios de subsistência nos trabalhos de mineração que ia dar início a e no futuro, desse recursos aos viajantes da estrada que o governador da capitania de Minas Gerais pretendia abrir para Goiás (Álvares, 1979: 12).

> *Antônio Bueno de Azevedo seguiu viagem rumo ao oeste, fixando seu arranchamento no local que denominou Arraial de Santa Luzia, em 13 de dezembro de 1746. Conta à tradição que tendo mandado levar um pouco de areia do riacho, tamanha quantidade de ouro encontrado que ele e seus companheiros não conseguiam acreditar no que viam. Mandou repetir a operação de lavagem e a bateia trouxe mais granitos e palhetas de ouro. Ajoelhando-se agradeceu a Deus e invocou Santa Luzia, dedicando a povoação que iria se formar sob os auspícios de seu nome (Pimentel,1994, p.20)*

Assim surgiu Santa Luzia e para dar suporte à mineração crescente no Arraial, milhares de africanos foram levados a Goiás diretamente dos portos de Santos, Salvador e Rio de Janeiro

O fato de o arraial de Santa Luzia passar a depender da agropecuária de subsistência é contrário ao que acontecia no período da mineração, quando a Coroa proibia qualquer atividade agropecuária na localidade, inclusive o plantio de determinados gêneros, como a cana-de-açúcar, visando à não diminuição do ouro coletado e a concorrência com a produção das minas. A agricultura, naquele período, era uma atividade de suporte em locais próximos às minas. Já a pecuária teve maior destaque e obteve um mercado maior, principalmente na comercialização com Minas Gerais e São Paulo. (Bertran,2000)

Como ocorreu em Pirenópolis, as pessoas que permaneceram em Luziânia procuraram diversificar e realizar atividades mais rentáveis possíveis. Um dos gêneros da agricultura que prosperou no território de Santa Luzia foi a cana permitindo assim a produção de açúcar. Com a elevação do preço do açúcar no mercado internacional no final do século XVIII, ele tornou-se um produto novamente atrativo para a colônia

brasileira. Nesse sentido, Luziânia teve uma vantagem relativa, em comparação aos arraiais do Norte, pois sua distância em relação aos grandes centros da colônia era menor. A produção de açúcar foi uma das principais atividades no início do século XIX, mas isso não favoreceu o desenvolvimento da localidade, já que a Capitania de Goiás não criou incentivos para o comércio com o Sudeste, mas sim com o Norte, e possui uma grande parcela de culpa.(Bertran,2000)

Mesmo tomada por longos períodos de seca, febres paludosas, constantes incêndios, fatores que propiciavam grandes taxas de mortalidade na região orientada pelo trabalho pesado da mineração, Santa Luzia era palco declinado ao entusiasmo de sua colonização (Alvares, 1979).

> *"Decorrido três anos, Santa Luzia já havia recebido migração estabelecida maciçamente em Portugal e também em outros pontos do Brasil, de forma que a cultura que ali se instaurava era arraigadamente lusitana e cristã". Álvares pesquisou registros históricos e afirmou ser o Arraial "um pequeno reduto português ilhado à grande distância de sua origem". Outros estudiosos também garantiram que Santa Luzia realmente sofreu uma influência portuguesa bem mais acentuada do que as outras localidades da província de Goiás (Pimentel, 1994:24).*

Diferente do destino de muitas minas, que eram exploradas e abandonadas, Santa Luzia recebeu famílias e um número considerável de mulheres e sua alta sociedade era composta de pessoas ilustres. Esses contingentes populacionais faziam-se acompanhar de suas esposas e filhas, numa prova cabal de que mantinham o ânimo de aqui permanecerem, e não apenas enriquecerem e voltarem às suas cidades de origens (Pimentel, 1994:24). Logo, em outubro de 1749, Santa Luzia foi elevada à categoria de Julgado, e no ano seguinte à Arraial.

Existem documentos da década de 1770, afirmando até depois da independência do Brasil, os distritos de São Bartolomeu, hoje Distrito Federal, e de Itiquira, hoje parte de Formosa, pertenciam e foram regidos pelo julgado de Santa Luzia. Daí, como pesquisadora, acredito ser possível afirmar que o Distrito Federal foi construído em Terras Quilombolas.

Joseph de Mello Álvares o historiador de Santa Luzia faz homenagens a inúmeros nomes, os sobrenomes povoam a região até hoje, como exemplo temos Mesquita, que teve grande importância para a comunidade que levou seu nome.

> *Segue: pessoas ilustres, entre as quais ocupavam distinto lugar as seguintes, cujos nomes declinamos, para que a geração presente e futuras bem conheçam os fundadores do município e rendam o devido preito e homenagem à memória deles: Antônio Bueno de Azevedo. Sargento-mor José Correia de Mesquita, português, [...] (1979:24).*

A região de Santa Luzia foi a mais rica em produção de ouro no território de Goiás e teve o auge de sua mineração entre os anos de 1747 a 1775 e as suas minas, conforme vestígios em suas lavras, ainda existentes em todo o município, eram em números expressivos, e com uma produção em alta escala. Além do contingente populacional que aqui aportou, com contribuição valiosa não só para o próprio local, mas para toda Província de Goiás (Pimentel, 1994:23).

> *Todo o entorno das atuais cidades de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto transformara-se numa imensa mina[...] Tão grande o afluxo de pessoas e a demanda por novas minerais que houve-se por bem, em 1757, dividir a guardamoria, sobrecarregada destes serviços de repartição, nos dois distritos do Palmital e do Arraial* (Bertran, 2000:111).

No ano de 1757, tão intenso era o trabalho de guarda - mor que o próprio capitao-general, D. Luiz Mascarenhas, decidiu dividir as minas de Santa Luzia em dois distritos, passando a nomear o segundo de Palmital, e designando como guarda - mor o capitão Manoel Ribeiro da Silva. No mesmo ano, o capitão José Pereira Lisboa teve conhecimento de que um caçador, ao abater um veado, encontrou palhetas de ouro no bucho do animal, numa região ao norte de Santa Luzia. Ele tratou, então de pesquisar melhor o local. Tanto ouro foi encontrado que o ribeirão passou a ser denominado Descoberto, e o lugar do arranchamento do capitão Lisboa recebeu o nome de Montes Claros.

A região do antigo arraial dos Montes Claros está hoje no território do município de Santo Antônio do Descoberto. Em abril de 1758, para explorar melhores as minas denominadas Cruzeiro, foi iniciada a construção do famoso rego Saia Velha, de 42 Km de Extensão, que se tornou legendário na memória do povo luziano. Cavado por milhares de escravos, sua construção durou dois anos ininterruptos e, por ocasião de sua inauguração, terminou acontecendo grande motim no arraial, que relato alguns paragrafos a frente.

Em 06 de dezembro de 1758, Santa Luzia foi elevado à categoria de freguesia colada (isto é, sede paróquia), sendo nomeado vigário o padre Domingos Ramos. Continuava a chegar gente de todas as partes, aumentando a população e produzindo a ocupação de todos os vales, rios, ribeirões e córregos.

A riqueza extraída do solo da região de Santa Luzia era, em grande parte, transferida para Portugal, através de pesados tributos e vigilância militar. Por outro lado, a parte que cabia aos exploradores era transferida para as cidades do litoral para pagamento de bens e serviços importados. Assim, pouco ficou em

Santa Luzia, para atestar sua grandeza como um dos centros mais importantes de produção de ouro em Goiás. Durante a época da mineração a notícia da descoberta de ouro em Santa Luzia ocasionou uma migração muito grande para a região, ocasião em que sua população chegou a 10.000 pessoas segundo metade do século XVII. Já perto de 1800, com o declínio da mineração, muitas famílias foram abandonando a arraial e se fixando na zona rural, passando a dedicar-se a lavoura e a criação de gado.

A população caiu, então, para a quarta parte da que existia no pico da mineração.Em 1763, o local denominado "Morro", às margens direita do ribeirão Palmital e esquerda do ribeirão Inferno (hoje chamado de ribeirão Santa Maria) também rico em ouro ampliava a extensão do distrito e o povoavam rapidamente. Em 1770 houve a lendária canalização do ribeirão Saia Velha para a exploração das minas do Cruzeiro. Em 1772 foram exploradas as minas no Cubango. Segundo Alvares, devido à sua extensão, em 1773 Santa Luzia foi dividida em duas guardamorias. Em 1774 houve a- descoberta das minas no Bonfim às margens do rio Vermelho.

A canalização do ribeirão Saia Velha para a exploração das minas do Cruzeiro, é um episódio simbólico e importante para este trabalho, pois o ribeirão Saia Velha corta a região em que se encontravam espalhados os antepassados do que viria a ser "Mesquita dos Crioulos", os negros mais velhos de Mesquita lembram-se de pedaços da história da canalização do Saia Velha vivida por seus antepassados e contada de geração em geração, assim resguardada pela tradição oral.

Em 1769, três senhores que tinham muitos escravos se associaram (Manoel Pereira Guimarães, Manoel Ribeiro da Silva e Ventura Álvares Pedrosa) para canalizar o ribeirão Saia Velha, assim o serviço terminou no dia 11 de setembro de1770. Um outro senhor de escravos, o major José Pereira Lisboa, quando ficou sabendo da sociedade dos outros para trazer as águas da Saia velha para as minas do Cruzeiro, duvidou e nas ruas do julgado afirmava em tom zombeteiro que essas águas iam vir era em cabaças, duvidando do trabalho de fazer o canal. Os sócios da empreitada rapidamente souberam das palavras de Lisboa, e os dois chefes locais, que ainda mantinham as aparências, romperam de vez.

No dia da inauguração do canal (11 de setembro) as águas do ribeirão Saia velha às minas do Cruzeiro, o capitão João Pereira Guimarães, um dos sócios estava de cama, mas os seus parentes e seguidores, juntaram milhares de cabaças e encheram o canal com elas, daí lá vieram as águas muito fortes,

as cabaças boiaram e fizeram um barulho enorme, batendo umas nas outras. O major José Pereira Lisboa que morava num sobrado na Rua do Rosário sai assustado, nessa hora os negros do Guimarães estavam dentro do canal, cantando insultos e quebrando as cabaças com porretes. Com o susto pelo barulho das águas, da canção dos negros escravos e as cacetadas nas cabaças, o major saiu prá rua com a arma em punho para repelir a agressão feita a ele, quando o juiz ordinário José Rodrigues Costa toma o partido do genro de Guimarães, nessa hora chegou os seguidores dele, seus escravos e os seus feitores e seu filho, indignado, Lisboa com a reprovação do juiz joga fora a arma de fogo,e com a espada atinge o juiz. Lisboa recebe voz de prisão, mas o povo fica do lado dele e passa a dar vivas a Lisboa e morras ao juiz. Lisboa, vendo tudo perdido, pediu ao povo para que aprovasse sua prisão, único meio que ele tinha, segundo a sua expressão de manifestar a sua inocência, e, depois de muito custo obtém o consentimento deles e desce para a cadeia debaixo das ovações de mais de mil pessoas (Alvares, 1979: 93-97).

Essa lembrança ancestral mostra continuidade histórica, já que a memória que se refere a escravidão no passado é sufocada por tabus erguidos ao longo da história da comunidade, afastando de si o tempo do cativeiro. A lembrança deste episódio faz um ponte no silenciamento imposto pela representa um lapso na ruptura entre dois tempos distintos e nos possibilita, por meio da análise, inferências de elementos não permitidos expressamente. E compreensível a ruptura com códigos que os revivam o passado cativo: além de um estigma projetado nas relações sociais com a sociedade envolvente que se quer desfeito, a lógica da escravidão agride a identidade do grupo hoje, com a origem construída na dignidade do acesso à terra, firmado na conquista de um território.

Outro elemento que a descrição da Guerra das Cabaças feita por Alvares deixa transparecer a relação entre escravos e senhores. Devido à disparidade entre brancos e negros, ao longo do tempo as relações que iam se estabelecendo no povoado de Santa Luzia se ajustaram por uma infindável gama de tipologias que envolviam reciprocidades, sobretudo após o declínio da mineração. O resultado disto pode ser apreendido nas relações caracterizadas por serventia, subordinação, mas também lealdade.

Na divisão sócio-política entre as elites, era comum os negros tomarem partido de seu proprietário em casos necessários, num imbricamento pseudo-familiar que impunha certa ordem. Da mesma forma, em contrapartida e apontando em igual sentido, Álvares (1979) dá a notícia que nos cartórios de Luziânia há registros de que no testamento de alguns senhores era concedida a liberdade aos seus escravos e doação de

terras a eles. Ao mesmo tempo, porém, em que não se eximia as perversidades praticadas no sistema de escravidão. O fato é que o cenário constituído pelas relações sociais em Santa Luzia era complexo e heterogêneo.

A história de Santa Luzia é permeada pela valorização da moral cristã na vida comunitária. Segundo Álvares, em 1767 foi inaugurada a Igreja Matriz, nem homens pardos nem os negros podiam freqüentá-la, mesmo com os registros de batismos dos africanos trazidos como mão de obra escrava, os proprietários batizavam os escravos para cumprir um "dever divino", não por que o batismo fazia ele ver o escravo de forma diferenciada.

Em 1769 iniciou-se a construção da Igreja do Rosário, iniciativa da comunidade de pardos e negros que não podiam frequentar a Igreja Matriz. O vigário e os homens da sociedade aprovaram a idéia dos pretos, era uma ideia que manifestava o espírito religioso de "uma raça tão degradada", mas na verdade diminuiria a possibilidade de uma insurreição que podia acontecer a qualquer momento com grande perigo para aqueles que estavam sempre em minoria, determinou-se que se promovesse imediatamente a licença necessária ao poder competente [...] (Alvares, 1979:81).

O maior número de negros que Santa Luzia tinha, eram mais de quarenta oficiais e milhares de pretos, pardos, forros e escravos, isso levava a uma relação de "precaução", com batizados e tratamento mais afáveis no trato com escravos, apadrinhamentos, trocas materiais, permissão de produção para subsistência entre outras, descreviam um quadro de um certo equilíbrio. Assim em 1763:

> *Promoveu-se o grande trabalho do censo geral, o qual demonstrou que o distrito continha uma população de dezesseis mil quinhentas e vinte e nove pessoas, sendo doze mil novecentos e oitenta e quatro cativos, mais de quatro partes da população livre que trabalhava e trabalhava muito para matar a sagrada fome do ouro que devorou a metrópole (Alvares, 1979:74).*

Os historiadores de Santa Luzia referem-se à ocorrência de muitos batizados de escravos Bantos, que eram os mais caros e desejáveis na mineração, e que existiam em um grande número no Arraial. Isso me leva a lançar a pergunta: Seriam os negros do Quilombo Mesquita originários de escravos Bantos?

Segundo o professor Reginaldo Prandi (USP,2000) "os bantos, povos da África Meridional, estão representados por povos que falam entre 700 e duas mil línguas e dialetos aparentados, estendendo-se para o sul, logo abaixo dos limites sudaneses, compreendendo as terras que vão do Atlântico ao Índico até o cabo da Boa Esperança."

O termo "banto" foi criado em 1862 pelo filólogo alemão Willelm Bleek e significa "o povo", não existindo propriamente uma unidade banto na África.

> *O grosso da atividade agrícola e mineradora, implantada havia mais tempo e espalhada por todo o interior rural,foi garantida por escravos de origem banto,enquanto as atividades urbanas, mais recentes e concentradas nas grandes capitais da costa, estariam mais estreitamente relacionadas aos sudaneses, devido basicamente às mudanças de fluxo da origem do tráfico na África nos diferentes momentos históricos que marcam esta ou aquela atividade econômica no Brasil.(*Prandi,2000)

Devido à disparidade entre livres e cativos, exposta anteriormente, adicionada a um número irrisório de oficiais e também à migração de desordeiros, outra característica de Santa Luzia, não muito diferente de todo o Goiás, foi o estabelecimento de uma milícia própria, pois a força oficial enviada de São Paulo era insuficiente para conter os assaltos à ordem. Segundo Alvares, bandos rebelados roubavam, matavam, insurrecionavam a escravatura, ameaçavam propriedades,constituindo uma ameaça à estrutura social posta. Instaurou-se então neste local isolado uma forma selvagem de se impor não só as leis, mas também a garantia da manutenção da estratífícação social e os interesses dos detentores do poder desta milícia.(Bertran 2000).

Muito comum em todo rural goiano era o fato de que os negros livres, na terra em que se fixavam, recebiam outros negros "sem procedência", ou mais expressamente, rebelados e fugidos. Assim, estabeleciam-se trocas e ampliava-se a mão-de-obra. Este tipo de processo, em longo prazo, enraizava uma comunidade negra rural, pois com o tempo constituíam-se famílias, matrimônios passariam a ocorrer e tudo o mais que a vida em comunidade impunha. .(Bertran 2000)

Devido à inexistência de cercas nas imensidões de terra sem ocupação, característica das primeiras sesmarias em Goiás, as comunidades negras iam se expandindo territorialmente nos locais "vagos", mesmo que se soubesse de outro dono - cada uma com sua forma coletiva e peculiar de apropriação. Isto ampliava o raio em que se estabeleciam servindo de refugio a toda condição diferenciada de negros, inclusive

aqueles que, mesmo após a concessão de liberdade, se entendiam melhor entre pares do que inseridos em um sistema escravagista.

O processo de territorialização destes grupos impunha regras próprias de ocupação da terra e relações específicas com o meio em que viviam. Formavam uma micro-sociedade dentro de um universo mais amplo que abrangia todo Goiás. Por outro lado os demais grupos sociais que também faziam parte deste universo-Goiás compartilhavam outras regras próprias na lida com a terra. No real sentido, independentemente do grupo social, eram práticas consuetudinárias que norteavam toda a ocupação territorial em Goiás. Pode-se distinguir o processo de territorialização das comunidades negras como uma forma peculiar, abrangida por uma forma hegemônica, goiana, da lida com a terra. Porém esta forma hegemônica também pode ser distinguida da forma exigida pela Coroa, a forma oficial.

Nos primeiros tempos do Brasil Colônia a administração territorial se deu pelo sistema de Capitanias Hereditárias perdurando até 1821, antes da declaração da independência. Este sistema consistia na delegação de grandes porções de terras a particulares que recebiam o título de donatário. Os donatários no Brasil compunham a nobreza de Portugal e recebiam a incumbência de colonizar e explorar o território.

Na história fundiária colonial do Brasil a instituição de dar, dividir terras, terras para os súditos camponeses chegou junto com as caravelas e com algumas adaptações: Foram as sesmarias. Se em Portugal eram elas mensuradas em palmos de extensão, por aqui implantou-se por léguas de terras absolutamente inconcebíveis no limitado espaço português.

O donatário era o responsável pelas sesmarias e promoviam a ocupação e produção de renda, engenhos, povoamentos, lucrando com todas as atividades ali exercidas. Também gozavam de isenção de taxas, recebimento de rendas devidas à Coroa e direitos de exportação de escravos indígenas.

Nas décadas seguintes (1548 até 1808) a Coroa instituiu o Governo Geral que perdurou até a vinda da família real para o Brasil , com o objetivo de centralizar e submeter os poder dos donatários e ter um maior controle sobre a Colônia. A partir de 1720 os governadores gerais já recebiam o título de vice-rei, tamanho o poder do papel desempenhado. Nos primeiros anos o Brasil possuía seu território dividido em

quinze Capitanias e ao longo das novas explorações outras foram surgindo. As primeiras investidas rumo às terras hoje conhecida com Goiás se deram um século após a chegada dos portugueses.

Em 1726 foram dadas as mercês das sesmarias ao Anhanguera e seus sócios na "descoberta " de Goiás uma área duas vezes e meia a atual área do Distrito Federal

Aos capitães-mores das conquistas feitas aos índios, os governadores recompensavam com sesmarias enormes aos custos das expedições de desinfetação, que não eram de pouca monta. " (Bertran 2000, p. 89). Toda a administração da região era submetida à capitania de São Paulo. Em 1744 foi criada a capitania Geral de Goiás, mas sua administração de fato ainda fora submetida à São Paulo até 1749. Quando D. Luiz de Mascarenhas, ficou oito anos no governo (1739-1748)(Bertran, 2000:88), que doou imensas porções de terra que extrapolavam os ditames legais e pouco valor era dado à terra nua, devida a estas condições. Pode ser, por vias transversas, que nesta época os pagamentos dos dízimos acabasse constituindo-se como sucedâneo do requerimento de sesmaria. Algo do gênero: quem paga imposto ao governo dono é, pois o Estado não refuga seu contributo e portanto aceita implicitamente a propriedade da terra que gerou o imposto. Isso explicaria com certa facilidade a interrupção em Goiás do Sistema Sesmarial, nos longos dos anos que vão de 1780 a 1822, até a Lei de Terras de 1850. A "escritura" da propriedade passou a ser o recibo do imposto do dízimo. Até hoje, em remotos rincões do Planalto, amarrotados recibos de impostos do INCRA, são orgulhosamente apresentados como provas de propriedade do solo (Bertran, 2000:190).

O autor se refere ainda à não coerência no tamanho das terras descrito e o real: Por exemplo falava-se na propriedade de 18 km2 de terras úteis, e o memorial descritivo abrangia 50km2. Posteriormente novas sesmarias povoadoras originariam outros desenhos na malha fundiária com latifúndios ainda de grandes proporções.

A concentração fundiária e a existência e terras devolutas (do Estado) propiciam a formação de grandes vazios, os quais vão abrigar a partir do século XIX os chamados posseiros (Baiocchi, 1999:31). Da mesma forma que a realidade local era a não regular sesmaria, sabe-se de abandonos de terras sem registro documental e diversas ocupações de terra que atravessaram o século. As tentativas de regularização fundiária posteriores, sentiram o impacto desta época e suas marcas existem ainda na atualidade.

Neste momento histórico do Brasil, quase inexistia a delimitação física das fronteiras entre propriedades rurais no interior do país. E assim se dava a pecuária em Santa Luzia:

Inexistindo cercas de arame, o gado era criado à larga, misturado, identificado apenas pela marca do proprietário, costeado apenas uma vez por ano e servido de sal nas águas, pois durante as secas os campos queimados forneciam os sais minerais necessários. De um tanto em tanto, se havia a barra de dois córregos, despenhados o suficiente para impedir a travessia do gado, fazia-se ali uma larga ou mangueirão com o lugar para confmamento do gado em tomo de um cocho de sal. Às vezes era uma larga "vaiada", ou seja, o fechamento de uma cabeceira a outra cabeceira por uma trincheira de um metro de profundidade por dois de largura - que o gado não se atrevia a pular - e cujo acesso só era possível pela cancela de madeira "larga" (Bertran, 2000:158).

As terras do rural de Santa Luzia eram recortadas sob o nome das ilustres figuras que compunham sua mais alta sociedade e, quando povoadas, eram por escravos destes senhores, trazidos nos primeiros momentos de mineração. Estas áreas eram dedicadas à produção de subsistência e à criação de gado - atividades secundárias em época onde todos os esforços confluíam para o enriquecimento com a extração de ouro. Desta forma, não se atribuía à terra em si um grande valor de bem ou mercado.

A terra em si valia muito pouco. Valia sim sua produção. Em tempos recentes lia-se nos jornais de Goiânia um anúncio jocoso:" vende-se uma cerca de aroeira com uma fazenda dentro». Ou em um jornal de Brasília: «vende-se um poço artesiano com uma chácara em volta»... São os rebates, modemíssimos, da velha noção de 'cascos' (Bertran, 2000:89).

Do ponto de vista do senhor, no ciclo da mineração a terra possuía um valor secundário. Porém do ponto de vista dos negros escravos, significava que o trabalho rural era mais ameno em comparação aos garimpos e do ponto de vista dos negros livres e dos fugidos a terra significava possibilidade de trabalho para a subsistência e a reconstrução de uma vida. Não excluindo aqui a importância econômica da terra para ambos. Mas em resumo, um ponto que deve ser destacado é que para o senhor, empreendedor e proprietário, o valor da terra era mais associado à produção extraída dela do que por sua plena existência física. Para o negro, porém, a "terra nua" em si tinha um valor associado à liberdade. (Bertran, 2000:90).

Em Santa Luzia 1775 é o ano que marca o declínio da produção de ouro. Com a baixa da mineração, não só este Arraial, mas Goiás como um todo mergulha primeiramente em um período de pobreza nas cidades, o que obriga sua população migrar para o meio rural investindo nas atividades voltadas à sobrevivência. Em decorrência de uma conjunção de fatores marcados pela escassa renda produzida, o que desestimulava investimento em estradas ou melhorias por parte da Coroa, Goiás hiberna durante um século em economia de subsistência e desenvolvimento de um mercado interno, amparado na pecuária. Sua localização impunha limitações comerciais, pois os produtos que os colonos goianos passariam a produzir também eram encontrados em regiões mais próximas ao litoral.

> *A Conversão da economia de mineração para agropecuária significou redefinição da composição social e ocupação de outras áreas do território. Redefiniu o caráter geopolítico de crescimento demográfico, causando esvaziamento, ou certa estagnação, de pequenas áreas urbanas para a expansão de áreas de povoação essencialmente ligadas à cultura rural; economicamente significou mudanças nas relações de produção e comércio. Mesmo ainda existindo áreas de mineração, coexistiu, em processo crescente, a instalação de fazendas agrícolas e de pecuária. Apesar do crescimento dessas áreas, seu impacto comercial foi insignificante, restrito a pequenos comércios da própria Capitania[...] No que diz respeito ao aspecto político-administrativo, Goiás continuou como área de interesse da Coroa, no entanto relegada a posição de região distante, bastante ausente dos eventos importantes presentes no longo eixo de interesses políticos e econômicos das áreas litorâneas da América Portuguesa (Souza Filho, 2002:26).*

Se por um lado há a decadência da mineração, o processo de ruralização promoveu a ocupação territorial e nova definição espacial. No período aproximadamente de um século, os diversos grupos goianos foram se organizando e desenhando seus espaços, fluxos e relações sociais internas devido ao difícil acesso. Aos poucos, Goiás envolveu, entre grupos que trabalharam somente para subsistência desenvolvendo a agricultura, novas fazendas de gado, que serão os futuros pilares econômicos.

Mesmo que em todo do território passasse a prevalecer a realidade agro-pastoril, configuraram-se diferenças nas predominâncias regionais em conseqüência das formas de povoamento e frentes de expansão rumo a Goiás. (Palacín, 2001)

Quanto aos quilombos, continuaram a existir sob outra lógica. Com a abolição, os senhores tornaram-se latifundiários e os quilombolas transformaram-se em camponeses pobres. Assim, o que

antes era a luta pelo não-aprisionamento, transformou-se em luta pela permanência na terra. Situados do outro lado da linha abissal, a necessidade de resistir permaneceu entre eles. (Águas, 2011)

Bertran,(2000) relata que no arraial de Santa Luzia aconteceu o mesmo, porém em um micro cenário. Em um primeiro momento, a comarca do sul, que foi o grande palco da mineração, teve êxito econômico sobre a comarca do norte (atual região de Formosa), que subsidiou intensamente a agropecuária. Com o declínio do ouro, as potências se inverteram. A comarca do norte por ser localizada nos caminhos às passagens reais e receber e enviar os rebanhos para Bahia possuiu êxito sobre a comarca do sul (atual região de Luziânia), um pouco mais longínqua e fora de rota. Por este motivo o arraial se retraiu um pouco mais em sua economia de subsistência. Santa Luzia foi assim caracterizada por Saint-Hilaire em sua visita no ano de 1819:

> *E a criação de gado que constitui atualmente a fonte de renda mais segura dos fazendeiros de Santa Luzia, mas nem por isso são grandes os lucros obtidos, não só porque eles precisam dar sal aos animais se quiserem conservá- los, mas principalmente porque as fazendas ficam distantes demais dos mercadores que poderiam comprá- los. A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que, dispondo praticamente de toda terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para seu próprio sustento (Saint-Hilaire, 1975:27).*

A rápida escassez do ouro projetou um quadro de estagnação e a consequência visível de que seu apogeu fora substancialmente marcado pelo rápido enriquecimento de poucos homens em detrimento de todo o complexo de pessoas que passaram a viver de subsistência. Enfatiza-se que muitos nomes que compunham a elite de Santa Luzia, simplesmente se apagaram no transcurso da história. Senhores de fortuna, iniciada a decadência citadina, emigraram deixando todo o resto. Muitas de suas terras (as irregulares sesmarias) passam a abrigar os menos afortunados que acompanharam todo o ciclo de declínio econômico, vivendo suas mazelas.(Bertran,2000)

Até o ano de 1850, Santa Luzia pertenceu à comarca de Vila Boa (atualmente Cidade de Goiás). Em 5 de outubro de 1867 a vila passou a categoria de cidade, através do Decreto Lei Estadual nº 8.305, de 31 de Dezembro de 1943, passando a se denominar Luziânia (RTDI, 2011).

Outra atividade com menor projeção comercial do que a plantação de cana-de-açúcar e a criação de gado bovino e que tem grande vinculação histórica com o Quilombo Mesquita, foi a produção do marmelo e

a fabricação da famosa marmelada de Luziânia, um dos seus patrimônios imateriais. A cidade ainda hoje conserva a identificação com o produto, produzido no quilombo, que apesar de estar hoje vinculado administrativamente ao município de Cidade Ocidental, permanece como tradição e marca da cidade de Luziânia. Sobre a produção de marmelada, Meireles (p.36-37) afirma que:

> *"Das pequenas indústrias artesanais, a fabricação de marmelada tornou-se tradicional e famosa desde o início e foi se impondo no mercado, malgrado osobstáculos conseqüentes da escassez de transporte. Ainda hoje é símbolo que identifica Santa Luzia em quase todo o País".*

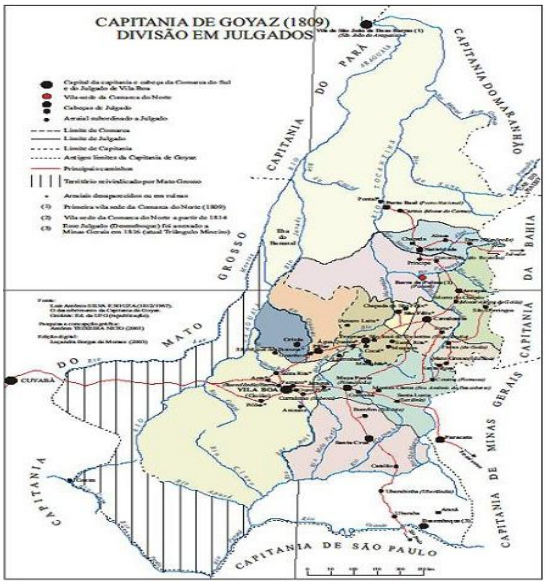


Figura 9 Mapa dos Julgados - Fonte Bertran(2000)

O autor continua afirmando que a marmelada de Luziânia foi, talvez, durante o século XIX e parte do XX, o maior exemplo da limitação de atividades econômicas de grande magnitude no arraial, as condições eram pouco favoráveis ou com escassas alternativas para a exploração de outras culturas que oferecessem resultados econômicos satisfatórios. A estagnação econômica foi inevitável com o fim do ciclo do ouro. A região e suas localidades ficaram à mercê de atitudes do Estado, quase sempre ineficientes, carecia da busca por outras atividades rentáveis para a região.

> *Segundo a "Relação das Couzas mais Notáveis e notícia formal destas Minas do julgado de Santa Luzia", integrante da Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783, havia no julgado 14 "engenhos de moer cana" e 3 "engenhos de pilões" de fazer farinha de milho. A maior parte encontrava-se nas imediações de Luziânia e citamos os maiores: de Manoel Dias Roriz, com 75 escravos, o famoso engenho da Palma do coronel João Pereira Guimarães com 78, e o maior de todos, do capitão José da Costa Vieira, com 118 escravos. Nas nove lavras de ouro citadas nesse ano, apenas duas tinham uma quantidade superior em escravos a esses três engenhos que não eram, portanto, negócios de somenos.*Bertran(2000)

Na leitura de Bertran vimos que esses engenhos em número cada vez menor passaram a ser apenas locais de produção agrícola diversificada: dos 17 engenhos citados em 1783, não havia em 1810 sequer meia dúzia que merecesse essa denominação. Surgem os sítios de subsistência familiar, uma fórmula simples, de dois ou três homens plantando um pequeno trato de terra, que fornecia os alimentos do ano, era a economia rural da "fartura", termo muito utilizado pelos moradores do Quilombo, para se referir a prosperidade:

> *Seria pura perda se os colonos plantassem milho, feijão e arroz em quantidade superior à necessária ao sustento da família; porque excetuando-se os anos de carestia, como aquele em que eu viajava, esses gêneros não poderiam encontrar compradores.(Saint Hilaire, 1819)*

Foi com a transição do sistema econômico centrado na mineração para o da agropecuária, como ocorreu em Santa Luzia, que vieram as mudanças em várias instâncias, por exemplo, parte da população migrou para outras regiões, muitos foram para o arraial de Couros, inclusive o antigo proprietário da Fazenda Mesquita que mudou para o Arraial de Meya Ponte, assim as minas foram sendo deixadas de lado e surgiram as fazendas, com outras lógicas sociais e econômicas, ou seja, implantou-se outro modo de produção. Se nas minas a exploração do ouro é pontual, territorialmente, na produção agropecuária o montante de terras utilizadas é enorme. A devastação do cerrado tornou-se comum, a partir, por exemplo, da formação de pastos. (Bertran,2000)

A origem histórica do Quilombo se reporta a essa época e narra que todos os moradores são descendentes de três escravas, as três senhoras trabalhavam para o Sargento-mor português José Correia de Mesquita e habitavam a fazenda Mesquita durante o ciclo do ouro, com o exaurimento do ouro nas minas do sertão dos Goyases, o fazendeiro abandonou sua propriedade, no caso da Fazenda Mesquita, conta-se que com a partida do proprietário ela foi doada as três escravas que ali trabalharam.

Oliveira (2012) faz referencia ao fato, frisando que o número de matriarcas fundadoras da comunidade são o mesmo das três famílias originarias do Quilombo: Pereira Braga, Lisboa da Costa e Teixeira Magalhães, que se unem por parentescos.

A minha hipótese reforça a tese de que a formação do quilombo Mesquita na área rural do arraial de Santa Luzia se deu em função da decadência econômica de Goiás – referendo essa minha tese na descrição que o Saint Hilaire, naturalista frances fez quando visitou sítios e fazendas no Arraial de Santa Luzia, o primeiro lugar que visitou quando entrou em Goiás pela Estrada Real das Minas, o pesquisador observou que os habitantes "se achavam em extrema pobreza" e os negros, tanto livres quanto escravos, "vivem na indigência".

O francês afirma que, após o declínio da mineração *"com exceção de um pequeno número de artesãos e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se ao cultivo da terra [...]. Afastados do arraial nos dias da semana, dedicando-se ao cultivo nas roças, os habitantes da localidade produziam "plantas de origem européia, tais como o trigo e o marmeleiro".*

Apesar de os moradores empenharem-se no cultivo de alimentos, de acordo com o francês *"seria inútil que os colonos plantassem milho, feijão e arroz em maior quantidade do que a necessária para alimentar suas famílias, pois, exceção feita das épocas de escassez - o que ocorreu quando eu passei por lá – esses produtos não encontram comprador".*

Saint Hilaire se referia às dificuldades encontradas pelos habitantes da província para produzirem e comercializarem os produtos da terra. Fatores como as técnicas agrícolas rudimentares, dificuldades de armazenamento, grandes distâncias entre as vilas, precariedade dos caminhos que dificultavam o transporte de mercadorias para comercialização e dificuldades de ordem fiscal, contribuíram para inviabilizar a expansão da lavoura, levando os pequenos agricultores ao desânimo.

Aqui ancoro minha hipótese sobre o mito fundador do Quilombo Mesquita: Com a decadência da fase mineradora, muitos donos de terra no Arraial de Santa Luzia desistiram de suas terras em Goiás, mesmo ainda conseguindo produzir e exportar artigos como peles de animais selvagens, couros e marmeladas, Saint Hilaire afirmava que a criação de gado bovino, maior fonte de lucros dos fazendeiros da região a época não assegurava boas condições de vida aos seus moradores. Não havia recursos para prover as necessidades de artigos importantes com o sal e vestimentas apropriadas para sua posição, o que causava ocorrências até cômicas. Conforme Saint Hilaire:

> *Alguns agricultores chegam a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal por não conseguirem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido. A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. [...]. E essa chegou a tal ponto que, dispondo praticamente de toda a terra que lhe convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento.* (SAINT HILAIRE,apud Bertran p. 27)

Este evento presente na memória da comunidade representa uma ligação entre os escravos de Santa Luzia e os negros de Mesquita, uma ligação entre o tempo da escravidão, localizada em um passado distante e o da minoria étnica, localizado no presente.

O professor doutor em antropologia José Carlos Gomes dos Anjos, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que pesquisa, entre outros temas, assuntos relativos a comunidades quilombolas, afirma também que os "senhores" usavam de mecanismos para manter os escravos. Um deles era doar terras de menor valor aos negros, criando, assim, um compromisso moral. Assim foram fundados muitos dos quilombos rurais que existem até hoje.

Os negros acabavam trabalhando para os mesmos senhores como pagamento pelas terras. A idéia de que seriam livres para vender a mão-de-obra foi uma grande ilusão, na maior parte dos casos afirma o professor. Um quilombola confirma a tese do doutor:

> *Os primeiros moradores que vieram morar aqui tinham a idéia de trabalhar por conta. Mas a maioria ficou com medo, porque não sabia se virar sozinho. A miséria também era grande. Então, o pessoal acabava trabalhando como agregado para os outros. Nem era por dinheiro. Era por comida, por um agasalho usado... No fim, continuou todo mundo escravo.*

Rosa (2004) afirma que nem todos os quilombos são frutos da mobilização de negros contra a subalternização escravista, muitos existem sem que tenha havido um histórico de confronto. A minha hipótese para a fundação do Quilombo Mesquita é que com o declínio da produção do ouro com base na exploração da mão-de-obra escrava e a decadência da região mineira em Goiás, a economia ficou centrada somente na economia de subsistência; Assim perdeu o sentido econômico para os senhores, mas haviam terras cedidas para que os negros cultivassem seu sustento e com o abandono da propriedade pelo sargento-mor José Correia Mesquita, permaneceram apenas os ex-escravos e seus descendentes. As escravas que cuidavam da casa do senhor passaram a serem "as donas", existe a constatação documental da fixação do sargento-mor Mesquita em Meya Ponte (atual Pirenópolis) esse fato pode ser referenciado também por Bertran (1988):

> *Para os três primeiros anos de Santa Luzia, Mello Álvares relaciona mais de cem nomes de fundadores, metade de portugueses natos, alguns vindos com toda a família, e outro tanto de procedência brasileira, mormente paulistas.A maior parte desses nomes não se repetem na história futura de Santa Luzia, ou porque desapareceram seus sucessores legítimos ou porque voltaram a migrar, passada a febre aurífera dos primeiros anos. É o caso do sargento-mor José Correa de Mesquita – que deixou seu nome ao ribeirão, à fazenda e ao arraial do Mesquita – que encontraremos posteriormente em Pirenópolis.(BERTRAN,1998)*

Em outro momento, já no Anexo ao Capítulo XIV - Extrato das Sesmarias de Pirenópolis, Jaraguá e Corumbá de Goiás com requerimentos existentes no AHEG – Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Bertran aponta que o fazendeiro José Correa de Mesquita requereu uma sesmaria na próspera Meya Ponte:

> *1779 – **Antônio Pereyra da Cunha** – no ribeirão padre Souza, confrontando com João Rodrigues Santiago (Nascente); Izidoro Rodrigues (Poente); Antônio Leite (Sul); com a serra (Norte). Meia légua de terras.*
>
> *1779 – **Francisco Soares de Abreu** – crioulo forro, morador no distrito de Meia Ponte para sustentação de seu pai que se acha cego, de sua mãe e irmãos, um sítio no córrego do Mato Grosso, onde confronta pelo Sul com Ignácio José, pelo Norte com José Pires e com o tenente Roque da Silva Álvares, do Oeste com a tapera do defunto Antônio Rodrigues Frota. Meia légua de terras.*

-Sesmarias citadas no índice Geral de 1913 (IG), cuja documentação está hoje desaparecida:

*1750 – **Sargento-mor José Correia de Mesquita** – sesmaria no Distrito de Meia Ponte, em especificação de situação. 3 léguas em quadra.*

*1751 – **Sargento-mor Antônio Rodrigues Frota** – ao pé do morro Grande, distante 1 légua*

Para reafirmar essa minha suposição, na literatura consultada constatata-se que Meia Ponte (Atual Pirenopólis) vivia situação de prosperidade e riqueza, isso pode ser confirmado com os relatos e itinerários deixados por viajantes que atravessaram a capitania (ou província) de Goiás, depois de passar por Santa Luzia se referiam à região como a "desertos", "sertões", "decadência", "ruínas" e "abandono", chegando perto de Meia Ponte, com as fazendas e estabelecimentos rurais em muito melhor situação o discurso muda e se referem ao local como um "contraste com as "ruínas" e a "decadência" de Goiás", principalmente na fala de Saint-Hilaire, sobre a capitania.

Álvares (1997,pag. 67) afirma ainda que o sargento-mor José Correia de Mesquita participou também das comissões para construir a Igreja Matriz no ano de 1762. Ano da caça aos Jesuítas feita pelo Marques de Pombal em Portugal, quando ele mandou executar em praça pública o padre Malagrida, que era amigo de muitos em Santa Luzia, um reduto português em Goiás, essa reforma religiosa que acontecia em Portugal assustava este grupo que era fervorosamente cristão.

Existe na literatura também referencias às estratégias de resistência femininas, cito aqui o estudo "Escravas em Ação: Resistências e Solidariedades Abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX" de Thiago Fernando Sant'Anna(2008), que relata práticas cotidianas das escravas como práticas abolicionistas, elas souberam resistir silenciosamente no trabalho e no vínculo solidário cotidiano com seus donos. Seguindo ainda a teoria do autor e interpretando a doação da Fazenda Mesquita às três escravas em uma matriz de caracterização do sistema escravista cujas relações se davam em termos de "resistência" e "acomodação", e na existência de espaços de negociação entre proprietários e escravos, baseado no autor pode-se dizer que a doação da fazenda envolveu uma prática comum nos discursos abolicionistas da época e na cultura da sociedade escravista, onde as relações entre escravos/as e proprietários/as eram ao mesmo tempo de aprisionamento e de libertação.

A literatura histórica reafirma a posição de refém a qual a política escravista colocava tanto os escravos, quanto aos seus donos, pelos laços de dependência estabelecidos, essa relação era aumentada pelas estratégias construídas pelos escravos, especialmente na esfera doméstica, uma vez que nessa relação havia um jogo de incentivos a projetos de alforria e de limites aos mesmos. Sant'anna (2008) afirma que mesmo as elites procurando atribuir à alforria o sentido de "concessão", de ação "benemérita", a emancipação aconteceu principalmente por essas suaves ações de resistência.

John Scott(2011) diz que para a maioria das classes subalternas que, de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu status, essa forma de resistência foi a única opção, e que as ações dentro dessa camisa de força simbólica é, um testemunho da persistência e inventividade humana, como ilustra este relato sobre a resistência das castas inferiores na Índia:

> *Empregados presos a um vínculo vitalício de trabalho [lifelong indentured servants] caracteristicamente expressavam descontentamento quanto a sua relação com seus patrões através do desempenho descuidado e ineficiente de seu trabalho. Intencional ou inconscientemente, eles podiam fingir doença, ignorância ou incompetência, criando transtornos para os patrões. Muito embora o patrão pudesse retaliar, recusando-se a conceder benefícios adicionais ao empregado, ele continuava obrigado a mantê-lo em um nível de subsistência para não perder inteiramente seu investimento. Desde que não se expressasse como uma contestação ostensiva, esse método de resistência passiva era quase imbatível; ele reforçava o estereótipo dos Havics a respeito do caráter das pessoas de casta inferior, mas lhes dava pouco recurso para agir. (Gonzalez, 2010, p. 48-49*

Esse tipo de "teimosia" (resistência) como costuma se chamar, é encontrada também na escravidão nos Estados Unidos, onde a forma ostensiva era temida, assim os negros do Sul antes da Guerra Civil, em sua maioria, faziam a resistência à escravidão através do corpo mole, falsa aceitação, fuga, fingimento de ignorância, prejuízos de caso pensado(sabotagem), roubo e, o que me interessa para esse trabalho que foi a resistência cultural.

Com base na vasta literatura consultada e em documentos de arquivos diversos, e atentando para não confundir diferentes realidades no tempo e no espaço, pensei no contexto do sistema escravocrata vigente em Goiás e defendo aqui a hipotese de que no Arraial de Santa Luzia as práticas de resistência podem ser analisadas à partir dessa noção de "resistência cotidiana" de Scott(2002), o autor afirma que:

> *[...]a defesa dos interesses perpassa por escolhas morais articuladas a um repertório cultural dos camponeses em suas diferentes vivências cotidianas, permitindo que estes*

> *resistam àqueles que estão em posições dominantes nas relações em que participam*. Scott(2002 p. 12)

Penso que os escravizados em Santa Luzia, à época, não afrontaram diretamente aos "senhores", e sim resistiram agindo de forma não explícita e sem violência. Parecia haver esse entendimento, sobretudo nas mulheres que, na maior parte das situações, só sairiam vitoriosas se a sua resistência acontecesse dissimulada sob a forma da submissão. É possível imaginar os p Essa leitura "analítica" é possível ser feita para explicar a "benesse" da doação da fazenda usando como referencia os possíveis "bons serviços prestados" pelas três escravas. Acredito que o Sargento-Mor José Correia de Mesquita, conforme relata Bertran, além da Fazenda no Arraial de Santa Luzia , possuia propriedade também em Meya Ponte (atual Pirenopólis), onde se fixou em função da prosperidade daquela região em contraste com a escassez de Santa Luzia, deixando a Fazenda Mesquita para as negras que lá viviam e cuidavam com esmero.

Referendo essa minha hipotese sugerindo que a resistência pacífica das três escravas à escravidão se deu no trato diário com o "dono", através da leitura que faço de Sidney Chaloub, em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (1990) onde o autor afirma que "trabalhar, de forma obediente e silenciosa, enquanto escolha tomada pela própria escrava, ao invés de uma fuga ou tentativa de assassinar seus proprietários, poderia ser uma estratégia das escravas para conquistar a alforria":

> *sob a escravidão, as mulheres negras serão, na maior parte dos casos, as únicas responsáveis pela manutenção da cultura material e simbólica, além da sobrevivência dos membros do grupo familiar. Serão elas as figuras centrais dessa nova família estruturada sob a escravidão e no período pós-abolição. As mulheres negras no Brasil que, quando escravas eram "negras de ganho", quando livres passaram a negociar bens materiais e simbólicos(Anjos,2006)*

O território de Mesquita é assim fruto da resistência secular da comunidade por sua autonomia econômica e social. O uso da terra e dos recursos ambientais existentes na comunidade do Quilombo refletem essas relações de parentesco e sociais fundadas ao longo do tempo. Assim sendo, o território está imbricado com a organização social de Mesquita, os traços diacríticos eleitos pela comunidade são as relações de parentesco, a fabricação da Marmelada de Santa Luzia e as festas de Nossa Senhora D'Abadia e do Divino Espírito Santo e a Festa do Marmelo de acordo. Em Mesquita segundo Oliveira (2013) as famílias

originarias do Quilombo: Pereira Braga, Lisboa da Costa e Teixeira Magalhães coincide com o número das escravas fundadoras da comunidade.

1.4 Historicidade Negra no Quilombo Mesquita: O Ato Fundante da Vida Local

O evento fundador é o que importa para a constituição da identidade do grupo. “Mesquita nasce em Mesquita”(RTDI). Seu mito de origem pode ser considerado o real originário, sem qualquer ônus, para sua afirmação étnica - mesmo que se busque um rompimento com o símbolo do cativeiro, da escravidão. A partir da doação da terra a três ex-escravas surge todo o grupo. Embora as fontes documentais a respeito sejam escassas, não é o mais importante para este trabalho acadêmico colocar em questão tal fato, posto que, apesar do conhecimento sobre o contexto de seu nascimento e a provável variedade das questões que a originam, é esta a memória que organiza a comunidade hoje.

Em um contexto de abandono da Fazenda Mesquita que resultou na doação de terras às senhoras por seu proprietário, abrigará a partir de então uma comunidade negra rural que assimila seu nome, e que é a origem de um enraizamento ao lugar e a gênese de um grupo no interior do qual se constrói uma memória e tradição, que se comunicam e comunicam aos indivíduos de cada geração a própria história formando o povoado de Mesquita,objeto de estudo desta tese.

O estudo afirma ainda que com a emigração de senhores brancos, que constituía uma minoria populacional, os negros tendiam a ocupar a terra e desenvolver sua liberdade e sua cultura própria. A escravidão em si passou a ser economicamente impraticável após a decadência da mineração em Santa Luzia. Assim, ao mesmo tempo em que ocorria o processo de ruralização em Goiás o contigente de escravos diminuíam substancialmente. Por isto no relato do morador mais idoso do Quilombo, é expressado “[eles] foram libertados”. Alforrias, emancipações, abandonos, mortes, fugas, etc. A manutenção e o trato exigia gastos incompatíveis com a realidade local (Palacín, 2001).

A libertação dos escravos em Goiás ocorreu mais por interesse particular daqueles senhores que não conseguiram sustentar a mão de obra escrava na sua propriedade, sendo a decadência econômica maior motivo para as cartas de alforrias. Daí a Província de Goiás ter passado por uma crescente diminuição do

número de escravos em todo o século XIX. A libertação dos cativos em Goiás esteve mais ligada ao empobrecimento produtivo da Província do que a interesses humanitários (Funes, 1986).

O antigo morador nos dá a notícia de que em um primeiro momento uma área muito extensa era ocupada pelos negros fugitivos, abandonados ou alforriados. Os quilombos abrangiam pontos localizados desde o rural de Luziânia até Santa Maria, Alagado e Formosa com fluxos e trocas entre si. Eram ilegais à luz da legislação em vigor:

> *[..] Aí o pessoal foi vivendo, produzindo e enchendo de gente aqui, por que era muito escravo. Já foi dez acampamentos de escravos, de Mesquita até Santa Maria, quem era aqui de Mesquita ia lá.(JPB,RTDI,2011)*

Bertran(1988) se refere a que anos mais tarde com o declínio econômico e o êxodo dos senhores todos os negros se tomariam "libertos", primeiramente com as fugas e posteriormente, em 1888, com a abolição da escravidão. Porém, a maioria da população negra já fixada no rural goiano com o agravo para aqueles que tinham fugido - ainda vivia à sombra desta "libertação" proveniente da abolição. Os negros não eram mais caçados, mas também "não existiam" legalmente. Muitos dos negros libertos se agregaram aos grupos invisibilizados, encontrando nos antigos quilombos um local em que a vida pudesse se desenvolver melhor entre pares do que inseridos em uma ordem societária para a qual era sempre considerado ser inferior. O fato é que, mesmo após a abolição, estes grupos continuaram vivendo à margem da organização social do país.

Os negros migraram da área de extração de ouro para o rural de Santa Luzia. Em grupos, direcionaram-se a diversos locais. O assentamento na Fazenda Mesquita se deu pela vastidão de "*terra virgem"* e, principalmente, pela disponibilidade de água no local. O morador continua seu relato aos técnicos do INCRA:

> *Eles veio que foram tocado ... veio do garimpo os escravos... Uma comitiva dos escravos. Não tinha ninguém. Era mato, uma coisa deserta mesmo... Fazia aquele limpão aí, muita água por todo lado, né?*
>
> *[...] Todo mundo trabalhava em Luziânia arrancando ouro, quando libertou, aí mandou tudo embora, o negócio foi assim. [...] Isto aqui foi comprado, arrematara por oito primitivo isto aqui... 600 alqueires.*

No relato de história Oral o morador idoso se refere a "Outras turmas *",* usando uma terminologia local, seguiram rumo ao norte da região se fixando em outras áreas e estabelecendo trocas entre si. A que se tem maior notoriedade de aproximação com os negros de Mesquita foi núcleo que se fixou em área que atualmente é delimitada como a Região Administrativa de Santa Maria do Distrito Federal. Embora "*as turmas*", ou grupos de parentesco, apresentassem certa distinção entre si, os negros de Mesquita consideram *tudo parente, da mesma família: os daqui eram daqui e os de lá os de lá, mas era dos mesmos* - como dizem. Eram grupos distintos de uma mesma família.

> *O povo que foi para Santa Maria era duas turmas. Uma foi pra aqui outra pra aculá (SLC/RTDI, 2011).*

Entre esses grupos existia um mesmo pertencimento étnico. Eis a tomada de consciência da etnicidade - embora o termo *étnico* não seja de uso comum para a comunidade de Mesquita. Nesta passagem histórica, o entendimento do que somos "nós" em contraposição ao que são os "outros", representa uma fronteira. As relações entre estes grupos de parentesco eram construídas e permeadas de toda uma vida social que fazia esta "família negra" diferente dos outros grupos humanos ali existentes.

Os assentamentos das turmas se davam em pontos distintos, mas um extenso território ambientava a vida comunitária. Entre estes pontos estabelecia-se uma rede de reciprocidades dos humanos que os habitavam.

> *Quando tinha festa a gente ia em Santa Maria. Tinha casamento com os de lá. Um bocado de Pereira Braga.*
>
> *Era tudo aberto. Ninguém fechava [propriedades cercadas]. Andava tudo isto aí. Ia de cá, vinha de lá... Era assim (SLC/RTDI, 2011).*

Casamentos, trabalhos, mutirões... A configuração espacial também refletia esta estrutura social de trocas envolvendo o uso comum das áreas. Caminhos, extração de madeira, extrativismo vegetal... O uso dos espaços e fluxos, que ambientavam e sustentavam a vida - o território propriamente dito - se dava em uma extensão para além dos pontos de fixação destas comunidades negras.

Na cosmografia do grupo, Mesquita possuía áreas destinadas à ocupação e fixação - ou seja, terra ocupada por assentamento humano, trabalho e produção. Utilizava-se um extenso território, em que a

paisagem se diferenciava em muito da atual. As terras não eram cercadas, tendo a comunidade livre acesso na região. A noção de apropriação do espaço era específica do grupo: na realidade, a apreensão do sentido de propriedade se diferia muito do que viria ser ao longo do tempo. *A terra não era de ninguém* - por diversas vezes a exclamação é repetida entre os mais velhos. Na história de Mesquita o crivo da noção de propriedade como é dada hoje pelo Estado Brasileiro é algo recente. Os anciãos da comunidade viveram este processo de mudanças. Iniciaram suas vidas tendo a terra valores e sentidos diferenciados dos padrões atuais.

> *Não. Nada! A terra tinha... Era em comum. Não tinha negócio de [registro]... essas coisas não. Você podia ficar em um lugar, a terra não era sua não. Morava alí. Agora hoje não, hoje tá tudo cheio de dono, que tá usando essas coisas... (CBP/RTDI, 2011).*

A terra não era considerada "propriedade" neste momento da história de Mesquita. O território utilizado extrapolava os limites entre propriedades de outros senhores. Não haviam cercas. O gado era criado solto. O código de conduta, a moral do grupo sustentava uma forma específica na lida com o ambiente. *"Era tudo em comum, não fechava pasto.* "

> *Essa terra tinha pouca casa, era só dos mais velhos,então nesse caso era tudo mato. Você andava aqui era mato grande mesmo (R./RTDI, 2011).*

Nem a tradicional "herança" fazia parte do sistema de relações com a terra - ao menos explicitamente. Como era "uma família só", a ocupação se dava nos locais de "terra virgem". O trabalho de limpar a área e puxar água do canal orientava a ocupação destas áreas.

> *O pai não mandava em terra nenhuma, num tinha disso.[...] Quando casava podia ficar em qualquer lugar. Qualquer lugar que podia fazer a tirada d'água ... porque aqui pra perto tinha água por todo lugar, viu? Podia puxar o rego e fazer sua casa. [...] Vixe aqui tinha lugar de morar até! Aonde puxava a água podia fazer morada. Quando casava podia morar onde quisesse. Aqui neste tempo era em comum a terra (C.P.B./RTDI, 2011).*

Seu S.hoje afirma que a fazenda Mesquita foi "arrematada por oito primitivos". *"Não herdou, arrematou*". Embora pareça contraditório, o dado reforça a versão da doação a três escravas quando foram estas mesmas escravas que "*arrematararram* "compraram" a terra. Considerando as praticas consuetudinárias em Goiás, para as quais muitas vezes o registro é só a memória, ambas as versões são

possíveis e não nos importa contrastá-las, posto que apontam ao mesmo sentido: a legitimação da aquisição da terra.

> *[...]Vieram muitos escravos pra cá, e três escravas registraram a terra depois de medir e pagaram no cartório. Vinha desde o Maria Pereira.[...] Uma dessas três escravas era mulher do meu bisavô (SLC/RTDI, 2011).*

Observa-se nessa fala a necessidade de legitimização da ocupação, para os "de fora". Se o código é a doação de um Senhor (como o era no início do século XIX), que seja a doação. Se o código privilegia a compra (como é atualmente), que seja a compra. Neste contexto pode ser apreendida mais uma fronteira étnica. "Herdar" a terra de um Senhor era um código utilizado na relação com a sociedade envolvente e não era um código que balizava as práticas internas do grupo nesta época. O mesmo ocorre com a situação da compra. Se é evocado a herança ou a compra, o arremate, é para validar "para os de fora" sua ocupação sobre terra com vistas a garantir a permanência dos negros nestas áreas. Distintamente, no ordenamento interno da comunidade, o trabalho sobre a terra era o código que validava a ocupação e não a proximidade de parentesco a estas três escravas, e nem a comercialização da terra.

Independente do código necessário à legitimação da ocupação para a sociedade envolvente, a terra conquistada era uma fortaleza aonde se podia viver uma outra dinâmica estruturalmente diferenciada daquela que os condenou. "Um tratado para dentro, outro para fora". Este equilíbrio externava a própria alteridade do grupo e o fortalecia. Esta capacidade de organização de dois ordenamentos distintos, um interno e em externo, com duas noções diferenciadas de legitimação da ocupação, demonstra certa estratégia de sobrevivência comunitária e denuncia intrinsecamente um caráter identitário. O resultado desta estratégia é que de fato a ocupação dos negros na fazenda Mesquita foi legitimada e perdurou séculos, mesmo no contexto de êxodo urbano que reconfigurava o rural Goiano.

Este momento histórico de Goiás, se observado pela perspectiva do colonizador, é retratado como retrocesso sóciocultural propiciado pela decadência econômica do sistema aurífero .

> *Esta evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sócio-cultural.[...], costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruaralização da sociedade e desumanização do homem" (Palacín, 1986:46).*

Porém, por rotação de perspectiva, se é enunciada uma decadência da elite, por outro pode ser considerada a emancipação por parte do maior contingente populacional local. Posto que esta profunda decadência para os investidores, que abandonaram seu empreito deixando suas terras e alguma escravatura, é contemporânea ao mito de origem de muitas comunidades quilombolas. Se em um cenário econômico mais amplo atribui-se a este momento histórico um rótulo de declínio, no entanto, do ponto de vista das comunidades negras rurais, inverte-se a lógica: sua micro-história denuncia o período de ascensão.

Antes de prosseguir, importante ponderar que observa-se sim um contexto de ascensão para as comunidades negras, mas há de se ter em mente suas limitações. A idéia de ascensão e decadência sempre é relacionai. Os negros ascenderam da vida cativa para a vida liberta. As relações de servidão, de liberdade condicional e a condição hierárquica no poder permaneceram. O mundo rural no Brasil, sempre foi marcado pelo coronelismo. Esta estrutura factível pode ainda ser apreendida na atualidade. A estratégia de sobrevivência de muitos dos grupos menos favorecidos, que representavam a imensa maioria do contingente populacional, ao invés de enfrentar a estrutura hegemônica impondo guerrilha ou liberdade à força, utilizou-se de um universo de trocas veladas (reciprocidades implícitas) com um mínimo retomo imediato, cumprindo seu papel de subordinação e fortalecendo as bases do coronelismo.

Para os negros que antes só possuíam ônus em todo o sistema posto, relações de apadrinhamentos que ainda operavam sob a lógica pseudo-familiar entre escravos e senhores desenhou um universo mais imediatista de pequenas conquistas. O acesso à liberdade para quem só possuia a referência do cativeiro, já era grande ganho. O que houve foi uma adaptação às necessidades locais da força de trabalho que se caracterizou por um imbricamento da esfera pública e privada em uma relação assimétrica entre os segmentos sociais mais favorecidos e menos favorecidos.

> *A escravidão em Goiás não mais movimentava a economia local desde o início da decadência da mineração, no período que contemplou as décadas de 1780-1820. A agropecuária não conseguiu se desenvolver e competir com outras províncias e manter um elo com o mercado inter-regional e internacional. Assim, com a decadências da mineração e a conversão econômica para agropecuária, a utilização da mão de obra escrava foi decaindo consideravelmente no interior da Província[...] A saída para isso foi oferecer liberdade condicional aos cativos que ainda existiam e passaram à utilização do trabalhador agregado, fosse colono ou jomaleiro, geralmente residente nos arredores das fazendas (Souza Filho, 2002:86-87).*

A organização dos grupos negros mais isolados também passou por transformações com estas adaptações. Com a expansão de um mercado interno em Goiás, outras características nas relações traçadas expressaram as necessidades contingenciais constituindo um novo cenário. Comunidades negras rurais já estabelecidas em lugares remotos, algumas mesmo em total isolamento, receberam o afluxo do povoamento paulatino das terras virgens, antes não imaginado. Assim adaptaram-se e inseriram-se na rede de trocas e reciprocidades da economia de subsistência local com diferentes segmentos sociais (dos coronéis aos posseiros), para os quais há pouco eram ilegais. Muitos quilombos se ainda ocupam suas terras ou parte delas, foi devido à resistência às várias formas de violência, por meio destas relações estabelecidas.

> *Analisando melhor as questões relacionadas à agropecuária do século XIX, o que se percebe é uma lenta transformação nas relações de trabalho e produção. Mesmo coexistindo a escravidão, o tipo de trabalho tendeu a sofrer modificações com a expansão da criação de gado por todo o território goiano em extensas fazendas. Estas se tomaram espaços de sociabilidade e agregação humana.[...] O crescimento foi lento e ocorreu pela forma extensiva de ocupação territorial por que passou a população goiana no processo de adaptação à economia de subsistência, ou de abastança, no Centro-Oeste, como já havia descrito Palacin e Bertran (Souza Filho, 2002:30- 31).*

Esta transformação da força de trabalho também exigia certo equilíbrio na manutenção da ordem. Embora a relação de poder sempre fosse assimétrica, existia uma co-dependência dos estratos sociais que por si exigia tratos mais amenos com o trabalhador. O fazendeiro, mesmo imbuído de um poderio reinante, era consciente de que estaria sozinho sem o contingente negro.

> *Coisa que eles [os escravos mais antigos de Mesquita] ajudava lá pro fazendeiro lá sem ganhar [nada em troca]... eles ia lá buscava a vaca [do fazendeiro], chegava lá matava a vaca e ia comer na turma deles. Porque ele [o fazendeiro] não podia brigar com eles [os negros]. Porque eles que era o povo deles brigar e aí ficava sozinho, né? Aí os cara [os fazendeiros] não podia brigar. Via, mas não podia falar nada (SLC/RTDI, 2011).*

Muitas comunidades negras, ou grupos recorridos aos quilombos, - incutidos do catolicismo popular e acostumados a determinado trato do trabalho - reproduziram em seu modo de vida as mesmas práticas culturais antes vistas nos engenhos, fazendas ou minas, não valorizando a distinção por oposição cultural às práticas produtivas, apenas inspirando liberdade. Outros, ao contrário, expressaram uma forma radicalmente diferenciada do seu viver comunitário, cultivando traços mais africanos como afirmação da

identidade. Em ambas as situações, ao longo do tempo esses grupos foram construindo uma cultura própria a partir das peculiares circunstâncias que a vida impunha.

Mesquita é uma comunidade que mais se aproxima à primeira situação. Os negros de Mesquita reproduzem em seu modo de vida muitos dos traços culturais predominantes da região. O calendário católico, por exemplo, organiza o ano e as festividades tradicionais desde sempre. Mesmo que as configurações das festas tenham mudado ao longo da história, foi o catolicismo popular a base comum. A Festa do Divino Espírito Santo que ocorre entre os dias 15 e 30 de maio, e é uma das mais antigas do povoado, remontando uma tradição secular. Já a festa que atualmente é a mais importante para Mesquita remonta apenas 60 anos de tradição: a Festa de Nossa Senhora D'Abadia, em homenagem à padroeira da comunidade, que ocorre entre os dias 06 e 15 de agosto. Nesta festa há, em todo o território, as casas de pouso. Os foliões chegam a cavalo acompanhados de uma multidão. O anfitrião oferece o bendito de mesa para os foliões e o pouso. Brinca-se Catira e Dança da Raposa - duas manifestações artísticas com música e danças baseadas em viola, sapateios e palmas. Esta festa é marcada pela agregação entre quilombolas e não-quilombolas e extrapola os limites territoriais do quilombo.

No período em que os negros conseguiram se firmar em Mesquita, a comunidade tem em sua história a ascensão marcada por um produto alternativo que se destacou por ampla comercialização. Apesar de todos os entraves anteriormente descritos pelo qual passava Goiás, como alternativa econômica, associada à pecuária, Santa Luzia desenvolveu o plantio de marmelo e a feitura de seu doce cristalizado - este produto, por sua especificidade, deparou-se com certo mercado disponível. A "Marmelada de Santa Luzia" teve na comunidade de Mesquita uma exímia produtora.

> *Em 1804 apenas dois gêneros eram objetos de exportação na capitania: o bom fumo de rolo de 2:804$000, e a desde então famosa Marmelada de Santa Luzia, cuja produção para aquele ano amonta 3 mil quilos no valor de 960$000 2,3 quilos de ouro - expressão de toda a riqueza a que se resumia agora Santa Luzia: 1 por cento do ouro extraído em 1764 é de se observar que os dois únicos gêneros de exportação da capitania provinham do Planalto (Bertran, 2000:185).*
>
> *Não será de todo exagero afirmarmos que esse produto exerceu singular influência na economia luziana, de igual forma, ou em maior escala, com o ocorrido com a pecuária, pois se muitos viveram com a atividade comercial bovina, outros viveram e convivem com a industrialização desse doce (Pimentel. 1994:43.*

Segundo o mesmo autor o doce era exportado ao litoral, pois um fazendeiro do arraial comprava o excedente dos mesquitenses e o atravessava. Conta-se na região, ressaltando-se orgulhosamente a projeção nacional deste produto, que o imperador Dom Pedro I degustava a Marmelada de Santa Luzia. No período de ruralização de Goiás, o status simbólico da marmelada rompe com a idéia de isolamento e abandono. Porém, ao que concerne à legalidade de sua comercialização, rendia infimamente aos seus produtores, que eram praticamente extorquidos pelas cobranças Reais.

> *Em 1804, era cobrado no julgado de Santa Luzia quase pelo mesmo valor que rendia, ainda em boa fase, a Contagem de São João: 867$000, valor equivalente a toda marmelada exportada por Santa Luzia (Bertran, 2000:186).*

Se por um lado a Coroa não assistia Goiás, por outro se fazia presente na cobrança dos impostos. Vivendo à margem, práticas ilícitas, como o próprio quilombo o era, foram a sina dos resistentes.

> *A desobediência civil da época apesar de não documentada, pode ser imaginada com pinceladas de realidade. Contrabando, cachaça, rituais afros, não- pagamento de impostos, descaso para com a lei, entre outras, foram atitudes notórias no cotidiano do povo do lugar. A sociedade local parecia construir seus hábitos e sua cultura por elementos próprios, de tradições locais e atávicas de memórias seculares, distante da cultura europeia. Formavam um mundo à parte de um governo não reconhecido ou indiferente aos olhos da população." [Chaul, (1997:74)* apud *Souza Filho (2002:27)]*.

> *A história de Mesquita é marcada por diferenciados períodos em relação à produção deste doce. Primeiramente a Marmelada foi um marco na afirmação do território e propiciou a resistência da comunidade neste momento da história de Mesquita. Posteriormente, no início do século XX, quando novas rotas começam a inaugurar o período republicano de expansão rumo á Goiás, a produção da Marmelada de Santa Luzia crescerá e junto ocorrerá uma significante ascensão comunitária. A decadência da produção do doce também denunciará uma concomitante desarticulação social. E já no século XXI, com a emergência de uma cidadania e reivindicação de direitos étnicos em prol de sua coletividade e etnicidade, a Marmelada de Santa Luzia será retomada como símbolo da identidade do quilombo. Posto que a comunidade a considera como prova de uma ancestral idade aos negros escravos e remonta os tempos do Brasil Colônia. Será, então o estandarte simbólico da luta por seu território e sua identidade negra (Santos, 2007).*

De volta à história de Goiás e observando-a com um olhar mais atento, pode-se afirmar que foi justamente a configuração do desenvolvimento interno de sua economia de subsistência que representou o fator característico de sua resistência.

Devido ao seu isolamento, por um século os eventos de cunho nacional pouco afetaram a vida em Goiás que, a não ser por uma insignificante minoria, era alheia a eles. E assim ocorreu até os novos fenômenos históricos que marcaram outras frentes migratórias ao interior do país já no início do século XX.

> *A resistência se mostrou no isolamento da população, que se espalhou pelo imenso território. O mundo externo aos seus limites constituía uma realidade para uma pequena parte da sociedade. Para a grande maioria da sociedade goiana, o progresso tecnológico e as idéias modernas que portavam no litoral eram notícias de um mundo distante e desconhecido (Souza Filho, 2002:30-31).*

Alguns acontecimentos nacionais serão mencionados com a finalidade de contextualizar a expansão rumo à Mesquita. Não é o foco desse estudo as passagens da história do país, elas serão abordadas pois esses acontecimentos de uma forma mais direta ou indiretamente tiveram alguma vinculação com a história de Goiás e do povoado Mesquita.

> *O declínio do ouro e a emergência do século XIX foi logo seguido pelo estabelecimento da família real no Brasil em 1808 culminando na inveão metropolitana e propiciando a abertura dos portos, o que intensificou a comercialização sobretudo na faixa litorânea. Dissolvido o papel do Governador Geral com o estabelecimento da Coroa na colônia, todas as terras eram de propriedade do rei, que podia doá-las conforme interesse próprio. Porém em contraposição, neste período se prolifera a apropriação da terra através da posse: não só em Goiás como em toda a colônia, indivíduos e comunidades instalavam-se em terras menores que as conhecidas sesmarias com a finalidade de garantir sua subsistência. Nenhuma lei foi feita para regulamentar este tipo de situação não balizada no regime de doação real (Bertran, 2000)**.**

Em 1822 proclamou-se a Independência do Brasil e estabeleceu-se o Primeiro Reinado que durou até 1831, quando D. Pedro I abdicou o trono. De Capitania à Província, Goiás pouco se modificava.

> *No aspecto político, as transformações foram pequenas. Os presidentes nomeados pelo poder central, sem vínculos com a terra, ainda continuavam sendo de nacionalidade portuguesa. Os goianos os identificavam como os detestáveis Capitães Generais de um passado próximo que não se apagara [...] Com a abdicação de D.Pedro I, rebentou em Goiás um movimento de caráter nacionalista, que alcançou vitória pelas condições da política geral do Brasil (Palacín 1986:54-55).*

Santos(2006: 45) fala que este movimento de caráter nacionalista durou pouco. Com a abdicação do Imperador em 1831 os ideais liberalistas ganharam certa visibilidade. Goianos neste parco espaço de

tempo assumiram o governo da Província. Foi introduzida a imprensa e com isso a tentativa de mobilização popular. Ocorre que, em poucos anos, com a corrente dos "liberais regressistas" aliados aos conservadores - em busca de sanidade ao quadro instável na administração do Brasil - estabeleceu-se o Segundo Reinado em 1840, pelo "golpe da maior idade". Em Goiás, das pequenas mudanças ao retrocesso à velha ordem: presidentes de fora assumiam a Província com todas as problemáticas postas e pouco eficazes se faziam.

> *Na década de 1850, a criação do Registro Paroquial como instrumento precário de cadastramento rural, levava a corrida aos chamados cartórios eclesiásticos. A subdivisão das propriedades decorria de efeitos demográficos, do suceder de gerações, das migrações, dos pequenos posseiros e, sobretudo, da conversão à agropecuária, conseqüência do processo de ruralização de Goiás (Bertran, 1988:48).*

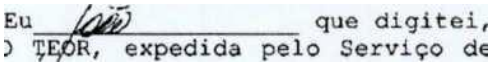
Com o Registro Paroquial algumas porções de terras seriam requeridas pelos negros como propriedade, mas como o registro de nascimento em si era privilégio de poucos, apenas os negros com situação legal, o que incluía a carta de alforria, podiam fazê-lo. E na realidade, mesmo para aqueles aptos ao requerimento, em sua maior parte, não se entendia o real funcionamento do registro de terra: tratava-se de uma comunidade etnicamente diferenciada. Comum ainda hoje em Mesquita, oriunda de uma cultura agráfica, um indivíduo apresentar certo papelucho sem valor ou que diga respeito a outro assunto dizendo "este é o documento da terra", e para aqueles que sabem ler, apresentarem outro tipo de documento acreditando ser o título da terra.

Estado De Goiás Procuradoria -Geral -Gerência de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente

CERTIDÃO N° 028/2011 2* ViaFreguesia de Santa Luzia - Província de Goiás

Em cumprimento ao Oficio n° 882/2011-INCRA/SR(28)/G DATADO DE 07/07/20U dirigido ao Sr. Dr, Ronald Christian Alves Bicca, Procurador Geral do Estado, pelo Superintendente Regional-Substituto SR-28/DFE Sr. José Ribeiro de Andrade, cópia anexo, localizado na S1A Trecho 1 lote 1730/1760 Bloco D e E, Brasília-DF (Fone: (061-3462-3947 - Fax: 3462-3990), constante na inicial do processo n° 201100003006243, no qual solicita as certidões dos registros paroquiais da Fazenda Mesquita n".: 126 e 144 da Vila de Santa Luzia, visando Estudo e conclusão do Relatório de identificação e Delimitação(TRID) do Território Quilombola de Mesquita, solicitado pela própria comunidade e imposta pelo Ministério Público Federal através de decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública - Processo n° 2008.35.01.000868-0. CERTIFICAMOS que revendo os livros de registros paroquiais, em nosso poder encontramos o livro findo de lançamentos dos registros de

terras possuida da freguesia da Vila de Santa Luzia, aberto conforme regulamento de 30 de janeiro de 1.854, arquivado sob o n° 20 e nele às folhas 60v, o registro paroquial n°126, como segue: "N°126 - Declaração que faz Delfino Pereira Braga dehumas terras que possue no município desta Villa de Santa Luzia, para ser registrada na conformidade do Regulamento de 30 de janeiro de 1.854. Oabaixo assignado possue hum Citio denominado o Misquita, contendo no dito Citio terras de cultura, e campos de criar, distante desta Villa tres léguas mais ou menos, dividindo pelo Nascente com terras do Senr. Alferes Profírio Ozano Baptista, epela parte dopoente divide com Augostinho Camello, e pela parte do Sul divide com o RyoSào Bartholomêo, epelaparte domesmo divide com oSenr. Tenente Francisco Pereira de Mello, cujas terras possuio por compra epocia que comprei doSenr. Capitão Delfino Machado de Araújo, desde 27 de Janeiro de 1855, tendo de estenção de nascente apoente huma legoa emeia, mais ou menos, e de Norte a Sul huma legoa mais ou menos. Villa de Santa Luzia 15 de julho de 1.858. Delfino Pereira Braga Eeu Padre Simeão Estylita Lopes Zedes Escrivão dos Registros que escrevi nesta Villa deSanta Luzia aos 23 de julho de 1.858". Nada mais à certificar dos aludidos assentamentos nos reportamos em vista do que foi requerido,


Eu _____ que digitei,
) TEOR, expedida pelo Serviço de

dato e subscrevo a presente certidão de inteirc teor

Certidão com os Registros Paroquiais em nome de Delfino Pereira Braga

A promulgação da lei nº 601/1850, a Lei de Terras, visava operar uma regulação da estrutura fundiária no Brasil, porém ela segundo Costa(1983) era a única maneira de garantir o trabalho livre nas fazendas: Dificultando o acesso a terra aos ex escravos, dedicados em sua grande maioria ao trabalho rural, nem incluídos como assalariados foram, eles permaneceriam assim submetidos a grande propriedade e afastados da participação da economia.

A Lei de Terras incidiu na reorganização espacial dos diversos grupos sociais e refletiu na composição da malha fundiária local. Alguns escravos, ex-escravos ou já seus descendentes conseguiram se fixar em áreas, porém, a maior parte ainda não regularizada nos dias de hoje, ficando esses grupos vulneráveis. Outros se apossaram, ou mesmo receberam doações de terras daqueles senhores que, desistindo do empreito, largavam todo o resto. Muitos grupos foram e ainda serão futuras vítimas de despejos com a chegada dos "donos" da terra que ocupam, sejam reais (de direito) ou grileiros. Outros continuaram e continuarão trabalhando em regime semi-servil, pelo favor à moradia.

Existem também aqueles que, em determinado momento de sua história, seguiram errantes, semi-nômades de futuro incerto. E todos aqueles que desfrutavam da cercania de uma imensidão de "terras vagas" e "terras virgens" presenciaram as cercas subindo e delimitando propriedades no transcurso do século seguinte. Assim as populações negras no rural goiano, adaptaram-se às intempéries, criando as mais diversas estratégias de sobrevivência, testemunhando uma série de modificações da sociedade da qual já faziam parte, mesmo enquanto segmento marginalizado. Estes processos sofridos por elas ainda alcançam a atualidade já no século XX.Esta demarcação, porém, não foi simplesmente apagada com as independências:

> *As linhas cartográficas "abissais" que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial. (Santos, 2007:1)*

As localidades de Goiás desenvolviam-se internamente. Em 1867 Santa Luzia foi elevada à categoria de Cidade. Seguindo a lógica coronelista, as famílias tradicionais se organizavam em busca de alternativas econômicas e alguma projeção além daquela ligada a um pequeno circuito inter-regional.

Em Goiás como um todo as elites tinham na família a base da vida política e o clientelismo como base. A troca de representantes locais revezavam nas famílias favorecidas e a vida política se resumia em perdas e ganhos de privilégios por parte destas, em detrimento de melhorias das condições da Província.

> *Em Goiás, anteriormente à existência de partidos organizados, aos goianos impunha-se a subordinação generalizada dos grupos políticos locais aos presidentes desconhecidos. Essa realidade provocou muita instabilidade nos rumos políticos, ocasionando trocas e perdas de privilégios por parte de grupos opostos. Todas as vezes que se chegava um novo Presidente, os representantes locais se dividiam a partir de interesses familiares, expressos na prática do clientelismo político e aceitavam passivamente as interferências de fora (Souza Filho, 2002:61).*
>
> *A organização política e busca por melhorias em Goiás eram minadas por este clientelismo conservador. Os primeiros eventos liberais que a Província de Goiás experimentou fora tardiamente, em 1870. Surgiram as primeiras organizações clubistas de famílias goianas que almejavam progresso, ascensão econômica e maior autonomia política. Comum a partir de então que as famílias mais abastadas enviassem filhos para estudar fora e para retomar com novos conhecimentos. Uma reação ao isolamento. Assim, iniciava-se na cultura local uma prática que refletirá a possibilidade de acesso ao mundo*

político e acabará por distinguir intelectualmente as classes acirrando as diferenças étnicas e a relações de poder (Souza Filho, 2002).

Entre as reivindicações aspiradas pelos liberalistas, as lutas abolicionistas foram incorporadas significando neste micro-cenário mais a luta por mudanças do poder político local e nacional do que uma contestação ao trabalho compulsório em si. Ou seja, operava mais simbolicamente do que em sentido literal, posto que a escravidão não era a extrema realidade de Goiás. As regras consuetudinárias estabelecidas em diveas relações de trabalho, como por exemplo a liberdade condicional dos negros, eram resultados de mecanismos sutis de troca que explicitavam as relações de poder - o que na lógica atual de um Estado democrático de direito podem ser comparadas à escravidão, mas para a época representavam verdadeiro avanço na questão (Souza Filho, 2002).

A economia goiana há décadas já prescindira do trabalho compulsório, portanto, a escravidão na província estava mais associada aos status dos fazendeiros e proprietários de escravos . Geralmente, eram eles os que resistiam a mudanças radicais e compactuavam com a política conservadora. Portanto, os abolicionistas procuram demonstrar a importância da associação entre o fim da escravidão e as mudanças no cenário do poder político local (Souza Filho, 2002:99).

Assim, a abolição em 1888 representou para Goiás antes de tudo a ascensão dos ideais liberalistas e a possibilidade de representações goianas, confirmados pela subsequente Proclamação da República, em 1889. Novos olhares e perspectiva já se anunciavam rumo ao Centro-Oeste. O negro ainda imerso em um cenário excludente.

Mesmo após a extinção do sistema escravista em 1888 pela Lei Áurea, Goiás não garantiu o acesso das populações negras à terra. Aquelas que ocupavam as imensas áreas vagas irregularmente ficavam até que algum advento histórico que impusesse saída ou luta por permanência. Também não houve qualquer espécie de política pública de reparação ou agregação dos ex-escravos. Ao contrário, no processo de transformação nas relações de produção para o trabalho assalariado, houve políticas declaradamente racistas de migração européia para o Brasil, com o objetivo do embranquecimento da raça, permitindo a livre entrada de migrantes nos portos brasileiros "exceto os índigenas da Ásia e da Africa".

Com a instauração da República em 1889, Goiás de Província passou a Estado. Com a reforma política, uma medida que supria os anseios da elite goiana foi a defesa da idéia de interiorização da capital.

A Constituição Federal de 1891 estabeleceu, em seu artigo 3º, a área de 14.400 quilômetros no planalto central, a ser demarcada para transferência da futura capital federal:

> *Art 2° - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.*
>
> *Art 3° - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.*

Depois já em 1892, Floriano Peixoto nomeou uma Comissão Exploradora para o Planalto Central do Brasil com o objetivo de iniciar os estudos para a demarcação de uma área onde se instalaria a nova capital do país.

A expedição, que ficou conhecida como Missão Cruls, mapeou aspectos climáticos e topográficos, estudou a fauna, a flora e os cursos d'água do trajeto, o modo de vida dos habitantes, os aspectos urbanos e arquitetônicos das cidades pelo caminho, além de fazer levantamento de doenças possíveis naquelas áreas.

A comissão delimitou um quadrilátero indicando o local mais propício à sede da nova capital. Em 1894 uma segunda missão foi realizada para estudos mais detalhados. Com a saída de Floriano Peixoto da presidência, o projeto de transferência da capital foi paralisado.

Embora a comunidade convivesse com violações de seu território, estabelecendo-se a normalidade cotidiana - o que incluía a lida com os agentes de poder externo - não havia dúvidas sobre os benefícios e impactos que a rodovia e a Estrada de Ferro faziam chegar à Mesquita, pois é justamente este o período que marca o pico de abundância do marmelo e do feitio da marmelada. Os negros vendiam grande produção para Santa Luzia, que por sua vez atravessava-a por ter novos meios de escoamento, aumentando assim a demanda.

> *Aqui fazia 400, 500 arrobas de marmelada, mandava para Luziânia em carro de boi. De lá, mandava até pra trindade.[...]Vixe esta marmelada teve um nome aqui medonho, né? (C.P.B./RTDI, 2011).*

Se em um primeiro momento a marmelada é reconhecida como alternativa de produção, já neste novo século o empreendedorismo desenvolve a ascensão do povoado. Um vasto plantio e a preparação do doce eram orquestrados por Aleixo Pereira Braga que, à frente da família, liderava a comunidade. Sua importância é tão elevada para a memória do povoado que, da mesma forma que opera o mito de origem conectando todos os indivíduos de Mesquita às ex-escravas herdeiras, as "heroínas fundadoras", todos também descendem da força organizadora e produtiva do marmelo personificada em outro herói, Aleixo Pereira Braga.

> *O tempo do Aleixo, como assim é relacionada a época em que a plantação do marmelo se fazia sentir na maioria das casas dos moradores daquele povoado, é relembrado, pelos mesquitensses, como sendo o período em que as pessoas sobreviviam às custas da terra, onde era possível retirar boa parte de seu próprio sustento através da comercialização da marmelada, da farinha de mandioca, bem como da plantação de roçados, como feijão, arroz, milho e outros produtos destinados ao sustento daquela unidade familiar (Santos, 2009:8).*

Esta época marca um tempo de abundância de desenvolvimento e coesão social. Aleixo Pereira Braga foi o lendário líder comunitário que estruturou Mesquita e trouxe avanço das conquistas materiais por possuir um olhar empreendedor que fortalecia a família. Aleixo é filho de José Pereira Braga e de Maria do Nascimento, que por sua vez, segundo o mito de origem, é a descendente direta de uma das três ex-escravas que herdaram a terra. Ou seja, Aleixo é neto de uma das "heroínas fundadoras".

> *Aleixo nasceu em 1881, na própria Fazenda Mesquita. Deu início à maior plantação de marmelo que houve naquelas terras, pois possuía um sítio com mais de 86 alqueires. Por conta disso, empregava em seus marmelais outros mesquitenses, todos parentes, pois, segundo afirmam até os dias atuais, o trabalho com parente é melhor porque não correm o risco de colocarem pessoas estranhas dentro de casa. Aleixo, no entanto, não pagava seus empregados com dinheiro; muitas vezes, dava um capado (porco) como forma de pagamento ao serviço prestado. Desta forma, este tipo de relação não constituía um mutirão, pois era um trabalho permanente, ainda que realizado por familiares, e também não tinham um caráter essencialmente capitalista, já que não visava a subordinação pelo trabalho (Santos, 2009:9).*

A vida comunitária era organizada pelo trabalho. O modelo tradicional de produção era baseado em trocas intra-familiares. O que estruturava estas trocas era a rede de reciprocidade que se estabelecia entre os grupos domésticos. Não apenas o porco ou qualquer mantimento era a forma de pagamento, mas a certeza

de que assim como se prestou serviço a um familiar, certamente ele fará o mesmo. As trocas e o trabalho coletivo eram os mantenedores desta vida social e funcionavam como rodízio entre as terras de produção.

Outra forma tradicional de produção era a "meia". Usavam uma só terra para cultivo e dividiam o que dela se extraía. No mesmo sentido, trabalhar "na meia" para a família significava agregação de trabalho e o uso comum das terras - ao contrário do que ocorria quando se trabalhava na "meia" para um fazendeiro, que disponibilizava a terra para a comunidade rural subordinando-os pelo trabalho. Na "meia" entre os próprios quilombolas todos trabalhavam, dividiam a produção e não se era subordinado um ao outro. Todos eram "donos desta terra e do trabalho". Uma espécie de união associativa.

Os mutirões também eram eventos de vital importância para a sociabilidade e sobrevivência. A comunidade se juntava e trabalhava um dia inteiro na produção de um membro familiar e em troca ele providenciava a comida, a bebida e a festa ao final dia.

> *Aquela época era bom. Terminava o serviço, tinha comida e pau comia no forró* (C.P.B./RTDI, 2011)

Internamente, enquanto comunidade, Mesquita vivia seu período de glória e alguma riqueza. O impacto das diretrizes nacionais rumo a Goiás haviam trazido melhorias. Importante citar que em 1922, nas proximidades do quilombo, houve uma nova investida na idéia de interiorização da capital, que mais valeu por seu ato simbólico: o então Presidente da República Epitácio Pessoa, determinou o assentamento da Pedra Fundamental nas proximidades de Planaltina. Os acontecimentos pátrios passavam a afetar estas longitudes com mais significância.

Em 1926 a Coluna Prestes alcançou Santa Luzia e aportou em Mesquita causando horror e pânico - eram os ventos que anunciavam as mudanças políticas do país que se seguia rumo a esta comunidade que não poderia ter idéia da dimensão dos subseqüentes acontecimentos. Em Mesquita fala-se da passagem dos revoltosos como evento traumático para a população local.

> *Os revoltoso quando passavam aqui, eles saía assim na carreira nos cavalo aí chegava em fazenda... aí o fazendeiro era obrigado a correr. Se não pegava junto e botava pra montar no cavalo também, né? Aí saía daquela casa, pegava porco no chiqueiro, matava repartia dava pros outros. Daí levou uns dois daqui do Mesquita. Três! Três aqui*

> *do Mesquita. Aí soltaram eles lá pra frente e eles voltaram lá pra trás. [...] Tem um que nunca voltou (C.P.B./RTDI, 2011).*

A década de 1930 foi marcada pela queda da conservadora República Velha por meio da "Revolução de 30". A era Vargas duraria 15 anos incluindo a instauração do Estado Novo (1937-1945), com uma meta de cunho desenvolvimentista emergiu na era Vargas a ideologia conhecida como "Marcha para o Oeste":

A criação de colônias agrícolas, desenvolvimento da Estrada de Ferro" a construção de rodovias, estímulo à agropecuária - que se firmava como o novo pilar da economia de Goiás - incentivavam a migração para o Estado. Com a movimentação da economia, ampliaram-se os fluxos de comércio e assim a conseqüente emergência de centros urbanos - a partir de então se destaca o nascimento de cidades com planejamento prévio.

Neste contexto, em 1933 assentou-se a pedra fundamental da cidade de Goiânia, construída de forma planejada para transferir a capital do Estado - até então sediada na Cidade de Goiás (Arraial de Sant'Ana). O objetivo era definir a capital em uma localização mais estratégica privilegiando o acesso e com isso o desenvolvimento local. Pode-se dizer também que houve um importante significado na transferência: a imponência da antiga capital era associada ao período áureo de mineração e posteriormente, em conseqüência, também à imagem da decadência citadina. Uma nova cidade criada sob as demandas do progresso, dissociada do passado letárgico do declínio da mineração, imputava um marco simbólico para o Estado. Apesar da inauguração oficial de Goiânia ter ocorrido em 1942, em 1937 a cidade já era reconhecida como a nova capital de Goiás.

Em 1934 a nova Constituição estabeleceu o voto secreto, o voto feminino, o ensino primário obrigatório e diversas leis trabalhistas. O voto secreto significou um obstáculo ao "voto de cabresto" preponderante na República Velha. Os direitos trabalhistas e o acesso à escolaridade eram tentativas de minar o poderio da velhas oligarquias e uma tentativa de comunhão nacional balizada por um Estado Brasileiro. Em Goiás, embora a Constituição sinalizasse a compreensão de determinadas demandas, havia-se o histórico de um Governo ausente, não possuindo um aparelho de Estado que se fizesse cumpridor das

leis, sobretudo para aqueles que ainda não entendiam a nova lógica impressa e eram oriundos de um mundo agráfico e muito distante, na prática, do novo modelo Estatal.

Em Mesquita sempre houve a referência ao ator de poder, o coronel ou "quarteirão".

> *O Governo nesta época era Goiânia, Goiás Velho e Luziânia. Mas era assim: nas fazendas tinha o "quarteirão". Lá no Mesquita, lá no Garapa. Então cada... Igual Mesquita ali tinha um senhor que se chamava senhor de um jeito que era Quarteirão. Então ele é que mandava na área (J.A.P.).*

Importante também ponderar que, com as novas investidas rumo ao interior, os hábitos e traços culturais em Goiás caracterizados por muitos autores como "embrutecidos" passam a refletir, em forma e graus diferentes para cada estrato social, pequenas mudanças. As elites mais abastadas passam a se distinguir ainda mais pelo capital intelectual em relação às classes menos favorecidas de cultura rural - e por isso, sentem as transformações bruscas de urbanização de forma mais amena. Assim, o acesso ao mundo político e o preparo para a inteligibilidade das mudanças que já se iniciavam imputando nova lógica, nova ordem e novo dinamismo local, foi privilégio de uma elite que pôde absorvê-las melhor.

As novas investidas de interiorização da capital representaram não só a expansão de cidades, progressos e acessos, mas também de uma lógica econômica que seria afrontada com a lógica local. O Brasil passava por um processo de alinhamento às novas demandas internacionais orientada pelo capitalismo, mas ainda com um forte teor nacionalista.Todas estas investidas rumo ao interior do país, começava a apresentar os primeiros impactos direcionados à região de Mesquita. O assédio de terras em suas proximidades se dava pela frente de expansão da agricultura, que se instalava paulatinamente.

O aumento da produção desenvolveu um outro olhar sobre a terra e o trabalho. Em certa medida, nesta época a comunidade que vivia basicamente de subsistência, começa a lidar com um acúmulo de maiores proporções. O excedente, o crescimento da produção e o desenvolvimento familiar, em contra-senso, também foram fatores de pressão para a divisão da terra, que ocorreu orientando a comunidade para uma nova forma de se lidar com o território. Feita a divisão, a vida comunitária estabilizou-se. Inclusive os casamentos, que eram feitos normalmente entre Pereira Braga e Teixeira Magalhães.

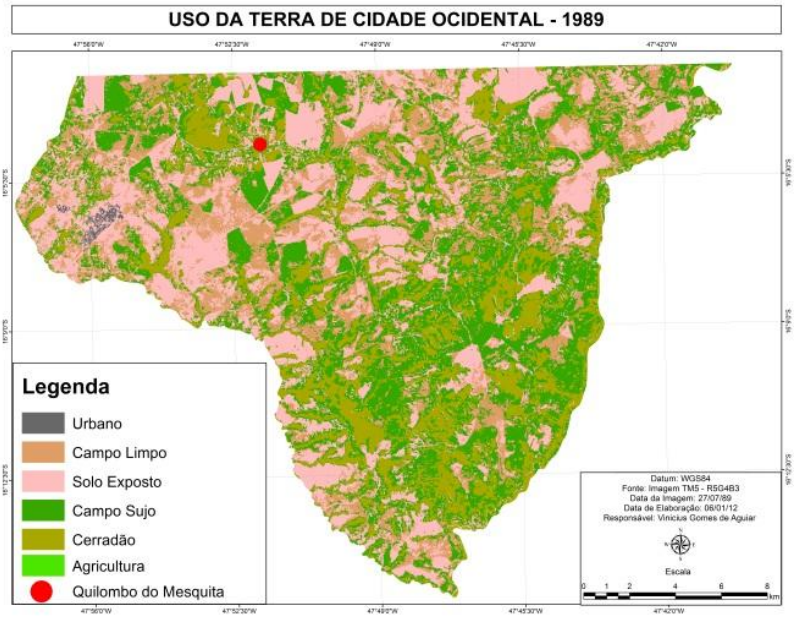


Figura 10 Uso da Terra Cidade Ocidental- 1989

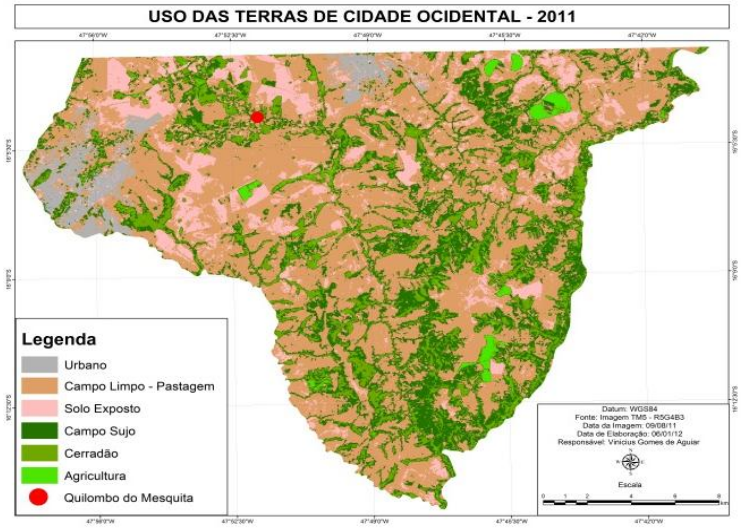


Figura 11 Uso da Terra cidade ocidental - 2011

O marco da paisagem de referência na memória da comunidade de Mesquita é todo o território dividido e pertencente aos núcleos familiares. Por mais que já tenham perdido a posse de muitas áreas, ainda no presente, a terra tem um concomitante familiar. E a terra que guarda a memória. *E lá que tá enterrado o meu umbigo.*

Os técnicos do INCRA relatam e essa pesquisadora pode observar também que ainda hoje, ao caminhar com os mesquitenses pelas terras de Mesquita, eles se referem às localidades indicando os núcleos familiares a que pertence cada parte do território, muito embora estas terras já estejam em poder de terceiros.

-Ali é do meu avô. Meu umbigo tá enterrado ali.
-Seu avô mora alí?
-Não, quem tá hoje é Manuel Junqueira.
(Diálogo entre técnico do INCRA e R./RTDI, 2011)
- Sabe ali nas terras de seu Dito, então, desmataram tudo.
- Eles quem ?
- Os que tão lá agora.
(Diálogo entre técnico do INCRA e J.A.P.)

As necessidades individuais, e a disposição individual sobre a gestão do território, inaugurada no evento da divisão territorial interna, fez com que a comunidade fosse imersa em um efeito dominó sem fim previsto. Em e em pouco tempo ocorreu o desmembramento de todo o território sem que fosse percebido à priori.

Por isto os mais velhos declaram hoje que a divisão de terra acabou por ser um divisor de águas na história da comunidade. *Aí é que tudo mudou* - dizem. Mesquita, caracterizada há séculos pelo uso comum da terra e da produção - possuindo o domínio dos códigos que norteavam a vida coletiva nestes termos, por isto coesa - encontrou nas conseqüências futuras deste evento uma bifurcação na trajetória social cujo caminho traçava-se sob códigos que ainda não se tinha domínio. Se antes a alteridade apresentada na própria organização social e acesso a terra - que denunciava o equilíbrio entre o ordenamento interno e externo na ocupação do território, *"um tratado para dentro, outro para fora"* - era a mantenedora de uma estrutura social diferenciada da estrutura hegemônica, percebe-se neste momento a penetração de códigos hegemônicos que entrarão em conflito com a harmonia interna do grupo. A própria alteridade, o limite de entendimento lógico, os valores, a percepção de mundo, a cosmografia... Enfim, bases de distinção étnicas, que também serão agentes de desequilíbrio. Não possuindo domínio suficiente das "regras do novo jogo", Mesquita entrará em um circuito assimétrico de relação com a sociedade envolvente que a encaminhará ao colapso de sua ordem estrutural.

Intuíam-se as necessidades de novos vôos e entendimentos da ordem econômica que surgia. O empreendedorismo da época captava inclusive a urgência para a alfabetização da comunidade - ainda que de forma improvisada, como alguns membros da comunidade descrevem - iniciava-se a primeira escola na sala da casa de Aleixo. Pouquíssimos de fato foram alfabetizados neste contexto. Apesar da iniciativa haviam muitas dificuldades postas.

> *As primeiras escolas foi meu pai, o Benedito Antônio, que trazia professora de Luziânia, em 1949... que trazia professora de Luziânia, a cavalo. Ela passava a semana inteira na casa do sogro Aleixo Pereira Braga, era aquela casona azul que tem lá na frente. [...] Só que ainda era muito fraco (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

A paisagem da região era diferenciada substancialmente da atual. Matas e poucos caminhos: muita dificuldade de acesso inclusive para cidade de Santa Luzia. Contam que esta dificuldade de acesso era sentida mais na hora de uma emergência médica.

> *Muita gente morreu à míngua. Porque a cidade mais perto que tinha aqui era Luziânia. Não tinha carro, saí daqui pra salvar de um aí, já morreu (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

As mudanças e os ventos da modernidade sopravam rumo ao interior, e chegou provocadas pelas emergências das elites locais atribuindo-se novas características estéticas e sócio-culturais que aspiravam pelo progresso. Neste contexto, um ato simbólico que traz um significado desta emergência: em 1943 a cidade de Santa Luzia teve seu nome alterado e passa a se chamar Luziânia, segundo a tendência americana, *conforme o desejo de muitos de seus filhos ilustres* (Pimentel, 1994:65).

Em 1946, já no governo de Gaspar Dutra, foi estabelecida a "Comissão Técnica de Estudos de Localização da Nova Capital", porém sem muitas medidas práticas. Em 1952, no segundo mandato de Vargas, o Congresso Nacional aprovou a lei que determinava estudos para a edificação da nova capital brasileira no Planalto Central. Em 1954, o então presidente Café Filho homologou os estudos que foram concluídos após três anos, abrangendo uma área superior - 52.000 quilômetros quadrados incluindo parte de Goiás e Minas Gerais. A Comissão de Planejamento e Localização da nova Capital, sob a Presidência de José Pessoa, a convite de Café Filho foi à responsável pela exata escolha do local onde hoje se ergue Brasília. Em 1956, sob a grande meta do então presidente Juscelino Kubitschek inicia-se os trabalhos. Em meio a todo este movimento de estudos e início das construções Mesquita se assustava com elementos que nunca tinha visto.

> *Passava avião aqui o pessoal não sabia o que era aquilo. Se tocava pra casa. Pensava que era guerra mundial (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

De fato, poucos anos antes, depois que o Brasil declarou sua entrada na Segunda Guerra Mundial em 1942, mesquitenses foram recrutados para o Exército. Esta era a única referência que tinham de aviões - através do rádio de pilha e das notícias dadas na concentração do exército. Embora a população deste rural tenha sido recrutada, e Seu S.foi um deles, ninguém chegou a ser enviado à Itália - onde se deu a pequena participação brasileira em campo de batalha.

> *Lá [no exército] que tiram o registro, a identidade, que ninguém tinha aqui. Nem de nascimento (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

Assim os avioes ficaram associados na comunidade a situações extremas, de guerra, de combate, o grupo desconhecia a intenção e os planos do Estado e o que viria a acontecer por estas terras.

> *Eu lembro das histórias de vovô Dito. Ele diz que quando passava os aviões aqui o povo se escondia pensando que era guerra (Sandra Pereira Braga).*
>
> *O primeiro avião que passou lá no Mesquita, tinha uma mulher, uma vizinha nossa, a Anísia, a menina tava buchuda e com uma guria pequena no braço, quando viu saiu correndo gritando: socorro, o mundo ta acabando!*
>
> *Aí caiu no chão nós tivemos que pegar ela dá a ela água.. (ALC- Relato ao INCRA).*

A população de Mesquita só compreendeu o que ocorria naquela área anos depois. Hoje contam estas histórias com certo deboche de si - o que denuncia: as coisas mudaram, , um ato simbólico que traz um significado desta emergência. Em 1943 a cidade de Santa Luzia teve seu nome alterado e passa a ser denominada de Luziânia, *conforme o desejo de muitos de seus filhos ilustres* (Pimentel, 1994:65).

1.5 AS INFLUÊNCIAS DE BRASÍLIA SOBRE A COMUNIDADE DE MESQUITA

Em maio de 1892 uma Comissão Exploradora do Planalto Central veio explorar e demarcar no Planalto Central Brasileiro o local onde seria a futura capital. Em 9 de junho de 1892, após a nomeação da comissão, Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e outros 21 membros, entre cientistas, técnicos e militares partiram do Rio de Janeiro até Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia)

e Formosa, após isso retornaram ao Rio de Janeiro onde, em 1894, Cruls recebeu do governo Floriano Peixoto a incumbência de realizar uma segunda missão, onde deveria instalar uma estação meteorológica no local; providenciar ligação telegráfica à rede mais próxima; proceder ao reconhecimento da ligação férrea ou férreo-fluvial; escolher o local da cidade dentro do quadrilátero; e aprofundar levantamentos sobre o clima, abastecimento de água, topografia e natureza do terreno.(Correio Braziliense,2010)

Em 21 de agosto de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma Comissão de Estudo para a localização da Nova Capital sob a presidência do general Djalma Polli Coelho. Vinte meses depois, o general entregou o relatório final no qual endossou a proposta da Missão Cruls, mas ampliou a área sugerida, estendendo-a em direção a alguns rios que deveriam funcionar como limites naturais. A nova área de 52 mil Km² conhecida como "Retângulo do Congresso"[16] e a mensagem encaminhada ao Congresso foi assinada em Corumbá, Mato Grosso. Pela sua importância, ficou conhecida como "Mensagem de Corumbá.

Em mensagem encaminhada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra com relação às conclusões a que chegou a Missão Polli Coelho, o Congresso Nacional, após cinco anos, aprovou a Lei No 1.803, de 05 de janeiro de 1953, que autoriza a realizar estudos definitivos para a escolha, no Planalto Central, de um sítio para a nova Capital Brasileira. Com a sanção da Lei, coube ao presidente Getúlio Vargas, em junho de 1953, designar a realização desses estudos definitivos através de uma Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo General Aguinaldo Caiado de Castro.

O estudo deveria selecionar os cinco sítios que apresentassem a melhor solução de compromisso entre os condicionantes. A escolha do local, em que se situaria a futura cidade, sairia da avaliação desses cinco sítios e da definição de qual deles seria melhor ao estabelecimento da Capital Federal, para isso seria necessário sigilo envolvendo o processo, pois com a escolha do sítio poderia acontecer uma corrida especulativa para compra das terras da região, colocando em risco e também empecilhos jurídicos o processo de desapropriação indispensável à construção da cidade. Dos sítios identificados apenas por cores a escolha caiu sobre o chamado Sítio Castanho.

[16] Retângulo do Congresso: 52.000 quilômetros quadrados, ou 52 mil Km² escolhidos pelo Congresso Nacional.

Quanto à minha opinião, formada desde já, é com a mais solida e franca convicção que vos declaro que é perfeita a salubridade desta vasta planície, que não conheço no Brazil Central logar algum que lhe possa comparar em bondade. A esta qualidade primordial do Planalto convem acrescentar a abundancia dosmananciaes d'agua pura, dos rios caudalosos cujas aguas podem chegar facilmente às extensas collinas quenas proximidades se vão elevando com declives suavissimos.Luiz Cruls - Relatório Cruls,1892

Só em 1955 no governo do presidente Café Filho foi solicitada a delimitação do Distrito Federal, em torno do síto castanho, para que o presidente oficializasse a escolha; e a decretação da utilidade pública das terras para fins de desapropriação. Esta última teria de ser feita em sigilo para evitar a especulação imobiliária, teriam que desapropriar as terras sem noticiar qual o sítio teria sido o escolhido. Ernesto Silva,1999

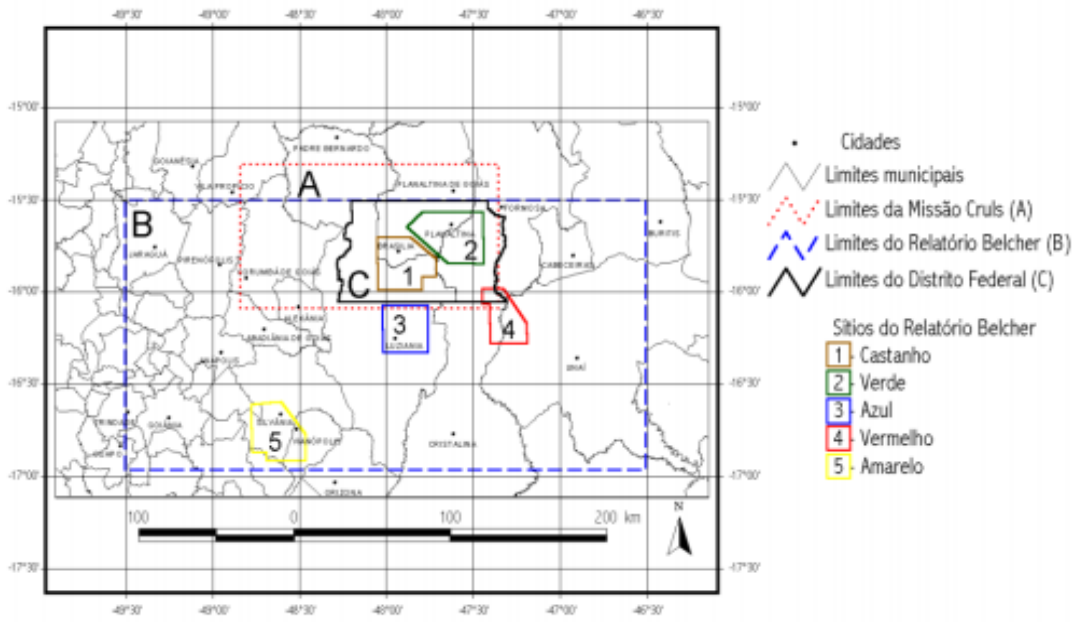


Figura 12 Mapa geral do Retângulo com localização dos limites das áreas indicadas pela Missão Cruls e pelo relatório Belcher-Fonte CODEPLAN

Esse receio de especulação imobiliária, caso vazasse a informação sobre o sítio escolhido, antes de se tomarem medidas legais, tinha raízes na história do "Grupo de Santa Luzia" (onde está localizado o Quilombo Mesquita), que desde a Missão Cruls sempre defendeu a escolha do local:

> *"Em 1927, Germano Roriz deu novo impulso às ações do movimento mudancista, implantando um loteamento denominado Planaltópolis. Os lotes ficavam próximos ao local onde estão atualmente os palácios da Alvorada e do Planalto, em terras então doadas pelo fazendeiro Delfino Machado de Araújo, que havia se sensibilizado com a campanha de Roriz"*

Foi formada uma subcomissão formada por três engenheiros, sendo dois deles, do Serviço Geográfico do Exército que fez o traçado dos limites do futuro Distrito Federal em torno do *sítio castanho*, compreendendo também uma parte do *sítio verde* (segundo colocado na avaliação).

O presidente Café Filho em 28 de abril não quis assinar o decreto, passando para o governador de Goiás a missão. O marechal Pessoa, responsável pelo processo a época foi em um avião da FAB para Goiânia, e após conversar com o governador José (Juca) Ludovico explicou a situação e pediu a decretação da utilidade pública das terras do futuro DF, para fins de desapropriação.O governador, segundo Ernesto Silva, em uma longa reunião fez o decreto estadual que foi assinado em 1° de maio, com data da véspera.

O decreto estadual foi lido à noite, no Palácio das Esmeraldas, diante da sociedade de Goiânia, ainda segundo relato de Ernesto Silva, "todo o Brasil tomou conhecimento dos limites definitivos do novo Distrito Federal".

> *"Claro está que o anúncio do decreto estadual não tinha esse poder de estabelecer os "limites definitivos do novo Distrito Federal". Na prática, porém — além de instrumento legal contra especulação imobiliária —, foi um golpe de múltiplos efeitos: divulgou em primeira mão o sítio escolhido e os limites traçados pela* ***Comissão de Localização****; incluiu o governo e a elite de Goiás como atores legítimos do processo de mudança; deixou para trás a equipe de Juscelino e o governo de seu adversário político, Café Filho; colocou o marechal Pessoa na pauta da imprensa para novas entrevistas."*(Ernesto Silva,1999)

Ernesto Silva afirma ter tido nessa época uma intensa atividade de "marketing" para a mudança da capital, a questão foi popularizada e o Marechal Pessoa foi o responsável pela pergunta feita por um morador de Jataí sobre a transferência da capital a Juscelino Kubitschek no primeiro comício da campanha.

> *"Estava, pois nas ruas, na consciência do povo, a necessidade da mudança. O marechal Pessoa havia participado, através de sua palavra, desse necessário preparo psicológico: agora era o próprio povo que exigia a transferência da capital"* (Ernesto Silva, 1999)

Em maio o engenheiro-agrônomo Bernardo Sayão, vice-governador de Goiás, foi incumbido de abrir a primeira pista de pouso do futuro DF na Fazenda do Gama, com 800 metros de extensão; e iniciar o campo de pouso (então considerado) *definitivo*, de 2.700 metros, onde hoje existe a Estação Rodoferroviária. Ainda em maio, foi armada a cruz de madeira na atual praça do Cruzeiro (Eixo Monumental), o ponto mais alto do Plano Piloto de Brasília.

Só em 1° de setembro, 4 meses depois o Diário Oficial da União publicou despacho de Café Filho, em processo interno da Presidência da República (n° 19.685/55), aprovando e homologando a escolha do sítio e os limites do futuro Distrito Federal.

Com a vitória de JK a 3 de outubro já comprometido com a localização da nova capital no planalto foi destinado recursos pelo Congresso para a transferência.Empossado em 31 de janeiro de 1956 criou a Novacap e o Diário Oficial da União publicou o edital do Concurso Nacional do Plano Piloto de Brasília (cujo resultado sairia em março de 1957).

Figura 13 Campanha em Defesa da Posse de JK -1954

Em novembro de 1956, chegaram a Brasília 250 trabalhadores, que foram instalados em barracas de lona, Quando Sayão chegou a Goiás, necessitava de trabalhadores, nessa época meu pai, nascido nas “terras

de preto" de Santa Luzia era um excelente motorista de caminhão, foi contratado para trabalhar na construção da estrada, que iria até a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, do Ministério da Agricultura. O plano dessas Colônias Agrícolas era o de fundar grandes fazendas para que elas atraíssem as populações pseudo nômades do interior, gente sem nenhum peso econômico, sem nenhuma oportunidade, lá ele conheceu minha mãe, casaram-se e a convite do Dr. Sayao em 1956 vieram para Brasília papai inicialmente e no ínicio de 1957 a família, foram morar em barracas de lona como todos os chegantes vindos para a construção. (Ernesto Silva, 1999)

A construção de Brasília, produziu uma forte alteração na vida dos habitantes de todo o Centro-Oeste, incluído aqui o Quilombo de Mesquita, em função do grande fluxo de pessoas vindas para o entorno do Distrito Federal, facilitado, sobretudo pela abertura estradas como a BR- 040 que passa por Luziânia ligando o Distrito Federal e Minas Gerais . (Ernesto Silva, 1999)

As crescentes demandas de matérias-primas, a absorção crescente de trabalhadores, o engrossamento das correntes migratórias, mudaram as relações econômicas e sociais com maior ou menor intensidade em toda a região (op.cit).

No caso de Luziânia, a construção de Brasília produziu alterações especificas e profundas não só em relação à população como também à organização política do território. O aumento rápido e intenso das migrações alterou a composição da população, mudou os hábitos e diluiu a identidade cultural regional. Além disso, houve um aumento brusco da população (op.cit).

A necessidade de alojamento liberou o surgimento de grandes números de loteamentos, muitos deles produzidos pela especulação imobiliária e sem condição mínimas de infra-estrutura, o que ainda hoje é um dos mais graves problema urbanos do município (Álvares, 1979).

Na segunda metade do século XX, em 1960, foi inaugurada a nova capital do país, Brasília, a apenas 50 km de distância do Mesquita. Esse fato transformou a sua estrutura territorial, pois parte do território do Quilombo se encontrava dentro do quadrilátero do DF. O território quilombola foi desconsiderado no processo de demarcação do DF. A desapropriação das terras foi um dos processos que acompanhou a construção da nova capital. Os quilombolas não conseguiram provar a titularidade de suas

terras que foram ocupadas por atividades públicas e para a construção das cidades satélites (Machado, 2007:32).

Como a maior parte da ocupação da área perante o Governo era "irregular", houve algumas perdas para a população local, que não poderia ser sequer indenizada pela terra. De uma forma geral, o próprio empreendimento da construção e a chegada maciça de pessoas provenientes de um universo cultural ainda distante assustavam os ocupantes. Estes deixavam certo pedaço de terra mais próxima ao empreendimento, migrando para outra localidade.

Mudanças locais e o encontro de realidades distintas iniciavam o período desenvolvimentista e a introdução capitalista. Aos poucos a chegada do dinheiro em espécie provocou transformação da relação de trabalho em Mesquita, o que por sua vez refletia-se em mudança com o meio ambiente e a forma de produção tradicional.

Em Goiás a situação de privilégio agropecuário continuaria, mas, a partir das décadas de 1960 e 1970, grandes investimentos vão incluir, de novo, a mineração entre as atividades econômicas relevantes do Estado. Desde então, a agricultura começa a se modernizar, novas tecnologias de plantio surgem para o cerrado e agroindústria inicia uma fase de expansão.

Com a construção de Brasília chegavam, além de novos mercados também investidores e fazendeiros na vizinhança, oferta de trabalhos mediados por dinheiro, técnicas e formas de produção inovadoras, diferentes meios de escoamento. As práticas tradicionais aos poucos foram consumidas pelo mercado que se estabelecia na redondeza. Mesquita não podia competir com as novas práticas produtivas que surgiam na região. A oferta de empregos aumentou o "custo de oportunidade" para o pequeno produtor de Mesquita. Os negros não podiam medir os mecanismos existentes nessas transformações e relações mediadas pelo capital. O modelo tradicional de produção entrava em franca decadência sem que a comunidade pudesse calcular o real impacto. Era evidente que o emprego da mão-de-obra local trazia certo beneficio imediato, mas em longo prazo custaria caro à comunidade. Esse é assunto para o próximo capítulo

> *Só que naquela época a vantagem é que você trabalhava... E por exemplo, lá mesmo na comunidade eu cansei de ver meu pai, o pai deles [primos], e os tio dele trabalhar... aí não tinha como receber dinheiro do povo. Por exemplo, esse aqui era um fazendeiro tinha*

> *25grande tal, então ia eu R./RTDI, 2011, tal... colocava a enxada na carcunda e ia trabalhar para ele. Aí ele não tinha dinheiro para pagar pra nós. Então o que ele dava? Dava lá dois quilos de toicinho, dava lá uma meia quarta de arroz, feijão... Então era trocado o mantimento pelo serviço. Ninguém tinha o dinheiro para pagar assim [o serviço]. Depois de Brasília pra cá é que foi mudando. Já foi aparecendo o dinheiro. Foi trazendo muita gente. O pessoal veio do Rio de Janeiro, de São Paulo de caminhão pau de arara. Porque nem ônibus entrava pra cá (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Em Mesquita, no período que estas novas mudanças chegavam, coincide com a narrativa do declínio da produção de Marmelo. O impacto nas relações sociais insidia diretamente nas relações produtivas. A produção do marmelo *'ficou cara ".*

> *A doença do marmelo foi um pouquinho depois de Brasília. O remédio que vinha batia, mas não combatia doença nada! E mesmo da terra. [...] Isso aqui era marmelada pra quem não desse conta de fazer...Deu uma doença e matou. Doença da terra. E broca, foi invadindo. Com o espaço de tempo... Melhorava um pouco tornava a morrer (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*

> *Os pés de marmelo foi acabando. Deu broca foi adoecendo aí foi acabando. [... O povo foi largando de plantar também. [...juntou com a doença.[...]Tinha que ser uma roça que desse conta de você mesmo tocar. Põe aí dez, vinte, peão pra trabalhar... Hoje você não põe nenhum (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

> *A doença foi essa. O povo parou de plantar e parou de zelar. Quando não zela a coisa aí morre. Acaba tudo (R./RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*

Assim, embora o enfraquecimento do cultivo do marmelo seja relacionado a problemas próprios da agricultura, "doença da terra", e também à falta de estímulo à produção, na realidade a chegada da lógica capitalista na produção no campo colaborou com esse declínio, lentamente essa lógica do capital que patrocinou a construção de Brasília e estendeu os seus mercados agroindustriais, e em seguida estabeleceu-se sobre a lógica do povoado. Os produtores migrantes chegavam às redondezas de Mesquita com novas ferramentas e ofertas de salários que a realidade local não poderia cobrir. Além dos defensivos agrícolas e os conhecimentos relacionados a toda uma nova escala produtiva já causavam impactos suficientes, havia o agravo de que o assalariado não podia ser sustentado no modelo tradicional de produção - antes o trabalho da família era composto por mutirões, trocas e alimentos.

> *O marmelo foi de uma força aqui. Mas é que em Luziânia eles não ajudavam. Eles só queriam a Marmelada pra levar para Goiânia, e fazer propaganda com a marmelada*

> *deles aqui [referindo-se à falta de incentivo que antes não fazia diferença não existir] (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*
>
> *A situação financeira que é pouca. Não tinha força do nada. Pouco dinheiro e a pessoa não tinha como.... Porque hoje é a sola do dinheiro, né? E com dinheiro mesmo que você organiza a coisa (R./RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*
>
> *Antes arrumava peão baratinho pra trabalhar... Hoje você vai caçar um peão, ele não faz nada e quer ganhar muito, né? Aí não contesta, a roça foi ficando assim (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

Para uma comunidade que vivia em condições de quase isolamento em sua terra, a disponibilidade dos recursos naturais ao mesmo tempo em que determinava as relações que ali se estabeleceram também era determinada pelo uso racional da força de trabalho. Suas práticas produtivas equilibravam-se com o meio em que se inseriam - desde a mão-de-obra ser pautada por uma rede de reciprocidades como também a não exploração limite desta força de trabalho. O equilíbrio entre as práticas produtivas e os recursos disponíveis se transformava em uma *forma* perpetuando-se: a forma produtiva tradicional do quilombo. Se a terra e o homem eram os mantenedores do alimento, o cuidado com estes elementos visava sua maior disponibilidade. O cálculo dos roçados previa em longo prazo a manutenção da sobrevivência familiar. Só se retirava da terra aquilo que era necessário. Não se desperdiçava nem trabalho, nem outros recursos. Vivendo em subsistência, o acúmulo era perecível. Para a produção do marmelo também se havia limite.

Porém, com a construção de Brasília e a instalação de fazendas modernas, Mesquita foi abordada com oferta de capital em troca do trabalho, ao mesmo tempo em que chegava um novo mercado competitivo. Assim para dar suporte à construção de Brasília, necessitou-se da mão-de-obra, de produtos, de uso do território. A cidade pedia oferecendo dinheiro em troca do serviço e dos produtos. Este processo iniciou uma série de mudanças que reinseriu a comunidade em uma nova ordem econômica. A possibilidade do acesso e a possibilidade da integração com a sociedade envolvente para um grupo que vivia até então isolado com marca da escravidão, eram elementos dotados de um simbolismo que por si já respondia a expectativas de melhorias para a comunidade.

A rápida entrada do capital - para um grupo que estava acostumado com outro tipo de troca baseada em uma economia de subsistência - impacta com a possibilidade de acúmulo de riquezas. Assim, consegue-

se mobilizar uma massa de mão-de-obra que, em condições anteriores, estaria envolvida em uma atividade produtiva tradicional.

E neste caso específico, na situação de construção de uma cidade planejada que se dá na concentração de recursos em favor de um grande projeto - logo que esta meta se cumpra se restabelece um equilíbrio e o aporte de capital diminui bastante.

Assim da mesma forma que o capital entra - depois de esgotar o recurso de seu interesse - ele se retira ou se minimiza. Porém, já estabeleceu na comunidade uma relação de dependência na troca mediada pelo dinheiro. Causou um impacto social e territorial, inserindo uma comunidade antes sustentável em sua subsistência, novamente à cativa dentro do sistema capitalista. A eficácia simbólica da chegada do progresso esconde em sua *forma* de entrada o desarranjo e o reordenamento dos "grupos menos favorecidos".

Na relação lógica da entrada das estruturas sutis de avanço do capitalismo a mão-de-obra que passa a ser empregada, é a parte vulnerável. A característica própria deste tipo de relação é de natureza desigual e seu produto mais grave é a separação abissal entre os favorecidos e os desfavorecidos.

A lógica do capital entra na economia de grupos que vivem da subsistência por oferecer em curto prazo uma rápida e imediata recompensa, mas de vida curta. Ao contrário do trabalho no roçado em que se espera o ciclo se completar do plantio à colheita. Assim há uma inversão do tempo do trabalho. Também se pode constatar que há uma mudança na ordem dos desejos. A comunidade passa a lidar com novas referências do que se considera "necessidades básicas". Assim se instaura na mentalidade de seus indivíduos uma busca incessante por um novo padrão de vida, mesmo que a estrutura econômica vigente o exclua deste padrão de referência. Isto gera um processo de retro-alimentação do sistema capitalista que se instala: a manutenção do antigo padrão de subsistência dos grupos menos favorecidos é abalada, pois o que se considera "básico" ou "desejável" amplia-se de forma que se estabelece uma dependência dos serviços e acessos disponibilizados pelo mundo urbano que passam a ser considerados de vital importância. A mão-de-obra necessita então do capital para mediar às novas trocas desejáveis, sendo absorvida e, conseqüentemente, inserindo-se na polaridade menos favorecida da relação assimétrica intrínseca ao desenvolvimento capitalista.

Os mecanismos invisíveis de entrada do capital se dão nessa aptidão de se infiltrar no ordenamento interno da comunidade com o próprio consentimento desta, devido à capacidade de se ocultar seu real planejamento e futuras conseqüências, oferecendo vantagens imediatas (Santos, 2003). Para a comunidade é uma experiência nova, que a princípio só demonstra seu saldo positivo. Porém, como a entrada abrupta de capital só prevalece enquanto durarem os recursos de interesse, em longo prazo se esvai sua aplicação. A comunidade não possui mecanismos lógicos de previsão das conseqüências, nem que a renda ali inaugurada iria cessar. Neste princípio não são alfabetizados neste modelo econômico específico, além de serem provenientes de uma cultura agráfica. Há uma relação de contraste da lógica interna do grupo e a lógica do capitalismo. Assim, as desvantagens são invisibilizadas.

Como a comunidade permite a entrada do capital e passa a ser diretamente afetada, essa força macro do sistema econômico envolvente a imobiliza. Daí decorre uma sucessão de acontecimentos em que se começa a se sentir os sintomas, mas não se consegue identificar as causas e nem ter idéia de sua ordem total. Dados apontados de forma isolada, às vezes como causas, outras como conseqüência. Um mosaico de situações em que as peças sozinhas ao mesmo tempo em que não explicam suficientemente a realidade, são capazes de mostrar os sintomas. Com algum esforço interpretativo é possível alcançar a totalidade dos fatos para conseguir tomar compreensíveis os mecanismos que ali operaram.

Mesquita inseria-se, junto a outros segmentos sociais, dentro da lógica do planejamento capitalista na Capital. A notar-se o planejado destino dos acampamentos provisórios erguidos com a finalidade de alojar os trabalhadores da construção de Brasília - como a Vila Planalto, a Metropolitana, a Candangolândia, e a Cidade Livre . A previsão era de que estes acampamentos fossem de caráter temporário, com suas desocupações quando finalizada a construção, e o retomo dos migrantes às suas cidades de origem. Porém os acampamentos da construção da nova Capital e a dinâmica do trabalho imputado foram tomando dimensões que escaparam ao controle do Govemo. A densidade populacional extrapolou o limite previsto. A chegada constante de mais trabalhadores rapidamente ocasionou um grave problema de falta de moradias, obrigando os operários a se instalarem precariamente. Várias “invasões” passaram a tomar conta de diferentes pontos do DF, extrapolando os acampamentos originais às vésperas da inauguração de Brasília.

A solução governamental foi a de criar as “cidades-satélites” - consideradas cidades-dormitórios devido a sua dependência de Brasília - com o intuito de abrigar a grande população de trabalhadores evitando que Brasília fosse tomada por esta população de classe baixa.

Com efeito, a partir daí estabelece-se a solução das cidades-satélites como maneira. de manter o Plano Piloto livre da presença da classe operária. Aqui se está diante da origem da contradição entre Plano Piloto / Cidades-Satélites. O operariado é mantido na periferia, enquanto os funcionários da administração federal tinham assegurado seu domínio sobre a “cidade mais moderna do mundo” (Ribeiro, 1999:84).

> *Na origem de Brasília, a marca da lógica capitalista foi impressa sem censura no espaço. O central e o periférico, o local de acúmulo de renda e concentração da mão - de- obra. Elementos de distinção social foram externalizados sem reservas.*

Os candangos, mão-de-obra migrante para a construção, em busca de entretenimento freqüentavam os festejos tradicionais da região. Os mesquitenses não gostavam, mas aos poucos relações com estes chegantes foram se estabelecendo. A comunidade que até então só permitia casamentos endogâmicos, passa a aceitar as relações matrimoniais com pessoas “de fora” da comunidade.

> *O pai da gente não deixava a gente sair tinha muito medo de candango (ALC- Relato ao INCRA)..*

> *Fazia festa ia mulherada toda cismadinha, aí ia as peãozada do Rio de Janeiro, de outras... mas só que os pais [falava]: “ó cuidado com os candangos!" Mas muito casou [...] duas tias minhas casou, foi candango, que casou. Mas tinha medo dos candangos. Que aqui era terra sem lei (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

> *Cheguei em 63. (...) Quando é solteiro a gente cassava festa, os amigo que trabalhava... Aqui não tinha luz, não tinha nada, até a condução que tinha aqui era carroça. Aí a gente vinha num mutirão, aqui na Marinha. Num mutirão agradei com uma... nós comemos, bebemos, dançamos... a radiola era à pilha, nesse tempo era à pilha. Aí arrumei uma namorada... (Otacílio Brasil - Relato ao INCRA)..*

Em Mesquita poucos se aventuraram a trabalhar na construção dos prédios de Brasília. Além de não possuírem documentos de identidade necessários ao serviço, diziam ter medo das condições de trabalho.

Muitas mortes aconteciam por falta de segurança na construção, principalmente por quedas de grandes alturas. A responsabilidade da construção era das construtoras e da jurisdição da área - Planaltina ou Luziânia, distantes naquela época em que as rotas eram dificultosas. Como a maioria dos trabalhadores era migrante de outros Estados e desconheciam a região, com a dificuldade de transporte, os empregados ficavam à mercê da empregadora (Ribeiro, 1999).

> *E deu muito emprego. Mas o negócio é que não tinha documento. Quem tinha documento vinha. Mas naquela época ninguém tinha documento. Nem registro [de nascimento] aqui não tinha. [...] "Porque naquela época deu muito serviço pra fazer tubulão. Tubulão era fazer estes prédios daqui, fazer buraco de seis, oito, dez metros de profundidade. Morreu muita gente! O povo lá tinha muito medo, tinha não, tem! (ALC- Relato ao INCRA).*

> *Muita pouca gente trabalhou [na construção de Brasília]. O povo de lá sempre foi mais acomodado. Tinha muito medo (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Com certo orgulho dos processos de desenvolvimento vividos, os mesquitenses se referem à imponência da presença de Juscelino Kubitschek no seu território.

> *Era muito peão lá nas obras... O Juscelino era tão custoso que ele andava assim com aquele chapelão assim no meio dos peão assim, você não sabia quem era peão e quem era Juscelino Kubitschek. Sempre, sempre andava assim no meio das obras, abraçando os goianos... chamava lá de Goiânia que tinha a capital que vinha pra cá pro centro de Goiás, né... Porque tudo aqui era Goiás, sabe, né? Então ele vinha de lá, abraçando os goianos, o pessoal mais velho... Com aquela simplicidade! Nem parecia ser um dono dessas terras (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Brasília levanta-se em apenas cinco anos, sendo inaugurada em 21 de abril de 1960. A transferência da capital transformou toda a vida e história da região, que ficou invisibilizada diante da grandeza deste novo evento histórico. Como a mão-de-obra que passou habitar a região - dos candangos aos servidores públicos - era basicamente migrante, as necessidades em Brasília não tinham vínculos com a realidade local anterior. Mas sim com a idéia de desenvolvimento, que simplesmente por avanço tecnológico e progresso econômico superava o passado. Toda a história anterior foi ultrapassada pela modernidade. As minas, a

escravidão, o isolamento. Tudo que já existia perdeu o sentido na cultura dominante local. Os novos habitantes chegavam em massa, ano após ano, a um lugar novo, construído a partir de um marco zero. Para estes, que logo eram em maior quantidade que os nativos desta região, a história que interessava era o futuro. E para os herdeiros deste passado invisível restou a resignação e adaptação cruel aos novos tempos:

> *Brasília foi estes dias. Foi muito bom, mas a tentação ficou dobrado. Muito ladrão. Um monte de gente pra todo lado querendo invadir o que a gente tem. Antigamente o povo não tinha esse tino não... foi de uns tempo pra cá. Aí foi vendendo, foi vendendo... (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

É lógico que para a comunidade de Mesquita, a criação de Brasília trouxe mudanças com impactos positivos, por outro lado a maior parte da população local não conseguiu progresso. Os novos modelos fundiários vindos com o avanço urbano trouxeram junto outras formas de ocupação e mudanças na organização interna das comunidades étnicas que viviam da economia de subsistência, era muito impositivo o jeito que estavam sendo implantados esses novos valores**.**

> *Para um Estado cujo sistema econômico é de orientação capitalista, e até a década de 1970 imbuído de uma ideologia desenvolvimentista, a proliferação de cidades no território nacional e a desagregação de comunidades rurais imersas em uma economia de subsistência eram mecânicas previsíveis - principalmente se tais comunidades localizam-se em áreas de interesse ao desenvolvimento econômico(RTDI, 2011)*

Por isto o povo do Mesquita não conseguia compreender a ordem que chegava. Era a vivencia da "fricção interétnica" entre o rural/urbano, entre o que chegava e os que estavam. O que se percebia era uma ordem diferenciada em relação a terra, ao trabalho, a família e ao tempo. O que chegava era a cultura e o elogio à velocidade.

Jacques Le Goff (1980) explica que na Idade Média, sob a autoridade da Igreja, o tempo era pertencente a Deus e regulado pelos sinos dos compromissos religiosos, o que mudou com a experiência do negociante e sua necessidade de medições de tempo para ter lucros com rapidez no trajeto, na entrega e no comércio. Passa a existir o tempo dos relógios, a "[...] mãe das máquinas", passando de um mundo do "[...] mais-ou-menos" para o universo mecanicista da maior precisão (Oliveira, 2003, p.45).

Medir o tempo de forma mecânica "precificou" o trabalho humano (Oliveira, 2003), a produção, o mercado, o lucro. Paul Virilio (1996. p.123) afirma que

> *"[...] a questão da posse do tempo renovou a da posse territorial". No mundo de hoje, o poder não é conferido somente a partir do domínio do território, mas também a partir do domínio sobre o tempo, a rapidez.*

A reflexão sobre o tempo hegemônico e sua relação com a vida em Comunidades tradicionais quilombolas, será feita a partir da personagem criada no campo da crítica científica pelo geógrafo Milton Santos : O "homem lento" de Santos (1996, 1994b), que personifica o homem comum, pobre, do lugar, que, no ambiente das metrópoles emergentes, resiste às forças verticais, externas, da globalização. Aqui incluo o Quilombo Mesquita no seu contato com a vizinhança que chegava ao seu território.

Milton Santos (2000, 2008, 1994a) define território como o espaço usado, onde desenvolvem-se relações humanas de identidade, vizinhança, solidariedade. O território abriga o lugar, unidade de maior proximidade social. No contexto da globalização, o entendimento do território contrapõe-se à imposição da alienação, da perda de identidade individual e coletiva, da renúncia ao futuro.

Pode-se afirmar que no Quilombo Mesquita com a crescente pressão urbana sobre o território étnico, recrudesceu a história de dominação que é materializada com o controle sobre o território. A falta de acesso à forma jurídica Estatal impõe uma relação de poder. A forma da lida com a terra dos chegantes impôs um mercado que os Mesquitenses não podiam competir.

O Estado brasileiro, capitalista, e até a década de 1970 com a ideologia desenvolvimentista controlando as suas açoes era natural o crescimento das cidades sobre as áreas rurais imersas em uma economia de subsistência, ainda mais se essas comunidades estivessem em locais de interesse ao desenvolvimento econômico. Em Goiás, com a famosa Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas que tinha como objetivo desenvolver o interior do país, urbanizou municípios interioranos, mudando a composição espacial e a dinâmica econômicas desses interior.

Com a construção de Brasília, a comunidade do Quilombo Mesquita e os seus 250 anos de conhecimento tradicional sofreram grande impacto e fez com que esses 250 anos de história fossem invisibilizados, os efeitos dessa trajetória histórica ainda estão acontecendo só passaram cinqüenta e quatro anos, e as questões atuais encaradas pela comunidade são mais bem entendidas se seus problemas forem interpretados a partir deste fato, esse é um dos objetivos ao qual essa tese se propôs.

Pode-se concluir para esse objetivo específico que as influências de Brasília sobre a comunidade de Mesquita, que é um grupo etnicamente diferenciado e os impactos sociais e o sobre o seu território resultam da pressão do planejamento capitalista que não considera os "ambientes selvagens" e as "populações primitivas, e assim o Quilombo nao possuindo mecanismos suficientes para a interpretação das transformações em sua totalidade, a comunidade foi atirada em um turbilhão de eventos sucessivos que terminaram por reinseri-la em outra conjuntura macro-econômica.

Essa foi a conjuntura analisada nessa tese, o contexto das perdas territoriais e conseqüente perda de saberes tradicionais nesta comunidade que foi cercada subitamente por uma ordem urbana. Com conceitos e lógica próprios mantidos por uma visão de mundo muito particular, o grupo dialogava com " os de fora" e com as pressões sobre seus costumes e territórios usando ainda os códigos de seu conhecimento tradicional, é claro que houve um conflito de "verdades".

Capítulo II

2 A Educação Ambiental de Tbilisi = Uma Ecologia de Saberes

Esse capítulo propoe compreender a relação entre o grupo social aqui estudado, ou seja, a Comunidade do Quilombo Mesquita e as questões ambientais, identificando e compreendendo a relação dialógica entre os saberes propostos pela Educação Ambiental e os saberes tradicionais construídos e repassados em uma ecologia dos saberes.

Reigota (2002) afirma que a noção de meio ambiente apresenta-se como uma representação social, tendo um caráter difuso e variado, a partir dos questionamentos e dissensos do que significa meio ambiente, o tema da pesquisa foi escolhido por entender que os quilombolas desenvolvem e repassam práticas ambientais. O Quilombo Mesquita é o resultado de um processo de ocupação, resistência e produção no campo, e muitas de suas atitudes e atividades estão relacionadas com o meio ambiente e a educação ambiental

Além da importância histórica da luta pela terra por parte dos quilombolas do Mesquita e da herança herdada como uma comunidade étnica, o Quilombo Mesquita apresenta-se como o único quilombo existente próximo à Capital Federal. Acredita-se que o Quilombo Mesquita por estar próximo de Brasília e

das instituições organizadas de luta e defesa da causa quilombola, promove, além do reforço na identidade étnica e na autodenominação como quilombolas, ainda contribuições no resgate da memória, pois são constantemente demandados por visitantes, pesquisadores, turistas, jornalistas, estudantes através de questões sobre a origem do grupo, os símbolos, saberes e o processo de permanencia e luta pela defesa do território.

Boaventura de Sousa Santos (2007) faz a proposta de substituir a *monocultura do conhecimento científico* por uma *ecologia de saberes*. Este novo conceito é definido pelo autor como expressão de um conjunto de idéias e imagens teóricas onde essa mistura dos saberes e o diálogo entre eles se movem para um tema de estudo comum. O uso da categoria *ecologia de saberes* pede um esforço epistemológico para esse diálogo do plural, do coletivo, esse uso deve ser construído a partir do encontro de saberes, sejam eles científicos ou não científicos.

Meio ambiente se vincula a tudo que se relaciona com a vida no planeta, as crises ligadas ao tema sempre existiram na história da humanidade, pois as relações de poder entre indivíduos ou grupos causavam conflitos e lutas em busca da sobrevivência e das necessidades essenciais aos seres humanos. Na década de 1960 os movimentos sociais em oposição à chamada Revolução Técnico-Científica-Informacional (Vesentini, 1993), e ao processo de globalização que se agigantava, fizeram repercutir as suas reivindicações políticas, culturais, ambientais, étnicas, religiosas, sexuais, educacionais, entre outras que combatiam o modo de vida apregoado por esse processo hegemônico, gerador de muitos preconceitos e exclusão.

Milton Santos, em seu trabalho intitulado Pensando o Espaço do Homem, afirmava que, "das múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico." Dizia o autor que a técnica é um meio que vincula a natureza e o homem desde os tempos mais remotos e inocentes da História. Mas, ao transformar-se num objeto de elaboração científica sofisticada, acabou por alterar as relações do homem com o meio, valorizando a técnica em detrimento do natural, acrescento eu.

A literatura pesquisada mostrou que em meio a esses movimentos sociais surgidos na década de 1960 estavam reivindicações ligadas ao escravismo e também aos primeiros movimentos ambientalistas motivados pela contaminação das águas e do ar nos países industrializados. No Japão aconteceu a

contaminação com mercúrio da baía de Minamata[17], derivado de uma indústria química. Expandia-se a consciência de que resíduos dispostos de maneira incorreta podem entranhar-se na cadeia alimentar e ocasionar mortes e deformações físicas em comunidades inteiras, por da bioacumulação. A descontaminação do rio Tamisa em 1961 e a melhoria do ar ambiente em Londres são exemplos dessa fase precursora dos cuidados com o meio ambiente que podería se denominar de década da conscientização.

Constatei no meu estudo que um dos marcos teóricos que contribuiu para a conscientização ambiental foi o livro da bióloga Rachel Carson – Silent Spring (Primavera Silenciosa), escrito em 1962, ela alerta sobre o uso indiscriminado de pesticidas, que, além de destruir insetos como se desejava, envenenavam os pássaros, o livro abre com as palavras de Albert Schweitzer para quem também é dedicado: "Man hás lost the capacity to foresee and to forestall. He will end by destroying the earth" (O homem perdeu a capacidade de antever e de previnir. Ele terminará por destruir a Terra).

Logo depois em 1964 é criado o Tratado Antártico[18], que surge embalado pelas idéias conservacionistas da década, o documento prega que o continente antártico só poderá ser usado para fins pacíficos, em 1991 esse tratado foi aditado pelo Protocolo sobre a Proteção Ambiental, reafirmando a Antártica como uma reserva natural da humanidade com rigorosos princípios ambientais regulando as atividades humanas no continente.

A Educação Ambiental ainda não era bem compreendida nessa década e, era muitas vezes confundida com educação conservacionista, aulas de ecologia ou atividades propostas por professores de

[17] Minamata é uma cidade japonesa que sofreu graves conseqüências devido a contaminação por mercúrio. Centenas de pessoas morreram e milhares tiveram anomalias que acabaram passando para as novas gerações.
Na década de 30, uma empresa se instalou na região, a Chisso. A empresa, que fabricava acetaldeído (usado na produção de material plástico), jogava seus resíduos com mercúrio nos rios, contaminando os peixes. Como a doença leva alguns anos para se desenvolver, somente em 1956 começaram a surgir os primeiros casos da doença. Os hospitais recebiam pessoas com os mesmos sintomas: problemas no sistema nervoso e no cérebro, causando dormência nos membros, fraquezas musculares, deficiências visuais, dificuldades de fala, paralisia, deformidades levando até mesmo à morte. No princípio as autoridades acreditavam que se tratava de uma epidemia, mas os gatos começaram apresentar doenças com as mesmas semelhanças. Somente de dez anos depois os médicos descobriram a causa: o consumo de peixe contaminado por mercúrio, base da alimentação daquela população. Estima-se que a empresa descartou de 200 a 600 toneladas de metilmercúrio na baía da cidade. Depois de várias batalhas judiciais, a empresa foi obrigada a indenizar as vítimas, mas o resultado da contaminação se faz sentir até hoje.

[18] Tratado sobre a Antártica (ou Tratado Antártico), firmado em Washington em 1º de dezembro de 1959 e vigente desde 1961, proíbe qualquer militarização do continente, reservando-o "exclusivamente a atividades pacíficas".

determinadas disciplinas, que ora privilegiavam o estudo compartimentalizado dos recursos naturais e as soluções técnicas para os problemas ambientais locais, ora visavam despertar nos jovens um senso de maravilhamento em relação à natureza (Pelicioni 2002). Muitos autores apontam 1965 e a Keele Conference Education and Countryside, que ocorreu na Universidade de Keele (Inglaterra), como o marco para o início do uso do termo Environmental Education (educação ambiental), que já era usado em meios específicos, e a partir da conferencia alcançou divulgação (Pelicioni 2002).

Pouco tempo depois, em 1968, na Grã-Bretanha, implantou-se o conselho para Educação Ambiental, voltado para a coordenação de organizações envolvidas com os temas educação e meio ambiente. (Pelicioni 2005).

A década de 1970 marca o início da regulamentação e do controle ambiental, e também das conferências internacionais com o debate sobre a relação meio ambiente-desenvolvimento, assim a partir desse período aconteceram grandes eventos internacionais que trataram de Educação Ambiental: Em 1972 a Conferência de Estocolmo - Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em 1975, em Belgrado/Iugoslávia, a UNESCO promove o Encontro Internacional em Educação Ambiental, com 65 países, e em Outubro de 1977 a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi, em 1977), o II Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais (Moscou, em 1987), o Fórum das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais (Rio de Janeiro, em 1992, em paralelo à Eco92), a III Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade (Thessaloniki, em 1997) e, por fim, a IV Conferência Internacional de Educação Ambiental (Ahmedabad, em 2007).

Nessa tese vou destacar as recomendações surgidas na Conferência de Tbilisi - Geórgia, em 1977 (UNESCO, 1997) que foi a primeira conferência que tratou especificamente do tema educação ambiental, e talvez a mais importante delas, por ter posto para o debate internacional a importância da educação ambiental na resolução dos problemas ambientais e por ter formulado, ao mesmo tempo, um conjunto de princípios e diretrizes (objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações) que continuam válidos até hoje, para o desenvolvimento de programas e ações de educação ambiental:

> *O objetivo fundamental da educação ambiental é conseguir que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente (UNESCO, 1997, p. 98).*

Esse objetivo é fundamental por propor uma Educação Ambiental crítica, pode ser analisado sob três aspectos que se articulam para avançar com relação a educação conservacionista, defendida pelas abordagens do desenvolvimento sustentável.

Primeiramente a Educação Ambiental sugerida na Conferência de Tbilisi rejeita o aspecto que procura reduzir a complexidade da relação indivíduo/sociedade, tanto que fala em os indivíduos e à coletividade, articulando o indivíduo ao meio social, ou seja, o homem é parte de um todo. Combatia-se assim a tendencia de se culpabilizar todos os seres humanos pelos impactos ambientais, sem atribuir o papel que cada ator social (Estado, mercado, sociedade, indivíduo) desempenha no processo, assim era tratada a educação com cunho conservacionista, acreditando que "o problema ambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos [falta de informação] que gera 'maus comportamentos' nos indivíduos", cabendo a esta concepção de educação "criar 'bons comportamentos'" (Layrargues, 2000, p. 89).

Em segundo lugar, a Conferência de Tbilisi (UNESCO, 1997, p. 98) delibera como objetivo da Educação Ambiental "lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais". Aqui mais uma vez se distingue da educação conservacionista que prioriza os aspectos biológicos do meio ambiente/natureza (visão cartesiana com foco nas soluções técnicas), a visão de meio ambiente sugerida por Tbilisi (UNESCO, 1997) compreende a tensão existente entre os recursos naturais do planeta e os valores criados historicamente pela ação do homem (esgotamento e poluição dos recursos naturais/meio ambiente).

A compreensão dialógica da relação sociedade-meio ambiente, mostra a necessidade da atitude interdisciplinar unindo as diferentes dimensões da questão ambiental (ciências naturais e humanas), tanto na resolução dos problemas ambientais, quanto na conexão educacional e ambiental, como a Educação Ambiental. Permite, ainda, questionar as ações humanas, muitas de caráter predatório, buscando encontrar meios para minimizar os impactos negativos das relações sociais de produção vigentes, intervindo em processos que levam ao esgotamento/poluição do meio ambiente/natureza .

Assim, Tbilisi (UNESCO, 1997), indica em terceiro lugar que os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudes, envolvidos na concepção de Educação Ambiental busquem a resolução de problemas ambientais locais, apontando para a importância da relação teoria-prática ou reflexão-ação nesse processo, de modo a contribuir para a participação social na esfera pública: "adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais"

Tbilisi possibilitou na Recomendação nº 1 a reflexão em torno da compreensão e transformação da realidade socioambiental, de um lado, apontando a necessidade de se superar a alienação do homem em relação à natureza e à sociedade, através da consciência de que somos "naturalmente humanos" e "humanamente naturais" (Marx, 2004) ou seja, por intermédio da consciência de nossa dupla (e inalienável) determinação natural e social, e, de outro lado, ressaltando a importância da participação da sociedade civil no processo decisório de formulação e implementação de políticas públicas e práticas sociais, que visem ao pleno exercício da cidadania.

> *O processo educativo deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e, de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.*

O Brasil não enviou representantes a Tbilisi, pois na época não tinha relações diplomáticas com o extinto bloco da União Soviética, do qual a Geórgia fazia parte. Mesmo assim, encontra-se hoje muitas das características da Educação Ambiental de Tbilisi na nossa Política Nacional de Educação Ambiental.

Neste encontro (Tbilisi,1977) foram determinadas quarenta e uma recomendações e os princípios

que iriam nortear a Educação Ambiental em todo o planeta. Estes princípios podem ser resumidos em sete pontos fundamentais que revelam o pensamento abraçado pela conferência. São eles:

- Processo dinâmico integrativo: a Educação Ambiental foi definida (...) como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir - individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".
- Transformadora: a Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.
- Participativa: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.
- Abrangente: a importância da Educação Ambiental. extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.
- Globalizadora: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.
- Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.
- Contextualizadora: a Educação Ambiental deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária.

Tbilisi foi um grande marco da Educação Ambiental, pois em agosto de 1987, isto é, dez anos após ter ocorrido a conferência, aconteceu a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou. Foi um encontro onde centenas de especialistas de 94 países debateram os progressos e

dificuldades encontrados pelas nações na área de Educação Ambiental e propuseram a "Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90 ". Quanto ao progresso das nações, a avaliação não foi nada otimista. Em compensação, no que se refere às estratégias, a reunião de Moscou reafirmou os objetivos e princípios orientadores propostos em 1977, considerados "alicerces para o desenvolvimento da educação ambiental em todos os níveis, dentro e fora do sistema escolar".

Outra conclusão de Moscou, foi que "os objetivos da Educação Ambiental não podem ser definidos sem que se levem em conta as realidades sociais, econômicas e ecológicas de cada sociedade ou os objetivos determinados para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da Educação Ambiental são comuns à comunidade internacional. A Educação Ambiental tem suas grandes linhas de orientações retiradas a partir de Tbilisi. Nela traçaram-se as prioridades nacionais, regionais e locais e desenharam-se as suas estratégias e recursos instrucionais que deverão ser utilizados."

No Rio de Janeiro, em 1992, a proposta de Tbilisi foi novamente confirmada na I Jornada Internacional de Educação Ambiental, evento que aconteceu paralelamente à ECO-92 onde foi foi gestado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Esse documento enfatiza a importância da Educação Ambiental como um processo educativo transformador e permanente na "formação de valores e na ação social" para a criação de "sociedades sustentáveis e equitativas", baseadas "no respeito a todas as formas de vida" (TEASS, 1992, p. 1).

O TEASS (1992)[19] credita às formas de produção capitalista as causas, ao mesmo tempo, da degradação ambiental e das desigualdades sociais, apontando a alienação e a falta de participação como desafios da Educação Ambiental, trazendo o debate para as sociedades sustentáveis:

> *As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria [...] (TEASS, 1992, p. 1).*

[19] TEASS. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992.

O Tratado avalia que a educação incide em um direito de todos, e que *"deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade*", considera também que a Educação Ambiental "não é neutra, mas ideológica", por isso mesmo corresponde a um ato político, devendo, portanto, "tratar as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico".

O TEASS destaca com isto que a EA para as sociedades sustentáveis deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, enfatizando os problemas locais em suas atividades e as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando, assim, a conscientização para a transformação da realidade, inclusive de modo a também sensibilizar as populações para que "constituam Conselhos Populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais".

Esses contextos, referenda que as Recomendações de Tbilisi e do TEASS se prestam eficazmente ao objetivos desta Tese quando defende que a busca pela sustentabilidade deve se subordinar à lógica social, aqui a lógica da Comunidade do Quilombo Mesquita, e não somente aos interesses da classe social hegemônica (capitalistas).

É de 1992 também a Agenda 21[20], que apresentou um plano de ação para um desenvolvimento sustentável dos vários países. De acordo com os preceitos desta agenda, deveria ser promovido, com a colaboração apropriada das organizações não governamentais, todo o tipo de programas de educação de adultos, de forma a incentivar uma educação

2.1 A Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras

> *A idéia de Educação Ambiental é concebida no interior do movimento ambientalista como um instrumento para envolver os cidadãos em ações ambientalmente corretas em busca de uma sociedade sustentável. Mas foi no universo da educação que o termo Educação Ambiental foi criado, com a recomendação de que deveria tornar-se parte essencial da*

[20] Agenda 21 é um instrumento surgido na ECO/92 que permite definir e implementar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável.

educação de todos os cidadãos. (MEC/COEA, 2006a, p.52).

No Brasil, a temática ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras, está contemplada desde a criação da SEMA em 1973, depois em 1981 a Lei nº 6.938 (BRASIL, 1981), que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente anterior à Constituição, e, vinte anos depois, a Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999)[21] que inseriu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo Decreto nº 4.281[22] (BRASIL, 2002).

No âmbito da CF (BRASIL, 1988), em seu Artigo 225º, o meio ambiente é entendido como "bem de uso comum do povo", cabendo ao poder público e à coletividade a responsabilidade pela preservação ambiental. Apesar disso, a Educação Ambiental idealizada como uma das formas que pode vir a garantir o direito de acesso a esse bem é tratada (BRASIL, 1988, §1º, Inciso VI), como obrigação própria ao poder público sem mencionar à sociedade (QUINTAS, 2004). Buscava a promoção da Educação Ambiental "em todos os níveis de ensino" e, ainda, em termos da "conscientização pública para a preservação do meio ambiente", ou seja, sob perspectiva formal e não formal de EA, mas não trazia explicado quem seria o encargo, explicado depois na Constituição que seria responsabilidade do próprio poder público.

Em 1987 o Conselho Federal de Educação, que aprova o Parecer 226/87 que inclui a dimensão da Educação Ambiental na escola Brasileira, através de uma abordagem interdisciplinar. Recomenda nesse parecer, a criação de Centros de Educação Ambiental – CEA para agirem nos Estados como pólos irradiadores dessa dimensão educacional.

A CF (BRASIL, 1988) traz avanços sobre a PNMA envolvendo a sociedade civil como atores da Educação Ambiental, ao mesmo tempo retrocede em relação à Lei nº 6.938 (BRASIL, 1981), quando retoma a idéia de educação conservacionista, em contraposição a uma proposta de EA focada na capacitação da sociedade civil, de modo a contribuir para a "participação ativa na defesa do meio ambiente" (BRASIL, 1981), abordagem que, sob uma primeira leitura, se aproximaria da perspectiva crítica de EA.

[21] BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 abr. 1999

[22] BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002

Novicki e Souza (2010) observam que a PNMA retrata um entendimento sobre o meio ambiente enquanto "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981), consideram os autores ser essa visão reducionista, pois não menciona suas dimensões social, política, cultural e econômica. Reforçam ainda esses autores a contradição que se expressa pela tensão entre uma EA que poderia ser considerada potencialmente crítica, pautada na participação social, e uma concepção de meio ambiente restrita aos seus aspectos eminentemente naturais, característica central da educação conservacionista, ambas atinentes a um mesmo discurso.

Em 1989 é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, que surgiu da junção da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, e da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDEHVEA. Foi criado dentro desse novo órgão uma Divisão de Educação Ambiental, que condiciona a emissão de licenças ambientais ao cumprimento de condicionantes para que esses empreendimentos obtenham as licenças.

A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) é implementada nacionalmente através do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) (BRASIL, 2005), relativo tanto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), quanto ao Ministério da Educação (MEC), e, também , por meio de ações específicas do próprio MEC, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997a, 1997b, 1998a, 1998b) e do Programa Parâmetros em Ação (BRASIL, 2001), dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2000) e, por fim, da Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2007a).

Alguns anos após a criação da PNEA, sua regulamentação veio a ocorrer pela via do Decreto nº 4.281/2002 (BRASIL, 2002) e, de modo distinto daquela lei, decorreu de intensas discussões realizadas no âmbito da Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, especialmente constituída pelo CONAMA para esta finalidade (UEMA, 2009). Em seu Artigo 1º, este decreto determina que a execução da PNEA consiste em responsabilidade dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, dos órgãos públicos da União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, das Organizações Não Governamentais (ONG), entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

No âmbito do MMA, o PRONEA teve sua primeira edição em 1994 (BRASIL, 1994), tomando por referência a Conferência de Educação Ambiental de Tbilisi (UNESCO, 1997), sendo que somente em 2005 veio a vigorar a sua atual edição (BRASIL, 2005), que aprofunda questões relativas ao papel da EA no processo de empoderamento dos grupos sociais.

Na esfera do PRONEA, que resultou de uma ampla consulta pública, é defendido que a participação da sociedade civil deve ocorrer, em especial, nos trâmites decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso, assim como no fortalecimento das ditas práticas comunitárias sustentáveis, pois aponta a necessidade de a EA superar, de um lado, as "assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, já que a desigualdade e a injustiça social ainda são características da sociedade" e, de outro, as práticas restritas à "disponibilização de informações" (BRASIL, 2005, p. 34).

Os problemas emergentes ocasionados por essa crise socioambiental levam a sociedade a indicar a educação ambiental como uma prática social que poderá ajudar na resolução de tais problemas (GUIMARÃES et al., 2001).

Assim, uma articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental, combinado com o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, capacitação de profissionais e comunidades inseridos numa perspectiva interdisciplinar. A produção do conhecimento deve envolver as inter-relações entre o meio natural e social, com o desafio de constituir uma educação ambiental que seja crítica e inovadora nos três níveis: formal, não-formal e informal, observando a constituição de um novo perfil de desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003).

Os processos educativos em comunidades tradicionais utilizam em sua grande maioria o nível de educação informal para as trocas de conhecimentos sobre o meio ambiente, no caso da comunidade do Quilombo Mesquita, estes conhecimentos são passados de forma vertical no nível informal. O nível informal de educação aqui defino como referente ao nível das relações comunitárias e familiares cotidianas.

Atualmente, um dos grandes impeditivos para essa transmissão de saberes na comunidade são os conflitos vividos pelo grupo e a luta pela terra .

2.2 Educação Ambiental em um dialógo de Saberes e fazeres na Quilombo Mesquita

A formação sócio-territorial do Brasil, se diversificou etnicamente a partir da invasão do território brasileiro pelos portugueses e se intensificou no processo de colonização com a implantação das Capitanias Hereditárias, aconteceram conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil, caracterizados por problemas ambientais, fato originado efetivamente pela expansão do capitalismo europeu no século XVI e se perpetuam até os dias de hoje com a pressão sobre os países detentores de grande biodiversidade (Oliveira, 2006, p.15).

A crise socioambiental vivida hoje no mundo, é conseqüência desse modelo de consumo adotado, principalmente, pelas sociedades não tradicionais que acabaram trazendo prejuízos à qualidade ambiental. Nesse contexto, "mudanças profundas nos modos de produção e consumo, bem como nos valores e culturas hegemônicas, são urgentes" (Vitorassi et al., 2009, p. 1).

No Brasil, a ameaça a biodiversidade acontece em razão do desenvolvimento desordenado e das atividades produtivas sem estudos prévios, esses danos estão presentes em todos os biomas: a deterioração do solo, a contaminação dos corpos d'água, o desmatamento são alguns dos efeitos prejudiciais que podem ser observados. Junta-se a isso os efeitos da exclusão social e o elevado nível de pobreza de parte da população no país.

Nesse estudo com o Quilombo Mesquita, apesar de também sofrerem com a exclusão social representada pela não titulação das suas terras, constatei que o grupo ainda abriga, apesar dessas pressões contrárias e do intenso processo de degradação e apropriação das suas terras, procedimentos culturais muito típicos de comunidades negras rurais.

A Educação Ambiental possui uma multiplicidade de dimensões conectadas entre si. No plano epistemológico estão as as reflexões, os conceitos, as teorias sobre às relações entre sociedade e natureza. No plano prático acontecem as ações em Educação Ambiental, através de intervenções em diferentes níveis, nesse estudo essas ações se dão na comunidade do Quilombo Mesquita, analisadas através de uma pesquisa dos símbolos pessoais e culturais, através de histórias de vida, de histórias locais, de lendas e de mitos.

A Educação Ambiental nas comunidades tradicionais não se concretiza sem reconhecer a sua realidade histórica e dos sujeitos que nela vivem, compreendendo seus processos culturais, sua socialização e as relações de trabalho vividas por esses sujeitos em suas práticas diárias. Nesse sentido, esse estudo sobre Educação Ambiental busca identificar e validar a identidade quilombola no Quilombo Mesquita, e avaliar os diferentes saberes e fazeres já construídos, a partir de suas histórias de vida. O presente trabalho busca compreender como a Educação Ambiental vem acontecendo entre essa comunidade quilombola .

Para uma melhor percepção do cotidiano, da cultura e das tradições da população quilombola do Quilombo Mesquita, foi necessário alcançar um relacionamento com alguns informantes no grupo, para poder ter acesso às histórias de vida deste povo e às suas experiências no dia-a-dia. O Objetivo era analisar como os saberes e fazeres dos remanescentes quilombolas vem dialogando com a Educação Ambiental, a partir das "Histórias de vida", foram os objetivos aqui propostos

No Quilombo Mesquita ainda se consegue observar a riqueza dos conhecimentos sendo utilizados na prática da Educação Ambiental, ainda que não seja uma ação explicitada de transmissão de saberes, ela acontece em vivências sociais e familiares cotidianas, muito além da verdade hegemônica das ciências, além da ganância dos expropriadores daquele território, muito além da exclusão social, pretende-se com esse estudo buscar alternativas que permitam que essas experiências locais não sejam desperdiçadas.

Sato, se referindo a Geertz (2003), afirma que é *"a esperança de escrever um texto cultural, mesmo que vestido de farrapos ou a moda de uma era, mas que contemple a etnografia sem medo da solidão, do desconforto físico ou da paciência em encontrar o fascínio cultural escrito na natureza."*

Os saberes e os fazeres tradicionais do Quilombo Mesquita ainda existentes naquele grupo, foram elementos de resistência contra os conflitos que perseguem a comunidade, esses conflitos evidenciam injustiça socioambiental, isso pode ser demonstrado através da demora na titularidade da terra, do não acesso aos direitos vindos dessa titulação (educação, crédito, transporte, assistência técnica). A perda do legado cultural dos habitantes da comunidade, preservado ao longo das gerações é também uma evidência de injustiça ambiental, o não reconhecimento de sua história e a invisibilidade do grupo para o poder público:

> *"Antigamente a gente chamava a benzedeira para benzer os meninos logo depois que o umbigo caia, hoje quais não se faz mais isso." Dona J B, entrevistada em 12/11/2005*

Conforme Marques (2004), esse modo de vida só pode ser compreendida a partir de sua inserção na sociedade, que hoje inclui as relações sociais que ocupam as comunidades quilombolas na sociedade moderna capitalista, entendendo como a relação entre tradição e modernidade e qual lugar ocupam os povos de vidas tradicionais.

Não se espera que as comunidades tradicionais fiquem paradas no tempo, nem se deseja folclorizar o grupo estudado, mas , como ressalta Carlos Rodrigues Brandão (1986), valores como a solidariedade, a afetividade e a cumplicidade são típicos dos povos tradicionais, e esses são valores humanos que merecem ser preservados, compartilhados com a sociedade.

Este capítulo fundamenta-se na análise dos saberes observados durante as conversas e visitas de campo à comunidade do Quilombo Mesquita, além de informações obtidas na bibliografia sobre a região e sobre o grupo estudado, a análise fundamenta-se na etnografia, o capítulo pretende apontar em que medida as práticas sociais e os saberes locais existentes na comunidade do Quilombo Mesquita são valorizados, se ocorre a interlocução entre as diversas formas de conhecimento (saberes locais com os saberes científicos), bem como seus impactos, tanto para os mais jovens como para toda a comunidade do quilombo.

O objetivo é tentar apreender o sentido do diálogo intercultural entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional ou seja apreender a interrelação entre a educação ambiental e saberes

tradicionais, e como estão conectadas estas duas concepções na comunidade quilombola Quilombo Mesquita;

Um dos objetivos desta pesquisa é o de analisar o papel dos saberes tradicionais na preservação do meio ambiente, tentando explicar o valor dos saberes tradicionais no Quilombo Mesquita como base para a sensibilização em Educação Ambiental e a conservação do Cerrado, a partir da observação de como ocorre no quotidiano o conflito/dialógo entre os diferentes grupos que se relacionam no território quilombola, considerando que nesse espaço étnico interagem significados e representações de grupos sociais, que possuem formas próprias de compreender o conflito.

A Educação está presente no cotidiano do Quilombo Mesquita de várias maneiras, a relação da Educação com a *Educação Ambiental se encontra na comunidade*, tanto no modo formal quanto no informal, podem ser percebidas em diferentes ambientes. As rotinas das famílias na comunidade apresentam cheia de simbologias que auxiliam na conservação dos fazeres que as identificam. A riqueza no Mesquita é construída coletivamente, falam sobre as formas de vida, os ciclos naturais, o clima, a vegetação, entre outros elementos, é parte da vida das pessoas que ali vivem e conhecem sobre o cerrado que circunda a comunidade, é essa riqueza de saberes que age no uso e manutenção da biodiversidade do Cerrado. Esses saberes são também os caminhos para a praxis de Educação Ambiental na comunidade, tendo estes conhecimentos como ferramentas pedagógicos que podem auxiliar a relação educativo-ambiental:

> *"Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular [...] Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e um diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias [...]" (SANTOS, 2004, p. 790-791)*

Esses saberes por diferentes razões interessaram à Educação Ambiental, uma razão é que nas relações sociais essas comunidades criam ações independentes que são instrumentos de conscientização ambiental para seus membros, essa conscientizaçãoecológica acontece de forma individual e coletiva, e beneficia toda a sociedade pelos efeitos e resultados sobrevindos da transformação social.

Assim, reafirma-se o papel de, através da Educação, mesmo em ambientes não formais, como é o caso estudado nesta tese, de se criar " sujeitos críticos, autônomos, participativos e emancipados"(Amorim,2005). A Educação ecológica que citei na introdução desse trabalho, aquela que é desenvolvida "no pé do borralho", inspirada no exemplo é também uma maneira expressiva de se produzir sentidos para a Educação Ambiental.

> *A Educação Ambiental é povoada, então, de posturas, idéias e práticas que referendam as relações bastante fortes entre ações educativas, condições sociais específicas e transformação da realidade (vida, sujeitos, sociedade, ideologias etc.)(MMA, 2005)*

A Educação Ambiental na Comunidade Quilombola do Quilombo Mesquita relaciona-se também com o conceito de Justiça Ambiental (Acserald,2002) pois está intimamente relacionada com os direitos desse grupo a um meio ambiente saudável, livre de pressões e dos impactos que o grupo vem sofrendo.

Se a Educação Ambiental apoia-se em *Educação* e *Ambiental*, é importante metodologicamente um caminhar por entre os três conjuntos de significações que foram apresentados, a partir da escolha de acontecimentos que se autodenominam de ambientais e/ou que sejam interessantes ao grupo de trabalho. A *Educação Ambiental* aqui nesse estudo usa os espaços familiares e coletivos do Quilombo para existir, este potencial não é um vantagem, uma particularidade desse grupo apenas, é sim um campo de criação em que os sujeitos podem agir e começando experimentos, criar algo novo.

As comunidades que reconhecem a sua cultura e preservam os seus costumes como uma riqueza de seu povo sabem usar os seus saberes a favor de todos. Saberes esses que aqui serão identificados e estudados através dos hábitos diários e costumes da comunidade do Quilombo Mesquita:

> *"O saber ambiental excede as "ciências ambientais", constituídas como um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais – antropologia ecológica, ecologia urbana, saúde, psicologia, economia e engenharia ambientais – e se estende além do campo de articulação das ciências, para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais." (Leff, 2001, p. 145)*

Mas, no campo de saberes tradicionais, ainda que hoje, em função da restrição territorial sofrida pelo Quilombo Mesquita e da perda de suas terras, não seja mais possível para muitos deles explicar

alguns fatos observados, as ações práticas na comunidade respondem por um entendimento adquirido na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber, ao nível local, de representar e de agir sobre o território. Nesse caso aqui estudado esses recursos e informações são incompreensíveis para o grupo que tenta usurpar o território do Mesquita, pelos fortes traços de preconceito e desprezo com essa cultura.. Para identificar e analisar os saberes ambientais nesse grupo étnico, como pesquisadora que pretende o mínimo de intromissão e influencia, realizei um estudo junto a comunidade para perceber os métodos e técnicas utilizadas no dia-a-dia para se relacionar com o meio ambiente, usei entrevistas não estruturadas, pois é "quando o entrevistador coloca o tema e o entrevistado tem a liberdade de falar sobre a questão (Matos; Pessôa, 2009, p. 288).

Um meio de isso acontecer é através da interdisciplinaridade, em que permite a interação de todas as áreas de estudo, tanto pelo pesquisador como pelo objeto de estudo.

> *"A interdisciplinaridade é proclamada hoje em dia não só como um método e uma prática para a produção de conhecimentos e para sua integração mas cooperativa na explicação e resolução dos cada vez mais complexos problemas do desenvolvimento; [...]" (LEFF, 2007, p. 72)*

> *Interdisciplinaridade é muito mais que uma atitude frente ao conhecimento; é impossível pensar em atitude sem pensar em religação de saberes, sem pensar em gratidão e negociação, sem pensar em reconhecimento.Nesse sentido, construir e defender um conceito próprio de interdisciplinaridade exige buscar a essência do todo (conceito) nas partes/ retalhos (teóricos) que já foram tecidos.* Fazenda(2008)[23]

O saber ambiental alcançado pelo uso da interdisciplinaridade pode proporcionar várias opções de análise do uso desses saberes tanto pela comunidade como pelos estudiosos.

> *"O saber ambiental ultrapassa o campo da racionalidade científica e da objetividade do conhecimento. Este saber está-se conformando dentro de uma nova racionalidade teórica,*

[23] FAZENDA, Ivani C. A.; SEVERINO, Antonio J. (Org.). O que é Interdisciplinaridade?. Ed Cortez, 2008

> *de onde emergem novas estratégias conceituais. Isso propõe a revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade." (Leff, 2007, p. 168)*[24]

Como nos ensina Maria Cândida Moraes (2003, p. 151-7):

> *[estamos] todos interconectados, interligados, por uma rede invisível, da qual cada um de nós é apenas um de seus elos. Interagimos influenciando um ao outro. Na realidade, participamos de um mesmo cântico universal. [...] Cada um interage a seu modo e se liga re-liga com todo o universo de determinada maneira, seja pelo ar que respira, pelo pensamento viajante, pelo imaginário do poeta, pelos fluxos energéticos que interagem e superam as barreiras físicas que impedem que desocultemos a teia de relações e de interações que existem no micromundo das partículas atômicas. [...]*

Santos (2008) afirma que os grupos sociais tradicionais têm seu dinamismo e tempos próprios: observação, oralidade, experiência íntima e mítica com o espaço vivido e relações de trabalho são vivenciadas em círculos familiares e de amizade. A hipótese inicial dessa tese é a de que os saberes ecológicos são repassados intergeracionalmente e são usados como ferramentas de Educação Ambiental pelas novas gerações do quilombo, para tanto se acredita a capacidade de aprender com a própria vivência vem de experiências vividas "do" e "no" espaço do quilombo. A observação não é apenas ver, é mais que isso como afirma Maturana:

> *A observação acontece no observar, observar é o que nós, observadores, fazemos ao distinguir na linguagem os diferentes tipos de entidades que trazemos à mão como objetos de nossas descrições, explicações e reflexões no curso de nossa participação nas diferentes conversações em que estamos envolvidos no decorrer de nossas vidas cotidianas, independentemente do domínio operacional em que acontecem. (MATURANA, 2001, p.126).*

Tuan (1980, 1983) nos seus trabalhos sobre percepção humana e a construção de valores ambientais afirma que esses valores são construídos em três níveis: no nível das espécies, no nível dos grupos e no nível dos indivíduos.

Esse mesmo autor (1980) enfatiza que os valores e atitudes se relacionam com as necessidades biológicas, à cultura e com os valores pessoais estabelecidos na interação com a sociedade.

[24] Op cit

Isso sugere afirmar que a relação humana com o meio ambiente deve ser vista por meio de uma perspectiva não somente social, mas também ecológica e temporal. É o que se pretende ao analisar a transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida pelos idosos para os mais jovens na comunidade do Quilombo Mesquita.

Tuan (1980, p.53) fala que para analisar como ocorre a transmissão de conhecimentos em nível de grupo, deve-se conhecer a história cultural e a experiência desse grupo e sua conjuntura. Assim, defendo a tese do autor que a atribuição de significados e valores aos elementos do meio ambiente se deve a três condições: à cultura, às características biológicas humanas e às experiências pessoais.

Neste trabalho sobre Mesquita já na introdução, partimos do pressuposto de que para se discutir a proposta da tese era importante considerar essas dimensões, por isso nos capítulos iniciais foi feita uma abordagem da etnogênese da comunidade, relacionando-a com os acontecimentos históricos no Brasil Central.

Mesmo apresentando as dimensões estudadas sobre a comunidade do Quilombo Mesquita em diferentes capítulos nesse trabalho, enfatizo que elas estão encadeadas e estritamente relacionadas, fugindo assim da clássica tendência fragmentadora presente nas ciências modernas. O trabalho aqui apresentado considera essa visão transdisciplinar e multitemporal, pois só se pode entender o significado de cada uma compreendendo-se as relações que existem entre elas.

Na proposta de diálogo entre os saberes deve-se pensar que o conhecimento não se reduz ao conhecimento científico, e com isso não desqualificar outros saberes simplesmente porque não são científicos.

O físico Marcelo Gleiser(1997) diz que só 10% da matéria é conhecida por nós, e que há, "para além do conhecimento científico, um vasto conhecimento acerca da natureza desenvolvido por populações que os criaram através de culturas tecidas numa relação íntima com-a-natureza e não contra-a-natureza, como a sociedade ocidental urbana moderna."

Enfim, o conhecimento científico é só um modo de conhecimento e não o conhecimento. E, mais, o conhecimento está inserido na vida de cada um, pois não se vive sem conhecimento. Todo e qualquer ser vivo tem que estar aberto para o mundo, para o ambiente, de onde tira o necessário para se alimentar.

Nesse esforço, defino conhecimento tradicional no Quilombo Mesquita como "aqueles saberes que foram construídos com base na vivência histórica daquela comunidade, esses conhecimentos aparecem no cotidiano através de ações de caráter religioso, material e conhecimento do ciclo de vida com caráter holístico, animista, que prioriza a integração equilibrada do homem e da natureza."(Berger Filho; Sparemberger, 2008, p. 13). Assim sendo deve-se ver o conhecimento tradicional do Povoado Quilombola de Mesquita além do conhecimento sobre a biodiversidade do Cerrado, e abranger também o conhecimento intangível, espiritual, emocional, muitas vezes ritualizado.

As comunidades tradicionais usam de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcados pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas não visam somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada das gerações passadas. (Berger Filho; Sparemberger, 2008, p. 13).

No texto: "Sobre a Tradicionalidade Rural que há em nós", Brandão (2004), fala que a ética dos campesinos está baseada em três princípios: a honra, a reciprocidade e a hierarquia. A honra é um princípio básico na Comunidade do Mesquita, a reciprocidade é uma comum no seu dia-a-dia e o sentimento de hierarquia ordenadora do mundo, da própria fabricação do cosmo, da criação natural do mundo natural, da reprodução do mundo social. Essa questão não tem a ver tanto com a geografia da vida rural tradicional, mas sim de uma difusão da teorização em nós de uma campesinidade que não seria apenas caracterizada pela sua ética e pela sua identidade, mas por sua cumplicidade e afetividade (Brandão, 2004)

No Brasil, conforme já relatei no capítulo II dessa tese, no regime de trabalho escravo, os negros foram utilizados como mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar, nos trabalhos domésticos, na mineração,etc. De acordo com Brandão (2009, p.23) Brancos e negros de Goiás compartem a experiência de viver juntos 250 anos reproduzindo vidas e produzindo ouro, gado e cereais, entre o labor e o trabalho.

Observei durante a Festa do Marmelo de 2014 a grande afluencia de moradores e fazendeiros de Luziânia, e em conversas que tive com alguns deles observei o sentimento de "compadrio" entre os Mesquitenses e os fazendeiros do entorno, o sentimento de valorização do grupo értnico e do lugar que fez parte dos seus passeios de infância, e ouvi diversas vezes a frase: "Conheço desde menino" ou "me conhece desde eu menino". Também observei em uma conversa a preocupação com a destinação e titulação das terras para os Quilombolas do Mesquita.

"Aquela fazenda lá era do meu avô...Não era terra de preto não.(Visitante em depoimento informal à pesquisadora durante a festa do Marmelo-2014)

Figura 14 Caixa da Marmelada Santa Luzia

O laboratório de um etnógrafo representa ele mesmo e as relações que ele mantémcom algumas pessoas em particular, com seu próprio jeito simples e astuto... assituações inesperadas nas quais ele encontra a si próprio, o papel que ele tem no jogo, algumas vezes sem intenção, em locais estratégicos, a amizade que ele pode ter com a principal fonte da pesquisa, suas reações de entusiasmo, raiva e nojo – umcomplexo mosaico de

sentimentos, qualidades e ocasiões que dão a esse 'método deinvestigar' uma característica muito específica (DESCOLA, 1997, 444).

Capítulo III

3 Metodologia

Este trabalho tece sua base teórica e metodólogica fundamentada na relação entre as etnociências e a ecologia humana, apesar de que durante o processo de feitura desse trabalho surgiram outros caminhos e teorias não imaginados no início da pesquisa. Porém com o surgimento nessas teorias intui-se que se não fosse assim não era preciso nem se fazer a pesquisa, as respostas já estariam prontas. Cássio Hissa (2009, p. 1) questiona:

> *Como saber o futuro de resultados ainda não construídos? Não se pesquisa para investigar algo desconhecido? Não se desenvolve uma pesquisa para testar algo ainda nunca testado em determinadas situações? E, sobretudo, não se pesquisa para inventar um novo arranjo de resultados, um novo desenho de respostas às questões que são formuladas teoricamente, ainda que isso se faça a partir de dados já trabalhados? Caso contrário, para que pesquisar? Para que pesquisar o que já se conhece?*

Metodologicamente, essa pesquisa, ao considerar como fonte de dados aspectos subjetivos do ambiente vivido no Quilombo Mesquita e sua composição como grupo social, a sua relação com o lugar e sua percepção sobre o meio ambiente, usou uma abordagem qualitativa com base nos princípios da etnopesquisa crítica e etnopesquisa formação, de Macedo (2006), e também a escuta sensível da pesquisa-ação existencial, de Barbier (2002) são as minhas opções para compreender os processos intersubjetivamente construídos na Comunidade, como as pessoas conhecem e utilizam para definir sua história e suas ações, ordenar suas atividades, para mostrar comportamentos que são considerados típicos. São estas práticas sociais, que nem sempre os habitantes locais ou seus representantes tinham bem claro para relatar em um questionário fechado, são situações, acontecimentos, fazeres, relatos, testemunhos e suas representações, as ocorrências e intenções e projetos vivenciados, quer individual ou coletivamente, que formam a matéria *bricolada* dessa pesquisa e com essa colcha de retalhos eu busco mais entender do que explicar.

Assim explico que a bricolagem também aconteceu na coleta e na interpretação dos dados, pois foram realizadas "de modo interativo durante todo o processo de investigação" (Dencker, 1998, p. 126) e combinou diferentes processos para a coleta de dados:

> *As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas. (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2001, p. 163).*

Na busca de um macroconceito que unisse e interligasse as mazelas sofridas pela Comunidade do Mesquita, a intensa pressão fundiária que sofrem, o lento desaparecimento dos seus saberes tradicionais e as formas de resistência do povo quilombola, o caminho teórico que se apontou foi o pensamento de Boaventura Sousa Santos, que me possibilitou uma perspectiva epistêmica capaz de dialogar com todas as categorias que surgiram nesta tese.

Boaventura (2002) convida a observação a partir da margem assim teremos uma visão de tudo que é descartado para que o centro se reafirme como tal. É o descarte de tudo que não é considerado importante pelo poder hegemônico. No Quilombo Mesquita (a margem) todo saber é invisibilizado pelos que pretendem a ocupação daquele território(centro) quando negam a origem étnica e histórica do território e tratam as reinvindicações da comunidade do Mesquita como uma utopia.

A história de Mesquita permite aplicar diferentes categorias analíticas, assim decidir-se diante das diferentes questões que apareceram e resolver sobre que arcabouço conceitual utilizar para esse projeto de tese não foi tarefa simples, primeiramente o lócus do estudo e os processos vivenciados por eles provocava em mim grande insegurança no ato de pesquisar o tema, foi necessário rever conceitos, tentar criar articulações teóricas com outras áreas de conhecimentos, que me permitissem essa interface entre diferentes categorias e conceitos que eu desejava ver incluído como referencial teórico na minha tese, então o acúmulo das metodologias de pesquisa em Ciências Sociais, a chamada bricolagem.

O termo francês *bricolage*, em sua definição mais simples, se refere a um trabalho manual, feito com o aproveitamento de todo tipo de objetos e materiais disponíveis. Claude Levi Strauss (2003) e Jacques Derrida (1971), ao se apropriarem do termo, definiram por *bricoleur* (aquele que cria *bricolages*) o indivíduo que realiza um trabalho ou desenvolve um objeto de forma que não há planejamento pré-concebido, se afastando conseqüentemente dos processos e normas comuns às técnicas tradicionais. O

trabalho ou objeto em questão tem como característica marcante a utilização de quaisquer materiais que se tenha à mão e que sejam interessantes ao criador, materiais estes já existentes no ambiente e com funções definidas para além da obra do *bricoleur*. Depois o termo amplia seu significado, sendo aplicado nas mais variadas áreas. Sturken e Cartwright (2001) o definem então como um modo de adaptação no qual coisas utilizadas para fins aos quais elas não foram criadas e em formas que as tiram de seu contexto normal ou esperado e aqui estará sendo usado para a elaboração de uma etnografia que responda ao objetivo proposto.

O eixo inicial e que foi o centro de minhas interrogações foi inicialmente o estudo das comunidades quilombolas, o interesse pelo tema, como já afirmei se originou na minha ascendência paterna na região conhecida como Santa Luzia da Marmelada, hoje Luziânia, Goiás, cidade que incorporou a fazenda Mesquita. Lévi-Strauss, fala que o "o objeto da pesquisa em ciências antropossociais é da mesma natureza do seu pesquisador", na releitura, Macedo (2002) acrescenta: "é preciso nos convencer de que o objeto do conhecimento das ciências humanas deseja, pensa, faz opções e se movimenta, ou está crivado de desejos e sentimentos, tal qual o seu estudioso" (Macedo, 2002,p.43).

A condição humana é um dos pontos de interesse de pesquisa que trago desde a graduação, nesse tema eu teria alguns caminhos a seguir e a minha interrogação inicial era de como os moradores de uma comunidade identificada como quilombola transmitiam os conhecimentos ecológicos tradicionais aos seus descendentes e se esses conhecimentos poderiam ser considerados ferramentas de educação ambiental. Na escolha de caminhos para essa investigação busquei diferentes estratégias para desenvolver teoricamente minha hipótese inicial. Porém sempre sobrevinha uma angústia de não estar retratando de forma academicamente adequada as variáveis que influenciavam essa transmissão de saberes intergeracional. Usei de uma forma muito pessoal meu "caderninho verde", que era meu "diário de itinerância" o que Bourdieu (2002) chama de ferramenta de investigação que *"representa um percurso estrutural de uma existência concreta tal qual se manifesta pouco a pouco, e de uma maneira inacabada, no emaranhado dos diversos itinerários percorridos por uma pessoa ou por um grupo*." (Bourdieu, 2002, p.134). As leituras, encontros, seminários, incertezas e mágoas eram ali anotadas, era revisitado toda vez que a memória falhava e quando a linha tênue da fronteira do racional e do imaginário me confundiam.

A metodologia de pesquisa usada compartilha teoria e prática-vivência, movendo-se entre os processos dialógicos com as realidades vividas e analisadas, em uma "implicação epistemológica" (Barbier, 2002). A implicação se constitui, portanto um diferencial desta pesquisa, pois ao mesmo tempo em que

implico os outros que vivem comigo na experiência, sou também implicada nas circunstâncias nas quais interagimos. Barbier define a implicação como "Um engajamento pessoal e coletivo do pesquisador, em e por sua práxis científica, em função de sua história, de suas posições passada e atual nas relações de produção e de classes, e de seu projeto sóciopolítico em ato, de tal sorte que o investimento, que é necessariamente a resultante disso, é parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento"(Barbier, 2002, p. 101-102.)

É pertinente então compreender que a problematização requer delimitação para se seguir caminhos em busca de vestígios que viesse a viabilizar a minha pesquisa. Segundo Minayo (2008), a definição do problema ou objeto de pesquisa é a razão da existência do estudo. Compreende-se que a delimitação do problema significa um encaminhamento com mais visibilidade da teoria que norteará os passos do pesquisador. Ao descrever o problema, seus objetivos, métodos e técnicas que empregará na análise e interpretação das informações, a concepção do pesquisador manifesta-se em relação ao enfoque teórico posto na investigação.

O presente trabalho insere-se dentro de uma pesquisa de Doutorado, cuja principal questão é perceber como alguns remanescentes quilombolas educam e se educam em seu cotidiano e como a Educação Ambiental pode dialogar com esses saberes e fazeres. O foco deste estudo está direcionado à comunidade quilombola (Mesquita), situada no município de Cidade Ocidental (Goiás), que compartilharam suas Histórias de Vida. Para este estudo, busca-se a possibilidade de identificar, a existência do saber tradicional, aqui usa-se a definição dada por Giddens(1994):

> *"A tradição é contextual no sentido de ser garantida por uma combinação de ritual e verdade formular. Separada deles, a tradição degenera em costume ou hábito. A tradição é impensável sem guardiães, por que estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiães" (GIDDENS, 1994).*

Assim, com a ideia central de compreender até que ponto os saberes tradicionais da Comunidade do Quilombo Mesquita são úteis e válidos como conhecimentos ecológicos e apresentar reflexões pertinentes ao relacionamento desses saberes com a Educação Ambiental.

Dessa forma, para estudar esta temática será necessário investigar todo o processo histórico de formação da comunidade, assim esse estudo vem se diferenciar pela singularidade e construção de novos saberes em que os sujeitos são os construtores do processo.

> *A ciência encontra-se duplamente ao serviço da globalização hegemônica, quer pela maneira como a promove e a legitima, quer pela maneira como desacredita oculta ou trivializa a globalização contra hegemônica. A hegemonia pressupõe um policiamento e uma repressão constantes das práticas e dos agentes contra hegemônicos. Desacreditar, ocultar e trivializar a globalização contra hegemônica dá-se, em grande parte, conjuntamente com o desacreditar, ocultar e trivializar os saberes que informam as práticas e os agentes contra hegemônicos. Perante saberes rivais, o conhecimento científico hegemônico ou os converte em matéria-prima (como é o caso dos saberes tradicionais sobre biodiversidade) ou os rejeita na base da sua falsidade ou ineficácia à luz do critério hegemônico da verdade e da eficácia (Santos, p.46)2007.*

Portanto, esse estudo é voltado a uma realidade dos saberes quilombolas buscando a valorização da cultura e dos conhecimentos produzidos pela comunidade do Quilombo Mesquita, e busca também situar a Educação Ambiental neste contexto de diversidades e singularidade cultural da comunidade quilombola do Quilombo Mesquita, por ser de fato, relevante para a concretude desta pesquisa.

O trabalho de campo constitui uma etapa essencial da pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2004), é "o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço", pois é no campo de pesquisa que se encontram as manifestações intersubjetivas e interações entre o pesquisador e os sujeitos estudados. A autora frisa que *"cada vez que o cientista social retorna às fontes vivas de seu saber, àquilo que nele opera como meio de compreender as formações culturais mais afastadas de si, faz filosofia espontaneamente" (Lévi-Strauss, 1975, p. 222 apud Minayo, 2004, p. 106).*

Estive diversas vezes no Quilombo Mesquita em pesquisa para análises socioambientais sobre a Bacia do Rio São Bartolomeu, onde coordenei a equipe que fez as inserções junto às comunidades ribeirinhas. Durante seis meses, um grupo multidisciplinar de profissionais elaborou um detalhado diagnóstico sobre a região da Bacia do Rio São Bartolomeu. Foram avaliados aspectos ambientais, históricos, culturais, turísticos econômicos e sociais, e a partir desse resultado chegou-se às fragilidades e potencialidades dessa região. O Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu foi publicado em dezembro de 2008.

Figura 15 Festa do Marmelo-Momento de socialização-Foto Antonia Samir

O Diagnóstico[25] revelou um território marcado por profundas transformações em seu ambiente natural, influenciadas por diferentes aspectos, todos relacionados aos variados modelos de desenvolvimento adotados no país ao longo de sua existência, mas nada comparado à velocidade das transformações produzidas nas últimas décadas, sobretudo as que se consolidaram a partir da década de 70. Parece difícil acreditar que até o início dessa década o Rio São Bartolomeu ainda era um rio navegável, com suas matas ciliares em bom estado de conservação.

Especificamente para este trabalho acadêmico a minha primeira viagem ao campo aconteceu em outubro de 2010 e a última em dezembro de 2013. Durante esse tempo todas as minhas observações foram anotadas no meu caderninho verde (Diário de campo), que, foi uma ferramenta utilizada na pesquisa desde o início e os registros que fiz me guiaram na construção da tese e nos caminhos metodológicos.

O meu diário de campo foi uma ferramenta importante durante as visitas à Comunidadede, pois como registra Hess (2006, p. 93): "se o diário de campo capta o dia a dia, as percepções, os eventos vividos, as entrevistas, mas também os flashes de compreensão que emergem, com um pouco de recuo, a

[25] Disponível para consulta em http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/

re-leitura do diário é um modo de reflexão sobre a prática.". O meu diário de campo teve grande proveito no resgate cronológico das visitas.

> *"No caso do vivido pelo pesquisador, seu diário de campo é um documento valioso de pesquisa. Ele descreve a implicação do pesquisador, contém detalhes sobre a evolução dele ao longo de seus estudos, sobre seus fracassos e permite que nos situemos melhor (...)naquilo que são suas características explícitas e tácitas." (Macedo, 2006.p.133)*

A pesquisa foi realizada com o uso de métodos da pesquisa etnográfica, como a observação participante com registro já citado em diário de campo e entrevistas não estruturadas (conversas) para a coleta dos depoimentos. Outra maneira de participar e registrar os fatos no campo foi por meio de consultas a documentos históricos e oficiais, visitas a bibliotecas e consultas a outras produções acadêmicas, além do auxílio do registro fotográfico que enriqueceu o trabalho. Os jovens, além dos depoimentos, participaram com os desenhos usados na tese e também com as fotos.

Vivenciei grandes obstáculos até conseguir a superação dos mesmos, só consegui caminhar no trabalho após ter consciência de que eles existiam e estavam comprometendo o meu processo da pesquisa. Acredito que foi superado quando estabeleci uma atitude de "escuta sensível" (Barbier, 2002) dos acontecimentos silenciados, daquilo que as falas, os olhares, os gestos nos indicavam mas não era verbalizado, de tentar olhar a comunidade como um todo, um esforço para historicizar esse todo que eu buscava encontrar, revelando uma ancestralidade comum ligada aos saberes e fazeres, à vida cotidiana dos moradores do Quilombo Mesquita e seus modos de viver tradicionais ligados ao Cerrado.

E foi essa atitude que me levou a entender que esse silêncio dos saberes desse povo era provocado pela cultura hegemônica, que estabelece contato com outras culturas, mas reafirma o padrão do contato colonial no silenciamento e desprezo que demonstra com outros saberes.

> *A ocultação e o descrédito destas práticas constitui um desperdício de experiência social, quer da experiência social que já se encontra disponível, quer da experiência social que, não estando ainda disponível, é contudo realisticamente possível.* (Boaventura, 2006)

A conversa que entabulei entre a história e a pesquisa etnográfica esperava recuperar acontecimentos invisibilizados ou perdidos em documentos no tempo, mas que não foram esquecidos pela comunidade. Essa confabulação entre o Quilombo Mesquita de hoje, a memória e a história não tinha como

finalidade comprovar as histórias orais com a que encontra-se documentada, segundo Arruti (2010) "Não lemos a memória como 'texto', mas como perspectiva a partir da qual é possível destextualizar os documentos escritos, tomando-os como 'falas' passíveis da análise antropológica", o objetivo era na verdade observar a imbricação das lembranças trazidas por esse grupo sobre o espaço, sobre o lugar onde eles vivem e relaciona-las às pressões fundiárias sobre aquele território e ao objetivo geral do meu trabalho.

Os povos tradicionais, como os da comunidade do Quilombo Mesquita aqui em estudo, têm conhecimentos valiosos sobre o meio ambiente em que vivem tendo em vista o uso que fazem dos recursos naturais. Estas comunidades conseguem na natureza uma variedade desses recursos que vai desde seres vivos até coisas inertes, que são usados como alimentos, como remédios e como matéria-prima essencial para sua vida naquele lugar.

No Quilombo Mesquita, hoje confeccionam artesanalmente farinha de mandioca, rapadura, pinga de alambique, marmelada, doce de goiaba, artesanato com madeira, produtos de hortas, pequenas criações de animais. Utilizam-se da matéria-prima que encontram dentro da própria comunidade e nas proximidades. A agricultura de subsistência acontece em pequenas áreas, totalmente de forma artesanal, na maioria das vezes o manejo e preparo da terra é feito por toda família utilizando instrumentos simples como enxada, foice, machado, entre outros bastante rudimentares, mas que atendem as necessidades;

Do cerrado usam o Pequi, fruto do pequizeiro (Caryocar brasiliense), árvore típica do cerrado brasileiro com um alto grau de aproveitamento pelos seus frutos, é o chamado pequi que, em língua indígena significa casca espinhenta, é muito usado na culinária goiana, o famoso arroz com pequi, licor de pequi, conserva de pequi com pimenta, castanha de pequi; a goiaba (Psidium guajava); as mangas (Mangifera indica) e muitos outros frutos, largamente utilizados na confecção de doces caseiros. Mas esses saberes serão devidamente explorados em outro capítulo desse trabalho.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O planejamento de uma pesquisa, com base em Gil (1999, p. 65), tem como principal embasamento a coleta de dados por meio das "fontes de papel", através da pesquisa bibliográfica, iniciando a pesquisa a partir de estudos já realizados, e também usando livros, artigos e trabalhos acadêmicos que tenham pertinência com o tema abordado.

A pesquisa bibliográfica e documental inicial aconteceu junto com a observação não estruturada (assistemática), essa observação ocorreu de uma forma simples, espontânea, informal e foi combinada com entrevistas, onde eu era a principal ferramenta de observação e interação com a realidade estudada.

Dessa maneira, para essa tese foram realizados os seguintes tipos de pesquisa:

- Pesquisa Bibliográfica = A execução dos objetivos da pesquisa foi constituída basicamente na busca, leitura, diagnóstico e interpretação do material disponível sobre a temática – em sítios eletrônicos, revistas especializadas, livros, jornais, Universidades e instituições diversas, documentos impressos ou fotocopiados, mapas, imagens, manuscritos, etc. Todo esse material passou por uma seleção, a partir daí foi possível estabelecer um plano de leitura e análise das informações coletadas para um aprofundamento dos meus pontos de vista teóricos.

- Pesquisa exploratória: Aconteceu na primeira etapa de pesquisas documentais, visitas ao Quilombo para observações e interações iniciais com os moradores. Nessa fase de rascunhar a pesquisa também fiz entrevistas informais com gestores públicos da Fundação Cultural Palmares, do INCRA, da SEPPIR quando, além de reunir as informações e documentos para o início da redação do trabalho, pude apresentar o meu projeto de pesquisa, e ouvir as manifestações sobre a sua realização e pertinência.

-Pesquisa de campo foi feita com moradores do quilombo e nos círculos de relacionamento e na comunidade circundante ao povoado As entrevistas procuraram adequar uma forma interativa de contato com esses moradores e colher informações inseridas no conjunto da conversa:

> *De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana. (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2001, p.168).*

Durante as entrevistas não estruturadas é que acontecia a abordagem mais aprofundada do assunto, acontece "quando o entrevistador coloca o tema e o entrevistado tem a liberdade de falar sobre a questão (Matos; Pessôa, 2009, p. 288). Esse foi o tipo de entrevista que usei em diferentes fases da minha pesquisa, especiamente na pesquisa exploratória, quando eu não tinha definição completa sobre os aspectos a serem enfocados.. Durante a pesquisa, essas últimas mantiveram a característica de uma conversa, na qual não havia obrigatoriedade de as perguntas seguirem uma ordem determinada, já que muitas vezes a resposta de uma pergunta acabava abrangendo o(s) assunto(s) que viria(m) posteriormente, necessitando a adaptação dopesquisador para desenvolver o tema, sem interromper o fluxo da conversa.

A pesquisa teórica bibliográfica deu início a essa tese com a intenção de cruzar as categorias de análise que uso no trabalho, buscando um encadeamento de sentidos entre os conceitos desta minha pesquisa. O eixo temático que orientou o planejamento desse trabalho, e funcionou como um sustentáculo e um guia foram a sintonia entre os seguintes conceitos: lugar, memória, saberes tradicionais, história oral, educação ambiental apesar disso durante a pesquisa surgiram assuntos relacionados à justiça ambiental que se tornaram-se uma grande preocupação para mim. Eram conceitos e teorias que não faziam parte do meu projeto de pesquisa inicial, e que foram acrescentados ao meu trabalho.

Para este trabalho foram pesquisadas fontes sobre diáspora, história do Brasil Colônia, história de Goiás,quilombos, História da construção de Brasília, territórios, lugar, memória, saberes tradicionais, história oral, educação ambiental, ecologia humana, metodologia científica, dados sobre o município de Cidade Ocidental, entre outras.

A freqüência das visitas ao Quilombo foi mensal, de junho 2010 a setembro de 2011, no ano de 2012 participei de diferentes atividades com a CONAQ , com a Fundação Cultural Palmares e na SEPPIR como conselheira titular do CNPIR[26] , o ano de 2013 estive presente na Festa do Marmelo em Janeiro e me afastei do campo por um período de dez meses após o falecimento de minha mãe em Fevereiro de 2013, só

[26] Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

retornando em Outubro em uma visita com um grupo de estudos da UNB e da Secretaria de Educação do DF, onde atuei com monitoria da visita guiada ao Quilombo.

A pesquisa começou com uma idosa, bastante popular na comunidade e com grande conhecimento do Mesquita, hoje já falecida, ela me apresentou a outra parente, e assim fui repetindo o processo e incluindo novos informantes (essa forma de contato é conhecida como bola de Neve). Assim, um entrevistado foi indicando outros até o número de oito entrevistados.

A cada entrevista buscava uma nova informação, sempre me referindo à algum fato novo que havia sido citado anteriormente ou observado na pesquisa bibliográfica..

Durante a pesquisa, nas entrevistas semi-estruturadas, contendo apenas em uma ou poucas questões/guias, quase sempre abertas. Nem todas as perguntas elaboradas foram utilizadas, a conversa ficava num nível de informalidade que me permitia introduzir outras questões que surgiam durante a conversa. Utilizei poucas vezes o recurso da gravação de entrevistas, foram utilizados como ferramentas constantes o diário de campo, a observação direta e os registros fotográficos, todos autorizados pelos informantes.

Sobre o tipo de entrevista semiestruturada, Matos e Pessôa (2009, p. 288) explicam que a mesma:

> *Necessita ter planejamento e operações específicas para o seu desenvolvimento. As entrevistas semiestruturadas se constituem na interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista é recomendado, porque possibilita a obtenção de mais informações além das previstas.(* *op. cit.)*

Mesmo com o roteiro previamente elaborado, durante a pesquisa, as entrevistas conservaram a característica de uma conversa, na qual não havia obrigatoriedade de as perguntas seguirem a ordem determinada pelo roteiro, já que muitas vezes a resposta de uma pergunta respondia outra que vinha posteriormente, assim tive que ir adaptando a conversa para ampliar o assunto, sem cortar o "rumo da prosa".

A elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada foi feito com a orientadora ponderando sobre o processo (Anexo 1) e trazendo outras sugestões e observações, teve como fio condutor as pesquisas feitas durante a etapa exploratória, incluindo aqui as conversas informais que tive na comunidade, e principalmente o referencial teórico analisado.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 06 representantes da comunidade, de diferentes idades e em diferentes períodos entre e junho 2010 a setembro de 2011 e com diversos representantes do poder público em épocas distintas, além das visitas prévias em maio de 2010 e agora na fase de redação final da tese em janeiro de 2014(essas visitas acontecem com uma boa conversa tomando café). Durante a etapa exploratória, além da interlocução informal com moradores locais, foram consultados alguns representantes do poder público (Fundação Cultural Palmares, do INCRA, da SEPPIR, Prefeitura Municipal da Cidade Ocidental, Arquidiocese de Luziânia) sobre a relevância da pesquisa, quando também foram coletadas subsídios que auxiliaram no rumo da investigação.

Já depois da qualificação do projeto da tese e com o delineamento da pesquisa mais claro, foram planejadas novas entrevistas, também semiestruturadas, usando um roteiro de perguntas específicas para responder aos dados que necessitava para fechar algum dado.

Nesse momento surgiu uma nova ferramenta de pesquisa que se mostrou muito eficiente com alguns jovens da comunidade, a Etnografia Virtual, onde o contato foi feito através de Redes Sociais (Facebook)[27], foi um estudo etnográfico baseado na observação e participação em redes sociais na Web, foi feita também uma entrevista semiestruturada online usando ainda a abordagem etnográfica, apesar da ferramenta ser digital e dava ao entrevistado liberdade para as respostas, consegui com esse instrumental esclarecer pontos ainda obscuros na minha análise.

Minha etnografia teve mais a ver com o dia-a-dia do que com a memória, mesmo que eu reconheça que as nossas conversas, mesmo sem direcionamento pendia entre o passado, o presente e as possibilidades futuras, essas sempre eram ligadas à questão da regularização fundiária.

[27] https://www.facebook.com/pages/Quilombo-Mesquita/242891922469598?fref=ts

O trabalho de campo foi realizado em momentos de observação onde usei a técnica Fly on the wall[28], que envolveu períodos entre médios e breves de observação local. Estive presente apenas observando sem interferir nas ações do grupo ou da pessoa observada. e registrei tanto a regularidade da vida cotidiana, quanto momentos curtos e significativos, como a conversa das mulheres na cozinha, a feitura das "caixetas" para a marmelada, o decurso das festas comunitárias ou mesmo a participação das lideranças do Quilombo em eventos fora do Quilombo.

A minha intenção era conseguir uma aproximação como pesquisadora com os moradores do quilombo mesquita sem no entanto interferir nos processos internos da comunidade:

> *(…)por ser um "tipo de observação característico dos estudos qualitativos, [...] na qual os comportamentos a serem observados não são predeterminados, eles são observados e relatados da forma como ocorrem, visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação" (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2001, p. 166).*

Dencker (1998, p. 127) observa que é uma grande vantagem das técnicas de observação permitir o registro do comportamento no instante em que este ocorre. Dessa forma as observações foram anotadas (nem sempre muito organizadas) em um diário de campo, algumas entrevistas foram ravadas e sempre que eu visitava o Quilombo fazia registro fotográfico da ida ao campo (Anexo 3).

Além dessa observação, inúmeras outras vezes provoquei conversas descompromissadas nas casas das pessoas ou no Centro Comunitários durante o leilão na Festa do Marmelo, nas reuniões da Associação, em caminhadas pela comunidade, além de outras ocasiões, onde procurei entender um pouco mais com meus informantes como vivem, como pensam suas vidas e a si mesmos. A ideia foi procurar fazer com que eles próprios relatassem a compreensão a respeito de suas vidas, das mudanças ocorridas na comunidade e em seu universo particular.

A principal fonte usada para obter as histórias de vida e os relatos no Quilombo e que foram utilizados nessa tese foram as entrevistas realizadas por técnicos do INCRA e as conversações estabelecidas pela pesquisadora com esses técnicos e com a comunidade. Entendo que produção de

[28] A técnica Fly on the Wall consiste no pesquisador agir como se fosse uma mosca na parede: ele apenas observa e registra o comportamento do usuário na execução da atividade, sem interferir em suas ações.

conhecimento acontece de modo interativo, "a pesquisa é um processo de comunicação, um processo dialógico" (González Rey, 2005, p.13) e a conversação com os sujeitos de pesquisa acontece em uma dinâmica coloquial que não estabelece perguntas a priori, pois é importante seu envolvimento em um sistema conversacional que lhe permita sua expressão, é o famoso "deixar o papo rolar". A pessoa envolve-se em um processo de diálogo por sentir-se implicada no processo da pesquisa através da produção de diferentes sentidos subjetivos que se constituíram na relação com o pesquisador e seu tema. A comunicação é onde se constrói conhecimento, a pessoa se expressa, se envolve na pesquisa, permitindo a revelação de diversos processos de sentido subjetivo que caracterizam a expressão desse sujeito. É claro que esses sentidos subjetivos implicados na produção da pessoa não serão de todo revelados, mas que eles irão entrar por vias indiretas durante o processo dialógico (González Rey, 2005, p.13).

Usando como fonte diversas bibliografias relativas à formação socioeconômica e histórica da região - Estado de Goiás, município de Luziânia, Brasília, Distrito Federal e município de Cidade Ocidental, especialmente Bertran, esta pesquisa busca contextualizar o cenário externo onde surge a comunidade de Mesquita, bem como os impactos sofridos por suas contínuas evoluções.

Nesse processo subjetivo de construção da pesquisa através da conversação foi e será possível aos poucos reconstituir o trajeto histórico da comunidade, bem como dar voz e inteligibilidade a aspectos mais subjetivos da cultura. Fontes documentais confirmam o que é falado nos discursos, ora mostram a contradição entre o conhecimento do grupo e o que está registrado pela sociedade, principalmente ao que se refere à cultura gráfica, situação comprovada através de pesquisa bibliográfica e documental.

Observa-se que diversos momentos de organização política foram acompanhados pelos técnicos do INCRA, e relatados no RTDI, fonte que usei como pesquisa para essa tese. O material produzido por outros pesquisadores que estiveram em Mesquita, foi de grande importância para o presente relatório e será para o processo analítico- interpretativo da pesquisa.

A observação participante, que antecede e sustenta todo processo desta pesquisa proporcionou-me a visão sobre a atualidade: a contínua decomposição da comunidade por conflitos territoriais específicos e o assédio de suas terras. A observação registrada no diário de campo se constitui em um procedimento fundamental para todo trabalho investigativo.

Alguns procedimentos de pesquisa foram utilizados e outros se agregaram ao longo da pesquisa, tive conversas informais que usaram a metodologia de historia oral com moradores mais antigos e lideranças da Comunidade. Em diferentes ocasiões nos anos de 2010 e 2011 encontrei com os jovens da comunidade, o que me permitiu registrar as concepções e as percepções das novas gerações sobre a identidade quilombolas e os problemas vividos pela comunidade. Essas interações me deram a oportunidade de compreender os significados que tecem o imaginário coletivo das pessoas do lugar.

Os jovens são identificados como lideranças pela comunidade, já que são os sujeitos e autores da nova história do Quilombo Mesquita e sofrem forte influência do meio social externo, a participação desse grupo revelou novos aspectos e novos olhares sobre os saberes tradicionais na Comunidade, os jovens aparecem como os "sujeitos de conhecimento, e isso significa partir da premissa de que são sujeitos de ação, construtores de sua própria história" (Gonçalves, pag 3).

O discurso dos jovens permite entender a percepção sobre o tema, segundo Hannah Arendt, a ação não pode ser vista dissociada do discurso (Arendt, 2003). Se a ação corresponde ao iniciar, o discurso é que expõe os sentidos desse início e corresponde à singularização do sujeito, revelando sua "identidade pessoal" (Arendt, 2003, p.192). Através da fala, é possível identificar os sentidos da ação, desvendando valores e, sobretudo, "projetos de futuro" (Ribeiro, 2000). Assim, os sujeitos devem ser vistos "com palavras e atos" (Arendt, 2003, p.189).

Existem poucos dados estatísticos sobre a realidade dos quilombolas do Quilombo Mesquita - o que aponta a falta de reconhecimento desses sujeitos, tanto pelo poder público quanto pelas instituições, por isso considero que a análise documental de textos históricos e documentos cartoriais será importante para entender a questão fundiária e as relações na comunidade.

Disso, pode-se observar como a comunidade quilombola formada em meio rural que é um locus privilegiado à manutenção da cultura e os costumes étnicos, não escapou aos avanços do progresso. Para construir a narrativa onde se aborda a história dos quilombolas em Mesquita foram empregados alguns procedimentos metodológicos tendo como vetor principal os "saberes tradicionais" usados na família e na comunidade étnica. Por Mesquita ser um povoado rural, localizada num espaço restrito, facilitou concentrar e iniciar as observações em um só espaço da comunidade, qual seja, a Igreja de Nossa Senhora D'Abadia , onde os moradores do Quilombo Mesquita se socializam através do Salão Paroquial, do Centro de

Memórias e da própria igreja. Esses encontros da comunidade são um fator de preservação e manutenção da cultura, tornou-se importante para a pesquisa buscar os significados dessas reuniões e comemorações. Desta forma, metodologicamente foram agregadas outras fontes que pudessem auxiliar no entendimento da dinâmica de se viver em uma comunidade vista como tradicional, daí a necessidade de se buscar amparo teórico nas instituições que trabalham com o tema quilombola: Fundação Cultural Palmares, CIGA/GEA/UNB, CONAQ, SEPPIR, IPEA etc.

Assim, participei ativamente das atividades desenvolvidas por essas instituições, tais como : Conselheira no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) por quatro anos (2010/2013) I Seminário de Ater Quilombola (março/2013), Delegada na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (nov/2013), Moderadora no Ciclo de Debates – Ano Internacional dos Afrodescendentes – Acesso à Terra e Comunidades Quilombolas, participação no I e relatoria no II Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola - 2010/2012, Coordenação do Seminário **Quilombos, Terreiros e Juventude: Justiça Ambiental e Práticas Culturais** Africanas e Afrodescendentes durante a Rio + 20, participante no Colóquio Geopolítica & Cartografia da Diáspora África-Brasil (CIGA/GEA/UNB) , participante da Marcha Nacional da Campanha em Defesa dos Direitos do Povo Quilombola, representante governamental no Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos para Promoção da Igualdade Racial – JAPER.

Essas participações, na verdade uma atuação militante em apoio à "causa quilombola" tornaram-se fontes importantes para apreensão da lógica étnica perceptível no cotidiano. Do universo étnico para o lócus da minha pesquisa (o Quilombo Mesquita), procurei observar nas conversas, nas danças, nas rezas, nos chás, nas benzeções, nas festas, nas receitas da culinária, nas letras de canções mais do que resquício de costumes, a cultura material prenhe de sentidos. As 28 entrevistas constituíram fonte especial para o estudo e análise das práticas cotidianas, nas quais se imbricam valores étnicos e religiosos

3.2 Meu campo da pesquisa

O Povoado do Mesquita localiza-se no município da Cidade Ocidental a 24 quilômetros da cidade de Luziânia, no estado de Goiás, entorno sul do Distrito Federal, possuindo pouco mais

de 2 (dois) mil habitantes. Formado há mais de 150 anos, por uma população quase que totalmente negra, o Arraial do Mesquita, comporta descendentes dos escravos trazidos na época da mineração para a antiga cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia.

A Comunidade Remanescente de Quilombo do Quilombo Mesquita é marcada pela insegurança social, econômica e política, isso acontece em função da sua invisibilidade para a sociedade da região do entorno (Cidade Ocidental) como também para a população do Distrito Federal.

Com a criação de Brasília muitas mudanças significativas aconteceram na região do Entorno onde está localizado o Quilombo Mesquita. Na época da construção da nova capital, vieram para o local, pessoas das mais diferentes regiões do Brasil e os moradores do Povoado tiveram o seu modo de vida bastante modificado e viveram situações bastante conflituosas à medida que essa presença foi transformando o contexto cultural daquela comunidade tradicional. Até hoje é com esses conflitos que os moradores tem que dialogar. Nesse "diálogo no conflito" também é reconhecido por parte da comunidades que a mudança da capital também trouxe benefícios para elas, mas, apesar de reconhecer esses diálogos, o conflito existe e está muito presente na pressão sofrida permanentemente pela comunidade.

O que me levou a pensar inicialmente esse estudo foi a busca pela história esquecida e ignorada pelos moradores de Brasília sobre o povo que já vivia nessa região quando do surgimento de Brasília, esse anseio era para compreender os saberes tradicionais dos moradores do Quilombo Mesquita, que no seu território receberam a capital Brasília, a nova capital, que construída para o ser o futuro, considerada patrimônio da humanidade e visitado por pessoas do mundo todo não reconhecia a vida aqui presente, que era traduzida como ausência e atraso. As perguntas que me moveram foram que lugares ocupam essa tradição dos saberes do cerrado na formação ecológica dos jovens do Mesquita? São hoje apenas lembranças? Como resgatar esse conhecimento silenciado pelo concreto e imediatismo da capital Brasília? Que influências a construção de Brasília exerceu sobre as vidas e experiências da comunidade? O surgimento de Brasília provocou desestruturação da cultura tradicional na comunidade do Quilombo Mesquita? Nesse conflito entre o contemporâneo e o tradicional observei como se dá a sobrevivência dos saberes tradicionais por meio da história oral de alguns moradores do Povoado.

Para responder a essas perguntas através de entrevistas sobre a história de vida daquelas pessoas aprofundei a investigação sobre narrativas em torno dos saberes tradicionais, usando como parte teórica a

Sociologia das Ausências e das Emergências, de Boaventura de Souza Santos que permite a visibilização daquilo que foi excluído ou colocado como margem pelo pensamento corrente, certezas absolutas do conhecimento científico que afirmam que o lugar desses saberes é o campo do esquecimento, é o campo do silêncio.(Águas,2010)

Para rememorar e identificar saberes e fazeres como ferramentas ecológica essa tese se propos escutar, conversar, reviver o saber e o conhecimento. A escolha desse mix metodologico se explica pelo fato de querer explorar, mergulhar nos casos, sentidos e emoções. Lidar com dados inesperados e ao mesmo tempo tão enriquecedores para a pesquisa, reconhecendo os moradores mais antigos do Quilombo Mesquita como sujeitos da história que produzem sabedoria.

Capítulo IV

4 O TEÓRICO DIALOGANDO COM O EMPÍRICO

Conta-me e eu vou esquecer; mostra-me e eu vou lembrar; envolva-me e eu vou entender.(Confúcio)

Quando se encontraram as palavras Educação e Ambiental, na gênese da Educação Ambiental, desdobrou-se uma tal afinidade, proximidade e encantamento, que nos pareceu surgir uma boa amizade, marcada pela política de respeito, de verdade e de companheirismo. O amigo, afinal, é aquele para quem nos dirigimos à busca de nós mesmos, numa inversão ou reflexo da imagem do que mais gostamos em nós. Nas relações de amizade, a intimidade é condição para que algo nos toque, nos aconteça e nos transforme.(Antonio Carlos Amorim,2005)

Somos o que somos porque o outro existe e sua existência nos afirma. (Makiuchi,2005)

Nesse capítulo, apresento macroconceitos em diálogo com o empírico articulados durante a interpretação dos dados quando outras categorias emergiram do trabalho de campo, na verdade foram surgindo. Minayo(1994) afirma que " trabalhar com categorias significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso", dessa forma, durante a análise de conteúdo dos dados colhidos no trabalho de campo, identifiquei temas recorrentes, assim agrupei-os em categorias que funcionaram com macroconceitos do campo.

Esses macroconceitos oriundos do empírico já haviam sido citados ao longo do trabalho, ainda que não houvesse estabelecido as categoria a priori, nesse capitulo trago o conceito e a forma como foi vinculado ao real durante as entrevistas:

4.1 JUSTIÇA AMBIENTAL – Direito a uma vida digna em um ambiente saudável

Partindo da situação observada durante a pesquisa de campo, da deteriorização do ambiente natural e dos saberes tradicionais do Quilombo Mesquita em função de pressões externas, e mesmo sendo a comunidade tradicional mais próxima de Brasília, este povo é marcado pela invisibilidade social e historiográfica, além da desenfreada ocupação do seu território que causa desequilíbrio ambiental, sofrem também a perseguição dos que lutam pelo seu território e pela manutenção de seu modo de vida através da conservação do meio ambiente.

A categoria Justiça Ambiental na definição de Acserald, é a condição social onde a proteção contra os danos ambientais deveria ser igual para todos os grupos sociais, o autor afirma que ela deve acontecer por meio de leis e regulamentações, que evitem que o mercado imponha suas decisões discriminatórias com base em raça, cor, nacionalidade ou status socioeconômico.

A base filosófica da Justiça Ambiental diz que todos devem ter um tratamento justo e envolvimento efetivo de todos os grupos sociais, no desenvolvimento, implementação e respeito a leis, normas e políticas ambientais. (Acserald,2004)

Por tratamento justo, entende-se que nenhum grupo social, de raça, etnia ou classe sócio-econômica, deve arcar de forma concentrada e desigual com as consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, agrícolas, comerciais, de obras de infra-estrutura ou da implementação de programas e políticas federais, estaduais, municipais e locais.

Cabe assim uma maior atenção aos grupos que são comumente fragilizados e invisibilizados por processos onde sua capacidade de autodefesa lhes é tirada. Aqui se incluí as populações cujo modo de vida é indissociável do meio ambiente em que vivem, tais como grupos indígenas, quilombolas que dependem do livre acesso a um meio ambiente saudável para sua subsistência e reprodução; e também populações urbanas deslocadas de suas áreas de origem por projetos de "desenvolvimento" dos quais foram excluídas.

Os movimentos de luta pela Justiça Ambiental defendem o envolvimento efetivo dos grupos potencialmente atingidos nas decisões locacionais dos empreendimentos. Por "envolvimento efetivo" entende- se aquele que:

(1) as comunidades afetadas recebem em formato acessível aos seus modos próprios de produção de conhecimento - todas as informações necessárias para avaliar os impactos que os projetos de desenvolvimento poderão produzir sobre elas;

(2) As comunidades afetadas têm participação assegurada nas decisões acerca das ativ idades propostas que virão a afetar seu meio ambiente e/ou saúde;

(3) as decisões oriundas da participação pública são levadas em conta pelas agências regulatórias responsáveis;

(4) os diversos modos de vida, práticas sociais a eles correlatos e interesses específicos dos grupos sociais potencialmente atingidos são levados em consideração no processo de tomada de decisões e

(5) o envolvimento dos grupos potencialmente atingidos é assegurado, viabilizado e facilitado pelas instâncias responsáveis pela tomada de decisão.(RBJA,2004)

O termo Justiça ambiental é um conceito recente, do final do século XX, é um conceito que sofre forte resistência nos meios acadêmicos, como também em estudiosos da questão étnica, uma vez que acreditam que devido ao excessivo foco em questões locais não daria conta de encampar todas as lutas na perspectiva do racismo.

Na esfera governamental, a não utilização do conceito em textos e documentos oficiais não abarca a diversidade dos problemas sociais brasileiros e que criminaliza o setor produtivo, sem oferecer alternativas para esse segmento, uma alta funcionária me reiterou sua preocupação com o termo: É um guarda Chuva grande demais, que aglutina temas muito diversos de soluções distintas, as políticas públicas são definidas por temas, assim sendo o termo não responde as expectativas dessa gestão.

Para Alier (2011), o movimento inventou uma potente combinação de palavras (justiça ambiental), desviando o debate ecológico da preservação e conservação da natureza para a justiça social, e ampliando a perspectiva de lutas tidas inicialmente como locais.

4.1.1 A JUSTIÇA AMBIENTAL NO QUILOMBO MESQUITA

A questão ambiental, e aqui estou me referindo à Justiça Ambiental, tem um vínculo profundo com os movimentos sociais, e em especial com a população negra remanescente de Quilombos, que podem ser identificados como na busca por "Justiça Ambiental" quando reivindica garantias para a regularização da posse da terra.

A educação ambiental no ponto de vista desse trabalho, se propõe, ao diálogo de saberes da territorialidade da Comunidade Quilombola de Mesquita e a abordar alguns aspectos relevantes quanto à resistência quilombola e à justiça ambiental.

O conceito de justiça ambiental torna-se fundamental para se trabalhar com quilombolas, já que a luta pela posse da terra e também os impactos ambientais irão atingir de forma mais acentuada os menos favorecidos economicamente. Assim, reforça-se o conceito de justiça ambiental:

É o caso do Povoado do Quilombo Mesquita, objeto deste estudo, o conceito de Justiça Ambiental propõe a articulação das populações vulneráveis às mazelas da globalização, que favorece a especulação fundiária inclusive em Terras de Comunidades Tradicionais:

> *O desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades. Os vazamentos e acidentes na industria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, a expulsão das comunidades tradicionais pela destruição dos seus locais de vida e trabalho, tudo isso, e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil, que vão além da problemática de localização de depósitos de rejeitos químicos e de incineradores da experiência norte-americana. (Herculano,2002)*

A temática da Justiça Ambiental interessa em razão das extremas desigualdades da sociedade brasileira. No Brasil, país das grandes injustiças, o tema da justiça ambiental é ainda incipiente e de difícil

compreensão, pois a primeira suposição é de que se trate de alguma vara especializada em disputas diversas sobre o meio ambiente.

Ações e movimentos sociais no país que podem ser identificados como de busca por 'Justiça Ambiental', mesmo que sem o uso dessa expressão. É o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens, dos movimentos de trabalhadores extrativistas resistindo contra o avanço das relações capitalistas nas fronteiras florestais, e de inúmeras ações locais contra a contaminação e a degradação dos espaços de vida e trabalho

Existe, hoje, um conjunto de ações não democráticos de apropriação indevida do território quilombola no Quilombo Mesquita, já reconhecido como remanescente de Quilombo desde 2006 e aguarda que sua terra seja titulada, são hoje com um viés tecnocrático do estado, através do INCRA, que retarda a emissão do título e facilita a ação de grileiros, caso nítido de injustiça ambiental contra aquela comunidade:

> *"os herdeiros de uma área quilombola(Quilombo Mesquita) localizada em Santa Maria, lutam para proteger as terras da ação de grileiros e especuladores e assim não perderem ainda mais território em área já reconhecida.Em 2010,(...), foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre GDF, Terracap e os herdeiros. A partir desse acordo, o Condomínio Porto Rico tornou-se área pública passível de regularização.*
>
> *Em contrapartida, ao invés de indenizar os quilombolas, o governo optou por apresentar uma proposta (...)de elaborar projeto urbanístico para a área que atualmente não está habitada, para efeito de compensação de valores.*
>
> *Hoje, os herdeiros entraram na Justiça para ter o direito ao recebimento de indenização pela desapropriação das terras(..). Parte da cidade satélite de Santa Maria foi construída em território quilombolas e governo acordou com seus herdeiros o pagamento de indenização.*
>
> *Os herdeiros comprovam que a área em questão é alvo de grilagem. "Estamos sendo obrigados a proteger as nossas terras, estão vendendo lotes em terras que na verdade nos pertence", alertou um dos representantes do quilombo.(Correio Braziliense,23/09/2013)*

Acserald (2004) denuncia que o capital mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos.

É comum que essas intervenções de especulação imobiliária aconteçam em regiões de grande valorização imobiliária, a especulação imobiliária sobre as terras do Quilombo iniciou com a construção de Brasília, mas se agravou depois de 1974, quando aconteceu a implantação de um núcleo residencial ao norte do Município de Luziânia, a Fazenda Aracati foi vendida ao senhor Cleto Meireles, empresário do ramo imobiliário, que em 1976 fundou a "Cidade Ocidental, com previsão de 15 mil residências, e foi emancipado políticamente e o primeiro prefeito municipal tomou posse em 1o de janeiro de 1993". O território da Comunidade ficou assim localizado no município de Cidade Ocidental - GO, distando aproximadamente 8 km da sede do município e 40 km de Brasília- DF.

Embora a principal causa da perseguição da qual o Quilombo Mesquita se tornou vítima seja a especulação imobiliária, há sinais de que o racismo seja uma variável significativa:

Um caso emblemático vivenciado pela comunidade chama a atenção quando um Jornal passou a atacar Sandra Pereira Braga em reportagens, a principal liderança local que havia sido convidada a atuar como assessora para assuntos quilombolas na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPIR/DF). Ficou evidente na reportagem que não se tratava de um ataque apenas à imagem da líder quilombola, mas ao grupo étnico ao qual ela pertence.

A titulação requerida e próxima do Quilombo pelo INCRA levou os interessados nas terras do Quilombo a usar de um veículo de comunicação para manipular a opinião pública. O grupo resiste nessa área cobiçada há cinco gerações, e aguardam a indenização já estipulada pela Justiça referente às terras invadidas pelo Distrito Federal quando da construção da cidade Satélite de Santa Maria, é de direito dos herdeiros quilombolas e não apenas da líder da Associação.

> *Sabemos que se colocarmos tudo seria muito difícil. Esta terra que a gente pede é o mínimo. O que não dá pra abrir mão mesmo (S. P. B).*

Os ruralistas instalados no território do Quilombo Mesquita fazem ameaças a essa população, fazem manipulações e, se aproveitando da simplicidade das famílias e de um não quilombola interessado nas terras, usa alguns moradores "dissidentes" e tentam desmobilizar e instigar o medo sobre o processo de titulação, afirmando que com as escrituras das terras elas serão perdidas definitivamente, por que passará a

ser de ninguém, por ser terra comunal, além de enviarem cartas às famílias e até fazerem uso de ameaças de morte com o uso de armas de fogo aos moradores da comunidade que lutam pela titulação do território.

Outro fato que corrobora para a afirmação de haver injustiça ambiental com aquela Comunidade Quilombola é a exposição a riscos causados pelos resíduos de serviços de saúde oriundos do Distrito Federal que são depositados a menos de três quilometros do Povoado, esse caso hoje é pouco conhecido e divulgado, mas a tendencia é se tornar mais um problema sem soluçã para aquela comunidade Quilombola. Acrescente-se também que, diante do leque de questões a serem solucionadas pelo grupo (expropriação do território, titulação das terras, organização comunitária,etc) a exposição desigual aos riscos vindos do depósito de lixo fica aparentemente escondida e dissimulada pela enorme carga de problemas a serem resolvidos. Assima a questão da titulação das terras e a defesa do território ocultam e tornam secundários as outras demandas,e a questão dos dejetos do Distrito Federal é uma delas, e configura uma situação de injustiça socioambiental no Quilombo:

4.1.1.1 Racismo Ambiental

As injustiças sociais e ambientais muitas vezes recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas, e se configura tanto por meio de ações com impacto racial quanto por um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental que os expulsam de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja impelindo-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a habitar nas zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos lugares de despejos residuais perigosos, como acontece no entorno do Quilombo Mesquita:

Em junho de 2009 foi aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Lei 4.352/2009, (Lei Transferência de Dejetos no Distrito Federal)que estipulava o prazo de 90 dias para que hospitais, clínicas e outros estabelecimentos privados geradores de resíduos de serviços de saúde assumissem a responsabilidade e o custeio integral decorrentes da coleta, transporte, disposição final e tratamento de seu lixo.

A lei é baseada em Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) sobre o assunto, mas inovou quando beneficiou empresas com sede e tecnologia na capital do país ao estabelecer, no Artigo 9º, que os resíduos dos serviços de saúde e classificados como perigosos, gerados no território do Distrito

Federal, terão autorização de transporte para outros estados da Federação quando não houver tecnologia disponível no Distrito Federal para tratar ou dar destino adequado.

A empresa que ganhou a exploração do serviço apresentou justificativa para os hospitais e as clínicas não utilizarem tecnologia disponível no DF e a justificativa foi aceita pelo Executivo. Essa autorização dependia do apoio técnico do Instituto de Meio Ambiente do DF (IBRAM) e da prefeitura e câmara de vereadores dos municípios receptores do lixo produzido no DF e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como prevê a lei.

Foi exatamente isso que aconteceu e a empresa Quebec fechou negócio milionário tanto com o Governo do Distrito Federal quanto com os maiores hospitais da capital do país, assim para atender a demanda por um local para a destinação dos resíduos sólidos foi implantado, em 01 de abril de 2008, o Aterro Sanitário da Cidade Ocidental/Unidade de Incineração de resíduos perigosos (Alvará de Funcionamento nº 20080145). Localizado na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF.

A injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder.(Herculano, 2008)

O Aterro Sanitário possui suas instalações na Fazenda Santa Filomena, Área Quinhão Gleba 1C, Zona de Expansão Urbana na Cidade Ocidental, ha três quilometros do Mesquita, é gerenciado pela Quebec Construções e Tecnologia Ambiental Ltda. (CNPJ: 26.921.551/0002-62), por meio de contrato de concessão pública. O funcionamento foi autorizado pelo Projeto de Lei Municipal s/n, de 15 de fevereiro de 2008 e Licenças GCP n. 331/2008 e n. 490/2008), para receber e tratar resíduos de outros municípios e do Distrito Federal.

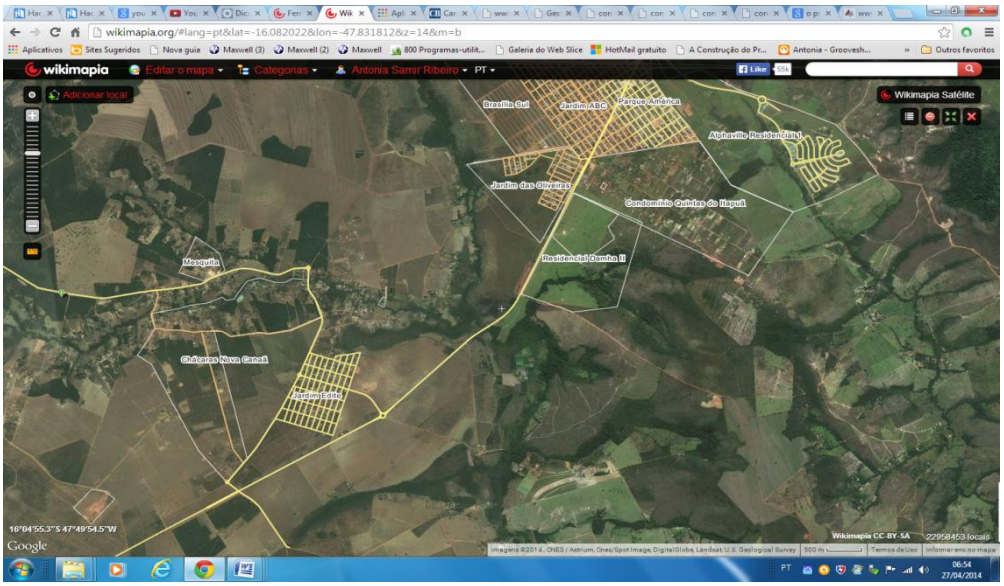


Figura 16 Localização de Aterro de resíduos de saúde do DF (área Quilombola)

O lixo hospitalar é levado para a Cidade Ocidental, onde a Quebec é também a concessionária dos serviços de coleta e tratamento de lixo hospitalar. A proximidade do aterro sanitário do lixo hospitalar é mais uma das agressões ambientais ao Cerrado no entorno do Quilombo Mesquita, constatei que não houve consulta pública prévia à instalação do aterro.

Essa ação de grande retorno econômico para a empresa Quebec e para os Governos do Distrito Federal e a Prefeitura Municipal fere dois dos princípios básicos da categoria Justiça Ambiental:

a - assegurar que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - assegurar amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

A comunidade do Quilombo Mesquita reivindica que sua voz seja considerada na definição de qualquer ação que venha a ser feita no seu território, que qualquer empreendimento só se realize após o realização dos acordos estabelecidos, do reconhecimento de sua identidade quilombola e redução da

desigualdade ambiental e priorização de suas necessidades sobre a exploração dos recursos ambientais da região.

Concluo essa análise afirmando que justiça ambiental pressupõe que as políticas públicas sejam baseadas no respeito mútuo e na justiça para todos, livres de qualquer forma de discriminação ou tratamento diferenciado, configura direito a um meio ambiente seguro, sadio, produtivo e sustentável para todos, onde o "meio ambiente" é considerado em suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas e econômicas

Apesar de nos discursos acadêmicos ainda haver certa rejeição a categoria Justiça Ambiental, porém no cotidiano da Quilombo Mesquita verifica-se como são presentes atitudes que ferem os diretos ambientais do grupo. A situação de injustiça se estabelece não pela vontade dos moradores, mas por não saberem como enfrentar efetivamente essa prática danosa, diante disso, esse estudo indica que há necessidade da Educação Ambiental transformadora ser incorporada como uma nova concepção de educação para as comunidades tradicionais, uma vez que ela valoriza a união entre o ser e o meio e é uma educação para viver a liberdade de sua cultura, seus direitos e cidadania.

4.2 Topofilia e Memória no Quilombo Mesquita

O saber que não nos pertencee o desconhecimento que nos pertence

formam para mim a verdadeira sabedoria José Lezama Lima (1996, p.17).

Topofilia é a percepção do lugar onde se vive, a partir de sua dimensão afetiva, esse é um conceito de Yi-Fu Tuan (1980). Mesmo estando relacionado ao conceito geográfico de lugar, o sentimento topofílico

pode ser expresso em obras de arte, em um espaço imaginário, em qualquer objeto estável passível de observação.

De acordo com Tuan (op. cit) , topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. O olhar dos homens sobre seu ambiente traduz suas experiências e é a partir de um referencial histórico (terras dos ancestrais escravizados) que o Quilombo Mesquita construiu suas relações topofílicas, conferindo ao lugar onde vivem identidade, ou seja status de comunidade étnica mostrando em sua estrutura a resistência em manter fatos culturais que a tornaram histórica. As pessoas investiram ali parte de sua vida emocional no transcurso do tempo. Assim a afeição por determinada parcela do espaço seria a topofilia e o espaço denominado lugar.

A percepção do lugar por parte de quem é habitante interno e externo apresenta-se de forma distinta. Relph (1976) para diferenciar os graus de percepção do espaço, criou duas classes: a dos moradores locais e a dos "outros" ou os "de fora" como são chamados pelos Mesquitenses.

A topofilia varia de intensidade, na área rural, sobretudo o sentimento topofílico pode ser expresso pelas próprias marcas no corpo (músculos e cicatrizes), possibilitada por um contato físico entre o agricultor e a terra, logo o seu espaço íntimo se faz muito mais por uma "intimidade física" que por uma apreciação estética do lugar.

O lugar não deve ser visto como uma mera categoria espacial, como um palco onde a sociedade constrói sua história. Muito pelo contrário, o lugar deve ser considerado como porção do espaço em que são criados vínculos afetivos e subjetivos que servirão de materiais para o sentimento topofílico.

Essa pesquisa se aproxima da Geografia Humanística , porque seu destaque é para as relações diárias dos sujeitos, na demarcação do território, nos saberes vivenciados por esses sujeitos nesses territórios. Então na busca do ineditismo, do não falado ou conhecido, nasceu em mim um vazio, encarado primeiramente pelos meus questionamentos sobre o que eu já sabia sobre a comunidade e também pela ansiedade com a situação crítica de questões cujas respostas não se encaixavam nesses saberes.Uma dessas questões era a pressão fundiária que a Comunidade começou a sofrer a partir da construção de Brasília, algumas áreas desapropriadas eram terras quilombolas.

Ainda segundo Tuan (1980), a familiaridade e a afeição protegem o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim o Quilombo Mesquita apresenta-se como um lugar da memória e identidade. Há a manutenção da memória e sentimento de identidade cultural, além da busca pela valorização do ambiente pela conservação das paisagens. A preservação das lembranças do passado estão contempladas na vida local do Quilombo Mesquita e nela os indivíduos se identificam com a história local, o cotidiano e as simbologias e suas instituições estão ligadas à história do lugar. A comunidade não separa da história do Quilombo o estabelecimento de ensino (Escola Aleixo Pereira Braga, um dos quilombolas históricos de Mesquita), as festas, a associaçao, a igreja e seus seguimentos. Distingue-se no Mesquita o velho e o novo, diferenciando a desenvolvimento dolugar com o uso desses termos..

Considerando que o Quilombo Mesquita luta pela permanecia e manutenção das suas terras, pude perceber que os espaços sociais estão diminuindo, hoje se resumindo a igreja, a associação (AREME) , ao grupo que organiza as festas e folias. Estes grupos tem o sentimento de vivência e de "pertença" muito fortes. Os símbolos que estão ligados à existência e afeição ao lugar exercem um papel importante na construção da identidade da comunidade.

4.2.1 Memória

O passado reconstruído não é refúgio, mas uma fonte, uma fonte, um manancial de razões para lutar. A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora de futuro (BOSI, 2002, p. 66).

> *[...] quando falo de Tradição não me refiro a algo congelado, estático, que aponta apenas a anterioridade ou antiguidade, mas aos princípios míticos inaugurais constitutivos e condutores de identidade, de memória, capazes de transmitir de geração à geração continuidade essencial e, ao mesmo tempo, reelaborar-se nas diversas circunstâncias históricas, incorporando informações estéticas que permitem renovar a experiência, fortalecendo seus próprios valores. (SANTOS p. 134)*

As comunidades tradicionais, e aqui se enquadra o Quilombo Mesquita, que tem características de comunidade tradicional, usam esse caminho da busca na memória dos saberes tradicionais para a sua sobrevivência ao longo do tempo. A memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, um fenômeno coletivo. Sendo a memória uma construção social, a memória é em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Halbwachs(2006)

A memória é fundamental, posto que organiza a identidade pessoal e coletiva; ordena a percepção de si e de seu mundo; constrói e instaura o sentimento de pertença ao lugar e à coletividade e informa o código simbólico de referência do espaço social e físico. E assim, espaço de encontro e reencontro, componente essencial de registro das marcas de um tempo que compõe o real vivido e estabelece a comunicação entre momentos diversos e contínuos(Gusmão,1995 p. 119).

A autora (2002) continua afirmando que a manipulação do que se valoriza se "lembra" ou se "esquece" projeta do presente para o futuro a identidade do grupo. Não é incomum um grupo quilombola "esquecer" ou não pronunciar nada a respeito sobre o tempo de cativeiro ancestral, com a finalidade de aniquilamento de um estigma na memória. Assim, os mitos de origem de muitas destas comunidades remetem-se ao momento em que o acesso à terra é adquirido, em consequência é atribuído aos ancestrais desta época um caráter heróico. A descendência da família, por sua vez, enfatiza a ligação a estes "heróis fundadores" - sem referências aos seus antecessores nem ao passado anterior à aquisição de um território. Tal fato e tais personagens são associados à liberdade e à dignidade - elementos fundamentais para estas comunidades na atualidade.

O contrário também ocorre: reativam-se determinados "esquecimentos" frente a novas situações que valorizem determinado fato antes rejeitado. É comum a muitas comunidades quilombolas, com a finalidade de uma reafirmação étnica, a valorização de determinados acontecimentos antes "esquecidos", depois da existência de políticas públicas especiais para estes grupos. Contudo estas reativações são processos paulatinos, que impõe desafios a serem enfrentados pelas atuais gerações destas comunidades, e nem sempre são bem quistas ou ocorrem em sua totalidade. Posto que muitas vezes é exigido o rompimento com o mito de origem e toda a dinâmica da vida comunitária estabelecido por este. (Gusmão,1995 p. 121)

Segundo história oral relatadas no Relatório de Delimitação feito pelo INCRA(2011) um morador de 82 anos (RTDI, 2011), um dos mais velhos ainda vivos em Mesquita, remete-se ao passado cativo:

> *Aqui no começo não tinha dono, eles eram refugiados e fizeram aquelas colônias, não era refugiado, era tocado, porque depois que foram libertados ninguém quis mais ser escravo aí tocaram pra cá. Aqui não tinha dono era tudo índio. Era índio que morava. Aí o povo dos engenhos [os negros] que era tirador de ouro foi libertado aí veio para cá. Aí pegou e arrematararam essa região. (SLC)*

A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia - nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas. (Le Goff 1994)

No entanto a memória do negro no Brasil passou por várias distorções ao longo da história, em consequência do racismo. Sobre esse tema Nascimento (1980, p, 247), afirma que a sociedade brasileira dominante inventou formas ordenadas de destruição e negação da memória dos afro-brasileiros. "nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religiões de origem africana."

A memória dos "antigos" remete a um tempo onde na Fazenda Mesquita se reuniam os negros locais. Essa linha étnica "lá só mora preto" ainda é comum em Luziânia (a atual denominação da cidade de Santa Luzia). Para os "de fora" esse agrupamento representava união. Mas no interior da comunidade as condições dos indivíduos e suas relações de sintonia eram diferenciadas entre si. As uniões aconteciam por trabalho, casamento, trocas e outras tantas forma de inclusão comunitária. Este é um dado histórico, em Mesquita só se aceitava negros até a segunda metade do século XX - representando também uma forma de conservação da terra entre este segmento étnico:

> *Não podia entrar outra Nação, branco aí com os pretos, né?[...] Aqui era tudo preto. Depois é que foi entrando... Agora tá preto e branco (C P B - Relato ao INCRA).*

> *Antigamente aqui só era negro reforçado. Não se via miudinho. Era negão forte, nega seiúda. Quando se via um branco era passageiro. (B A P B para o Correio)*

A Comunidade vivencia essa negação hoje quando grupos de interesse no território do Quilombo Mesquita usam de membros da Comunidade para denegrir e relativizar o cultura daquele povo.

A construção da memória é um processo dinâmico e flutuante, e é formada com a interação de diferentes sujeitos, o conceito de memória de Maurice Halbwachs (1980) , diz que as lembranças são frutos de uma atividade de reconstrução do vivido.

A memória seria o encontro de muitos caminhos, construído por identificações e diferenças, passagens subjetivas e sociais, a memória é um processo continuado de reconstrução e aprendizado. Sendo o grupo social a base da memória (Chauí, 1992), cada geração carrega consigo a memória dos acontecimentos vividos, que permanecem como pontos de demarcação em sua história, retendo imagens e idéias, valores e afetos vinculados a lembranças individuais e coletivas. Assim, a relação que se estabelece com determinada tradição não é a recuperação de traços essenciais de uma cultura coerente e contínua.

Essa categoria que, expressa-se na relação entre os significados e a ação dos sujeitos (Velho, 2001) , permite rearticular um campo de significações em que se podem compreender as relações dos sujeitos com sua história, relações entre presente e passado. Pinto (2001, p.297) traz uma importante contribuição, afirmando que

> *"a memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica. Na operação histórica, o passado é tornado exclusivamente racional, destituído da aura de culto, metamorfoseado em conhecimentos, em representação, em reflexão; na constituição da memória, ao contrário, é possível reincorporar a ele, passado, um grau de sacro, de mito". (Pinto 2001)*

Memória é também um conjunto de funções cerebrais que permitem ao homem guardar as mensagens, observando a constante possibilidade de seleção dos conteúdos antes de serem buscados. As memórias, mesclas de sentimentos e emoções que diversificadas brotam e tomam a cena pública, procuram ser reconhecidas, terem visibilidade e articulação. Em geral, ocupam um lugar que a racionalidade e a história não exprimem, "atualizando no presente vivências remotas (revisitadas, silenciadas, recalcadas ou esquecidas) que se projetam em relação ao futuro" (Seixas, 2001, p.98) .

Para Ferreira (2004, p.98), memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletivo quanto individual, como fruto de um trabalho de construção constantemente negociada e representação de um fenômeno social.

Velho (2001, p.11) reforça afirmando que "não existe vida social sem memória, a própria possibilidade de interação depende de experiências e expectativas culturalmente compartilhadas". Para ele, não se trata de um único relato ou história, mas uma composição de discursos e representações das sociedades complexas, com versões que expressam a heterogeneidade dos atores. Por isto, é nesta relação entre a rede de significados e a dimensão da ação dos atores sociais que deve ser caracterizada a importância das memórias (VELHO, 2001, p.11).

A memória oral como condição promotora de pertencimento, e, ainda, como possibilidade de reelaboração de culturas, que se sentem ameaçadas pela sobreposição de outras. A busca pelo reconhecimento das tradições locais de grupos minoritários passa pela necessidade de encontrarem referências de identidade local, que possam dar suporte à sabedoria extraída de suas vivências (Pollak, 1995). E, ainda, a possibilidade de ampliação dos canais de comunicação entre os participantes mais antigos com os mais jovens moradores pode significar uma estratégia de integração e de construção de cidadania. A cidadania é aqui assumida como algo que se constrói permanentemente, constituindo-se ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica (Loureiro et al, 2005).

Figura 17 Vó Antonia - Quilombola falecida em 2012

No Quilombo Mesquita, vive-se a expectativa e a luta cidadã pelo território, essa luta ocorre pela sobrevivência dos vínculos familiares e históricos, a memória da comunidade se divide entre "o que era" e "o que está sendo agora", (uso aqui o conceito de Bosi, 1994, p.7, afirma que memória é um processo permanente de construção e reconstrução). as dificuldades e tristezas vividas hoje pela Comunidade na busca da sua afirmação territorial e étnica são consideradas por eles como passageiras até que tudo volte ao normal (ao que era).

A questão analisada por essa tese, de um modo um tanto diferente, se propõe a abordar os saberes tradicionais do grupo sem apelar nem para a folclorização que trata os conhecimentos como mito ou como apologia, nem recorrer ao fatalismo que vê nos saberes apenas uma opção de reconstrução do passado.

Na prática dos fazeres e saberes, o que se busca não é um fazer que vem do passado somente, nem apenas a forma como esse saber é vivido na comunidade, mas também entender as formas pelas quais esses saberes se relacionam com tema ambiental e como são vivenciados como processo de pedagogização ambiental .

Foi através do foco na história e na territorialidade do Quilombo Mesquita que surgiram algumas informações importantes para o estudo e que não seriam percebidas em outra forma de análise que não a sucessão dos acontecimentos dentro de um território.

A comunidade do Quilombo Mesquita cita continuamente três momentos históricos: o tempo dos mais antigos e o mito de origem; o tempo do Aleixo e os dias presentes ou das novas gerações. Usam também o parentesco e a genealogia como uma maneira de pensar e apreender o tempo, um "tempo genealógico".

A época da fundação do quilombo é personificada nos mais antigos da comunidade, que pertencem a um tempo histórico- mítico (a linguagem histórica é racional, já a linguagem mítica é simbólica), representam as três famílias principais de Mesquita. São as três ex-escravas e sua sucessão direta e também os negros vindos das minas de Goiás, são aqueles que em condições adversas, enfrentaram as dificuldades e empreenderam com sucesso a autonomia econômica e social da comunidade em relação à sociedade envolvente.

O tempo dos fundadores recordado pelos mais velhos remete ao período de escravidão, porém de forma difusa e genérica, sendo mesmo valorizada em seu discurso a liberdade e autonomia dos negros de Mesquita. Gomes (2007) fala que o passado é representado em múltiplas linguagens com múltiplos sentidos e que a linguagem histórica, mais racional e conceitual, é uma tentativa de reposição dos fatos históricos nos seus diversos contextos temporais. O mito como estória, narração popular coletiva, por sua vez é mensageiro de sentidos esquecidos pela História, entendida como narração de acontecimentos

passados. No entanto, o tempo histórico e o tempo mítico podem entrecruzar-se num mesmo tempo: o tempo do sentido.

Entre os mais antigos e as novas gerações encontra-se o "tempo do Aleixo" que caracteriza-se pelo apogeu político, econômico e social do Quilombo de Mesquita, quando, através da agricultura, criação de gado e produção de produtos tradicionais, a comunidade de Mesquita tornou-se autônoma em seu mais auto grau, capitalizando para si, principalmente na figura do patriarca Aleixo Pereira Braga, melhorias estruturais como a vinda para a comunidade de professores de fora e construção de escolas e até mesmo possuindo certa influência política frente as instâncias decisórias e jurisdicionais da região.

O terceiro período histórico relevante para os mesquitenses diz respeito aos dias atuais, que são resultado da decadência advinda depois do tempo do Aleixo e principalmente pós-construção de Brasília. Este tempo representa a "fraqueza" econômica, a baixa auto-estima e a desagregação social da comunidade, causadas pela invisibilidade e marginalidade as quais o grupo foi submetido, através das novas regras, posturas e códigos impostos pela chegada dos novos atores sociais na região e o estabelecimento das relações capitalistas na produção e no próprio modo de viver dos mesquitenses. Lembrando que a história dos tempos atuais possui desdobramento no sentido em que a comunidade vem se organizando para reverter a atual situação de decadência e dependência e ressurgir para os novos direitos adquiridos.

Figura 18 Tina e Vó Antonia - Guardiãs de Saberes na Comunidade. Foto: Antonia Samir

As gerações intermediárias entre o tempo dos heróis fundadores, o tempo do Aleixo e o tempo atual são relegadas como coadjuvantes habitando um “limbo estrutural”.

E interessante ressaltar outro aspecto da memória coletiva dos mesquitenses: nos relatos dos mais antigos a época da escravidão é omitida ou vagamente citada, sabem que são descendentes de escravos ou ex-escravos, porém tratam do assunto de forma velada. Nesta construção da memória ocorre o mesmo mecanismo seletivo inerente à memória genealógica ou do parentesco, ou seja, converte-se ou reconstrói-se o passado nos termos dos valores e necessidades ideológicas do presente. O que se tem como passado deve ser apresentado em público de forma adequada, se algo não interessa ser lembrado deve permanecer oculto no passado. O período da escravidão remete a uma época de total sujeição e dependência dos contingentes negros e por conseqüência dos antepassados da comunidade de Mesquita, e, dessa forma e de acordo com os princípios ideológicos dos mesquitenses (que, obviamente, não valorizam tal tipo de situação colonial), não representa uma época confortável de ser lembrada. Assim, o discurso dos anciãos valoriza e realça a liberdade e autonomia do povoado de Mesquita em oposição ao subjugo do período escravocrata.

Em oposição ao “esquecimento” da época da escravidão os mesquitenses exibem com orgulho seus símbolos de nobreza, tais como fotos com personagens importantes na política local e nacional, bem como objetos que não remetem ao tempo da escravidão como tachos de cobre, facas e arreios decorados.

4.3 Territorialização

Uma das referências mais importantes no processo de identificação étnica no Brasil é a do território, entendido como dimensão, lugar onde se projetam experiências coletivas de re-invenção de etnicidade. Do espaço decorrem as classificações étnicas que inscrevem os territórios,conformando uma noção de limite que é atualizada e resignificada no tempo.

Para abordar territorialização e a ocupação do espaço, a orientação teórica de Milton Santos (2003) ajudará a entender os argumentos que sustentam a demanda ao território quilombola estabelecida pela comunidade do Quilombo Mesquita. O espaço como categoria de análise social, o que nos aproximará da

realidade, pois considera a diversidade de ele¬mentos nele presentes, as interações entre eles e as mudanças de valor des¬ses elementos no movimento da história.

Milton Santos (1998) define território como o espaço usado, onde desenvolvem-se relações humanas de identidade, vizinhança, solidariedade. O território abriga o lugar, unidade de maior proximidade social. No contexto da globalização, o entendimento do território contrapõe-se à imposição da alienação, da perda de identidade individual e coletiva, da renúncia ao futuro.

A categoria territorialidade surge em todo o processo dessa pesquisa, ela é definida, em antropologia, como "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território" (Little, 2002: 3). O território seria, nesse sentido, "um produto histórico de processos sociais e políticos" (ibidem). Esse é o conceito adotado nessa tese quando me refiro a territorialidade.

O território é uma construção histórica, vinculada aos costumes dos grupos que nele vivem ou coabitam, e também aos fatores políticos e econômicos aos quais esses grupos estão subordinados. É um processo dinâmico pois as práticas sociais são dependentes das transformações ocorridas nesses lugares, assim como também o território sofre alterações com as práticas sociais que nele acontecem. As alterações territoriais que a área do Brasil passou nos últimos séculos estão imbricadas com os constantes processos de expansão de fronteiras.

No Brasil desde a expansão territorial do colonizador que entrou em choque com as territorialidades dos grupos indígenas que viviam aqui, é um exemplo de história territorial.Aqui, observa-se o que Oliveira (1998) chama de "processos de territorialização" que aparecem em "contextos intersocietários" de conflito. Nessas situações, quando as terras de um grupo estão sendo invadidas a defesa do território torna-se um componente unificador do grupo.

Sobre a Fazenda Mesquita, que na realidade era só uma parte de terra ocupada da imensa área de dispersão territorial em que se situavam os quilombolas, há uma requisição datada de 1854 feita por "Delfino Pereira Braga e outros" no Registro Paroquial da região leste de Goiás. A comunidade não tem conhecimento do fato e nem possui uma ligação histórica a este personagem. Há a hipótese de que Delfino

Pereira Braga seria um negro “dos antigos” que possivelmente teria relações mais próximas com brancos. Assim por algum motivo ainda misterioso teve seu nome marcado junto a estes na certidão.

Também é de longa data a memória da perda de outra parte importante de seu território. O Maria Pereira, que foi ocupado por um agente poderoso da região, Antônio de Melo - que era, para usar uma categoria nativa, o “Quarteirão do Mesquita”, uma espécie de coronel. E como é próprio do universo coronelista, Antônio de Melo dava emprego e suporte para a comunidade, pois possuía uma farmácia.

> *Como é que ia reclamar da grilagem se ele que era o chefao, era o dono?! Todo mundo ficava era com medo. Tinha que entregar tudo! Ele tinha uma farmácia, todo mundo precisava... tudo quanto era doença que tinha aí ia lá nele e ele passava remédio, então todo mundo ele tinha aqui na palma da mão (ALC')*

De algum modo, os mesquitenses sempre foram mansos ao que “ditavam” os agentes poderosos no campo.

> *Porque briga de terra você sabe que dá morte,né? Então o pessoal sempre preferiu deixar queto (R./RTDI, 2011).*

Esse documento paroquial aponta para a ancestralidade da ocupação da região pelos negros. Este documento material se soma aos registros que se mantiveram na oralidade dos povos, na arqueologia social e no desenho das práticas culturais sobre o espaço - os mais marcantes elementos étnicos que solidificaram a identidade do grupo e a expressão de sua concomitante territorial.

Sabe-se que os “negros ilegais”, antes do declínio do ouro e também da abolição, se juntavam aos grupos de “negros legais” ou alforriados num arranjo de invisibilidade em Mesquita. A área do Mesquita era considerada uma conquista da coletividade negra local então muitos negros que tinham sido obrigados a deixar suas terras ao redor, devido ao êxodo urbano, se ajuntaram ali, na terra a eles permitida. Isto denunciava uma fronteira étnica captada no discursos dos “de fora”. Ali era tudo preto - como ainda hoje se pronuncia em Luziânia (a atual denominação da cidade de Santa Luzia). Este grupo social aos olhos dos “de fora” era uma unidade homogênea. Mas as uniões se davam por trabalho, casamento, trocas e outras tantas forma de inserção comunitária,esse dado histórico é que em Mesquita só se aceitava negros até a segunda metade do século XX, representando também uma forma de manutenção da terra entre este segmento étnico.

> *Não podia entrar outra Nação, branco aí com os pretos, né?[...] Aqui era tudo preto. Depois é que foi entrando... Agora tá preto e branco (C.P.B./RTDI, 2011).*
>
> *Antigamente aqui só era negro reforçado. Não se via miudinho. Era negão forte, nega seiúda. Quando se via um branco era passageiro. (B.A.P.B.para o Correio)*

Na prática, enquanto comunidade étnica, em Mesquita era comum a manutenção do trabalho em núcleos familiares e cada um sabia de sua área de trabalho. Os filhos se estabeleciam perto dos roçados dos pais ou dos sogros. Esta prática de trabalho e moradia já refletia uma territorialização doméstica dentro do "território comum". Assim, de algum modo já acontecia uma determinação entre locais de moradia e produção, mas isto não significava uma divisão de propriedades. A terra em si, não era de ninguém. Apenas o trabalho deveria ser direcionado, dentro de certos limites para que se mantivesse o equilíbrio familiar.

Porém, como a família crescera e, em consequência, também a força produtiva mudou as relações entre os indivíduos. Se antes, como dizem, era "um bolo só" , uma vez que a regra de ocupação da terra era ordenada pelo canal de água construído pelos escravos, em que bastava "puxar um veio" para se morar onde quisesse - com o crescimento familiar e as novas gerações, se iniciou um desenho no espaço da comunidade, mostrando a lógica da territoriazação na produção e no trabalho em grupos familiares.

> *A briga entre Modesto e Antônio Grilo, entre os Teixeira Magalhães e Pereira Braga, pelo uso territorial exigiu um limite mais explícito desta forma de ocupação do território. Com a divisão da terra "a briga acabou ". Porém, este processo culminava com a passagem de um estágio a outro da própria história deMesquita. Ao longo dos anos a terra foi sendo mais e mais dividida. Os que não tinha partido, foi repartindo tudo (C.P.B./RTDI, 2011).*
>
> *Aí foi dividindo cada um com sua quantidade (SLC/RTDI, 2011).*
>
> *Depois da divisão pra cá e que o povo foi trabalhando [sozinho], aqui era em comum. Mesquita não tinha dono (C.P.B./RTDI, 2011).*

Resumindo, com o passar dos anos a prática de ocupação mais livre, "um bolo só", passou a ser a de ocupação com demarcações mais acertadas entre linhagens familiares passando-se logo para familias nuclerares(pai, mãe e filhos). Isto era um reflexo das mudanças trazidas pela cultura exógena que surgia na região.

Os mais antigos de Mesquita falam, que depois da divisão da terra tudo mudou, é porque surgia uma nova regra social. De fato a divisão de terras traz a lógica da "propriedade privada", dentro do território de uso comum de Mesquita. Esta divisão entre "propriedade privada" e "terra comum" forças antagônicas se equilibrariam ainda por algum tempo, mas em seguida apresentariam as contradições inconciliáveis entre a tradição da comunidade étnica e os valores da sociedade global:

Mesquita continuava sendo uma só, mas a gestão do espaço passou a ser de cada núcleo familiar. Fragmentada numa nova lógica, a gestão do espaço agora respeitava o limite de cada família. A divisão de terras significou a mudança de gestão do espaço: de um lado o território comum, Mesquita. De outro, uma certa noção de "propriedade privada", minha terra no Mesquita.

Através da herança a permissão ao uso e à continuidade do trabalho na terra foi passada para os filhos e netos. Assim a herança passou a organizar a ocupação territorial em Mesquita. A terra paterna era dividida entre os filhos com o pai, ainda em vida. E assim sucessivamente entre as gerações. Em tempos de terras disponíveis, esta organização era satisfatória. O filho também tinha acesso à terra paterna em caso de produção conjunta. A manutenção da propriedade se dava de forma orgânica e não conflitiva dentro de cada núcleo pelos grupos domésticos. Quando o pai morria o seu lugar era dividido entre os filhos.

Na falta de herdeiro para assumir a terra do falecido ou mesmo quando a terra ficava muitos anos sem ser trabalhada. Estas áreas vazias, sem trabalho, são chamadas de "terra de ausente", uma categoria importante de classificação do ambiente, que não deve ser confundida com "terra virgem".

> *Terra de ausente era a terra que ficava aí. As vezes a pessoa tinha aquela terra e morria. Não deixava herdeiro. Outra hora, tinha um que tinha filho que era pouco (R./RTDI, 2011).*

O Relatório afirma que terras de ausentes são terras cujo legítimo ocupante, membro da comunidade, morre ou desaparece sem deixar herdeiros ou deixando um ou poucos herdeiros para trabalhar uma extensão de terras desproporcional às suas forças de trabalho. Estas terras podiam ser ocupadas por outras famílias - preferencialmente jovens famílias que estivessem se emancipando - ou simplesmente outros membros da comunidade que tinham a intenção de trabalhar a terra. Posto que para os mesquitenses, a terra trabalhada é que confere a legitimidade para possuí-la: só é dono quem trabalha. Algumas vezes,

inclusive, a ocupação das terras de ausente era mediada por trocas entre herdeiro e pretendentes à terra.(RTDI,2011)

Continua assim afirmando que Mesquita passou por um período de equilibro entre as duas noções - a de território comum e a de propriedade privada. Isto se dava porque a terra ainda não era vista como um bem de mercado. A noção de propriedade privada referia-se ao direito de gestão de determinada família sobre uma porção específica do território.

A terra era onde a vida acontecia, era o palco do trabalho, trocas e limites sociais. Poderia acontecer de que o acesso à terra fosse objeto de negociação intra-familiar, mas do território não se perdia o domínio, apenas se concedia permissão ao uso à outrem. Implicitamente o que esta prática denunciava é que a terra era de Mesquita, comum, mas a gestão de cada parte era terrritorializada pelos humanos que ali imprimiam seu trabalho e sua vida. Assim o sentido de apropriação da terra passou a ser associado não só ao trabalho, mas também ao núcleo familiar que a ocupava.

Com o tempo é previsível que novas implicações em relação a este modelo específico de propriedade privada que se inaugurava em Mesquita entrasse em choque com a ordem econômica global da sociedade envolvente. Mesquita como veremos, receberá abordagens de eventos externos que implicará no desmembramento de sua força produtiva e posteriormente de sua terra. Pode-se antecipar que nas três décadas seguintes haverá um desequilíbrio entre as noções de terra comum e propriedade privada. Com a gestão territorial fragmentada, abordando-se individualmente cada núcleo, será facilmente impressa a lógica da terra como um bem de troca.

Os núcleos familiares agindo dentro de seu próprio código permitiram que pessoas de fora, por meio de pequenas trocas a eles necessárias, se fixassem em seu território. Para a comunidade isto não implicava em uma perda de terras, mas em uma permissão de uso, na maioria das vezes em terras que não estavam sendo trabalhadas naquele exato momento. Uma espécie de arrendamento. A lógica de propriedade privada ainda não se dava em sua totalidade para a comunidade de Mesquita. Porém para os "de fora", a terra em si estava sendo negociada. Assim, havia uma alteridade implícita estabelecida nesta relação de mercado. O que ocorre é que uma parte da comunidade é expulsa para as periferias urbanas e as famílias que permanecem no local continuam - algumas a trabalhar para fazendeiros. Com a expulsão, os

quilombolas voltaram a ser empurrados para o espaço da apropriação/violência, do qual pareciam terem saído quando do surgimento do Quilombo Mesquita.

4.3.1 As Perdas Territoriais

Assim com a imigração para o Centro-Oeste, a terra de Mesquita passou a ser alvo de interessante para imigrantes, e os mesquitenses como não usavam a moeda tradicional e não tinham esse tipo de capital para as trocas necessárias, a moeda passou a ser a própria terra. Era exatamente a terra o que interessava para os "de fora" e era esse o recurso que a comunidade dispunha.

As primeiras transações de terra, pela narrativa dos mesquitenses foi um acontecimento não entendido por parte da comunidade. Na lógica tradicional e étnica do Mesquita, eles estavam negociando era uma permissão de uso, já que essa prática era comum entre os moradores, acreditavam que não perderiam domínio sobre o território. Porém para os "de fora" a negociação era sobre a compra da terra nua. Isto significou um problema substancial para a comunidade. (INCRA,2011)

Essas permissões que inicialmente eram apenas de posses consentidas se transformaram em propriedades, descaracterizando o uso comunal que a terra tinha para a Comunidade. Além dessa licença informal de uso, aconteciam também as vendas de partes das terras, trazendo para o convívio da comunidade muitos fazendeiros com outras lógicas de viver no território da comunidade, ocupando áreas além daquelas compradas, criando conflitos com os moradores tradicionais.

Nas falas dos moradores, constata-se que muitas dessas vendas eram trocas, e essas trocas eram desproporcionais e feitas por necessidades atendidas (médico, dentistas, etc) e isso acarretava para a comunidade o desmembramento do território e logo a desestruturação da comunidade.

> *O pessoal ia comprando uns pedacinho de terra. Por interesse deles, porque lá é o cartão postal! Cinqüenta quilômetros de Brasília, um lugar que tem água, uma terra fértil, uma terra muito maravilhosa. Um lugar assim do povo humilde, povo hospitaleiro... Então todo mundo quer morar neste lugar na verdade! (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Como houve o evento da divisão interna da "terra comum" - o que, como descrito anteriormente, alterou a gestão do território - foi mais fácil a abordagem dos núcleos familiares pelos interessados na terra. Por isso é que os mais velhos da comunidade associam a divisão interna entre Modesto e Antônio Grilo às mudanças mais severas. Dizem que o problema não foi a divisão, mas as vendas que passaram a ocorrer depois que cada um já tinha o seu pedaço.

> *E que tá vendendo pedacinho aí. Um vendia aqui, vendia a meia. Isto foi o que atrapalhou. Atrapalhou tudo (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

Perdendo muito de suas terras e inseridos dentro do sistema capitalista de produção, a comunidade negra de Mesquita teve que se adaptar às novas intempéries para sobreviver. Algumas famílias venderam sua terra a troco de nada para tentar a vida em Luziânia, que também seguia a tendência de expansão da urbanização.

> *Uns dizia que ia caçar lugar melhor que pra lá... Mas não produzia não tinha muito Governo, né? (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*
>
> *Olha, se você vê o estado em que se encontra algumas família que saíram... é de dar pena (SPB).*

Estas pequenas vendas trouxeram "gente de fora" para o convívio do povoado. As terras começaram a ser mais parceladas, posto que as propriedades entre as famílias quase não se havia cerca. Os novos agentes compravam a preços depreciados as terras e, quando cercavam a área comprada, muitas vezes ocupavam área superior à acordada no ato da compra. Outro elemento que facilitava a expropriação de terras era o fato de que a comunidade não ser letrada sendo facilmente ludibriada no momento do negócio. Seria tarefa sem fim minuciar todos os casos de expropriações a que os mesquitenses se referem.

> *Essas vendas de terra de Mesquita era assim: o pessoal chegava e se aluzia com aquele povo humilde, aquele povo assim que às vezes a pessoa pegava um terreno e dizia: "não, eu vou plantar isso aqui, eu vou cuidar disso aqui, vou dar emprego, vou devolver pra você depois, isso aqui é só pra pagar os impostos pra você..." Porque muitas das vezes a pessoa não tinha como pagar os impostos aí os aproveitador vinha com aquelas falas e o povo simples, humilde, pagava os impostos... Depois que eles pagavam os impostos ali depois de tantos anos aí eles tentavam fazer um tal de 'uso de campeão' [usucapião] Esse 'uso de campeão' era para pegar aquelas terras, se beneficiar naquelas terras, que o pessoal às vezes por simplicidade passava em procuração, fazia um documento falso lá, né? (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Comum ouvir em Mesquita inúmeros casos de expropriação em que os "de fora" utilizavam-se da ingenuidade e do desconhecimento dos indivíduos e tomavam parte da terra. Quando se reclamava, mandava procurar nossos direitos. Por falta de acesso às condições mínimas de cidadania, sua força de reivindicação era imobilizada.

Estes processos em relação à terra tiveram impactos profundos na organização da família e no domínio do território. Ao longo do tempo, algumas famílias do povoado continuaram investindo na produção para a subsistência. Poucos persistiram na produção de marmelo. Outros procuraram empregos nos centros urbanos que começaram a se desenvolver. Muitas mulheres passam a trabalhar de domésticas em Brasília impactando o modelo tradicional da divisão social do trabalho. Começou a ser freqüente a ocorrência de casamentos exogâmicos com pessoas brancas que chegaram para a construção de Brasília. Esta realidade vai se complicando ao longo dos anos. As novas gerações de Mesquita já nascem neste novo contexto híbrido entre modelo tradicional e lógica capitalista.

A migração é pendular, ocorre diariamente com os Mesquitenses se deslocando, como a maioria dos trabalhadores urbanos, para seus locais de trabalho em Brasília, visto que a ocupação de suas terras por loteamentos lhes restringiu a possibilidade de viverem da agricultura.

As áreas adquiridas pelos "de fora", em alguns anos, foram revendidas e novas implicações se estabeleceram. A terra de Mesquita, se em um primeiro momento é passível de trocas por serviços, posteriormente representará um investimento para o capital especulativo. A pessoalidade de quem antes ocupava as áreas trocadas se perderá nos agenciamentos de revendas. A impessoalidade dos novos ocupantes, totalmente desconhecidos para a comunidade, gerou o descontrole do raio de atuação destes atores. Novos proprietários passam a impactar diretamente as áreas ainda sobre o domínio do povoado. Disponibilidade de água; acesso a lugares antes visitados; terras de cemitérios... Elementos territoriais da mais alta significância para a coesão social se perderam em um processo iniciado na década de 1950 com impactos até a atualidade.

> *Sabe aquela área onde é o Jardim Edite hoje? Pois é, aquilo era nosso. Foi que aqui dentro teve uma briga de parente... Assim, teve morte. E como aqui passou a ter estes negócios de polícia, o tio foi preso. Aí pra tirar ele da prisão teve que ter advogado. E aí não tem dinheiro, né? Pagou o advogado com aquele pedaço de terra, aquilo tudo. Aí*

> *parece que o advogado vendeu e veio outro e outro... Até que teve um que começou a vender estes pedaços pequenininhos, pra um monte de gente e começou a encher isto aí (BLC).*
>
> *O Jardim Edite trouxe muito roubo. Ninguém mais pode deixar as coisas por aí. Tem que fechar a casa. Tirou nossa paz (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*
>
> *Muita violência, morte. E drogas. Lá tem muitas drogas. Como é que ficam nossos jovens? Também está em cima de um manancial de água que é nosso! Tá poluindo tudo! Tem muito parente que mora lá, mesmo assim é difícil (SPB).*

O Jardim Edite foi o loteamento dentro do perímetro do território quilombola "mais problemático do ponto de vista da comunidade. O acusam como responsável por diversas mazelas vividas. É um loteamento de baixa renda que implica todas as dificuldades impressas na cultura urbana de periferia que se contrasta substancialmente com a lógica camponesa. Foram cadastradas nesta localidade do Jardim Edite cerca de 500 ocupantes não quilombolas vivendo em lotes pequenos. Houve muita discussão na comunidade sobre o melhor posicionamento para se lidar com o caso. Porém a lógica tradicional e os mais velhos se impuseram com força não admitindo negociação: a importância desta terra, o significado de sua perda e os impactos sofridos, tornou esta porção territorial para comunidade imprescindível do ponto de vista material e simbólico.

As lideranças de Mesquita atualmente conduzem o processo de reivindicação territorial com uma articulação interna à comunidade definindo coletivamente a melhor estratégia para aquisição das terras, pois acreditam sim que sua luta é possível, mas de imaginável dificuldade. Ponderam entre seus direitos e a viabilidade de conseguir titular seu território.

> *Sabemos que se colocarmos tudo seria muito difícil. Esta terra que a gente pede é o mínimo. O que não dá pra abrir mão mesmo (SPB).*

No relatório do INCRA no território demarcado, que é só uma parte da terra ancestral, foram identificados mais de 500 ocupantes não-quilombolas, esse fato traz grandes dificuldades no processo de regularização do quilombo. Os membros da comunidade de Mesquita, vivendo hoje entre o universo rural e urbano afirmam ser a área solicitada a menor parte que podem aceitar e ser reivindicado de suas terras, menos que isso não aceitam

A História do Quilombo de Mesquita sofreu grande impacto com a construção de um novo núcleo habitacional, a Cidade Ocidental foi criada e localizada dentro do município de Luziânia, porém se desenvolve e em 1989 passa à categoria de Distrito de Luziânia, para em 1990 se emancipa como município, Luziânia, outra vez teve um território "emancipado" e desligado administrativamente, Mesquita passa a pertencer à Cidade Ocidental. Essa mudança é historicamente traumática para todos os moradores, especificamente para os mais idosos, pois Luziânia compartilhava as raízes históricas, e Mesquita, agora estava ligado a uma cidade planejada que ignorava a história da formação do quilombo, sua história passa a ser mais uma vez invisibilizada.

> *Pra nós fez mais é atrasar. Porque tudo o que nós temos... Porque a Cidade Ocidental depende de nós lá do Mesquita. Claro! Nós dependemos mais pouco de Cidade Ocidental que Cidade Ocidental de nós. Porque nós produzimos e fazemos a feira. [...]*
>
> *Luziânia conhecia e respeitava a história nossa. E Cidade Ocidental, além de estar dentro do nosso Município... Porque nós não somos município de Cidade Ocidental, Cidade Ocidental é que está dentro do município de Mesquita! E não respeita nosso direito! [...]*
>
> *Luziânia é nosso berço de ouro, onde nós nascemos, onde nossos umbigos foi enterrado, lá com nossos avós, nossos bisavós. Tudo sepultado lá em Luziânia. E toda nossa produção de Marmelo, nossa Marmelada ela é despachada em Luziânia. Vende em Brasília, Goiânia em vários lugares. Mas Luziânia é o cartão postal da Marmelada de Santa Luzia. Então tudo que a gente faz lá em Mesquita querem levar para Cidade Ocidental.[...]*
>
> *Infelizmente desmembrou nós de Mesquita de Luziânia para Cidade Ocidental, porque os especuladores, os pára-quedistas que vieram de fora, os políticos de fora que achou e que sabe que o Mesquita é cartão postal. Então tão tirando os oprimidos de Mesquita, pra poder ser os maior do mundo! (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Quando se analisa o crescimento ao longo da BR 040 a partir da fronteira do Distrito Federal com Goiás percebe-se o crescimento do tecido urbano ao longo de toda a rodovia a partir de Valparaíso. Configura-se esse o cenário, onde estas nucleações e povoados funcionam como os bairros de uma cidade de âmbito metropolitano, com poucos espaços vazios entre eles, os poucos terrenos que ainda existem estão esperando a valorização imobiliária para se conurbarem, como ocorre atualmente também na Cidade Ocidental, município limítrofe e abriram-se também novas estradas para ligá-la à Brasília, passando pelo quilombo Mesquita. Foram surgindo outras aglomerações e pequenos loteamentos ao longo dessa rodovia,

o antigo Barreiro área onde antes vivia um grande número de descendentes de escravos se transformou em agrupamento de casas e o Jardim ABC se expandiu com a venda de lotes por imobiliárias.

O território de Mesquita sofre hoje com duas grandes pressões por terrenos com caráter urbano: O crescimento dos condomínios de alto padrão partindo do Distrito Federal, sentido Lago Sul - Papuda, pela via que corta a RA Jardim Botânico, seguindo pela DF 140 até a fronteira inter-estadual (Alphaville, Dhama etc) e a pressão dos loteamentos com caráter urbano que vem desde a saída da Avenida Perimetral Sul, que liga a Cidade Ocidental ao Povoado do Mesquita e no outro lado os fazendeiros passaram a também investir na região.

As iniciativas turísticas e de lazer muito comuns hoje no território quilombola, também contribuem para a alteração do lugar, pois são empreendimentos privados e voltados aos moradores da cidade, além de serem pagos o que significa que nem todas as pessoas podem ter acesso. Dessa forma mantêm as desigualdades apesar de usarem os recursos naturais do Quilombo reforçam a segregação contra os moradores da comunidade.

Assim, a nova reprodução do ambiente observada no Quilombo Mesquita conta com novas territorialidades de uso privado, outras lógicas de uso dos recursos naturais, diferentes relações sociais, fragmentando e dividindo ainda mais esse território étnico. Isso ocorre, pois:

> *As necessidades induzidas e produzidas em áreas de grande concentraço urbana, como é o caso da busca pelo ar puro, da procura por áreas verdes, são diferenciadas em função da capacidade das pessoas pagarem para satisfazêlas (SANTANA, 2001, p.184).*

A partir dessas ocorrências, constatei a crescente aumento de serviços e comércio de apoio residencial e para chácaras nesta área, eles estão concentrados por enquanto na Cidade Ocidental e ao longo das vias que se ligam ao Quilombo mas a tendência é estenderem-se por toda a faixa marginal às vias de acesso ao Mesquita (BR 040, Avenida Perimetral Sul, DF 140, Rodovia GO-521) onde estão atualmente dispersos. Este cenário traz novas maneiras de desestruturação da comunidade na atualidade, o que configura a tese do geógrafo Milton Santos (2003) de que a proliferação do modelo econômico em vigor é uma via que desarticula as economias tradicionais.

No século XX a busca por terras mais baratas para a agricultura fez a migração crescer muito em Goiás, outra ação que desvirtuou a propriedade da terra no Mesquita foi essa abertura de estradas vicinais. No relatório do INCRA é citado McCal (1977) afirmando que :

Os transportes na economia capitalista mundial por 'meios sutis promovem a penetração em áreas rurais'. Continua afirmando o autor que a "penetração não é meramente a introdução de novas maneiras de produzir' mas também 'implica a destruição daquilo que já existia anteriormente no local' e na 'introdução ou no desenvolvimento de termos punitivos de troca, que reorientam o comércio rural para uma rede mundial." Assim toda a economia dos lugarejos rurais é forçada a mudar, volta e meia através da adaptação de uma forma de economia realizada há muito tempo e mais adequadas às necessidades do local.

O relatório continua afirmando que a modificação das formas de organização do espaço e das formas mais humanizadas de economia inseriu um novo ritmo nas trocas, introduzindo um outro ritmo nos vários estágios da produção. Isso acontece no Quilombo:

> *troca é cada vez feita com base no dinheiro, provocando a movimentação mais rápida tanto da mercadoria como do dinheiro. A necessidade de financiamento cresce e a necessidade de dinheiro vivo rapidamente se toma frenética. Além da monetarização e as novas facilidades trazerem a entrada e o consumo de produtos modernos no campo" (Santos, 2003:190- 192).*

Na história de Mesquita esses fatos levaram a desarticulação de sua economia tradicional, constatado por meio das narrativas sobre as mudanças que aconteceram no interior da comunidade e também no seu território. O agronegócio e a pressão do crescimento urbano são elementos citados nos relatos orais em lembranças ou pedaços de lembranças que formam como uma grande colcha de retalhos de memórias:

> *Foi diminuindo, diminuindo e ficou só esse ovinho aqui! Olha só, por exemplo, meus filhos vão crescendo, meus netos vão crescendo, tataraneto vai crescendo, e aonde eles vai fazer casa, tem que ir embora e deixar para os outros (MT M).*
>
> *Isto aqui é muito grande, ia lá pras lajes, pegava o Dom Bosco também, descia lá pra baixo pegava o Maria Pereira (S LC).*

A comunidade atribui as perdas de suas terras aos “de fora” , sentem-se enganados e expropriados, mesmo que tenham eles mesmos feito a negociação. O Relatório do INCRA cita que na estrutura lógica da comunidade, a terra não se poderia ser negociada, mas o trabalho sim. Com o suceder dos anos os de fora ali estabelecidos negociam estas terras com outros alheios. Em pouco tempo a comunidade será atropelada pela perda de seu território, sem entender o mecanismo das transações realizadas.

Creio que o pensamento abissal traz uma resposta convincente a esta questão. Uma vez que o que "existe" está circunscrito ao espaço da regulação/emancipação, os quilombos, aos milhares, estavam mergulhados na invisibilidade. Quando o Artigo 68 abriu a possibilidade de inserção deste gigantesco grupo no contrato social, o que era "espectro" ganhou corpo e concretude. E o país espanta-se com a dimensão do universo que era incapaz de ver.

Hoje, vive-se ali a dicotomia interna entre reivindicar o “pleno exercício dos direitos culturais” (art. 215, CF) como comunidade negra rural, onde o “território” é fundamental ou vivenciar a pressão urbana e a lógica da propriedade privada da terra. As mudanças nas formas de apropriação e uso do espaço no Quilombo Mesquita vem de um processo imposto tanto pelas pressões externas quanto pela proximidade do seu território com o meio urbano, hoje em interface entre esses dois contextos (rural – urbano) além da comunidade estar numa insegurança jurídica muito grande em relação à garantia do seu território, vive-se a contradição dentro do grupo, pois existem os que não se declaram quilombolas e nem aceitam a titulação das terras como tal.

O contexto híbrido rural/urbano de Mesquita também propiciou que os mesquitenses procurassem e conseguissem trabalhos e empregos nos centros urbanos próximos ao quilombo, principalmente a cidade de Brasília, o que, de certa forma,contribui para o aumento da renda familiar, uma vez que a terra disponível para a agricultura ou cria de animais é escassa na atualidade.

A realidade causada pela mistura do rural com o urbano permite diversos olhares sobre seus desdobramentos. Se por um lado essa realidade vem favorecendo, de certa forma, uma estrutura que invisibiliza o quilombo, orquestrada pela Prefeitura de Cidade Ocidental, pelos agentes da especulação imobiliária e pelos grandes fazendeiros, e que, em certa medida, vem desagregando cultural e socialmente a comunidade através da migração individual para as margens do Distrito Federal limitando a reprodução

social adequada e ainda desejada no Quilombo de Mesquita. Por outro lado, esta mesma realidade, insere a comunidade em redes muito mais amplas do que os círculos regionais que anteriormente tinham acesso: As redes formadas por outros segmentos sociais de lutas democráticas, grupos de resgate de valores e cidadania(CONAQ, Rede Terra, Rede Bartô, MST,etc) que também lutam pelo acesso à terra, que podem ajudar o Quilombo de Mesquita a ser conhecido e ter sua causa conhecida em outras esferas:

> *Alguns quilombolas de Mesquita se candidataram ao cargo de vereador de C. Ocidental nas últimas eleições (2012); as esferas governamentais federais e a sociedade civil organizada, os primeiros pela obrigação de garantir os direitos dos quilombolas e os segundos pelo interesse pelo tema e pelas questões que o cercam, gerando conhecimento e informação sobre a comunidade e proporcionando organização política e melhora da sua auto-estima." (RTDI, 2011)*

Atualmente a principal liderança do Quilombo de Mesquita é a vice-presidente da AREME[29] é quem personifica a luta pelo processo de articulação e territorialização pelo qual a comunidade de Mesquita passa neste momento.

Certamente o processo é uma construção social com vários atores envolvidos - outros mesquitenses quilombolas de diversas gerações; acadêmicos; jornalistas, membros da sociedade envolvente, entre outros - porém, a vice-presidente da AREME é a personagem central na sua concepção e motivação pelos direitos dos quilombolas de Mesquita. Como Boaventura destaca a terra está ligada ao tempo largo da escravidão, ao passo que na primeira, à colonização e na última, atualmente o de concentração fundiária.

Na fase da observação participante no Quilombo Mesquita o meu olhar de pesquisadora, analisando a subjetividade implícita na realidade do grupo, e o que estava visível nessas representações observei que a história atual da comunidade mostra uma complexa rede de atores e situações de uso do território, contextos políticos e culturais divergentes: famílias remanescentes dos escravos (tendo como núcleos principais a família Pereira Braga, Teixeira de Magalhães e os Lisboa da Costa), reconhecidos como "remanescentes" de quilombos, porém não titulados, falarei disso mais tarde; os fazendeiros e seus sucessores (que até hoje ocupam terras pleiteadas historicamente pela Comunidade); chacareiros que compraram as terras de antigos moradores ou herdeiros (impulsionados pelo preço, sobretudo, por não

[29] Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita (Areme)

terem titulação definitiva, muitos venderam enganados por grileiros que usaram de má-fé para a compra); especuladores (grileiros e empresas imobiliárias) com suas faixas amarelas oferecendo terrenos e lotes em áreas quilombolas; pesquisadores dos mais variados naipes e teorias, que no afã de responderem às suas questões acadêmicas acabam por interferir nas relações comunitárias, entre outros.

O contato entre esses sujeitos no Quilombo Mesquita – hoje apesar de aparentar ser harmonioso – já se deu de forma conflituosa, tanto pelas brigas territoriais ou por desacordos internos na condução do processo de reconhecimento do grupo como remanescente quilombola, esses fatos marcaram a história deste território, assim sendo a categoria conflito será aqui analisada como determinante para compreender as diferentes lógicas de uso e apropriação daquele espaço étnico.

Apesar desses conflitos, desde minha (re) aproximação à comunidade (2010), as terras se valorizaram, a especulação fundiária cresceu e ali se instalou com uma eficácia muito maior que a própria comunidade, despertando interesses de empresários de outras regiões, agravando o conflito fundiário, temos visto a expansão da grilagem com faixas de venda de lotes em "condomínios", de diferentes padrões, do mais simples aos mais luxuosos, tudo acontecendo em terras historicamente ocupadas e pleiteadas pelos quilombolas, inviabilizando e diminuindo a continuação da reprodução socioterritorial dos antigos moradores.

Nesse processo da pesquisa pude constatar que nessa região do entorno de Brasília quem tem capital tem poder, e esse poder se torna maior que os "saberes" que pesquiso na comunidade quilombola, ou seja, o poder econômico (garantido pela omissão das instituições do Estado) na "figura" dos grileiros" despreza culturas, a memória o território étnico.

Milton Santos menciona os mecanismos sutis utilizados pelas frentes de expansão, em particular a capitalista para apontar as formas como as economias tradicionais são engolidas pelo sistema hegemônico sem que seja perceptível num primeiro momento, fazendo referência a um ordenamento territorial orientado pelo capital.

À margem desta ordem global está o "homem lento"[30],conceito criado por Milton Santos (1994b) em sua discussão sobre técnica, espaço, tempo. para se referir ao homem que vem da periferia, de caráter muito humano, que não pode usufruir das tecnologias, capaz ainda de criar vínculos. É o oposto do homem veloz, que faz parte da engrenagem globalizacional, onde "tempo é dinheiro", como diriam os americanos. Sempre otimista em relação ao futuro, afirmava que era a partir do "homem lento" que o mundo iria sofrer uma grande modificação. Uso o termo para cara referendar o caráter amigável, solidário e humano dos moradores do Quilombo Mesquita, que invisibilizado pelo surgimento da Metrópole (nesse caso,Brasília) com todas as suas idiossincrasias, resiste às forças verticais, externas, da globalização.

4.3.2 O Reconhecimento da Territorialidade Quilombola

Antropologicamente o termo quilombo se refere a grupos que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Já o conceito de lugar faz referência a um território, uma limitação real de um espaço habitado por um grupo, referendada por sua territorialidade. O conceito de territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou 'homeland' (Little, 2002:3) .

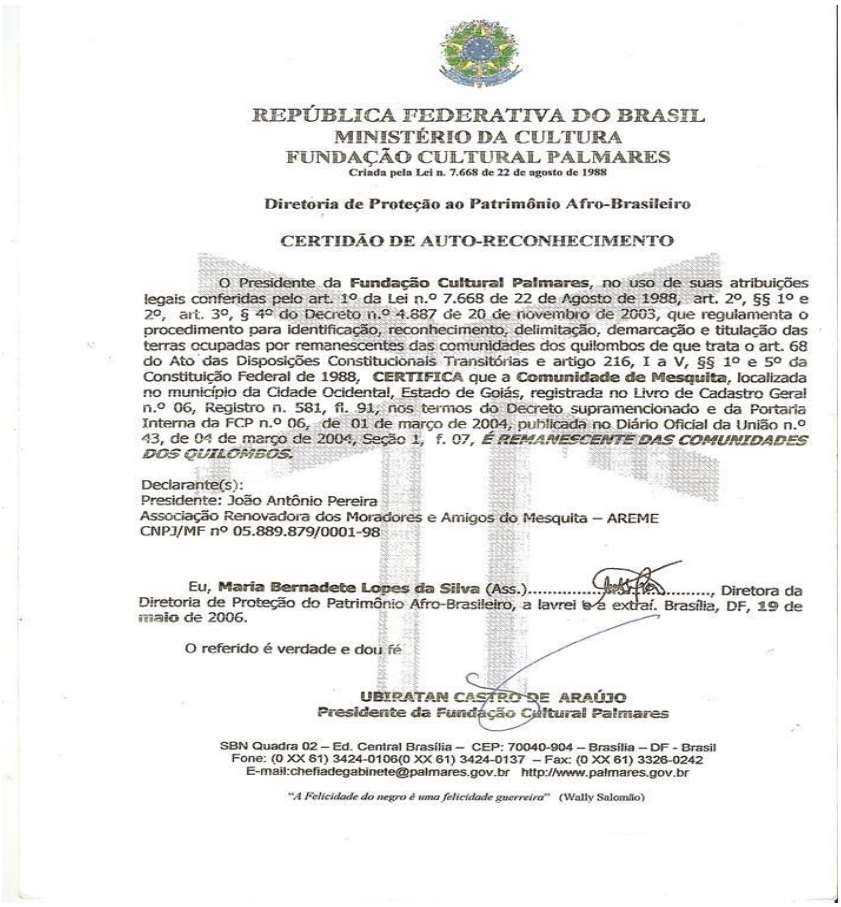
capítulo I desta tese falou-se dos diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial, das entradas ao interior pelos bandeirantes, da escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; do uso de escravos africanos para a expansão das fazendas de gado e para a mineração em Goiás, ambas a partir do século XVIII. Baseada no conceito de territorialização percebe-se como essas frentes de expansão produziram choques territoriais e isto gerou novos processos de territorialização por parte dos escravos africanos . O quilombo Mesquita surgiu em um desses processos de territorializaçao

O reconhecimento de um território por parte do Estado, muitas vezes acontece de um jeito diferente do que as regras consuetudinárias do local. Após a aplicabilidade do Artigo 68 da Constituição Federal,

[30]. SANTOS, Milton Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

muitos grupos quilombolas entraram na luta pela regularização de seus territórios. Eis a emergência de uma nova frente de expansão baseada em direitos étnicos.

No Decreto 4887/2003, Art. 2o:§ *2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de reprodução física, social, econômica e cultural.*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Mesquita**, localizada no município da Cidade Ocidental, Estado de Goiás, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 06, Registro n. 581, fl. 91, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, ***É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s):
Presidente: João Antônio Pereira
Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita – AREME
CNPJ/MF nº 05.889.879/0001-98

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei a extraí. Brasília, DF, 19 de maio de 2006.

O referido é verdade e dou fé.

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail:chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

Certidao de Auto Reconhecimento FCP

Treccani, (2005:112-113) afirma que sob esta perspectiva, a interpretação do art. 68 do ADCT não pode ser feita sem levar em consideração outros artigos da própria Constituição, de maneira especial os arts2. 215 e 216 que permitem afirmar que não se está diante de uma mera regularização fundiária, mas do reconhecimento de uma nova modalidade de direito que respeita a formação pluriétnica de nossa civilização. Por isso, a titulação dos territórios quilombolas garante de um

lado o reconhecimento da terra e, do outro, a manutenção de sua cultura própria. Trata-se, portanto de um direito étnico assegurado pela constituição.

Assim, a regularização fundiária dos territórios quilombolas está ligada diretamente a sua condição e o reconhecimento da sua ocupação e afirmação territorial como um grupo étnico, respeitando as suas peculiaridades culturais e sua forma de se relacionar com o ambiente. Assim, a demarcação de um quilombo deve levar em conta as relações territoriais que abrangem também os laços afetivos, culturais, históricos, econômicos do grupo.

A influência mútua dentro de um sistema social como no caso do Quilombo Mesquita não leva ao seu desaparecimento por mudança ou aculturação, Barth, (1998) afirma que as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. Assim um grupo étnico-social que se auto-identifica como tal não precisa recorrer a instâncias alheias aos seus próprios membros para assim obter o reconhecimento social. Neste sentido, no Brasil o "auto-reconhecimento" enquanto comunidade dos remanescentes dos quilombos é assegurado pelo Decreto 4887/2003.

> *[...] a noção de grupo étnico foi fundamental para uma adequada apreensão do fenômeno de auto-identificação de grupos rurais negros como remanescentes de quilombos. [...] As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em tomo de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais tão distintas.*
>
> *[...] Lançando mão do acúmulo realizado pela etnologia brasileira, a interpretação antropológica do fenômeno quilombola enfatizou, então, o caráter organizacional desses grupos, sua auto-atribuição e a forma pela qual eles constituem seus próprios limites sociais com relação a outros grupos, independente de um ou uma lista de traços de natureza racial ou cultural, originada da interpretação historiográfíca sobre os quilombos da colônia ou do Império. Ao invés disso as "fronteiras" e os mecanismos de criá-las e mantê-las, isto é, os limites que emergem da diferenciação estrutural de grupos em interação, do seu modo de construir oposições e classificar pessoas(BARTH, 1969) foi o que se considerou analiticamente relevante (Arruti, 2006:38-39).*

A organização como grupo remanescente de quilombo, o sentimento de pertença a esta realidade histórica (de que decorre sua auto-identificação) os impactos territoriais vividos decorrentes dos contatos interétnicos e seus limites sociais são elementos contrastivos em relação à sociedade envolvente.

A expansão de fronteiras sobre esses territórios utiliza de variadas formas, nem sempre acontece de forma explícita à luz do dia e de forma a ser percebida pelos moradores envolvidos, apesar de atingir a toda a comunidade. A comunidade teria que fazer um esforço para interpretar os mecanismos diversos usados para a expropriação do seu território. Eles sentem os sintomas, mas não se sabem identificar as causas.

Dessa maneira, essa tese sobre a Comunidade de Mesquita debruçou-se nas análises sobre as relações da comunidade com o território, e através das categorias teóricas, apresenta explicações muitas vezes não percebidas nem pelos próprios moradores, oferecendo uma compreensão sobre as relações ecologicas em outra escala, centrada em uma abordagem multidisciplinar.

A perspectiva histórica, base desta tese, possibilitou o entendimento do processo em que a comunidade se encontra hoje. Compreendendo suas mudanças em contexto foi possível situá-la em uma ordem maior de acontecimentos. Se o território que os grupos de parentescos negros utilizavam extrapolava significativamente a fazenda Mesquita, as contingências históricas, e a principal delas foi em decorrência da construção de Brasília, levaram à centralização dos negros em poucas áreas a eles permitidas.

> *Os escravos que não morreu ficaram por aqui [em Mesquita]. Agora os outros de lá que a gente não sabe porque ficava longe, né? Lá pro Alforriei e Santa Maria tinha mais duas turmas lá e cá (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA)..*
>
> *Outro dia foi um menino foi lá [no Alagado e Alforriei] e [alguém] falou: "eu também sou do Mesquita". Só que mudou daquela turma dos escravos que veio vindo pra cá... Eles dividiram em três parte uma foi pra um lugar e outra foi pra outro. [...] Você encontra por aí uns Pereira Braga (R./RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

O grupo de parentesco negro com maior proximidade do grupo de parentesco de Mesquita tinha seu assentamento em uma terra que hoje pôde ser localizada em Santa Maria/DF. O próprio "herói do marmelo", Aleixo Pereira Braga era descendente deste grupo de parentesco.

> *O pai de Aleixo era de Santa Maria, o Zé Pereira que casou com a Maria do Nascimento que era daqui. Isso desta parte aqui do Mesquita. Aquela parte já é outra (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

Quando ocorreu a construção de Brasília e, sendo as terras de Santa Maria/DF mais próximas da área de interesse do empreendimento e do Catetinho, a população se afastou da localidade.

> *A terra de Santa Maria tinha ela lá, depois que veio embora largou ela para lá. Aquele povo antigo você sabe como é que era, né? Aí foram e deixou com medo da cidade que foi chegando pra lá. [...j Aí uns ficaram aqui, lá depois que começou... porque saíram daqui pra lá depois voltou de novo. Porque uma turma de Luziânia, uma parte ia pra um lugar e outra ia para outro. ” Tem até uma parte desse povo, dos Pereira Braga também, que saíram pra lá depois do Alagado. Ainda tem uma turma pra lá (R./RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

O povoado de Mesquita conseguiu provar propriedade e a conseqüente herança desta área em Santa Maria/DF. No passado essas duas distintas localidades eram um território de uso contínuo entre caminhos, área de extração e pontos assentamentos humanos. Considerando a inexistência das cercas, o fluxo de negros se dava nos vazios encontrados desde o declínio da mineração.

> *Veio a parentalha, puxando como queredor das terras [...] Porque tudo morreu e largou a herança para o povo aqui do Mesquita. Aí veio o advogado... (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

Fazendas da região, perto do rural de Luziânia e que fizeram parte do arraial de Santa Luzia, foram desapropriadas e passaram a dar suporte à construção da nova capital. Assim, a antiga fazenda do Gama - vizinha a esta área em Santa Maria, que a comunidade de Mesquita conseguiu provar propriedade - dava espaço à primeira Residência Oficial, o Catetinho. Apesar de a Companhia Urbanizadora da Nova Capital Novacap - ser a responsável pela administração da região, o território da construção ainda ficava sob a jurisdição de Goiás, mais precisamente sob a tutela de Planaltina e Luziânia (Bertran, 2000). Algumas áreas das extensões desapropriadas eram utilizadas pelos quilombolas. As margens do Catetinho, da mata eram extraídos materiais necessários.

> *Ali perto de Brasília tinha muita lenha era mata só. Naquele tempo se levava madeira era no carro de boi, pra fazer a caixeta aqui (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

> *Nossa casa era perto da Marinha, mas lá era terra do governo né? Ai a gente teve que se mudar, compramos casa aqui mais perto, perto da casa da Sandra. Lá a gente cuidava da criação [de gado], aqui agora tem plantação de mandioca (...) eu ajudo mais na hora de fazer a farinha né? (Antonia Pereira Braga, entrevistada em 10 de abril de 2006 in Machado, 2007:32)*

As terras disponíveis para a comunidade, com as desapropriações feitas para a construção de Brasília afetou suas práticas tradicionais. A noção de propriedade para a comunidade de Mesquita era diferente da prática governamental que se lançava com hegemonia. A comunidade não tinha os acessos necessários à cidadania. Não houve política pública que a beneficiasse. O paradigma progressista e a meta governamental se impunham a esta minoria invisibilizada na História. As trocas que passavam a chegar à comunidade tinham como base a assimetria de poder entre as partes. Mesquita novamente dialogava com uma ordem externa a ela.

Para atender a demanda por energia para a construção de Brasília, em 1958 foi inaugurada a primeira usina hidrelétrica que serviu à Capital. A Usina Saia Velha[31], que leva o nome do ribeirão que rega parte do território de Mesquita, empregou alguns quilombolas.

> *Lá na cachoeira Saia Velha, ao lado do chifrudo ali. A primeira água que Brasília recebeu foi dali. A luz de Brasília, a primeira luz da CEB foi lá dessa cachoeira Saia Velha. Meu tio foi 'funcionário" da Novacap [...] Com ele era o senguinte, dava pensão pra aquela turma. Porque a turma fez uma barragem muito grande pra trazer aquela água aqui pra Brasília (J.A.P.- Relato ao INCRA).*

Com a migração maciça de operários, Mesquita também passa a dispor de um mercado para a compra de produção excedente.

> *Foi bom porque lá pra nós, nós tinha muita manga, muita laranja, muitas dessas frutas, sabe? E não tinha pra quem vender. Então com a construção, com esta gente que veio, foi rapadura... foi muito bom. Eles trazia era caminhão de gado... Enchiam um caminhão, um pau de arara, lá de manga... dentro de uma semana sumia tudo! (ALC- Relato ao INCRA).*

[31] Iniciado no primeiro semestre DE 1957, o aproveitamento hidrelétrico do Ribeirão Saia Velha, com a construção da Usina Piloto Saia Velha, localizada quase na própria linha divisória do novo Distrito Federal com o município de Luziânia. Em 1958 foi concluída e inaugurada, em 16 de maio.

Com os novos meios de escoamento da produção e a crescente demanda dos novos mercados, associado ao baixo preço das terras em Goiás, os empreendedores que eram atraídos, chegavam com uma cultura diferenciada. Compras, cercas, grilagens. A população rural goiana era submetida a novas regras e diferentes códigos de conduta.

A comunidade de Mesquita interagia com o "novo" segundo o seu conhecimento tradicional, que era diferenciado das regras que chegavam, o entendimento do novo processo não se dava em sua totalidade, pois eram diferentes percepçoes do mundo. Mudanças estavam só começando, maso que viria pela frente era uma mudança inimaginável..

A pesquisa bibliográfica mostrou que em Mesquita a produção do Marmelo crescia substancialmente, a família e os casamentos também. A "época de Aleixo" foi um marco de mudanças, na produção e na vida comunitária. E é após o estabelecimento deste período de ascensão, entre as décadas de 1930 e 1940, que ocorre um dos eventos mais significativos nesta nova etapa da história de Mesquita: por motivos de conflitos internos e à assimilação parcial de novos códigos, houve a primeira divisão da terra entre dois troncos familiares de Mesquita: Antônio Grilo era da família Pereira Braga e Modesto era da família Teixeira. São dois troncos familiares descendentes das escravas herdeiras. Os mais velhos não sabem precisar o ano exato desta divisão:

Começou por uma divisão que construíram aqui neste terreno aqui. [...]Antônio Grilo e Modesto, tudo parente.

> *Aí chamou a repartição.[...] Eles andaram brigando por conta disso, porque ficava tudo embolado aí, um tinha mais outro tinha menos.[...] Eles queriam mandar no deles. [...] Cada um queria a parte deles. Na divisão que eles queria, porque aqui era em comum, então eles queria tirar a parte deles e cada um ter o seu, né? Aí tirou,dividiu, uns cens alqueires pra um, uns cens alqueires para outro. Aí parou a briga. Acabou na divisão.[...] (C.P.B./RTDI, 2011).*
>
> *Dividiu pra mode não ter arengue! O negócio foi isso. Porque um já fazia serviço derrubando madeira na porta do outro, ele não aceitava aí começava a briga. Aí divide jica cada um no seu e pronto. (SLC/RTDI, 2011)*

Para os fins deste estudo, as teorias de Boaventura de Souza Santos, em especial a ecologia dos saberes foi a base para a apreensão e interpretação dos fatos históricos relevantes ao entendimento da

situação atual do Quilombo Mesquita. Além da recuperação histórica , importa para esse trabalho as questões identitárias que mantêm a estrutura social do grupo naquele território.

As pesquisas de campo não abarcaram a totalidade dos eventos passados, mas os aqui citados serviram para entender a relação destes com o presente. O fatos acontecidos importam, mas é a interpretação e a escolha de tais fatos narrados que diz o que importa sobre o estudo em questão.

Não importa neste Estudo sobre o Quilombo Mesquita, questionar a "verdade histórica", por exemplo, de um mito de origem, mas entender o que este fato indica na memória comunitária, e analisá-lo enquanto dado. A interpretação deste dado certamente revelará questões identitárias mais importantes ao objetivo do estudo. Na prática das "histórias de vida" ou dos relatos de domínio coletivo, não observei apenas o que "de fato aconteceu no passado", [...] mas também, com a mesma importância, as formas pelas quais o presente se relaciona com o passado (Revel, 1988 p. 37- 38).

Adicionada a esta perspectiva, foi por meio da abordagem histórica da etnicidade e territorialidade de Mesquita que se apresentaram alguns dados fundamentais, tais como as formas de ocupação desses espaços em conflito por hegemonia que não seriam captados em uma abordagem isolada. Como diz Muniz Sodré:

> *O território expressa o momento inelutável do presente com o aqui e agora da existência, tanto quanto expressa o passado, sua tradição e sua memória. É assim, para ocaso dos grupos negros, uma terra de parentes, terra de preto, tanto quanto pode ser terra de herança, terra de mulheres etc., cada qual guardando uma especificidade complementar à outra, de modo a revelara polissemia dos próprios conceitos, sua realidade não fechada e comunicativa. Uma ou outra dessa dimensão conceitual aflora em contextos situacionais, posto que aí melhor se adapta ou melhor responde aos enfrentamentos (Gusmão, 1995:131 -132).*

O território é soma de partes das realizações presentes e passadas, é a "[...] base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida" (Santos, 2000, p.96). No mundo globalizado, porém, ao nível do território, apresentam-se verticalidades e horizontalidades. As verticalidades são forças manejadas pelas corporações transnacionais que controlam o sistema mundializado, impondo normas e padrões estranhos ao lugar, fragmentando e desfigurando o território. As horizontalidades representam as singularidades produzidas no / e pelo território, que resistem às verticalidades. Estabelece-se uma relação

dialética entre verticalidades vindas do exterior e horizontalidades geradas no território e no lugar; entre a imposição de regras manejadas à distância e a resistência das singularidades próprias da sociabilidade produzida na contiguidade e na proximidade, entre, enfim, competitividade e solidariedade (Santos, 2000, 1996).

> *No contexto da disputa entre verticalidades e horizontalidades, longe de desaparecer, o Estado é ágil suporte para viabilização do domínio pelas corporações transnacionais. Omite-se em relação às reivindicações sociais das classes desestabilizadas pela globalização, mas é flexível aos interesses do capital e curva-se diante das corporações, rendendo-se aos alegados aportes sociais de modernidade e emprego (Santos, 2000).*

Como Thompson (2008) afirma, "a tradição se desritualizou". E isso não pressupõe o fim das tradições, mas indica novas ancoragens possíveis para elas. Numa visão crítica em relação à descrição de Lerner sobre o impacto dos meios de comunicação no ambiente rural do Líbano, Thompson afirma que:

> *Na visão de Lerner, a persistência das maneiras tradicionais de viver e a adoção de estilos modernos de vida eram opções mutuamente excludentes, e a passagem da primeira para os últimos era mais ou menos inevitável. (...) [Entretanto] Para muitas pessoas, a opção de manter formas tradicionais de viver não exclui a adoção de modernos estilos de vida. Pelo contrário, elas são capazes de organizar a própria vida de tal maneira que integre elementos da tradição com novas e modernas maneiras de viver (THOMPSON, 2008, p. 169).*

Capítulo V

5 Dialogo entre tradição e Modernidade

> *Não importa que esses guerreiros sejam, na verdade, vítimas de um conflito integralmente moderno, que vistam roupas civis e marchem cantando canções cristãs; na imaginação popular, eles são signos plenos do primitivo, álibis para um evolucionismo que os coloca do outro lado de um abismo intransponível que os separa de nós. (Comaroff, J & Comaroff, J. Etnografia e imaginação histórica.)*

Diante de uma realidade em permanente mudança, é preciso escolher entre uma certeza do passado e uma nova realidade, em constante mutação. Para Giddens, a modernidade reflexiva se refere ao processo de escolha entre as certezas herdadas do passado e as novas formas sociais, o que leva à reflexão ou, até mesmo, à alteração das práticas sociais, provocando a racionalização e a (re)invenção de diversos aspectos da vida em sociedade.A tradição passa por esse processo de racionalização (Giddens, 1997)

Isso significa dizer que os conceitos e categorias relacionados à tradição são produzidos pelos atores sociais com o objetivo de atender às expectativas de suas próprias ações e à necessidade de relações significativas, em suas vidas.

Giddens (1991) continua seu conceito de modernização reflexiva, dizendo que as tradições são racionalizadas e (re)inventadas, e os símbolos, as suposições, as práticas, os preconceitos, as normas, as crenças e padrões de comportamento são(ditos) trazidos do passado, atuando como materiais simbólicos necessários para a autoformação da identidade individual e coletiva. A tradição molda o sentido que cada indivíduo tem de si mesmo e de pertencer a um grupo social. Evidentemente, à medida que os indivíduos ingressam em grupos sociais e conhecem os espaços construídos pela coletividade e pelas interações sociais vivenciadas por seus membros, passam a habituar-se a seus códigos e à sua sociabilidade.

Para Habermas, essa solidariedade e autorreconhecimento é que mantêm a estabilidade do grupo.A (re)invenção das tradições é outro indício do processo de racionalização das tradições, na modernidade tardia. É possível criar, inventar, reinventar tradições e conferir-lhes a aparência de repetição.

Consequentemente, símbolos, mitos de origem, percursos históricos, identidades, entre muitos outros elementos, podem ser criados e recordados, interpretados em permanência, atribuindo um caráter de continuidade, segurança e estabilidade à tradição. As tradições (re)inventadas baseiam-se na referência a um passado histórico e caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade artificial, na medida em que são reações a situações novas impostas a sociedade. Assumem a forma de referência a situações anteriores, por meio da repetição quase que obrigatória de práticas, símbolos, crenças, entre outros

Assim, afirmo aqui que o conceito de tradição usado nessa tese não representa uma categoria histórica, ligada à antiguidade, mas um recorte visando compreender as experiências vividas pelo grupo estudado, e que dessa maneira pode estar presente em muitos acontecimentos da atualidade.

Rodrigues (2010, p. 49) acredita ser necessário compreender a tradição relacionando-a com a percepção de modernidade, pois "ambas designam representações do mundo que encontramos em qualquer época histórica", são maneiras diferentes de entender a experiência da sociedade por meio da relação entre elas.

> *O pensamento tradicional resulta, portanto, das relações que o homem estabelece entre, por um lado, a totalidade dos fenómenos que integram a experiência humana e, por outro lado, as narrativas míticas que as celebrações rituais se encarregam de rememorar, de transmitir e de actualizar (RODRIGUES, 2010, p. 55).*
>
> *É essa natureza dinâmica da memória que confere revigoração e atualidade à tradição, que a desprende do passado e a torna presente. Pelo facto de a memória desempenhar a tradição uma função dinâmica, a rememoração mítica permite, não só a transmissão dos inventos do passado, mas também a integração num todo coerente das inovações, quer se trate da integração de novos membros na comunidade dos homens, através dos processos de iniciação, quer se trate de integrar a invenção de novos instrumentos e utensílios técnicos, destinando-lhes de antemão um lugar e uma função (RODRIGUES, 2010, p. 55).*

A relação estabelecida entre modernidade e tradição, portanto, apesar de ser uma relação de tensão, não elimina as possibilidades de interação entre elas. E é cada vez mais recorrente as formas culturais em que ambas convivem mutuamente: apesar de se mostrar mais evidente nas artes, por exemplo, também está presente na organização cotidiana da vida, nos comportamentos, nos gostos, bem como nas formas de processar e transmitir informação.

5.1 A (Re)invenção das Tradições no Locus da Pesquisa

Os moradores do Quilombo Mesquita , em grande parte, são parentes entre si e têm todos um tronco comum e uma memória que os remete à história dessas três famílias negras tradicionais já citadas. Antigamente eram conhecidos como "crioulos do Mesquita", de forma pejorativa, para distingui-los dos outros moradores de Santa Luzia e excluí-los dos espaços de sociabilidade.

Atualmente, a comunidade busca resignificar a origem étnica positivamente, como forma de assumir uma identidade própria e discutir sobre as relações raciais, agora nos encontros que acontecem na comunidade discute-se sobre o que é ser "negro".

O Quilombo Mesquita é um espaço onde ocorre a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica dos moradores do Povoado, numa referência a um passado histórico como foi mostrado nos capítulos anteriores dessa tese, mas frente a uma realidade em permanente mudança, é preciso escolher entre uma certeza do passado e uma nova realidade, em constante mutação. Em consequência e de acordo com Habermas, o caráter reflexivo da modernidade está nesse processo de escolha entre as certezas herdadas do passado e as novas formas sociais, o qual leva à reflexão ou, até mesmo, à reformulação das práticas sociais, provocando a racionalização e a (re)invenção de diversos aspectos da vida em sociedade. É uma forma de se relacionar com a modernidade e a globalização, dessa forma, que as tradições permanecem de forma diferente de antes:hoje, as tradições entram em contato com elementos modernos e com outras tradições passando por esse processo de racionalização (Giddens, 1997, 2002).

Isso significa dizer que os conceitos e categorias relacionados à tradição são produzidos pelos atores sociais com o objetivo de atender às expectativas de suas próprias ações e à necessidade de relações significativas, em suas vidas, assim a comunidade do Quilombo Mesquita tem a sua forma de cuidar desses conhecimentos que fazem parte do seu patrimônio e são preservados e transmitidos através das gerações. Assim, é possível criar, inventar, reinventar tradições e conferir-lhes a aparência de repetição. Logo, símbolos, mitos de origem, percursos históricos, identidades, entre muitos outros elementos, podem ser

criados e recordados, interpretados em permanência, atribuindo um caráter de continuidade, segurança e estabilidade à tradição.

As tradições (re)inventadas fundamentam-se em um passado histórico e estabelecem com ele uma continuação artificial, baseadas nas novas situações impostas à sociedade. Adotam a forma de referência a situações anteriores, por meio da repetição quase que obrigatória de práticas, símbolos, crenças, entre outros.

O pensamento ecológico, neste cenário, com especial ênfase à Educação Ambiental, surge como a necessidade de um conhecimento que satisfaça os vínculos, busque as interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades solidárias e conflituosas; respeite a diversidade do todo, reconhecendo as partes e suas injunções. Emerge a vontade de dialogar nas diferenças sem tentar pasteurizar a dinâmica ambiental. Assume a crise e sem reivindicar o caos, insere-se no ciclo da vida e da morte sem desprezar as dificuldades.(Sato,2004)

Dialogar nas diferenças como afirma Sato, compreendendo a importância do dialogo entre os saberes ajuda a evitar a perda de conhecimento nessa fase da racionalização das tradições, e reforçam a importância de pesquisas como essa tese se justificarem e serem utilitárias para reforçar a identidade dos povos, respeitando a função holística e pedagógica que tanto transmite os saberes quanto os renova para manterem-se vivos, ajudando assim na salvaguarda de toda essa sabedoria fundamental na preservação da biodiversidade.

A pressão fundiária que sofre Mesquita, a supressão da vegetação levando ao desaparecimento de outros recursos naturais são empecilhos na transmissão dos saberes tradicionais ressignificados aos mais jovens, pois esse conhecimento é transmitido no dia-a-dia, na vivência do cotidiano. Como relata Edna Castro (2000, p. 171), "a natureza para as comunidades tradicionais é o lugar de constante observação e pesquisa sobre tudo o que faz parte do território e, principalmente, é o local onde são produzidos e reproduzidos os saberes tradicionais." Assim, a falta, no dia-a-dia dessas populações, das matas e demais recursos naturais se traduz, também, na falta de condições de aprendizagem do conhecimento tradicional.

5.2 Os Saberes Observados na Comunidade

Um dos objetivos nesse capítulo é conhecer as alternativas que a comunidade do Quilombo Mesquita usa para transmitir os saberes tradicionais intergeracionalmente e entender como esses saberes são ressignificados e percebidos como práticas de reconstrução identitária pelos jovens da comunidade, além também da necessidade de ampliar o conhecimento sobre a cultura quilombola e valorizá-la no conjunto do repertório cultural brasileiro, foi um exercício etnográfico, tentando adentrar na lida cotidiana, nos fazeres e falas que aparecem nas narrativas, tornando presente, pela memória e imaginação o encontro entre saberes e educação ambiental, motivo principal deste trabalho.

Vivenciei como pesquisadora a integração de elementos como a questão ambiental, as ligações entre sociedade/natureza e as relações dos de fora/com os daqui e as interfaces possíveis desses fatores com a Educação Ambiental nesse grupo social tradicional.

Ao fazer referência ao Quilombo Mesquita como tradicional não significa rotula-lo como "primitivo" mas sim afirmar que é um grupo social tradicional que possui uma história e uma relação muito próxima com esse ambiente. A localização da comunidade do Quilombo Mesquita, em uma área de vegetação típica de cerrado, já muito antropizado, faz com que, mesmo com os conhecimentos que essa população ainda possui sobre o ambiente envolvente, está passando por um processo de alteração/esquecimento das práticas habituais de uso do ambiente local. Ainda assim é possível recuperar muitas informações sobre a flora da região.

A comunidade do Quilombo Mesquita possui familiaridade e uma relação não predatória no uso dos recursos do Cerrado, observa-se no conhecimento ainda retido dos processos naturais de manejo, adquiridos pela observação dos mais antigos. Essa experiência desse modo de vida ainda é encontrado no Povoado, apesar da já falada pressão urbana sobre as terras rurais da comunidade, ali ainda convivem com o misticismo e com o imaginário, presentes nos saberes e nos processos de socialização do grupo.

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo conhecimento adquirido pela tradição herdada

dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (Diegues1996).

Para os quilombolas, este trabalho acadêmico tem vínculo e se relaciona com o processo da luta pelos direitos territoriais e a proteção do Quilombo frente à ameaça da pressão fundiária sobre o território tradicionalmente ocupado por eles. Conhecer e divulgar os saberes do Povoado sinaliza caminhos para dar suporte a esta luta.

Como o objetivo desta pesquisa é dialogar e reconhecer a legitimidade dos saberes desse grupo social e analisar as relações dialógicas entre os saberes tradicionais e os processos de educação ambiental no Quilombo, esse capítulo pretende reportar algumas das ideias, percepções e sentimentos que fazem parte desses diálogos, e em seguida, aborda o saber local como um processo de investigação e recriação, e as contextualizações em torno do conhecimento natural como agente de preservação.

O conhecimento tradicional das populações sobre os elementos naturais hoje é desprezado por muitos, além muitas vezes de serem julgados “ignorantes” por fazer uso de remédios caseiros, chás ou “garrafadas” e não escolherem produtos da indústria farmacêutica. Esses fatos reafirmam a importância de estudos que busquem compreender e registrar o conhecimento empírico trazido secularmente por essa população.

A Educação está presente no cotidiano do Quilombo Mesquita de várias maneiras, a relação da Educação ambiental encontra-se na comunidade, tanto no modo formal quanto no informal, podem ser percebidas em diferentes ambientes. As rotinas das famílias na comunidade apresentam-se cheias de simbologias que auxiliam na conservação dos seus fazeres.

A riqueza no Mesquita é construída coletivamente, falam sobre as formas de vida, os ciclos naturais, o clima, a vegetação, entre outros elementos, é parte da vida das pessoas que ali vivem e conhecem sobre o cerrado que circunda a comunidade, é essa riqueza de saberes que age no uso e manutenção da biodiversidade do Cerrado. Esses saberes são também os caminhos para a praxis de Educação Ambiental na comunidade, tendo estes conhecimentos como ferramentas pedagógicas para o diálogo de saberes

Guarim Neto (2008) afirma que lançar um olhar etnoecológico sobre o ambiente e as relações que dele emanam é antes de tudo, desvendar os valores escondidos em mensagens que nem sempre são percebidas, e que a sensibilidade é a base para esse entendimento.

Os saberes no Quilombo Mesquita são como sementes que se cultivadas, vão contribuir bastante para qualidade de vida das gerações presentes e futuras que vivem nesta região. Os saberes desenvolvidos pela comunidade sobre as propriedades, usos e características da diversidade biológica são a base do conhecimento tradicional no Quilombo Mesquita, e é o resultado de uma transmissão geracional, sendo parte do patrimônio cultural daquela comunidade, assim como a identidade étnica e o passado histórico comum do grupo.

Para uma melhor compreensão, uso a divisão dos saberes tradicionais agrupados em:

Tradição oral É a transmissão de saberes feita oralmente, pelo povo, de geração em geração, isto é, de pais para filhos ou de avós para netos. Estes saberes tanto podem ser os usos e costumes das comunidades, como podem ser os contos populares, as lendas, os mitos e muitos outros textos que o povo guarda na memória (provérbios, orações, adivinhas, cancioneiros, romanceiros, etc.). Também são conhecidos como patrimônio oral ou patrimônio imaterial. Através deles cada povo marca a sua diferença e encontra-se com as suas raízes, isto é, revela e assume a sua identidade cultural. (Alexandre Parafita 2005 p. 30)

História Popular Faz parte da tradição oral de uma comunidade e reflete os mais variados sentimentos da alma de um povo, os seus hábitos, usos, costumes, seus personagens, lugares, hagiografia. Tem uma origem anônima.

Calendário Festivo Expressões cronogramadas anualmente, rituais que compõem as danças e danças, festas religiosas e pagãs; canções e música, instrumentação e criatividade.

Ciência tradicional e tecnologia Costuma-se chamar de saber ecológico tradicional, conhecimento que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, calendário agrícola das espécies animais e vegetais, dos solos, ciência popular em relação à ecologi etc

Sistema de Saúde Como expressão de equilíbrio entre homem e natureza , homem – homem e homens- deuses . A medicina tradicional, integrando os processos de etiologia, diagnóstico e terapia, plantas, rochas, rios e montanhas que curam. Especialistas em cura, classificação e iniciação e ritos de consagração. Herbário e Etnobotânica;

Artesanato Expressão material de acordo com os recursos materiais. Cerâmicas, têxteis, couro,culinária. Métodos e meios de produção. Instrumentos, tecnologia e produção e comercialização ou troca .

Conhecimento do ciclo de vida Saberes dos diferentes diversos ritos de passagem usados na comunidade: nascimento casamento e morte. Formas de socialização: da concepção ao nascimento. Formas interação entre social e afirmação de pertença, grupos de gênero. Visão hierárquica de níveis familiares e níveis comunitários de reciprocidade. Ritos de passagem desde o nascimento: Parteiras, compadrio, batizados. Ritos de passagem do casamento: Namoro, casamento, espaço relativo, cerimônia em si, costumes diversos. Morte. Histórias de morte, as propagandas, premonições, ritos comuns, formas de equilíbrio, reciprocidade. Os valores morais, éticos e espirituais.

Metodologicamente para tratar dos saberes tradicionais a partir do conhecimento coletivo pesquisados no Quilombo Mesquita é necessário entender o conhecimento além da biodiversidade, mas para delimitar o foco da pesquisa, vou dialogar apenas com os saberes referentes ao meio ambiente, especificamente sobre o Cerrado, especificamente os saberes sobre o Cerrado repassados e usados como forma de educação ambiental.

Analiso como as pessoas do Quilombo Mesquita lidam com este bioma e suas especificidades, como educam seus filhos ao se referirem sobre o cuidado que devem ter com o espaço comum e como é a construção do imaginário das pessoas sobre este tema, vou seguir esse fio condutor: Tradição oral, História Popular, Calendário Festivo, Ciência tradicional e tecnologia, Sistema de Saúde, Artesanato e Conhecimento do ciclo de vida frisando que o trabalha se ateve apenas a conhecimentos relacionados a biodiversidade.

5.2.1 Tradição Oral

Ao caminhar pela rua principal do Quilombo Mesquita num dia de festa, pode-se observar a troca de saberes que acontece entre as gerações: jovens e crianças, velhos e adultos dividem saberes e conteúdos que não consigo listar. A feitura da marmelada, o cumprimento aos mais velhos, a alusão aos mitos e a religiosidade que aparecem em suas falas e atitudes. são elementos que fazem parte do patrimônio cultural e tornam-se visíveis através da memória, na continuação de uma tradição impregnada de sentidos para a sobrevivência do grupo. Nos olhos atentos das novas gerações, que seguem os adultos enquanto conversam, ou trabalham na lida diária, é que os jovens e as crianças se familiarizam com as atividades, absorvendo-as e repetindo-as nas brincadeiras. As conversas entre os membros da família desempenham a função de completar os vazios deixados pela observação.

Para Amorozo, o diálogo entre as gerações é de fundamental importância para conservar essas práticas tradicionais:

> *Em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado. O conhecimento é transmitido em situações, o que faz que a transmissão entre gerações requeira contato prolongado dos membros mais velhos com os mais novos. (AMOROZO, 1996: p. 11)*

Ainda assim, durante as conversas muitas vezes, os entrevistados falaram que os momentos de conversas mais demoradas estão cada dia mais difíceis, já que os mais jovens mantém uma relação de trabalho diária com as áreas urbanas vizinhas, perdem o interesse no trabalho rural, que segundo eles "é muito duro", além dos novos desejos de consumo que atraem os jovens para outras coisas e estes pouco demonstram interesse em ouvir os mais velhos.

A tradição oral foi definida como um depoimento transmitido oralmente de uma geração à outra. J. Vansina (2011) afirma que suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, que não utiliza de fontes escritas. Por sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos.

O autor continua dizendo que um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc.

Uma definição um pouco arbitrária de um testemunho poderia, portanto, ser: *todas as declarações feitas por uma pessoa sobre uma mesma seqüência de acontecimentos passados, contanto que a pessoa não tenha adquirido novas informações entre as diversas declarações. Porque, nesse último caso, a transmissão seria alterada e estaría diante de uma nova tradição.*

Nas comunidades étnicas como o Quilombo Mesquita, alguns idosos (griots) possuem memórias referentes a diferentes casos. Teve casos de uma mesma pessoa falar duas lembranças diferentes para contar o mesmo fato histórico. Um exemplo para a história da legitimação da aquisição da terra no Quilombo:

> *.[...] Vieram muitos escravos pra cá, e três escravas registraram a terra depois de medir e pagaram no cartório. Vinha desde o Maria Pereira. [...] Uma dessas três escravas era mulher do meu bisavô (S L C).*
>
> *[...] afirma que a fazenda Mesquita foi "arrematada por oito primitivos". "Não herdou, arrematou". [...] (S L C)*

Duas recordações completamente diferentes, um mesmo informante e um mesmo assunto:

Memória coletiva é "o grupo visto de dentro, ela apresenta ao grupo um quadro dele próprio que sem dúvida se desenvolve no tempo, pois que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre nas imagens sucessivas [...] alguns fatos, personagens podem entrar ou sair da constituição desta me-mória, o essencial é que os traços que o distinguem dos outros subsistam" (M. Halbwachs, 1968:78 e 79).

5.2.2 O maior dos Saberes: A Marmelada do Quilombo Mesquita - uma forma de resistência

A Marmelada é o maior símbolo da cultura e tradição Mesquitense e também é um símbolo de Goiás, Porto-Gonçalves (2010) afirma que "várias línguas ainda indicam que se sabe não só por meio da visão como nos indicam o mesmo radical para saber e sabor - sapere e sapore, do italiano, ou saveur e savoir, do francês. Sabemos que toda cultura se faz transformando o cru – a natureza – em cozido – a cultura (Lèvy-Strauss), no saber criar o sabor".

Há, ainda, muitos saberes inscritos nos fazeres, por exemplo, a marmelada é resultado de um processo histórico, político, cultural e ideológico do Quilombo Mesquita que foi repassado, é um saber que vai além da questão de "cor" ou "raça" da comunidade e de suas especificidades locais, esse saber do quilombo vem de um longo processo de acumulação de saberes, práticas e experiências de vida de várias gerações ancestrais.

Além de promover o intercambio, a solidariedade e a integração entre os quilombolas e os "outros" a Marmelada tem um caráter político e a transmissão desse saber geracionalmente talvez seja a mais importante forma de resistência

A exclusão do negro no Arraial de Santa Luzia no período colonial e a sua invisibilidade hoje diante da globalização(aqui representada pelos grileiros e fazendeiros do entorno do Quilombo Mesquita) que tenta invalidar os valores do grupo étnico para assim melhor dominar, a partir das diversas formas de invasão, de ocupação e incorporação de áreas nesse território, do fracionamento em pequenos loteamentos, fazem da Marmelada um instrumento de (re)construção identitária para esse grupo. É dessa forma que defendo que a Marmelada é um marco identidário étnico (re)elaborado pelos afro-brasileiros que formaram e, ainda hoje, formam a Comunidade Quilombola de Mesquita.

A história da marmelada produzida no Quilombo Mesquita inicia com o plantio do marmelo, as práticas de conservação e de armazenagem e o modo de preparar o doce. É um produto imbricado e impregnado de valor social e cultural. A marmelada é a expressão cultural representada num alimento, mas mais intimamente ligada ao sistema cultural Mesquitense.

Rafael Pio (2009) engenheiro agrônomo afirma que no mundo antigo e no Brasil, poucos frutos como os do marmeleiro tiveram tão relevante papel. Enfatiza o autor que mesmo com a importância econômica que teve para o Brasil colônia, atualmente é difícil encontrar uma frutífera com esse valor histórico-social tão pouco difundida e estudada. As causas prováveis desse pequeno interesse devem residir na utilização pouco nobre do marmelo, principalmente como matéria-prima industrial e no incipiente consumo ao natural.

Figura 19 Cozimento do Marmelo- Foto Antonia Samir

Num dos mais antigos livros de receitas recolhidas entre 1400 e 1500, nos manuscritos da infanta D. Maria, aparecem duas receitas de Marmelada: a "marmelada de Ximenes" e a "marmelada de D. Joana", sendo que a de Ximenes é a mais parecida com a que se faz hoje no Quilombo Mesquita.

Na história das navegaçoes portuguesas é comum referencias às caixas de marmelada sempre levadas nas provisões de viagem. Em 1497 Vasco da Gama na primeira viagem às Índias embarca nas naus a maior quantidade possível de marmelada para alimentação da tripulação que também serviu para presentear com marmelada os povos que encontrou pelo caminho, os africanos da costa oriental de África, de Moçambique a Calecute.

Bergreen (2004, p.29) afirma que Vasco da Gama perdeu grande parte da sua tripulação por causa do escorbuto, cerca de dois terços, na viagem de descoberta porque ignorava que a marmelada que transportava os podia salvar. A doença é melhor conhecida nas viagens marítimas do século XVI. Pedro Álvares Cabral também transportou o doce na expedição de descoberta do Brasil.

A 26 de Abril de 1500, após a celebração da primeira missa, foi servida marmelada como sobremesa ao jantar a bordo da nau capitania.

Os marmeleiros foram introduzidos ao Brasil em 1532 por Martim Afonso de Souza, de Portugal (Ilhas de Açores e Madeira) donatário da Capitania de São Vicente que recebeu do rei João, introduziu além do marmeleiro e a cana-de-açúcar, dali a cultura se disseminou e adquiriu grande importância, tanto que a marmelada passou a ser o principal produto de exportação paulista no Brasil da época colonial, onde os doces eram comercializados em caixas e caixetas, poucos frutos como os do marmeleiro tiveram tão relevante papel e tão grande valor histórico-social.

Daí, conforme pude analisar em diversos escritos da época, o cultivo do marmeleiro ingressou e foi introduzido na Capitania dos Goyases através da Picada de Goiás:

> *A Picada de Goiás interligava as Minas Gerais e o Rio de Janeiro com os arraiais auríferos goianos. Essa rota iniciava no Rio de Janeiro, passava por Minas Gerais, em São João Del Rei, atravessava uma imensa região pouco povoada, para chegar às minas de Paracatu. Daí adentrava a capitania de Goiás pelo importante registro de Arrependidos, na época localizava-se em Santa Luzia (Luiziânia)(...)* Alvares *(1996)*

Alvares (1996) afirma ainda que o primeiro pé de marmelo foi plantado, no município de Santa Luzia, em 17 de novembro de 1770, pelo capitão fazendeiro, João Pereira Guimarães na Fazenda "Engenho de Palma, próxima à região onde anos mais tarde se constituiria o Quilombo Mesquita, é possível que este marmeleiro deu origem aos demais no Estado. No entanto, as lembranças mais antigas dos moradores com relação às extensas plantações de marmelo que se formavam dizem respeito à época onde Aleixo Pereira Braga dispunha de grandes quantidades deste fruto, os quais também ganhavam em qualidade (Santos, 2009:8).

Na época das minas, o açúcar era artigo de luxo, assim, doces não eram comuns no cardápio dos escravos, embora eles dessem um jeito de acrescentar à dieta a rapadura, a garapa e o melado, com a disseminação do marmeleiro e da cana-de-açúcar nas terras de Goiás e o início da produção do açúcar nos engenhos, as senhoras faziam quitutes para serem vendidos nas ruas, pelas escravas. Desse modo, as negras aprenderam a empregar o açúcar na culinária, e com o surgimento dos frutos dos marmeleiros, as escravas aprenderam a técnica de fazer o doce com as portuguesas, e daí nascia a tradição da marmelada no Arraial de Santa Luzia.

Desse modo, vê-se que a marmelada está vinculada à formação social do Quilombo Mesquita e ao seu processo histórico-cultural. O trabalho é familiar e os marmelais estão nas pequenas propriedades que restaram aos remanescentes quilombolas, ou seja, utiliza-se a terra com mão de obra familiar para produzir de forma artesanal o doce que é o símbolo da própria comunidade quilombola de Mesquita. Esse saber/fazer culinário faz referência a autossuficiência e a organização comunitária, através da qual esses indivíduos resolveram um dilema fundamental de sobrevivência à época com a venda do produto. A produção da marmelada em Mesquita está imbricada no modo tradicional da comunidade se organizar socialmente..

Os relatos orais apontam que a produção da marmelada está relacionada ao período colonial, responsável pelos anos de escravidão no Brasil, como também, está vinculada à subsistência das famílias Mesquitenses e a um sentimento de pertença que conserva-se na comunidade através desse saber, assim o Quilombo Mesquita se torna uma unidade singular. Essa análise decorre da narrativa de um casal, sendo Tina, filha de Mesquita. A história de vida fala do tempo passado:

A infância da Tina foi no Quilombo Mesquita cuidando da horta, das galinhas, dos porcos ao redor da casa, além de buscar lenha e água, na lógica da sobrevivência. Seus pais viviam da agricultura e, por antes ser uma das atividades mais importantes do Mesquita, era comum os filhos seguirem a rotina dos pais no campo. Ela afirma, "assim que começa a entender o nome, as meninas carrega lenha e água, toma conta dos afazeres da casa, enquanto os meninos cortavam capim para alimentar os animais e ajuda na lavoura" (Tina, entrevista de novembro de 2011).

A produção do marmelo exige muita habilidade, desde o plantio da muda até a brotação das folhas, o preparo da terra é feito, depois vai abrindo pequenas covas, e daí se coloca a muda e aperta a terra em volta.

Figura 20 Marmeleiro- Foto Antonia Samir

No início, o marmeleiro é muito frágil e exige cuidados especiais, é uma planta de climas amenos, em Mesquita a narrativa do declínio da produção de Marmelo coincide com a época das mudanças ocorridas em função da pressão fundiária da construção de Brasília. O impacto nas relações sociais insidia diretamente nas relações produtivas. A produção do marmelo 'ficou cara ":

> *A doença do marmelo foi um pouquinho depois de Brasília. O remédio que vinha batia, mas não combatia doença nada! E mesmo da terra.[...] Isso aqui era marmelada pra quem não desse conta de fazer...Deu uma doença e matou. Doença da terra. E broca, foi invadindo. Com o espaço de tempo...Melhorava um pouco tornava a morrer (S L C).*
>
> *Os pés de marmelo foi acabando. Deu broca foi adoecendo aí foi acabando.[...] O povo foi largando de plantar também. [...] juntou com a doença.[...]Tinha que ser uma roça que desse conta de você mesmo tocar. Põe aí dez, vinte, peão pra trabalhar... Hoje você não põe nenhum (C P B).*
>
> *A doença foi essa. O povo parou de plantar e parou de zelar. Quando não zela a coisa aí morre. Acaba tudo (R).*

Existe uma linha de pensamento no Quilombo que atribui o enfraquecimento do cultivo do marmelo aos problemas normais da agricultura no cerrado, muitos chamam de "doença da terra", e também reclamam que a falta de incentivo para eles produzirem diminui a área plantada, porém ouvi de alguns

quilombolas que a chegada da soja ou seja a chegada de uma nova lógica de produção no campo. Esta lógica capitalista lentamente entrou subsidiando a construção de Brasília e expandiu os seus mercados agroindustriais, e depois se impôs sobre a lógica do povoado. Os produtores migrantes chegavam na vizinhança do Mesquita com novas ferramentas e ofertas de salários que a realidade local não poderia competir.

A marmelada no Brasil, em especial em Goiás, tem aqui quase 200 anos de história, ocupa grande parte do tempo das famílias, estruturando a vida social, a partir de um ritual associado à atividade da preparação do doce. Tradicionalmente, o marmelo é um produto de sequeiro, cultivado anualmente no verão, o que significa dizer o sistema culinário inicia-se com a sementeira do marmelo, passando pela guarda da sementeira, pela monda (capinar erva daninha) e recapinar erva daninha) até a colheita.

Figura 21 Caixetas com Marmelada- Foto site Slow Food

Sobre o marmelo, um antigo morador, conhecedor das práticas da agricultura tradicional desenvolvida em Mesquita, afirma existir uma “Ciência do Marmelo”, pois é uma planta de ciclo longo e

requer cuidados específicos no que diz respeito às técnicas necessárias para a plantação, poda e processamento do fruto em marmelada, tal "Ciência" foi apreendida pelos quilombolas de Mesquita ainda quando trabalhavam nos marmelais de Jose Correia Mesquita, o doador ou vendedor da Fazenda Mesquita para as três escravas do mito de origem ainda no século XVIII (Santos, 2009).

A marmelada segundo a tradição oral, remonta ao chamado tempo dos antigos, e denomina-se "Santa Luzia" em referência ao antigo nome de Luziânia, pois é produzida desde antes da alteração do nome da cidade. Embora atualmente, devido às contingências históricas, há poucos produtores, todos os mesquitenses evocam sua imagem enquanto legitimação do discurso étnico. (Santos, 2009).

Santos (2009) referenda ainda que este produto liga Mesquita do passado ao Mesquita atual, como uma prática cultural secular, conservada por poucos integrantes da comunidade.

São poucos os remanescentes que não abandonaram do cultivo do marmelo e da produção do doce de forma tradicional, e tem prazer em passar seus conhecimentos para os mais jovens. E ao transmitir estes conhecimentos aos mais jovens eles também herdam o significado simbólico da marmelada que é ser uma tradição que une todos do Quilombo, que liga o passado e o presente.

Esses atuais mesquitenses que ainda produzem a marmelada só fazem para manter a tradição já que pela rentabilidade não é uma atividade atraente, apesar da comercialização da marmelada ajudar em muito na renda de algumas familias. Para se produzir a marmelada leva-se um grande tempo, além da planta ter um ciclo longo e que precisa ter cuidados especiais com ela.

A receita do doce é apresentada detalhadamente por um desses antigos produtores que ainda permanecem na atividade, desde a plantação do marmeleiro até a produção do doce:

> *Essa aqui é a primeira muda, a primeira muda depois tira ela daqui, vai pra uma cova de 40 por 40, daí uma média de 5 anos, aí ela já começa a dar o fruto, depois de cinco anos... todo ano tem que podar. No primeiro ano... essa aqui tá no segundo ano, já vai mudar pra cova de 40 por 40, depois dela formada, aí vai levar cinco anos, todo ano podando na primeira crescente de julho e aí após cinco anos que ela muda pra cova, que ela vai ficar já no local certo, após cinco anos aí ela dá no primeiro ano uma quantidade mais pouca aí depois no segundo ano em diante ela só vai aumentando, só vai aumentando de produção e aí depois dela formada aí vem o marmelo pra fazer o doce. Aí tira o marmelo, prepara né, limpa ele, abre ele, cozinha, passa no "tinturador" (triturador), passa na peneira, no*

> *mesmo processo de peneirar...antigamente moía na máquina, hoje não mói mais, é no triturador pra moer o marmelo, depois da polpa dela pronta, a gente coloca ela em freezer ou em lata mesmo, lata de 18, 20 litros que é pra guardar de um ano para o outro. Então ela (a polpa) é preparada em sacos de 10 quilos coloca os sacos no freezer, aí ela fica... dura seis meses até um ano no freezer, só tira quando vai fazer o produto, quando vai fazer a marmelada, aí sucessivamente. Pra fazer um quilo de massa e um quilo e meio de açúcar que compõem a composição dela... se for quinze quilos de massa são vinte de açúcar, e aí até chegar ao ponto de colocar na caixete, não tem segredo. Aí coloca o açúcar na calda, faz a calda (no tacho fervente), depois da calda vem aquela puxazinha que engrossa até fazer a puxa, aí que vem a massa já descongelada, coloca na calda pra dissolver pra fazer... aí com trinta minutos já tá a marmelada pronta. A calda já é feita no tacho. Coloca o açúcar, a água, mais ou menos dez quilos de açúcar, uns cinco litros de água, aí dissolve aí ela torna a fazer aquele melado né, aí quando dá o ponto, aí a gente já coloca a massa dentro, aí fica trinta minutos no tacho até o processo de colocar na caixeta.*

Portanto, a marmelada é composta por ingredientes que vem da terra cultivada na comunidade e por açúcar, sem conservantes ou outros compostos. A descrição da receita revela a diferença entre o que se produz no quilombo, naturalmente e o que se compra, entre o doce fresco e o industrializado. Quanto ao seu preparo, é comum uma só pessoa produzir, mas outra pessoa é necessária na hora de colocar o doce nas caixetas.

Como se pode observar a marmelada é o resultado do cozimento do marmelo, processo que consiste em colocar o marmelo numa panela com a calda fervente, até seu completo cozimento, ou como se diz até "dar o ponto", assim que o doce começa a ficar encorpado, é colocado em vasilhas também, onde pode ficar por vários meses.

A marmelada se relaciona com a identidade dos moradores do Quilombo Mesquita que a ressignificam, ritualizando-a em um processo de afirmação territorial em defesa da sua permanência no território tradicional.

A marmelada traz em si um saber/fazer, ligado a vida do homem do Quilombo Mesquita, que além de funcionar como elemento diacrítico, está associado ao passado histórico ligando-o ao mito de origem. Assim, ela traz valores simbólicos que transmitem a ideia da tradicão. A tradicão nessa situação, é vista como em risco por causa das mudanças, é uma ferramenta simbólica e política. Em diversas ocasiões ela é lembrada nos discursos, nas denúncias à imprensa local, ou nas falas nas atividades relativas a etnicidade do grupo.

Lévi-Strauss 2003) diz que o alimento expressa um sistema linguístico, que indaga sobre convenções e regras que regem os modos de saber-fazer, concebido como signo de um sistema integrado de relações, que nos conduz ao conhecimento das características de uma sociedade.

Há cerca de quinze anos, a oferta do marmelo no Quilombo Mesquita foi fortemente prejudicada pela doença anteriormente já referida que se instalou nos marmelais, e que para as famílias que plantam o marmelo se originou a partir do início do plantio da soja nas fazendas no entorno da área remanescente do Quilombo. A disponibilidade local e sazonal do marmelo parece ser um dos elementos dessa identidade quilombola. Hoje, ainda que flexibilizada por uma maior oferta de marmelo e outros produtos provenientes do exterior, essa relação entre marmelada e sazonalidade permanece entre as famílias, indicando o tempo das coisas.

A permanência dessa relação encontra respaldo em valores simbólicos ligados aos critérios locais de identidade alimentar, associada à organização do trabalho das famílias. O marmelo localiza-se num período de tempo (julho a setembro), do verão ao outono; assim, até o próximo verão, o marmelo será consumido na forma de marmelada e outros doces, revelando vivências construídas e mantidas pela memória coletiva, as quais as novas gerações pertencem pelo simples fato de serem da mesma comunidade.

A marmelada fazia parte do dia a dia das famílias que costumavam sempre ter em casa, tanto para consumo como para as visitas. Hoje, a marmelada vai assumindo a categoria de sobremesa ocasional, adaptando-se como doce de festa, vendida em ocasioes festivas e para as pessoas de fora pelos poucos mesquitenses produtores, foi na verdade transformada em ritual. Menasche (2009, p. 19) retrata que as "comidas rituais, próprias de festas, comemorações, ritos de passagem, implicam em cristalização. Essas comidas são portadoras de grande valor simbólico e, desse modo, marcadores da identidade do grupo". A autora acredita que essas comidas rituais "são colocadas à mesa para reafirmar uma ancestralidade, uma tradição, um pertencimento à comunidade.

Assim continua Menasche (2009) que o que antes era um espaço tradicional compartilhado por uma comunidade e vivido como natural e inquestionável (o sentimento de pertença), hoje, está alterado pelas referencias externas ao grupo e as pessoas do lugar perdem antigos referenciais, ao mesmo tempo em que passam a ter acesso a liberdade de vivenciar outras experiências pela convivência entre comunidades

de diferentes origens e culturas, característica não só de processos migratórios, mas também da globalização..

A marmelada tem funções identitária e normativa, visto que transmite um saber-fazer através da receita repassada de geração em geração. Porém, trata-se de uma identidade intemporal de sua ação como passado revelador do homem mesquitense, evocando, assim, a origem desse grupo. É bom frisar que o consumo da marmelada unifica as trajetórias individuais dos grupos etnoculturais iniciais (africanos e europeus), minimizando, assim, os efeitos das diferenças raciais. A marmelada nos remete ao mito de origem do Quilombo e invoca as memórias e identidades iniciais desses dois grupos antagônicos e até contraditórios(escravo e senhor, pobre e rico etc). A marmelada envolve um saber-fazer carregado de significados e emoções, a partir de uma visão simbólica que singulariza a identidade coletiva.

Ao analisar o processo de feitura da marmelada a partir da etnografia, observa-se que esse doce cria um apelo que pode ser observado entre a diversidade de doces de mercado. No ato de fazer marmelada, o Mesquitense se remete, se realiza historicamente e se mantém como grupo sobre o controle simbólico desse imaginário. Fazer a marmelada parece provocar uma sensação de bem-estar, uma espécie de retorno a origem, gerando, assim, certo controle sobre a nova geração de mesquitenses, que tende a relegar para o esquecimento o tradicional.

Mintz (2002) diz que

> *"a cozinha ancora-se num lugar onde se tem alguma referência de pessoas utilizando-se de ingredientes, métodos, receitas numa base regular de produtos. Nesse processo de tipificação das cozinhas de um país ou de uma região, alguns pratos se tornam representativos, marcas de orgulho e distinção."*

No caso do Quilombo Mesquita, o doce do marmelo, além de ser um prato barato, ganha contorno nacional como representativo de uma região e de um grupo étnico. A marmelada nasceu das relações histórico-culturais entre português e africano. Tudo indica que as receitas foram produzidas de acordo com a realidade local, ou seja, produzidas em conformidade os produtos que haviam naquele momento. Por exemplo, na falta de rapadura houve a substituição por açúcar industrializado. Também na forma de conservação, como na safra precisam produzir com toda a fruta disponível, pois existe um período de escassez do fruto, os mesquitenses desenvolveram técnicas simples para a conservação do

produto, levavam a polpa ao fogão de lenha,e a cozinham com açúcar depois antes de dar o ponto a colocam em latas de 18 ou 20 litros que é pra guardar de um ano para o outro. Hoje a polpa já é preparada em sacos de 10 quilos e são colocados esses sacos no freezer, podendo ficar de seis meses até um ano no freezer, e só tirar quando fôr fazer o produto, garantindo, portanto, a produção da marmelada durante o ano.

A marmelada age como indicador da identidade coletiva, além de nos remeter a marcação de fronteiras simbólicas. Como afirma Belasco (2008, p. 8), "a identidade envolve considerações de preferências pessoais e também processos que representam quem você é e onde você está. Identidade inclui fatores, como as memórias pessoais".

Observei durante a Festa do Marmelo de 2014 a grande afluência de moradores e fazendeiros de Luziânia, e em conversas que tive com alguns deles observei o sentimento de "compadrio" entre os Mesquitenses e os fazendeiros do entorno, o sentimento de valorização do grupo értnico e do lugar que fez parte dos seus passeios de infância, e ouvi diversas vezes a frase: "Conheço desde menino" ou "me conhece desde eu menino". Também observei em uma conversa a preocupação com a destinação e titulação das terras para os Quilombolas do Mesquita.

A "comida" é um identificador de quem somos, das nossas origens e o que representamos. As maneiras dos grupos se alimentarem e as memórias comuns em torno da comida reforçam as relações de identidade. Desse modo, a memória ligada às impressões corporais evocando percepções físicas trazem o sentimento de pertença: sentir o cheiro da marmelada me faz lembrar da minha história, da minha comunidade, do meu grupo. Os hábitos de uma região são a melhor via para se conhecer a herança histórico-cultural de um povo.

A marmelada e o seu ritual de preparo possuem grande relevância social, uma vez que estão vinculados à formação social e histórica do Quilombo Mesquita, trazendo memórias de pertencimento, aconchego e, especialmente, a memória das origens. Apesar da rusticidade de seu preparo, é um doce que expressa um conjunto de práticas e de relações histórico-sociais, assim como, saberes coletivos, necessários desde a plantação do marmelo, as suas técnicas de conservação e de armazenamento e sua transformação em doce. Entre os produtos culturais, a marmelada acumula uma expressiva significação simbólica, sendo uma das manifestações mais autêntica da identidade do Quilombo Mesquita.

Segundo o Sr. C A R , tanto a marmelada quanto o açúcar de forma são produzidos em Mesquita há muito tempo, desde meados do século XVIII, os dois tem a mesma idade.

A produção do açúcar de forma se dá da seguinte maneira (reproduzo aqui trecho da entrevista com o Sr. C):

> *Mói a cana e faz a garapa, coloca no tacho, com o tacho lá no fogo, você pega uma cinza de madeira, de preferência uma cinza mais limpa, e aí dependendo do tanto de garapa é o tanto de cinza, aí ela vai juntando todo o cisco, aí com uma escumadeira tira a espuma todinha, fica a garapa limpinha. Aí quando faz o melado, tem um ponto dele, porque se você coloca com ponto fraco dá pouca massa e muito melado, porque aquilo que você colocou lá tem dois sentidos, um é tirar a espuma, o outro é separar a massa do melado do açúcar, quando você coloca lá no cocho pra esfriar aí a massa açucara. Você coloca a forma assim com uma brechinha no fundo pra escorrer o melado, aí você vai com o bagaço de cana ou então palha e põe lá aí vem e coloca a massa, aí quando enche, você mete o macete, soca bem, arrocha e põe um 'achado ' de barro em riba e deixa lá até secar. 15 dias pra secar, porque geralmente é no tempo bom. Quando seca você tira aquele torrão, ele dá uma massa grossa em riba, aquele negócio do barro com o melado, aí você roda e tira, aí fica limpinho aí é só cavucar. Se você quiser branquinho, tira a primeira camada e fofa mais, soca e põe outro barro. Teve uma vez na casa do finado Aleixo que não deu duas arroba de segunda, tudo de primeir ficou na história, tem muito tempo, eu era solteiro ainda.*

Tanto a produção da marmelada como do açúcar de forma vem sendo prejudicadas pela mudança no regime de chuvas, pela falta de disponibilidade de terras em quantidade e qualidade e pela nova lógica rural/urbana a qual Mesquita está inserida principalmente os mais jovens.

De acordo com C. antigo morador :

> *quando vêm as chuvas é época de plantar milho, arroz, feijão, mandioca. No passado era outubro, novembro e dezembro se plantava, hoje em dia se planta até em janeiro. Desde 85 as coisas mudaram muito, parece que diminuiu as chuvas, antes, em agosto o tempo vinha mudando, mudando, agora não tem mais isso, chovia muito, esses terrenos virava tudo lodo.*
>
> *A terra é muito porosa, ainda mais em ano de pouca chuva, aí não teve foi marmelo mesmo.*

Porém, outros fatores de ordem não eminentemente físico fazem a diferença para a produção da marmelada e do açúcar de forma. Como foi dito, as terras com vocação para o plantio do marmelo estão

indisponíveis ou por terem sido griladas ou vendidas, bem como a quantidade de terras para plantar cana, que é a matéria-prima para a produção do açúcar de forma é escassa, a conversa entre alguns quilombolas mostra o problema:

> *Senhor A- o marmelo tem que plantar em terra que aceita plantar marmelo, tipo aquela ali de G?... essa aqui e aquela nossa ali não é boa pra marmelo, aí eu te pergunto: o marmelo tem preferência de terra ou depende de quem planta?*
>
> *Senhor C - Tem preferência, sabe porque que eu digo pra vocês que tem preferência? Pra baixo é poroso, pra cima até topar lá na Cidade Ocidental pra esse lado aí, qualquer lugar que plantar marmelo dá bem, porque é uma terra barrenta, dura, e eu gosto é dessa, se tiver cascalho também não tem problema.*
>
> *Senhor B - falta terra também pra plantar cana... tem muitos (quilombolas) que tem o lugar deles e não pode entrar no outro, igual aqui, eles tomou conta do quintal todo dele aqui (quintal de Seu C), onde que ele vai plantar cana?*
>
> *Sr C - planto mais é pra incentivar, porque aí a gente vai incentivar e aí falam 'mas você não tem marmelo' - não tem, não, a terra é que não permite.*

Outro problema enfrentado pela comunidade de Mesquita no que tange ao resgate do plantio do marmelo e produção da marmelada e do açúcar de forno, diz respeito a uma nova lógica onde aparentemente os mais novos não se interessam em plantar e fazer marmelada, o que coloca em cheque uma ótica essencialmente rural em Mesquita, tal lógica está inserida neste contexto urbano/rural ou moderno/arcaico que permeia as relações em Mesquita e em diversas outras comunidades ditas tradicionais, que atualmente estão inseridas em um cenário moderno, marcado pela globalização, modernização e consumo.

5.2.2.1 A Marmelada no Movimento Internacional Slow Food

A Slow Food é uma organização eco-gastronómica internacional, sem fins lucrativos, apoiada pelos seus membros. Foi fundada em 1989 para combater o estilo de vida Fast Food e o ritmo de vida acelerado. Hoje em dia, a Slow Food tem mais de 100.000 membros em 132 países.

Esta organização internacional tenta impedir o desaparecimento das tradições alimentares locais, contrariar o desinteresse dos indivíduos pela alimentação, alertar para a origem dos produtos, assim como alertar para o impacto que as escolhas alimentares têm no resto do mundo. A Slow Food baseia-se no princípio da qualidade alimentar e do paladar, bem como da sustentabilidade ambiental e de justiça social - na sua essência é baseada num sistema alimentar "bom, limpo e justo". Esta organização procura catalisar uma mudança cultural ampla que fuja dos efeitos destrutivos do sistema alimentar industrial e do ritmo de vida demasiado acelerado que conduzem a uma degeneração cultural, social e económica. Deste modo, a Slow Food defende um sistema alimentar sustentável, preservando as tradições alimentares locais e o prazer das refeições à mesa, criando um ritmo de vida mais calmo e harmonioso.

Assim como no Quilombo Mesquita, era no meio social e familiar que o conhecimento dos alimentos, receitas e costumes era transmitido. Hoje em dia, essa transmissão tem vindo a perder-se em vários locais e muitas sociedades lutam para preservar essa transmissão. Assim muitas crianças e jovens raramente conhecem a origem dos alimentos que utilizam. Para a Slow Food o paladar dos mais novos é formado por aquilo que a indústria alimentar lhes apresenta, assim o movimento defende a "necessidade de promover uma campanha a larga escala para educar o consumidor, permitindo que todos os indivíduos estejam numa posição de escolher uma alimentação saudável "

O entendimento de todo o processo de um sistema alimentar deve acontecer através da educação, do estudo e do exercitar dos sentidos. Esse processo de educação deve acontecer ao longo da vida, para todas as idades. Todos devem ter o direito de aprender a usar os sentidos, o direito de ver como os alimentos são produzidos e de onde eles vêm. A escola se exime de providenciar uma educação culinária para os futuros consumidores. Por isso, a Slow Food " acredita que os sentidos, quando treinados, possibilitam a escolha de uma dieta adequada, através da primazia da experiência sensorial: visão, audição, olfacto, tacto e paladar. O indivíduo adquire os instrumentos de discernimento, auto-defesa e prazer, que possibilitam a escolha de uma alimentação saudável e harmoniosa. A Slow Food sustenta que a educação do paladar/gosto é uma forma lenta de resistir à globalização .

Para esta associação internacional, o prazer de saborear uma refeição de qualidade deve ser combinado com o esforço para salvar a produção mundial de alimentos, que corre perigo de desaparecer, devido ao predomínio das refeições rápidas e do agro-negócio industrial. Através de iniciativas como a

Arca do Gosto, Fortalezas e Terra Madre, a Slow Food pretende salvaguardar o inestimável património gastronómico mundial.

A Marmelada do Quilombo Mesquita participou da primeira edição do evento Terra Madre em Turim, Itália em Outubro de 2004. Esse evento faz do movimento Slow Food um movimento político mundial que inclui tanto produtores como consumidores. Ele surge para construir uma rede internacional de produtores de alimentos e representantes de comunidades locais, chefs, académicos e jovens com a finalidade de partilhar conhecimentos e costumes entre os agricultores, pescadores, produtores e nómadas de todo o mundo que representam os repertórios de conhecimento moderno e tradicionais.

Com o evento da Terra Madre, a Slow Food criou as Food Communities, uma comunidade onde os membros, apesar de distantes geograficamente, podem manter-se em contacto e enriquecerem-se mutuamente, graças a discussões inteligentes. Esta comunidade pretende também servir de suporte e espaço para discussões e trocas de pontos de vista duma forma colaborativa . Durante este evento tornou-se claro que apesar de separados por grandes distâncias, e de estarem em estágios diferentes de desenvolvimento, estes produtores partilham valores e têm propósitos similares.

Muitas comunidades criaram laços comerciais e trocas técnicas. A Terra Madre teve, deste modo, um grande impacto nos seus participantes. Muitos dos pequenos produtores nunca tinham saído das suas pequenas aldeias e agora vêem-se no centro de um evento mundial, um exemplo é o participante que representou o Quilombo Mesquita.

Hoje, a marmelada Santa Luzia está na Arca do Gosto do Slow Food, mas ainda inspira cuidados para que não se transforme apenas em memória, o que significaria uma perda irreparável ao cardápio popular do Brasil.

Segundo o coordenador da comunidade de produtores de Marmelada e chefe da Divisão de Agricultura e Pecuária da prefeitura de Cidade Ocidental, João Antonino de Araújo, os contatos feitos com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) poderão ajudar na implantação de tecnologias que possam estimular a comunidade a retomar a produção. "Se não agirmos agora, essa tradição pode se acabar",

> *Hoje, um dos filhos de Aleixo Pereira Braga, nascido na Fazenda Saia Velha, de propriedade do seu pai, dentro do Quilombo Mesquita, faz uma das mais deliciosas marmeladas de toda a região - e confeccionar artesanalmente as embalagens de madeira uma a uma, também inventa outras modas para agradar o paladar dos visitantes. Ele criou também a receita do licor de marmelo, que é feito a partir da água do primeiro cozimento do marmelo ao ser preparado para fazer o doce tradicional. Ele colhe o marmelo, limpa a fruta, tira a semente e põe para cozinhar. "É serviço para um dia inteiro", diz ele. A fruta cozida na água dá á calda e é essa a base da bebida onde se mistura o açúcar e a aguardente de cana. O cozimento é à lenha em fogo brando.O repouso da bebida já fervida se dá em tonéis que ele abre exclusivamente para nos apresentar. Com uma cabaça, ele retira o líquido que, de pronto, perfuma o ambiente. O sabor é levíssimo. Tem a doçura do seu criador e o gosto da tradição.(Slow food site)*

Desta forma a Slow Food defende uma nova atitude chamada por eles de eco-gastronómica. Este conceito é um conceito científico que reconhece a ligação entre o prato e o planeta. ”A eco-gastronomia considera o consumidor como um co-produtor e não como um simples consumidor, pois ao ser informado de como os alimentos são produzidos e ao apoiar activamente aqueles que os produzem, o consumidor passa a fazer parte do mesmo processo de produção”

5.2.3 História Popular

Quando se referem ao passado do Quilombo, os moradores costumam enfatizar a existência de dois períodos, esses períodos se referem também à prosperidade que existia no lugar, o tempo bom era o tempo de Aleixo. Santos (2009) afirma que o tempo do Aleixo, era a época em que a plantação do marmelo existia na maioria das casas dos moradores daquele povoado, é relembrado, pelos mesquitenses, como sendo o período em que as pessoas sobreviviam à custa da terra, onde era possível retirar boa parte de seu próprio sustento através da comercialização da marmelada, da farinha de mandioca, bem como da plantação de roçados, como feijão, arroz, milho e outros produtos destinados ao sustento daquela unidade familiar.

O Relatório do INCRA fala que um vasto plantio e a preparação do doce eram orquestrados por Aleixo Pereira Braga que, à frente da família, liderava a comunidade. Sua importância é tão elevada para a memória do povoado que, da mesma forma que opera o mito de origem conectando todos os indivíduos de Mesquita às ex-escravas herdeiras, as “heroínas fundadoras”, todos também descendem da força organizadora e produtiva do marmelo personificada em outro herói, Aleixo Pereira Braga.

Este é um período que sinaliza um tempo de abundância de desenvolvimento e união social. Aleixo Pereira Braga foi o lendário líder comunitário que com o seu olhar empreendedor deu uma organicidade a Mesquita. Catalão (2011)afirma que entre o macrocosmo e o microcosmo inscrevem-se as mitologias buscando reatar natureza e cultura, tal como um centro virtual, que se encontra em toda parte, e cuja função é a de exprimir uma experiência total do mundo que transborda os limites do pensamento racional. Sua linguagem é o símbolo e sua origem, a imaginação.

Afirma ainda Catalão(2011) que a função simbólica, ainda que ancorada na realidade material, permite dar um sentido ao que não está imediatamente presente. Através dos mitos, cita Mircea Eliade (1999), que diz que as comunidades contam sua «verdadeira história », recuperando pela repetição da narrativa o sentido dado desde a primeira ocorrência de um fato. O mito conta uma história sagrada; relata um evento acontecido em um tempo primordial, o tempo fabuloso das origens, assim, graças à façanha de seres sobrenaturais, uma realidade ganha existência. O mito é sempre uma narrativa da criação.

Entre o céu e a terra, entre o sólido e o etéreo, encontra-se a água, assim como entre a matéria e o espírito encontra-se o mito. Entre dois mundos situa-se a terra encantada dos mitos, diz Joseph Campbell (2005). Nessa confluência dos espaços interior e exterior são engendrados os símbolos, na cavidade uterina da morada da alma, como percebia Novalis. Os mitos revelam que as leis que regulam o espaço exterior estão inscritas dentro de nós. Os ciclos das estações também regulam nosso corpo, mesmo quando pretendemos desconhecê-los. Como percebia Teilhard de Chardin (?) em sua obra “O fenômeno humano”, nossos olhos são como olh

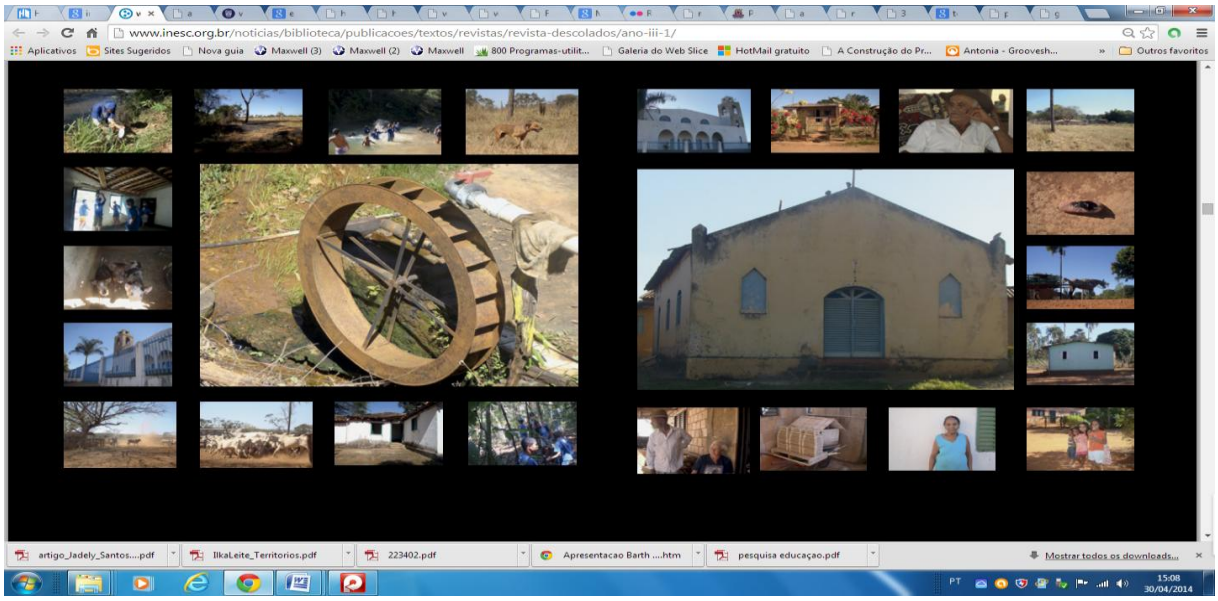
A identidade quilombola foi reforçada no Quilombo Mesquita principalmente pela ligação com a terra, pelo parentesco e origem comum e pelas necessidades políticas no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das minorias antes invisibilizadas frente ao Estado.

O exercício de memória coletiva que explica a atual situação crítica é a lembrança e reconstrução do passado como comunidade forte nos tempos do Aleixo e atualmente fraca, por conta do encolhimento dos

lugares disponíveis para a reprodução social e da baixa autoestima da comunidade diante da especulação imobiliária e dos fazendeiros que representam as forças históricas e hegemônicas de opressão.

Os jovens conhecem a história e existe hoje um grupo que se articula para interagir e dar prosseguimento as lutas pela posse da terra tradicional de seus pais e avôs. Esse grupo é um grupo musical que se denomina “Som do Quilombo” que se reconhece como descendente e divulga as ações culturais do Quilombo. Inclusive produzindo documentários e reportagens sobre o grupo étnico do qual fazem parte

O INESC[32] lançou o programa de rádio intitulado “O desafio de educação para comunidades quilombolas”, que foi elaborado por jovens moradores do quilombo Mesquita, o mais próximo da Capital Federal. A iniciativa desenvolvida pelo projeto Onda: adolescentes em movimento pelos direitos foi toda concebida pelas oficinas do projeto e pelos próprios jovens. Por meio do programa, os participantes trazem dados sobre o investimento na educação quilombola e mostram os costumes, cultura, tradições e realidade do quilombo.



[32] Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional".

Figura 22 Fotografias feitas por jovens quilombolas para a Revista Descolados INESC

Um evento que ocorreu em Mesquita entre os caminhos de acessos à Santa Luzia foi a História da Cruz de Simeão. E válida enquanto destaque, pois o trajeto em que se desenrolou seu enredo tomou-se sagrado para a comunidade.

> *Um [mesquitense] fez um trato com outro assim: se eu adoecer primeiro que você, você vai me levar pra Luziânia doente: o outro foi e adoeceu, e chegou no caminho ainda ia de 'bangüe (você sabe, né? A rede). Aí chegou ali na Saia Velha, nas Lages — você vê uma cruz lá [antigamente]. Aí o que ia levando o outro doente, o sadio, foi que morreu naquele lugar. Aí foi naquele lugar enterrou lá e fizeram a cruz, chama cruz de Simeão. Aí o outro seguiu pra Luziânia doente e sarou ainda. Deve fazer uns 70 ou 80 anos. Quem me contou foi o finado Ageu.[...Eu lembro que quando nós ia de pé pra Luziânia a gente passava por essa Cruz de Simeão. A cruz não existe mais porque o povo arou tudo, tomou tudo, era cheio de aroeira... (M T.M. - Relato ao INCRA)*

Um enfermo, sendo carregado por um homem sadio. No meio do caminho o sadio adoece e morre. O doente finca uma cruz no lugar em que o amigo morre e depois com esforço consegue chegar sozinho ao destino, sobrevivendo. Este caminho, até outro dia era considerado sagrado pela comunidade.

> *O povo de Mesquita em tempo de chuva colocava lata de água na cabeça, pedra na cabeça, ia tudo por lá no pé da cruz lá, rezar né, o povo tudo rezando e punha as pedras lá tudo (H T M - Relato ao INCRA).*

As práticas religiosas executadas neste trajeto perduraram até que se houvesse perda de parte do território. Assim, com o acesso a este local restringido falam que o povo foi desacreditando.

> *Eu lembro quando eu era pequenininho, tinha uns oito anos, vamos pra cruz de Simeão . As vezes naquela época que não chovia, e o povo queria que chovesse, e seca era meio grande, aí fazia a penitência, ia com lata d'água na cabeça, outro com cabaça d 'água na cabeça, despejava lá tudinho, rezava lá tudinho, eles tinha fé e chovia.[...] O tempo foi mudando, o povo parece que vai não acreditando mais, nem rezar eles gostam mais (MT.M - Relato ao INCRA).*

> *[Este lugar da Cruz de Simeão] Fica fora, fica no fim de Mesquita [da terra ocupada atualmente]. E que o Mesquita antigamente era do Saia Velha pra cá, aí depois foi retalhando tudo e só ficou esse miolinho [...] (MT M - Relato ao INCRA).*

Foi também depois da perda substancial de suas terras, que a comunidade desenvolveu outro tipo de relação com os ritos funerários e a salvaguarda de sua memória foi abalada. Expressam dor neste tipo de situação:

> *O cara lá da 'Toca do Leão ' mandou a gente exumar os corpos porque ia passar trator em tudo. Aí deu três dias pra gente ir lá tirar os ossos. A gente fez. Cavou, tirou os osso do meu avô todinho, pro trator não passar em cima (SLC/RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

Antes o local de enterro de seus mortos era na fazenda do núcleo familiar, junto aos mais antigos negros. Basta uma leve passeada no território de Mesquita para ver alguns pontos com cruz edificada.

> *Quando morria enterrava nas fazendas, junto com os antigos. Só depois que o povo começou com cemitério. Luziânia... Hoje enterra na Cidade Ocidental, mas antes era aqui mesmo, cada um no seu lugar. Tudo era diferente (CBP/RTDI, 2011- Relato ao INCRA).*

Hoje estão inseridos em um novo contexto e não lhes é permitido enterrar seus mortos no quintal de casa - e nem expressam este desejo. Mas expressam um sentimento de injustiça e se sentem ofendidos quando algum local em que estão enterrados seus antepassados é desrespeitado.

Muitos destes locais não se encontram mais sob posse da comunidade. Isto gerou uma perda de memória significante, pois as atuais gerações de Mesquita tiveram que romper com o culto e o conhecimento de seus ancestrais. Quando são perguntados sobre as localidades em que estão enterrados seus mortos, referem-se a muitos, mas sentem-se capazes de localizar apenas alguns dos pontos, em geral os mais próximos da área de circulação habitual.

> *Ih! Tinha é muito, porque cada um era num lugar, mas muito do povo já não sabe mais onde é. Perdeu tudo, né? Aí fica difícil de lembrar. Só mais velho lembra e lembra daqueles. Tem gente que vai saber falar... Mas de todos é difícil. Que era pra todo canto (R./RTDI, 2011 - Relato ao INCRA).*

Os eventos futuros chegaram com força suficiente para invisibilizar boa parte da história da região e reduzi-la ao mínimo. A imponência da transferência da Capital provocará uma grande reconfiguração de toda a lógica local.

5.2.4 Calendário Festivo

Mesmo com o território comprometido pelas invasões, os quilombolas, têm costumes e práticas culturais importantes para a socialização da comunidade. Tais práticas se materializam especialmente nos mutirões nas terras de domínio quilombola e também nas festas tradicionais (Folia de Nossa Senhora D'Abadia, Folia de Reis, Folia do Divino Espírito Santo e Festa do Marmelo) que simbolicamente instituem relações e redes sociais que andam por todo o território quilombola e até mesmo o ultrapassa, presenciei durante a festa do Marmelo em Janeiro de 2014 a presença de membros da sociedade urbana de Luziânia, tais como Gerente do Banco, dono do cartório, médico, todos de famílias históricas a que durante a infância participaram com os pais e avôs das festividades no Quilombo. Estas relações se dão a partir do contato freqüente ou esporádicos dessas pessoas que buscam participar das festividades religiosas e das festas tradicionaism muitas delas possuidoras de terras nas áreas circundantes ao Quilombo há várias gerações. Esta situação contribui para se gerar um processo de construção do sujeito quilombola, construindo assim sua identidade a partir do outro, agregando valores ideológicos, percebidos a partir da corporeidade dos visitantes, nesse caso o visitante urbano

Tive oportunidade de ouvir várias histórias sobre a região, inclusive pude estar presente numa conversa durante a festa do Marmelo de 2014, onde antigos moradores de Luziânia condenavam a pretensão dos quilombolas de ter acesso à totalidade da terra por eles pleiteada. Por isso, o território reivindicado é avaliado como "a menor parcela digna à sobrevivência, manutenção da memória, assegurando o caráter cosmológico, e as manifestações culturais próprias e manutenção da identidade em Mesquita." É contestado a reprodução física e cultural em Mesquita só no espaço que ocupam hoje com suas moradias e onde precariamente eles desenvolvem suas atividades culturais e de cultivo.

Figura 23 Antiga Igrejinha Nossa Senhora D'Abadia-Foto Antonia Samir

As festas se iniciam em Janeiro com a tradicional Festa do Marmelo, festa que se iniciou em 2002 para trazer visitantes para o Povoado e também para celebrar o doce característico da região, o evento é realizado no espaço da Igreja, onde após uma missa acontece o almoço e um tradicional leilão de prendas doadas pelos moradores e fazendeiros vizinhos. A festa do marmelo é um momento onde os antigos moradores de Luziania moradores de cidade ocidental e outras cidades da região e os moradores do Mesquita se encontram, observei em conversas com os grupos que existe um profundo conhecimento entre os grupos, que na verdade é formado por fazendeiros e seus filhos das propriedades das áreas circundantes ao Quilombo, como eles se referiam: “Nois se conhece desde moleque” .

A festa termina com uma cavalgada pela manhã e à noite um baile com a escolha da rainha do marmelo.

Figura 24 Participante Quilombola da Folia de Reis-Foto Daiane Souza(Flickr-2012)

A folia de Nossa Senhora D'Abadia ocorre no mês de agosto, mais precisamente entre os dias 6 e 15, que é o dia de Nossa Senhora D'Abadia em Goiás e Minas Gerais. A folia consiste em fazer um percurso entremeado por pousos em residências, que podem ser de quilombolas como de não-quilombolas, fazendeiros inclusive, para agradecer e louvar a padroeira do povoado.

O contexto das festas no Quilombo nos revelou uma comunidade que realiza um movimento consciente e planejado de conservação das tradições como importante herança, sendo que alguns festas são reconhecidas em outras regiões como patrimônio imaterial . A festa do Marmelo, realizada anualmente no Quilombo além de um momento de confraternização comunitária promove também a educação ambiental, quando defende a preservação das áreas dos Marmelais e a manutenção cultural e formação identitária, para valorização da tradição.

Ainda cabe dizer que o sentido de família chama grande atenção na comunidade: os familiares mantêm um pacto de solidariedade no qual auxiliam uns aos outros nas diversas funções comunitárias. As festas em São Pedro, por exemplo, são famosas pelos utirões, nos quais os homens constroem a estrutura para os eventos e as mulheres se responsabilizam pela comida.

O Relatório do INCRA relata que a festa acontece com os foliões sendo conduzidos por um guia, que através de versos faz as saudações ao morador do pouso, também chamado de barraqueiro, aos Santos e à Nossa Senhora. O guia é o responsável pela liturgia da folia, por toda a cantoria aos santos. Na comitiva também seguem os cantadores. Nos pousos, a comida e bebida é disponibilizada pelo morador, também é nos pousos onde a catira (dança da região) tem o seu momento de acontecer - após a novena - depois da catira começa o forró, que vai até a madrugada. A Figura do Cruzeiro de madeira, conduzido a frente da folia juntamente com o retrato da santa, e a fogueira do último dia de folia, são centrais na liturgia do ritual. O último pouso é a Capela de Nossa Senhora D'Abadia, situado no centro do território onde acontece a novena e depois uma grande festa.

A Folia de Reis e a do Divino Espírito Santo segue o mesmo padrão, porém, a primeira acontece em janeiro tendo como personagens centrais os Reis Magos e a segunda em maio.

Nas folias, muitos foliões e cantadores são de fora do povoado, formando uma "rede" de folias e intercâmbio de informações, experiências e técnicas. Um antigo morador conta que viu guias de folia mulheres e dançarinas de catira, dança então reservada aos homens, em outras folias de Minas Gerais e Goiás. As folias também reafirmam as redes internas e a solidariedade entre as famílias do próprio quilombo de Mesquita. Como afirma Brandão (2008):

O que acontece durante cada situação do ritual popular de uma Folia de Santos Reis, tão afetivamente envolvida de música, orações e trocas de bens entre foliões e moradores, não é mais do que a aglutinação de gestos e atos corriqueiros, que a situação ritual soleniza e oferta a todos os presentes como uma cerimônia marcante e fortemente carregada de afetos, de símbolos e de intertrocas de bens, de serviços e de sentidos. Todos os "do lugar" compartilham crenças e conhecimentos comuns. Pouca coisa pode ser improvisada, e é porque desigualmente se sabe o que vai acontecer e desigualmente se sabe como proceder, que o rito recria o conhecido e, assim, renova a tradição; aquilo que se deve repetir todos os anos como

conhecimento, para consagrar como valor comum. Renova um saber cuja força é ser o mesmo para ser aceito. Repetir-se até vir a ser, mais do que apenas um saber sobre o sagrado, um saber socialmente consagrado.Brandão(2008)

Figura 25 Cantoria em pouso de Folia - Foto Sandra Pereira

A solidariedade no preparo e na organização dos pousos, que é uma tarefa de responsabilidade do morador, este recebe ajuda e doações de outros quilombolas; as redes são fortalecidas e a coesão interna é reforçada através do ato simbólico de comerem juntos, orarem juntos e dançarem juntos. As comidas são parte importantíssima de todo pouso, pois o seu preparo, sua doação e degustação revelam a generosidade e fartura da família que oferta o pouso, representando momento de compartilhamento da alegria e gratidão pela bênção recebida. Nestes espaços de sociabilidade, várias relações se estabelecem, planejam-se uniões e indagam sobre casamentos.

Tal como são criadas, nas folias, relações entre foliões de diversos povoados do interior mineiro e goiano, tecem-se também laços, apadrinhamentos e relações de poder e trabalho entre os mesquitenses e fazendeiros que participam destes eventos.

A Festa do Marmelo é realizada anualmente na comunidade, a organização fica a cargo de fazendeiros e quilombolas, não é uma festa só da comunidade. Na verdade a festa é feita pelos fazendeiros que possuem o papel principal na festa, eles promovem discursos e leilões de reses de sua propriedade

(para ajudar na construção da igreja matriz), os quilombolas são expectadores e tem pouca atuação nessa festividade.

Ainda que os fazendeiros exaltem o marmelo e o seu doce produzido artesanalmente por algumas famílias quilombolas, são eles que realizam ações concretas em descrédito da tradição, por meio da ocupação do solo com plantações de milho e soja, além da especulação para a construção de condomínios, esses atos inviabilizam a continuação da tradição e a composição social que lhe é própria.

Figura 26 Sede da Associação -Fonte Facebook Quilombo Mesquita

Até mesmo nas Folias, quando o protagonismo dos quilombolas é evidente, ocorrem situações que refletem as relações sociais estabelecidas em Mesquita desde meados do século XX. Segundo relato do Sr. João Antonio Pereira que consta no trabalho de Neiva (5:2007) : Tem guia que chega na casa de um pobrezinho e faz uma cantoria singela. Mas na casa de um Barão, de um Fazendeirão, aí vai saudar todo mundo e todos os santos. Aí perde o ponto da meada.

A corrida do marmelo, que é um evento importante dentro da Festa do Marmelo, que era disputada na comunidade de Mesquita, atualmente é realizada na Cidade Ocidental, distanciando a sua razão da sua origem.

A festa que sucede a última novena no último pouso (Capela da Nossa Sr1 D'Abadia) representa mais uma dimensão da dicotomia urbano/rural que se instaurou em Mesquita e dos novos e mais abrangentes circuitos que os quilombolas começaram a interagir. A festa acontece nos moldes das

“modernas” festas de peão, patrocinada pela Prefeitura de Cidade Ocidental e outras parcerias, com direito a imensos palcos e famosos grupos e duplas sertanejas. A festa atrai centenas senão mais de mil pessoas dos arredores para Mesquita, nesta última festa o número de não quilombolas é bem maior do que de quilombolas, consistindo assim em um grande evento social da região.

Mesquita é um dos poucos locais no entorno de Brasília onde ainda sobrevivem aspectos culturais que não sofreram totalmente o desaparecimento das tradições pelos padrões hegemônicos ocidentais. Goiás viu a extinção de várias culturas por todo o seu território em prol do indiscriminado desenvolvimento e ascensão econômica pós 1950, esse desenvolvimento foi alcançado muitas vezes com o aniquilamento e destruição do meio ambiente e dos grupos tradicionais que existiam por todo o território goiano. Neste contexto, os moradores do Quilombo Mesquita lutam durante os últimas anos para recuperar as tradições e os vínculos culturais perdidos. De tal modo, a realização das festas tradicionais pelo grupo é uma prática na qual a comunidade relata a sua importância como eventos que precisam ser mantidos para a manutenção e resgate dos valores, apego ao território pelas novas gerações e impedimento da usurpação total desses territórios.

Observei durante as festas que participei no Quilombo que todos aqueles responsáveis pela organização das festividades já o fazem intenção de que o evento não seja só de lazer mas sim um meio para a manutenção da cultura, de defesa do território e do fortalecimento dos laços comunitários. Esses momentos ritualísticos são também ocasioes de formação da cidadania e comprometimento de seus moradores com o território onde vivem. Busco aqui as palavras de Carlos Brandão, pois o autor percebe a festa como um momento de se aprender o amor:

5.2.5 O terreiro de casa, lugar de saberes

> “... E o seu fruto servirá de alimento e a sua folha de remédio”. Velho Testamento - Ezequiel, 47:12.

A ciência tradicional engloba todos aqueles conhecimentos da comunidade associados ao uso da biodiversidade. Tais conhecimentos se referem às maneiras e técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, até conhecimentos sobre sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas.

Figura 27 Galinheiro em quintal quilombola-Foto Antonia Samir-2011

Figura 27 - Galinheiro no quintal de família no Quilombo Mesquita- Foto Antonia Samir

No Mesquita hoje, os espaços que estão sendo usados como alternativa segura para o plantio e criação de animais são os (terreiros) quintais, substituindo as áreas comunais, onde todos podiam usar para diferentes fins (pasto, plantio, lenha, remédios etc). As terras de uso comum, acessíveis à comunidade, com a expropriação advinda da construção de Brasília e com a grilagem crescente se reduziram, fato que vem se agravando com o aumento da demanda por áreas para parcelamentos de caráter urbano, afetando as práticas tradicionais de acesso e convívio com a terra e o Cerrado circundante.

É preciso memorar que a noção de propriedade para a comunidade de Mesquita se diferenciava da prática governamental que se lançava com hegemonia. A comunidade tenta se adequar a essa realidade restritiva em relação ao seu meio ambiente e ao seu contexto social. A limitação dos recursos e a busca de segurança frente aos novos "vizinhos" levou os moradores da comunidade a desenvolverem estratégias de uso desse espaço, buscando utilizar os recursos agora reduzidos de uma maneira mais eficiente.

> *"Aqui era só cerrado e tinha muitos animais. Hoje eu ando e só vejo casas, Tudo se desenvolveu muito, mas também aumentou a violência e isso também afeta o Mesquita"(O.P.B. 76 anos)*

Para Amorozo (2006), cultivar e cuidar das plantas envolve muito de afetividade. Em comunidades agrícolas tradicionais, as crianças aprendem desde quando acompanham os adultos às roças e tomam parte nas atividades cotidianas, e quem apende a plantar, não abandona o hábito tão facilmente, mesmo quando se muda para ambientes mais urbanizados.

> *Se as antigas roças estão sendo substituídas por monoculturas altamente mecanizadas, resta ainda o quintal, o jardim, o pomar, a horta, que retratam a conservação desse modo tradicional de vida (Amorozo, 2006)*

É inicialmente neste contexto de lugar que desenvolveremos nossa pesquisa, visto ser os terreiros de casa o lugar onde as famílias se socializam e vivem a sua cotidianidade, categoria cunhada por Tuan (1983) para se referir a experiência com o lugar de uma pessoa ou grupo, a familiaridade com aquele espaço, criando ali relações e intimidade.

Observei durante minha pesquisa de campo que além dos quintais estarem substituindo as áreas usurpadas da comunidade, hoje o local também é onde são repassados os saberes tradicionais arquivados por aquela família. Constitui um importante meio de repasse de saberes, através da criação de animais domésticos, do cultivo de hortas e produção de frutas (Matos, 2007) . Dessa forma, os quintais rurais funcionam como verdadeiras despensas naturais, onde as mulheres podem recorrer durante o preparo das refeições diárias (Oklay, 2004) . Esses quintais além de proporcionarem segurança e qualidade alimentar para os agricultores do município, também desempenham diversas funções socioambientais, uma vez em quase todas as casas existem agregadas às outras plantas árvores típicas do cerrado, algumas com função alimentícia, outras farmacológicas e outras simplesmente pela beleza.

A produção diversificada de alimentos garante a soberania alimentar da comunidade: em cada época do ano frutas, verduras e legumes diversos cultivados na própria terra compõem a mesa dos moradores. Dessa maneira, além de uma garantia nutricional traz economia para as famílias.

Na Quilombo Mesquita observei que nos quintais são preservadas algumas árvores do Cerrado de valor alimentício, que são muito respeitadas pela comunidade que são o jatobá, o pequi baru, guariroba

(gueroba) e o buriti. Plantam também: mandioca, milho, abóbora, cana, feijão, todos os quintais que visitei cultivam frutas como tangerina Ponkan, abacate, laranja, goiaba, banana, manga, limão e mamão.

> *"O pequi se morder enche a boca de espinho, tem que roer , porque ele tem espinho entra na língua" (ELC 13anos).*
>
> *Eu ajudo minha vó a tratar dos bichos, eu sei cuidar, aprendi com ela, sei quando a galinha botou ovo, sei quando ela tá choca.(W 16 anos)*

Os animais são criados em cercados ou soltos e para isso os moradores utilizam processos que impedem a saída da área delimitada, como: cortar asas, amarrar os pés ou as patas (pear), existem também os "chiqueiros" onde se criam porcos para a produção de carne e banha para o consumo familiar anual, termina de engordar um já entra outro "capado" para engorda e já a criação de galinhas caipiras e umas poucas galinhas D'Angola são para o consumo da família.

A união de várias plantas em um mesmo quintal é uma forma de facilitar os cuidados, pela proximidade com "a porta da cozinha". Nesse "terreiro" imediato sempre tem o plantio principalmente de alimentícias e medicinais "prá despesa"

Entre as espécies de ervas e condimentos observei cebolinha, cheiro verde, mastruz, poejo, boldo, erva cidreira, sabugueiro e legumes(chuchu, abóbora, mandioca). O que é produzido nos quintais serve também para a "troca" num sistema de intercâmbio e ajuda que existe na comunidade e da sua função de regulação e união social.

> *"Minha família dizia que antigamente tinha muito mais frutinha no cerrado do que hoje, hoje as frutas a gente tem aqui no quintal mesmo, mas se não tem aqui*
>
> *tem no vizinho, que é mesmo que ser nosso. Aqui a gente divide essas coisas que dá no quintal..." (W,16 anos jovem da comunidade).*

No cotidiano da família os intercâmbios dos saberes sobre ervas medicinais produzidos e o resgate desse saber local são citados e avaliados pelos jovens como patrimônio que os enriquecem na comunidade.

Espécie	Nome Científico	Modo de Propagação	Parte Utilizada	Forma de Uso
Açafrão	*Curcuma longa*	Rizomas,estacas de rizoma, em viveiro	Rizoma	Chá (infusão), gargarejo, compressa, bochecho
Alecrim	*Rosmarinus officinalis*	Sementes ou estacas em viveiros	Folha	Chá (infusão),banho,bochecho, gargarejo,compressa
Alfavaca	*Ocimum sp.*	Sementes ou estacas de galho em viveiro	Folhas	Chá (infusão),banho, bochecho,gargarejo,compressa
Anador	*Justicia pectoralis*	Sementes,estacas de galho, em viveiro	Folhas	Xarope,infusão
Babosa	*Aloe vera*	Brotos direto no campo	Folhas (suco)	Maceração,cataplasma,compressa, pó da folha
Boldo	*Plectrathus barbatus*	Estacas de galho, em viveiro	Folha	Infusão,maceração
Capim limão	*Cymbopogon citratus*	Divisão de touceiras	Folha, rizoma	Infusão
Erva cidreira	*Lippia alba*	Estacas em viveiro	Folha	Infusão,inalação
Erva de Santa Maria	*Chenopodium ambrosioides*	No campo, por sementes	Ramos	Sumo da folha, compressa, chá,cataplasma, repelente
Guaco	*Mikania glomerata*	Estaca de folhas, mergulhia	Folhas	Infusão,xarope
Hortelã vick	*Mentha x arvensis*	Estaca de galho ou divisão de	Parte aérea	Infusão,inalação, compressa,banho
Hortelã rasteira	*Mentha x vilosa*	Estacas em viveiro	Parte aérea	Infusão,folhas frescas
Maracujá	*Passiflora alata*	Sementes	Folhas	Suco dofruto, infusão das folhas
Poejo	*Mentha pulegium*	Estaca de ramo em viveiro	Parte aérea	Chá
Quebra pedra	*Phyllantus niruri*	Sementesou muda coletada nomato	Parte aérea	Chá
Romã	*Punica granatum*	Sementes em viveiro	Frutos	Decocção casca do fruto, bochecho,
Tanchagem	*Plantago major*	Sementes em viveiro	Folhas	Banho, chá

Alguns quintais de Mesquita possuem hortas no sistema mandala. Essa técnica consiste em plantar os vegetais em um círculo concêntrico em que há pequenos caminhos para que os agricultores possam transitar para que não pisoteie os frutos, as leguminosas e as verduras. Os alimentos mais comuns nas hortas são alface, tomate, mandioca, abóbora e cebola.

O cultivo de hortas é um processo que foi construído com o apoio de instituições assim a Associação Renovadora do Quilombo Mesquita promoveu várias capacitações junto aos moradores para a agricultura familiar, consistindo tanto em formação de áreas de plantio e produção de hortaliças, quanto para o viveiro de mudas, os processos de reflorestamento, e educação ambiental. Ao apoderar-se desses saberes, os quilombolas adquirem uma atividade de complementação da renda.

A produção é levada toda semana para a área comunitária onde se processam a pesagem e o agrupamento para em seguida ser recolhida por escolas, e organizações sociais e beneficentes. Esse trabalho é todo voluntário pelos próprios quilombolas que destinam um tempo para sua execução.

O quilombo se associa ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) , do Ministério de Desenvolvimento Social e também ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Governo Federal. Nesse programa tem parcerias com a ONG Rede Terra, Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). E, atualmente estão tentando também vender a produção ao CEASA, pois graças as boas terras, os produtores tem conseguido produzir além do que os programas citados e a venda em feiras da cidade conseguem absorver.

Figura 28 Horta em Mandala - Foto Antonia Samir -2012

A confecção de artesanato com madeira é feita por um morador tradicional do Quilombo, Seu Zé reproduz na madeira todos os instrumentos usados na sua época de infância no Quilombo, tais como: Carro de Boi, engenho de cana, além de fazer também o açafrão de forma artesanal e secular, de onde ele tira a renda para sua família. Esses produtos são comercializados na própria comunidade a visitantes e aos moradores.

5.2.4.1 o viveiro e as mudas para reflorestamento

A Comunidade Quilombola de Mesquita já desenvolve, na prática, ações de reflorestamento. Existe hoje um viveiro com cerca de 1.000 mudas de diferentes espécies para serem plantadas nas áreas desmatadas e nas margens dos córregos e riachos da comunidade, então é notório, na comunidade, o desejo dos moradores em aumentar essas produções de mudas, pois o local tem uma grande área a ser replantada e retornar a ter o seu potencial natural. Sobre o assunto:

> *Os conhecimentos das formas de manejo e de uso das espécies,de rios, lagos e solos por esses grupos de antiga ocupação têm, na nossa percepção e sensibilidade, grande importância, pois, na afirmação positiva de complementaridade e alternabilidade entre extravismo e agricultura em sistemas ecológicos particulares (e sempre que a irracionalidade de mercado não compromete seus níveis de reprodução biológica), encontra-se a chave de economia e preservação da Amazônia. [...] Esse saber valioso sobre manejo e preservação geralmente não é incorporado pelas empresas e por órgão oficiais(...) (Acevedo; Castro, 1998, p. 31)* .

Um dos antigos moradores, se refere assim ao viveiro:

> *– Aquele Viveiro lá, é pra reflorestar a nascente, pra render mais a água pra trazer pro local, então é um trabalho que vem com este projeto. Nós estamos com outro projeto que é do Viveiro Ornamental e estão fazendo pro quilombo, pra gerar renda, pra trazer alguma coisa que beneficia o quilombo, e a Rede Bartô. A rede é forte, tem gente demais… Foi um curso que nós fomos lá e nós pensamos uma forma que podia fazer com o rio, (…) ai nós fez esta rede, que é todas as águas que vem aqui em volta cai dentro do rio, e o rio tava ficando muito degradado e os projeto está trabalhando pra trazer um futuro melhor pro rio, pra mais água, mais limpeza no rio, que o rio tá bem degradado de sujeira e estas coisas, vai ter tudo isso, que é preservando a natureza o rio aparece mais, é protegido o rio e cria maisparte de suas terras não chega água porque o córrego foi desviado por um fazendeiro o que deixou sem água os demais moradores*

Figura 29 Viveiro no Quilombo Mesquita - Fonte Rede Bartô-2013

O Viveiro existe em associação da Fundação Banco do Brasil com a Rede Bartô, que colabora na comercialização de plantas ornamentais, na permacultura e na proteção do Rio São Bartolomeu.

5.2.5 Sistema de Saúde

Mesmo na comunidade existindo posto de saúde no Quilombo Mesquita eles fazem uso do conhecimento da medicina popular vindos dos seus ancestrais e que são repassados aos mais jovens, através das ervas medicinais.

Existe uma grande variedade de plantas no Povoado e os moradores tem um enorme conhecimento sobre ervas medicinais, elas são usadas na terapêutica local Além Do uso das ervas existem as rezas tradicionais e benzeções que revitalizam a identidade comunitária, algumas doenças são tratadas com "remédio de farmácia".

Cuéllar (1997) observa que a relação entre natureza e cultura deve fundamentar-se no conhecimento tradicional das comunidades locais, buscando incentivar projetos de Educação Ambiental e a gestão sustentável dos bens coletivos, visando dessa forma unificar o

conhecimento empírico ao científico. Além disso, o conhecimento popular sobre o uso de espécies vegetais nativas pode contribuir para o resgate e preservação da cultura popular (Botrel et al, 2006).

> *Quando eu era criança era muito sofrido, muito trabalho, a escola não tinha grau alto, só estudava até a quinta série que o professor só podia lecionar até a quinta série (...) e trabalhar- ai o trabalho nosso aqui era na roça. E dava pra sobrevier da roça, dava; a gente sobrevivia bem, comia tudo natural mesmo, era tudo que se plantava, não tinha química nenhuma na comida. Agora hoje tá cheia de química a comida, as pessoas vivem doente. O remédio era no campo, a gente ia aprender. O meu remédio eu uso porque aprendi. As vezes, tá doente...a gente mesmo faz e toma, nós temos alguns curativos (...) "velano branco", um bocado de raízes, muita raiz. Eu não sei de onde vem este conhecimento deste povo – do pessoal mais velho, dos escravos pra cá, da África? Pode ser.*
>
> *È tem muita gente que tem conhecimento da raiz, tem muita gente que trabalha com a garrafada e se dá muito bem; aqui tem um negro que se curou da cirrose, tem um monte de gente que vem do hospital pra morrer aqui, mas chegou aqui e dava o remédio e está aqui até hoje pra contar a história. E aqui no quilombo é muito bom, é tão bom que o povo ta querendo invadir, mas nós não deixa, nós estamos trabalhando. E querem tirar das pessoas, – nós não aceita, nós somos quilombo até o fim, não adianta.(depoimento de Morador ao site http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132*

As ervas mais usadas são a: erva-de-santa-maria usam as folhas fervidas para um chá ou xarope verminoses, expectorante, estimulante e diurético; hortelã-do-campo chá para dores estomacais e para vermes; arnica as folhas e ramas são colocadas no álcool, usada para machucados; a erva cidreira as folhas faz-se um chá calmante e antigripal. O broto de goiabeira usam-se as folhas mais novas e as cascas para um chá pra combater diarréias, disenterias, dores de dente e aftas. Também o barbatimão, a casca do caule é fervida e transformada num chá para diarréias. Estes conhecimentos foram adquiridos com seus antepassados e diariamente são repassados aos mais jovens (Pott, 2004).

É comum o uso de ervas na pinga em alguns bares do Povoado, constata-se que o saber tradicional, em relação a alguns tratamentos que fazem parte da crença popular, ainda são passados de geração em geração. Com a diminuição da área de Cerrado no entorno do Quilombo Mesquita plantas medicinais nativas não são mais encontradas com facilidade no entorno da Comunidade, assim a busca então é feita em outros lugares mais distantes, ou

encomendados a quem vem de fora onde ainda tem, assim fazem mudas e é plantado no quintal.

Figura 30 Mastruz ou Erva de Santa Maria- Foto Flickr 2014

O saber local sobre plantas e ervas medicinais é na maioria das vezes demonstrado em conversas com os mais idosos da Comunidade (incluindo aqui as donas-de-casa, os raizeiros, as benzedeiras, as avós etc.) que trazem esses conhecimentos recebidas dos antigos. A recuperação dessas informações é indispensável, pois esse conhecimento serve de ajuda para se obter informações da potencialidade medicinal da flora do Cerrado, ajudando no debate da sobre o uso dos recursos ambientais e também sendo utilizado como um instrumento para Educação Ambiental.

Hoje em dia, as plantas medicinais são estudadas sob diferentes enfoques, a interdisciplinaridade é um caminho para se conhecer o potencial e riqueza vegetal, sendo um dos caminhos para orientar as atividades de Educação Ambiental com essas populações.

5.2.6 Conhecimento do ciclo de vida

No quilombo Mesquita a vida social está organizada em função da divisão do trabalho no cotidiano das famílias, a mulher tem um papel fundamental no que diz respeito à satisfação das necessidades da família e à manutenção da casa. Ela também é responsável pelo cuidado com a horta e os animais. A casa não fica restrita só ao espaço construído, mas inclui também "o terreiro", local que rodeia a casa e onde de criam pequenos animais, tais como: cabra,

galinhas e porcos, para o sustento da família. Essas atividades de responsabilidade da mulher não é um trabalho só da mãe, inclui também os filhos.

Assim a mãe sendo a detentora de um saber adquirido colabora para o fortalecimento e a reconstituição da tradição oral, a partir do momento que incentiva nos filhos, durante a lida cotidiana a "fazer do jeito certo" o manejo com as plantas e os animais do quintal.

Na preparação da horta, a mulher faz uso de ciscos que varrem do quintal e esterco de gado para fertilizar a terra com adubos naturais. É desse modo que a maioria das mulheres mesquitenses acaba sendo guardiã de saberes locais em relação ao ambiente. Junto à porta da cozinha, é comum no Quilombo Mesquita as mulheres cultivarem ervas para remédios, tais como losna, sabugueiro,alecrim, arruda, etc., usados em "casos de precisão" para a própria família ou para mesmo para a comunidade.

Antes, as famílias no Quilombo usavam as panelas de ferro, fortes e apropriadas para o fogão de lenha; hoje, a maioria usa panelas de alumínio e observa-se a presença de fogões a gás, o que indica assimilação de meios da modernidade ainda que muitas famílias cozinhem no fogão de lenha.

Figura 31 Fogão típico em casa quilombola-Foto Antonia Samir 2012

A lenha para o fogão fica guardada no canto da cozinha. E, sempre tem perto ou no "rabo" do fogão bancos para a família se sentar, nas conversas "ao pé do borralho" como disse no início desse meu trabalho as mães, avós, os mais velhos transmitem conhecimentos aos filhos e netos, em forma de causos e estórias. São os saberes e experiências de vida repassados

de geração a geração. Nesse caso, tem-se o cruzamento entre identidade étnica, saberes, modos de fazer e produção e reprodução da biodiversidade, conforme apontado por vários autores, para áreas indígenas e camponesas (Emperaire, 2005).

A relação entre cultura e diversidade biológica, no caso do Quilombo Mesquita é muito presente. A territorialização realizada pelas famílias, após a chegada de Brasília e a pressão sobre as terras, implicou uma relação de exploração muito mais racional e consciente dos agora pouco recursos do Cerrado disponíveis e, ao mesmo tempo, de produção de técnicas e conhecimentos voltados para a escassez das matérias primas natuarais antes utilizadas. O aprendizado do uso dos recursos do Cerrado é fruto de prática que acontece ao longo de gerações, resultado do aprimoramento dos saberes diante das lógicas que se apresentavam para o grupo. O saber local, como procedimento daquela comunidade é que tem permitido que aconteça ainda alguma exploração dos recursos disponíveis no Cerrado para fins de consumo, há gerações. Depois de duzentos anos da fundação da comunidade, as famílias do Quilombo Mesquita permanecem a explorar e a consumir frutos, raízes e folhas do Cerrado porque esse conhecimento foi incorporado ao seus saberes e ele tem garantido a sustentabilidade dos recursos naturais naquela região.

Lugares – São considerados saberes aqui nessa tese, pois descrevem os bens culturais associados ao território onde se encontra o quilombo, importantes para a memória histórica da comunidade, para as atividades cotidianas e de geração de renda e para a imaginação artística e lúdica.

São bens identificados como rios, cachoeiras, áreas de plantio antigas e atuais, morros, caminhos históricos e atuais, cemitérios, grutas e pedras. Este conjunto constitui referências espaciais que tornam o território um campo repleto de significado.

Existe um lugar em Mesquita considerado sagrado para a comunidade, se refere a um fato que ocorreu em um dos caminhos que chegavam à Santa Luzia, é conhecido como a História da Cruz de Simeão:

> *Um mesquitense fez um trato com outro assim: se eu adoecer primeiro que você, você vai me levar pra Luziânia doente: o outro foi e adoeceu, e chegou no caminho ainda ia de 'bangüe'(você sabe, né? A rede). Aí chegou ali na Saia Velha, nas Lages — você vê uma cruz lá [antigamente]. Aí o que ia levando o outro doente, o sadio, foi que morreu naquele lugar. Aí foi naquele*

> *lugar enterrou lá e fizeram a cruz, chama cruz de Simeão. Aí o outro seguiu pra Luziânia doente e sarou ainda. Deve fazer uns 70 ou 80 anos. Quem me contou foi o finado Ageu.[...)Eu lembro que quando nós ia de pé pra Luziânia a gente passava por essa Cruz de Simeão. A cruz não existe mais porque o povo arou tudo, tomou tudo, era cheio de aroeira... (M T M).*
>
> *Um doente, carregado por um sadio. Na estrada o sadio adoece e morre. O doente o enterra e finca uma cruz no lugar da morte e depois chega sozinho ao destino e sobrevive. O caminho ficou então sendo considerado sagrado pela comunidade.*
>
> *O povo de Mesquita em tempo de chuva colocava lata de água na cabeça, pedra na cabeça, ia tudo por lá no pé da cruz lá, rezar né, o povo tudo rezando e punha as pedras lá tudo (HTM).*

O território onde essa prática religiosa acontecia foi expropriado, e com essa restrição ao local o povo foi desacreditando.

> *Eu lembro quando eu era pequenininho, tinha uns 8 anos, vamos pra cruz de Simeão '. As vezes naquela época que não chovia, e o povo queria que chovesse, e seca era meio grande, aí fazia a penitência, ia com lata d'água na cabeça, outro com cabaça d 'água na cabeça, despejava lá tudinho, rezava lá tudinho, eles tinha fé e chovia.[...] O tempo foi mudando, o povo parece que vai não acreditando mais, nem rezar eles gostam mais (MTM).*
>
> *[Este lugar da Cruz de Simeão] Fica fora, fica no fim de Mesquita [da terra ocupada atualmente]. E que o Mesquita antigamente era do Saia Velha pra cá, aí depois foi retalhando tudo e só ficou esse miolinho [...] (MTM).*
>
> *Foi também depois da perda substancial de suas terras, que a comunidade desenvolveu outro tipo de relação com os ritos funerários e a salvaguarda de sua memória foi abalada. Expressam dor neste tipo de situação:O cara lá da 'Toca do Leão ' mandou a gente exumar os corpos porque ia passar trator em tudo. Aí deu três dias pra gente ir lá tirar os ossos. A gente fez. Cavou, tirou os osso do meu avô todinho, pro trator não passar em cima (S L C).*

Antes o local de enterro de seus mortos era na fazenda do núcleo familiar, junto aos mais antigos negros. Basta uma leve passeada no território de Mesquita para ver alguns pontos com cruz edificada.

> *Quando morria enterrava nas fazendas, junto com os antigos. Só depois que o povo começou com cemitério.*
>
> *Luziânia... Hoje enterra na Cidade Ocidental, mas antes era aqui mesmo, cada um no seu lugar. Tudo era diferente (C P B).*

Hoje estão inseridos em um novo contexto e não lhes é permitido enterrar seus mortos no quintal de casa - e nem expressam este desejo. Mas expressam um sentimento de injustiça e se sentem ofendidos quando algum local em que estão enterrados seus antepassados é desrespeitado.

Figura 32 CEmitério da Família Pereira Braga- Foto Antonia Samir 2013

Muitos destes locais não se encontram mais sob posse da comunidade. Isto gerou uma perda de memória significante, pois as atuais gerações de Mesquita tiveram que romper com o culto e o conhecimento de seus ancestrais. Quando são perguntados sobre as localidades em que estão enterrados seus mortos, referem-se a muitos, mas sentem-se capazes de localizar apenas alguns dos pontos, em geral os mais próximos da área de circulação habitual.

5.3 CONFLITOS NO QUILOMBO MESQUITA

> *...o outro me olha e, como tal, detém o segredo de meu ser e sabe o que sou; assim, o sentido profundo de meu ser acha-se fora de mim, aprisionado em uma ausência; o outro leva vantagem sobre mim /.../ Sou experiência do outro: eis o fato originário. (SARTRE, 1999, p. 453).*

Iniciei esse capítulo à partir de uma necessidade de categorizar os diversos "embates" vividos no Quilombo Mesquita, no meu contato com a comunidade durante minha pesquisa de

campo notei que permeabilidade do espaço transfronteiriço traz um conjunto de conflitos socioambientais que ocupam grande parte dos problemas vivenciados por eles, assim surgiu a necessidade de categorizar esses três termos: Fronteiras, alteridade e conflitos.

A categoria conflitos é um campo de estudo da Ecologia Humana e é definida como ”confrontos que envolvem atores socais que têm diferentes lógicas e formas de pensar a relação entre o ser humano e natureza, e surgindo nas sociedades concepções distintas e muitas vezes divergentes sobre o uso e sentido do ambiente e dos recursos naturais”. Em função disso, a questão ambiental torna-se conflitiva. Segundo Muniz (2009):

> *Nesse aspecto, tem-se a evidencia de que o conflito ambiental se dá no embate entre grupos e atores sociais de interesse e ação divergentes. Dessa forma, os conflitos ambientais envolvem grupos e atores sociais com diferenciados modos de apropriação, uso e significação do território, de modo que um determinado grupo se sente ameaçado em suas formas sociais de apropriação e distribuição dos recursos naturais por impactos indesejados ocasionados por outro grupo ou atores (Muniz, 2009, p. 190).*

Esse espaço conflitivo é vivenciado hoje pelas diferentes lógicas de uso do território pelos quilombolas e os grupos sociais envolventes (fazendeiros, moradores dos condomínios, população da Cidade Ocidental), a realidade é apreendida de forma diversa, cada um dentro da sua lógica de apropriação do espaço, numa clara referencia às fronteiras étnicas definida por Barth (1998). Aqui se faz a dicotomização entre “os fora e nós do quilombo”. Ou seja, é uma via de mão dupla, se por um turno o contato dos quilombolas com grupos de cultura diversa da sua - em conjunto com mescla das realidades rural/urbano em Mesquita - desagrega a comunidade no plano social, por outro, fortalece a construção coletiva sobre a sua identidade étnica e a consciência política sobre seus direitos..

Isso torna possível a compreensão de uma forma final de manutenção de fronteiras, através da qual as unidades e os limites culturais persistem. Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos de valores - melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura [...]. Assim, a

persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (Barth, 1998:196).

O conflito nos indica que o problema ambiental no Quilombo Mesquita é um produto da relação entre os homens, que por sua vez incide sobre a questão ambiental(território) ou pela posse dele. É assim que o conflito ambiental aparece na Comunidade objeto dessa tese: mostrando que existem estruturas sociais de poder naquela área. Acselrad define conflitos ambientais como:

> *Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004a, p 26).*

Nesse conceito o autor já se refere ao conceito de território já que o que está em confronto são *"os modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território*", neste trabalho preferiremos nos referir a conflitos territoriais ou "conflito ambiental territorial", de acordo com a diferenciação dos conflitos ambientais proposta por Laschefski e Zhouri (2010):

> *A noção de conflitos ambientais territoriais evidencia situações de "injustiças ambientais relacionadas à apropriação capitalista da base territorial de determinados grupos sociais e as tensões entre diferentes territorialidades. Laschefski e Zhouri (2010)*

São vários os conflitos que podem ser observados na relação da comunidade do Quilombo Mesquita com os outros, esses "outros" está representado nos poderes hierarquizados(Governo Federal, INCRA, Prefeitura, Governo do Distrito Federal), atritos políticos(não aceitação da condição quilombola por parte da comunidade);Desmatamento do cerrado, uso inadequado das áreas nativas, loteamentos, condomínios e fazendas dentro do Território em área pleiteada como remanescente de Quilombo, entre outros.

A região de Cerrado circundante ao Quilombo vem sofrendo um antigo e intenso processo de fragmentação e degradação, desde a colonização portuguesa, mas muito mais intensamente após o surgimento de Brasília. Hoje mais de 80% das áreas de Cerrado foram substituídas por núcleos habitacionais, pastagens, soja, Exemplificando, cito um relato

frequente que fazem os idosos da comunidade, sobre a compra que o senador Sarney fez em 1980 de uma área desapropriada irregularmente e que pertencia ao Quilombo Mesquita, chama-se "Maria Pereira", por causa do Ribeirão do mesmo nome que corta essas terras, ele (Sarney) já era proprietário da Fazenda Pericumã, contígua à comunidade e que unia parte da fazenda "Água Quente", lugar que também há muito fora tirada do povoado.

> *O Sarney, quando foi presidente... Antes ele tinha um sítio, a fazenda Pericumã, ao lado da fazenda que ele comprou, que se chama Água Quente. E nisso depois que ele passou a ser presidente ele comprou uma área de terra do Seu Antônio de Melo, que foi umas terras também tomada do pessoal do Mesquita. Tomada por Seu Antônio de Melo.*
>
> *Seu Antônio de Melo comprava, por exemplo, cinco alqueires e fechava dez. Se comprava dez, fechava vinte, trinta alqueires. Nisto o Sarney quando entrou na presidência ele passou a comprar esse terreno. O Antônio de Melo já tava muito doente e se ofereceu a vender a sede dele. Porque a sede própria do Antônio de Melo, o Maria Pereira. Fazia cachaça, serrava muita madeira pro pessoal.*
>
> *E essa Maria Pereira, então ele ofereceu pro presidente Sarney. Só que o presidente Sarney, porque não comprava em nome dele. Ele comprava pra outras pessoas, outras pessoas (JAP Relato ao INCRA).*

O que representa para eles (os de fora) o meio ambiente? A terra é apenas um mero sustentáculo às suas atividades econômicas, a tal ponto que desmatar uma área referente a quarenta campos de futebol não lhes causas nenhum constrangimento, nem moral, nem ético, só se incomodam com o meio ambiente por causa da exigência de licenciamento ambiental; desconhecem se existe povo nesse território.

Para essas pessoas, o cerrado na área do Quilombo Mesquita significa terra barata e passível de ser loteada e vendida a bom preço pela proximidade com a capital federal, assegurando lucros na grilagem dessas áreas; decididamente, não vêem nela um território étnico ocupado por uma comunidade centenária, historicamente relacionada com o bioma Cerrado.

Assim, nos diferentes tipos de conflitos observados durante a pesquisa de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo do Mesquita constatei que aquele território assume diferentes significados para os grupos que o disputam: significa área que possibilita fácil escoamento de produtos quando na abertura de estradas, significa lenha para os desmatadores que a vendem para fornos de padarias, lavanderias e carvoarias, áreas para exploração de lazer

sem planejamento, terra para grilagem e não um território reconhecido e protegido na Constituição brasileira.

A Comunidade pede apenas para que sua forma de vida seja respeitada, respeito inclusive devido por acadêmicos e estudiosos que "se mudam" com suas ideologias para o Quilombo, interferem na dinâmica do grupo ao fazerem o que chamam de "pesquisa-militante" e que vêem nas reinvindicações e demandas do grupo apenas material para manipulação e não parte da história do povo negro no Brasil, e que nunca fazem a devolução do que foi pesquisado à Comunidade.

Faz parte do conflito também a postura do Governo do Distrito Federal, quando considera a área do território como alternativa no entorno para alocação de populações trabalhadoras e pobres, mão de obra geograficamente acessível à capital mas suficientemente longe para não afetar sua popularidade e nem a estética do previsto para Brasília pelos projetos homogeneizantes, age assim permitindo ou fazendo vistas grossas a loteamentos clandestinos levando o Quilombo a se tornar "zona de sacrifício" em que não têm outra alternativa senão articular a sua luta tradicional pela titulação do território com a luta ambiental.

5.3.1 O impacto das estradas

A impressão que se tem quando se pavimenta ou se abre uma estrada em uma localidade é a de que houve um reduzido impacto ambiental, já que a área ocupada é relativamente pequena. São claros os benefícios de uma estrada em uma região, ao facilitar o entrada de pessoas e produtos, permitindo acesso a bens e serviços que podem facilitar a existência do grupo. No entanto, temos que levar em conta os impactos a médio e longo prazo da implantação de estradas, seu alargamento e asfaltamento.

A facilidade de acesso aumenta o fluxo de pessoas, criam-se assentamentos urbanos e intensifica-se a pressãoque exercem sobre os recursos naturais. Além disso, também desorganiza o padrão tradicional de propriedade de terra ela é o desenvolvimento de estradas vicinais. Isto tem sido planejado e executado em muitos países. Milton SAntos (1977) acentua os efeitos integrativos dos transportes nos conjunto da economia capitalista mundial, sua necessidade de expansão futura e os 'meios sutis com que os transportes promovem a

penetração em áreas rurais'. Esse autor mostra ainda que a 'penetração não é meramente a introdução de novas maneiras de produzir' mas também 'implica a destruição daquilo que já existia anteriormente no local' e na 'introdução ou no desenvolvimento de termos punitivos de troca', que reorientam o comércio rural para uma rede mundial. É o conjunto de toda a economia que é obrigado a mudar, frequentemente através da distorção de linhas de desenvolvimento estabelecidas há muito tempo e mais adequadas às necessidades do país:

> *Esta modificação proposital das formas espaciais introduz um novo ritmo nas trocas e, em compensação, introduz nova regulação do tempo nos vários estágios da produção. A troca é cada vez mais mediada pelo dinheiro, provocando a circulação mais rápida tanto do capital- mercadoria como do capital-dinheiro. A necessidade de financiamento cresce e a necessidade de dinheiro vivo rapidamente se toma frenética. Além disso, a monetarização e as novas facilidades propiciam a entrada e o consumo de produtos modernos no campo (Santos, 2003:190- 192).*

Figura 33 Estrada Vicinal dentro do Quilombo - Foto Internet 2012*

No tempo que compreendeu o período desta pesquisa (de 2010 a 2013) a prefeitura da Cidade Ocidental pavimentou as ruas internas do Povoado usando uma espécie de asfalto, substituindo as antigas vias de acesso, como a estrada que se iniciava, desde o tempo da fundação do povoado junto à Igreja Católica., e seguia rumo às propriedades, sendo que o

trabalho foi realizado sem consulta prévia à comunidade sobre o tipo de material mais adequado às características do Povoado:

> *Não estamos contra as melhorias, mas acredito que a Prefeitura poderia ter perguntado ou pelo menos comunicado o que ia ser feito, nada...Quando vimos os homens e as máquinas estavam aqui, o pior é que agora temos outros problemas que vieram com esse asfalt sem antes ter feito serviço de drenagem das águas da chuva..(SPB, líder quilombola)*

Apesar disso no Plano Diretor da Cidade Ocidental está estipulado no Título II - Do Desenvolvimento Sustentável do Município - Capítulo I - Das Diretrizes do Desenvolvimento:

> *XIII- preservação, recuperação e valorização do Patrimônio Cultural, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da Política Urbana, em consonância com o disposto no inciso XII do Artigo 2º do Estatuto da Cidade, respeitando e reconhecendo os valores culturais e os territórios tradicionais, em especial o quilombola de Mesquita, além de outros elementos que compõem o Patrimônio Cultural de Cidade Ocidental;*

5.3.2 Extração ilegal de madeira e incêndios

Próximo ao Quilombo ainda sobrevivem remanescentes de Cerrado são áreas pequenas (menos que 20 ha) e rodeados principalmente por casas, balneários,fazendas de soja, e sofrendo intensa pressão por grileiros e empreiteiras que buscam terras para a venda para fins urbanos.

Associado a esse cenário, vive a comunidade do Quilombo Mesquita, grande parte em condições econômicas difíceis e sem documento que formaliza o direito a terra. É natural que nessas condições os remanescentes de Cerrado sejam defendidos pelos quilombolas, pois é onde se pode conseguir água, é onde se pode extrair a lenha, onde se pode coletar plantas medicinais, frutas e muito raramente ainda encontrar animais que ainda resistem ao ambiente antropizado.

Figura 34 Cerrado Envolvente à Comunidade-Foto Antonia SAmir 2011

A pressão antrópica refletida com a proximidade de tanta moradia leva o Cerrado a ser periodicamente queimado, por diferentes motivos, o fogo colocado em lixo, coivaras, e mesmo pontas de cigarro jogadas no mato seco, assim muitas vezes o fogo pode atingir também as beiradas do Quilombo, e faz com que as poucas áreas naturais se tornem cada vez menores e mais degradas.

Nesse panorama reduz-se cada dia mais o que ainda resta de cobertura de Cerrado no Quilombo Mesquita. De fato, o cerrado e a comunidade do Povoado consequentemente sofrem os impactos da extração de madeira, da pressão fundiária, dos casos de incêndios, isolando esses remanescentes de outros de Cerrado que são na maioria das vezes ambientes muito alterados e pouco representativos do bioma original.

O Cerrado é um dos biomas com maior biodiversidade do planeta. Borges (2009) , afirma que ele ostenta um elevado nível de endemismo para plantas, sendo que 4.400 espécies, das 10.000 conhecidas, são endêmicas, representando 1,5% da flora de todo planeta.. A autora ainda enfatiza as 1.268 espécies das animais, 117 são endêmicas. Porém, Machado et al (2004) afirmam que a situação do Cerrado é crítica, e que se com essa forma de ocupação, ele poderá ser totalmente destruído até 2030.

5.3.3 Áreas de Lazer nos Ribeirões

A mercantilização das áreas de lazer como ribeiroes e córregos no quilombo, é mais um fator de alteração das praticas dos moradores, demonstrando assim a inserção de uma lógica

comércial privada para os recursos ambientais. Isso cria também diversas formas de acessibilidade para "os de fora", que resultam na transformação paisagística dos ribeiroes e córregos do Quilombo, ao mesmo tempo dá outros sentidos de uso para eles, nesse caso não serve apenas como espaço de lazer, mas também como espaço econômico.

Os balneários acontecem em chácaras dentro do quilombo, usadas como áreas de lazer e são exemplos do uso privado dos recursos naturais como objetos de valor de troca, significando a dimensão econômica desses lugares de lazer, onde os benefícios não são repartidos com o grupo. Estes usos não são feitos com consulta ao grupo étnico e nem significam preservação do ambiente físico, muito pelo contrário geram lixo e poluição sonora que neste caso é socializado com todos. Além de também trazerem problemas com relação à segurança para os moradores.

5.3.4 Condomínios

5.3.4.1 Condomínio Porto Rico

Á partir do final da década de 1970, começaram a surgir os primeiros loteamentos para os futuros condomínios, que hoje se apresentam de forma bem visível em quase toda região envolvente ao Quilombo Mesquita.

Na Região Administrativa de Santa Maria /DF surgiu o Condomínio Porto Rico (hoje, Setor Habitacional Ribeirão), essa área foi regularizada como núcleo urbano pela Lei Complementar Distrital 650, de 24/12/02, que regularizava a venda de lotes na área do condomínio. A área onde esse loteamento considerado legal pelo GDF no entanto é área que desde 1857 foi certificada por certidão de registro paroquial como de famílias quilombolas que ainda hoje vivem em Santa Maria/DF e no Quilombo Mesquita. São terras comprovadamente ocupadas secularmente por famílias quilombolas que tem seus descendentes vivendo ainda hoje no Povoado, esse fato pode ser comprovado nos estudos do pesquisador goiano Paulo Bertran.

Os estudos de Paulo Bertran, já citado nesta tese, identificam as propriedades fundiárias estabelecidas na região, procurando associar a quantidade de pedidos, as dimensões das terras e as suas finalidades aos diferentes momentos da sociedade colonial que se formava no Planalto. Mais do que isso, com base em antigos memoriais descritivos, ele identifica os seus limites,

traça o mosaico das antigas sesmarias e acompanha sua fragmentação durante um século, até o registro paroquial de 1857.

> *[...] Já outros permaneceram, como os Pereira de Oliveira, os Espínola de Athaide, os Pereira Braga, os Camelo de Mendonça e os Gomes Rabello, estes últimos fundadores de Planaltina, e todos eles, em breve, com 250 anos de existência no Planalto.(Bertran,2000)*

A área em litígio, apesar de não ter edificações é uma área historicamente utilizada pelos quilombolas, assim representando o espólio de ancestrais da família Pereira Braga, uma das herdeiras(representando o Quilombo) ingressou com uma ação reivindicatória de que é a legítima proprietários da área e que o GDF regularizou a área e deu posse a outros injustamente.

A regularidade da sucessão entre herdeiros, desde o falecimento do mais remoto proprietário em 1858 e a validade da matrícula do imóvel, feita exclusivamente com o documento denominado de registro paroquial está sendo questionada pelos pleiteantes ao terrreno, incluindo aí o Governo do Distrito Federal como as maiores contradições sobre os direitos dos herdeiros quanto ao terreno.

Em 1960, por sentença, foi feita a partilha geodésica da Fazenda Santa Maria cabendo aos herdeiros o Quinhão 23, área que ora está sendo esbulhada no Condomínio Porto Rico, Santa Maria/DF.

A área onde hoje está o Setor Habitacional Ribeirão (antigo condomínio Porto Rico) foi administrativamente apossadas, pela extinta Fundação Zoobotânica, há mais de 50 anos, e a CAESB também ajuizou posteriormente ação de desapropriação indireta, o que impediu quilombolas herdeiros o exercício da posse.

Mesmo assim existem pessoas que continuam a vender lotes no Condomínio Porto Rico, mesmo havendo uma "sentença de embargo" proferida em 21/01/03, a qual veda tal prática. Existe também para o mesmo caso uma petição inicial de ação civil pública proposta pelo Ministério Público perante a Vara de Registros Públicos do Distrito Federal, onde este postula cancelamento das matrículas e registros de averbação relativos ao terreno reivindicando que:

1) Em 10.10.85 foi aberta a matrícula do imóvel, a partir da exibição de certidão de registro paroquial datado de 1857, o qual mencionava situar-se o imóvel no "perímetro do Distrito Federal", época em que ainda, sabidamente, não havia tal denominação, surgida apenas com a primeira Constituição da República em 1891. Disso, decorrendo suspeitas de invalidade de tal documento.

2) Relata ainda o órgão ministerial que a matrícula do imóvel não reproduz o teor do assento eclesiástico, apenas mencionando artificiosamente no texto da matrícula, que a rigor transcreve trecho de decisão judicial proferida em 20/12/1960, pelo MM Juízo da Comarca de Luziânia/GO, por ocasião do julgamento de divisão judicial da fazenda Santa Maria. Relata, ainda, que tal prática fora usada ardilosamente para dar seguimento à cadeia dominial, na qual se verifica haver quebra do princípio da continuidade do registro imobiliário, havendo, quanto a isso, inclusive, hiato entre o período que medeia o registro paroquial de 1857 e a sentença judicial de 1960, esses são os aspectos fundamentais da argüição de nulidade da matrícula do imóvel aos quais são somados outros no âmbito daquela ação civil pública.

Existem variadas alegações buscando não legitimar o direito de propriedade que os quilombolas tem sobre a propriedade da área, os reclamantes são pessoas e empresas com extensa atuação na grilagem de terras nas áreas do Distrito Federal e entorno.

Uma das alegaçoes é de que por cerca de 150 (cento e cinqüenta) anos de processo sucessório, os quilombolas jamais tomaram posse da área e afirmam também que até mesmo os próprios autores reconhecem que nunca deram à área destinação compatível com sua natureza original (agrária) e e nem fê-la cumprir com seus fins sociais. Questiono aqui, enquanto pesquisadora essa alegação uma vez que a lógica de uso do território para uma comunidade étnica não é a mesma que os “de fora”, é a lógica dos “diferentes”:

[...] Os povos ditos ‘diferentes’ encontram muitas dificuldades no reconhecimento na valorização de sua identidade cultural, peculiar e imensamente importante para a concretização dos ideais de proteção do meio ambiente e para a sobrevivência física desses povos. Essa multiplicidade étnica e cultural é por vezes ignorada pelo Estado, que se mostra ineficiente no desenvolvimento de políticas públicas em prol desses grupos. Em nome de liberdade e igualdade de todos os indivíduos, o que ocorre é a cegueira do Estado diante da diferença, dos direitos coletivos de grupos que merecem atenção e respeito (Sparemberger; Kretzmann, 2008).

A situação dos herdeiros do Mesquita que vivem na área quilombola localizada no que hoje é Santa Maria/DF, lutam para proteger as terras da ação de grileiros e especuladores e assim não perderem ainda mais território em área já reconhecida.

Em 2010, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre GDF, Terracap e os herdeiros. A partir desse acordo, o Condomínio Porto Rico tornou-se área pública passível de regularização.Em contrapartida, ao invés de indenizar os quilombolas, o governo optou por apresentar uma proposta pela qual a Codhab se comprometia a elaborar projeto urbanístico para a área que atualmente não está habitada, para efeito de compensação de valores.

Assim, os herdeiros entraram na Justiça para ter o direito ao recebimento de indenização pela desapropriação das terras localizadas dentro do Condomínio Porto Rico e também esperam o plano urbanístico para que possam construir na área ainda não habitada. Parte da cidade de Santa Maria foi construída em território quilombolas e o governo acordou com seus herdeiros o pagamento de indenização.

Figura 35 Placa colocado por Herdeiros do Quinhão 23 em Santa Maria/DF

Em reunião com a AGEFIS, os herdeiros comprovaram que a área em questão é alvo de grilagem através de fotografias: “Estamos sendo obrigados a proteger as nossas terras, pois já temos inclusive construção de igrejas e outras edificações novas em área que alegam ser do Pró-DF, quando na verdade nos pertence”, alertou um dos representantes do quilombo.

A Associação dos Herdeiros de Anastácio e João Pereira Braga — Quinhão 23 (em 1960, por sentença, foi feita a partilha geodésica da Fazenda Santa Maria cabendo aos autores o Quinhão 23),busca o pagamento da indenização devida pelo governo pela desapropriação das terras pertencentes ao grupo quilombola e destinada para o condomínio Porto Rico. O Governo do Distrito Federal, no entanto, emitiu os termos de posse (TCUs) aos moradores atuais sem ter pago aos herdeiros dos antigos donos o valor do terreno.

Hoje muitos dos 354 herdeiros do terreno de 473 hectares localizado na região de Santa Maria passam por dificuldades financeiras e dependem da indenização, Os membros da associação receiam que se repita o que aconteceu quando parte do terreno (162 hectares) foi desapropriada e ergueram 5 mil casas das quadras 300, 440 e 500 de Santa Maria e eles nunca receberam a indenização pelo que lhes é de direito.

De acordo com o gerente de condomínios do DF, não há mais impedimentos jurídicos na questão da indenização. "Falta apenas que a Terracap decida se vai pagar apenas pela área do Condomínio Porto Rico ou se também vai querer as áreas vazias", explicou Paulo Serejo. Questionado pelos herdeiros do espólio, o governador Arruda garantiu que os pagamentos serão feitos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 683 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispõe que aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

O Decreto n.º 4.8874, de 20 de novembro de 2003, que trata da regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 13, prevê que *"incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada a vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber."*

5.3.4.2 Jardim Edite, Chácaras Nova Canaã, Condomínio Bem-te-vi e Grota d'água

O Jardim Edite é um loteamento urbano ocupado em sua maioria por famílias carentes que ganham abaixo de um salário mínimo e outras que sobrevivem com a o auxílio de programas sócias do governo federal e estadual. As casas são simples, não há infra-estrutura básica como posto de saúde, escola, creche e posto policial. Algumas casas ficam vazias durante toda a semana, em função dos proprietários ficarem no trabalho no Distrito Federal, só retornando no final de semana. Existem muitos lotes vazios sem nenhum tipo de construção e identificação.

No Jardim Edite durante pesquisa foi constatado que só quatro ocupantes são descendentes de quilombolas. Os outros moradores sabem que são detentores, possuidores ou proprietários das áreas localizadas dentro do perímetro do Território da Comunidade Quilombola Mesquita.

Chácaras Nova Canaã

O Núcleo de Chácaras Nova Canaã está em uma gleba de terras com área de 66,7661 hectares situada na Fazenda Mesquita, registrada no Io Cartório de Registro de Imóveis de Luziânia sob a matrícula n° 146.397. O terreno foi parceladoinicialmente em 30 glebas de no mínimo dois hectares, hoje porém essas mesmas glebas foram redivididas em campo observa-se que existem áreas ocupadas de dez a cinco mil metros quadrados.

Condomínio Rural Chácaras Bem-te-vi

O Condomínio Rural Chácaras Bem-te-vi foi implantado por meio da 3A Empreendimentos Imobiliários LTDA, CNPJ 04.683.233/0001-97, com sede na SQ-12, Quadra-12, projeção 07, sala 101 - Centro - CEP 72.880-000 - Cidade Ocidental/GO. Pelos documentos dos ocupantes da área, observa-se que é um imóvel adquirido por meio de Escritura Pública de Compra e Venda (página 001, Livro 0367, Folha 063) no Io Cartório de Registro de Imóveis de Luziânia. A área de 40 alqueires é objeto do Registro n° 51 da matrícula n°60.925 do livro 2-IT, folhas 211 v do Io Cartório de Registro de Imóveis de Luziânia. Possui alguns lotes vazios eos proprietários dos lotes.

5.3.4.3 Condomínios Alphaville, Dhama

O apelo ambientalista usado atualmente pelo mercado para influenciar o consumo através do chamado marketing verde, é a estrategia usada para a comercialização dos empreendimentos sofisticados nos territórios identificados e pleiteados como terras quilombolas. O marketing é feito ressaltando os benefícios de se aproximar da natureza a fim de obter maior qualidade de vida. Tais empreendimentos caracterizam-se como as novas formas de habitar e obter lazer, por meio dos condomínios horizontais e loteamentos fechados e também do turismo gastronômico, rural e ecoturismo.

Dessa forma, as áreas "naturais" pertencentes ao Quilombo Mesquita são urbanizadas devido ao reencantamento que algumas pessoas têm pela natureza mitificada, o que as motivam a abandonar o dia a dia urbano e procurar tranquilidade próximo às áreas verdes.

Figura 36 Áreas dos Condomínios Dhama e Alphaville em áreas requeridas como Território Quilombola-Fonte Google Earth 2013

Portanto, temos a apropriação das áreas verdes como mercadoria e, por isso, acessível apenas àqueles que podem pagar. Uma vez que abrigam uma forma de morar com acesso restrito, a segregação socioespacial consolida-se.

Um dos condomínios mais recentes e de grande apelo comercial e que está na área quilombola é o do grupo Alphaville Urbanismo S.A, um dos vários grupos imobiliários existentes no Brasil vinculados à produção desses condomínios, foi criado há apenas 15 anos e atualmente , possui empreendimentos distribuídos em todas as regiões do país, totalizando 16 estados. Segundo Teixeira (2002) " *configura-se hoje como um grande alavancador de empreendimentos ao longo da BR-040. O ritmo de construções continua aquém do esperado pelos administradores do condomínio, mas a tendência a médio prazo é uma certa polarização da área que o envolve."* Mas é bom lembrar que o Alphaville é uma forma de condomínio diferente dos demais, este foi projetado referente ao mesmo construído em São Paulo e de mesmo nome, no intuito de os moradores só precisarem de sair para trabalhar, pois no mesmo encontram-se, restaurantes, escolas, faculdades, clubes entre outros empreendimentos, facilitando assim a vida dos oradores. Este condomínio pode ter referência de uma "mini cidade". Portanto, os demais condomínios em estudo são apenas para moradias permanentes, sem uma infra-estrutura como a do Alphaville, o que implica em um maior impacto para o território Quilombola, pois necessitará de uma maior quantidade de equipamentos e serviços para existir.

5.3.5 Divergências quanto à titulação das terras como remanescente de quilombo

Tradicionalmente, a posse da terra era transmitida por herança entre as três famílias que fundaram o Quilombo Mesquita e que ainda reconhecem uma ancestralidade comum: Os Pereira Braga, os Lisboa da Costa e os Teixeira Magalhães. Com o avanço da especulação imobiliária na região, muitos moradores se desfizeram das suas terras. Hoje, depara-se com duas posturas antagônicas na comunidade: de um lado, a Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita – AREME; do outro, alguns poucos moradores, liderados por especuladores externos que também se organizam em uma associaçao a APROMAQ (Associação dos Produtores do Mesquita) , em 2012 inclusive, esse grupo passou a gerenciar o espaço da Associação, o galpão que fica no terreno contíguo à Igreja e onde acontecem as festividades (Galpao Comunitário Aleixo P. Braga), a APROMAQ reivindicava o galpão

alegando que havia sido construído pr eles, mais uma vez a situação está à espera de decisão judicial.

Os moradores do Quilombo Mesquita se reconhecem como membros de um mesmo grupo, não excluindo sua característica étnica. Porém, existem posicoes contrárias à titulação de suas próprias terras, no debate que envolve o reconhecimento dos direitos conferidos aos remanescentes de quilombo, nota-se uma situação de conflito acirrado por diferentes interesses econômicos. O território do Quilombo está localizado em uma área muito ambicionada pelos empreiteiros, sobretudo imobiliários. Está a menos de cinquenta quilômetros da Capital Federal, e ha vinte quilometros do bairro mais valorizado de Brasília, o Lago Sul, isso faz do lugar onde vivem os quilombolas um dos lugares mais valorizados do entorno do Distrito Federal.

Diante desta situação, a comunidade vivencia esse conflito dividida, uma parte dos moradores, liderados pela Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita – responsável pelo requerimento para a ação de reconhecimento e titulação de seu território e, consequentemente ansiosos pela titulação. Outra parte dos habitantes da comunidade, sob o controle de dissidentes locais e investidores externos, instituiram e organizaram-se igualmente em outra associaçao APROMAQ (Associação dos Produtores do Mesquita), e colocaram-se contra a ação de titulação de suas terras, com o argumento de que tal evento impediria o desenvolvimento econômico local, e impediria-os de ter acesso à documentação individual de seus imóveis.

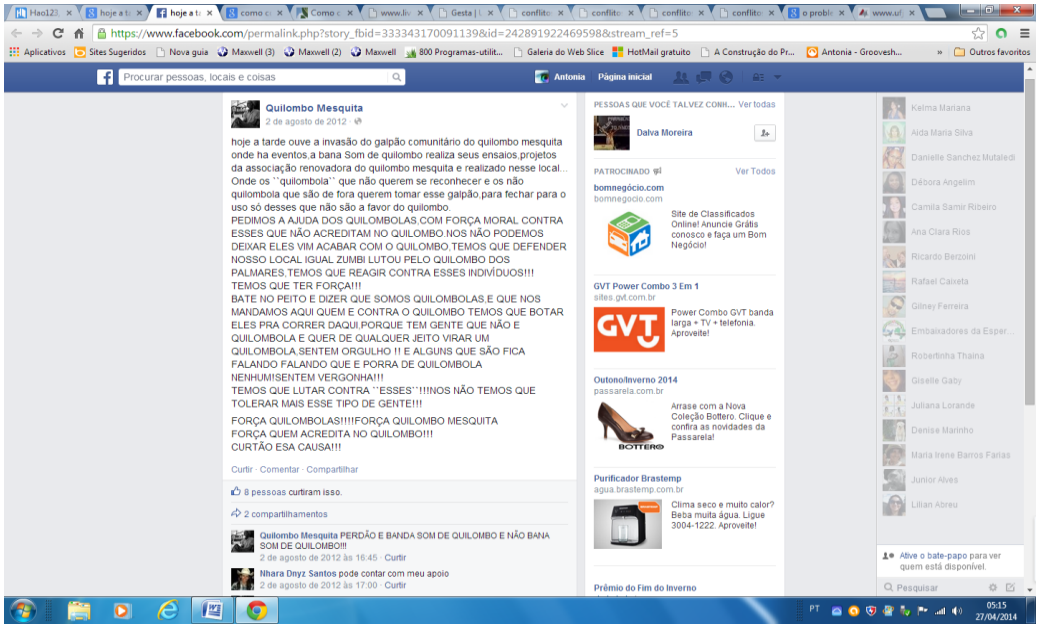

Quilombo Mesquita
2 de agosto de 2012
hoje a tarde ouve a invasão do galpão comunitário do quilombo mesquita onde ha eventos,a bana Som de quilombo realiza seus ensaios,projetos da associação renovadora do quilombo mesquita e realizado nesse local... Onde os ``quilombola`` que não querem se reconhecer e os não quilombola que são de fora querem tomar esse galpão,para fechar para o uso só desses que não são a favor do quilombo.
PEDIMOS A AJUDA DOS QUILOMBOLAS,COM FORÇA MORAL CONTRA ESSES QUE NÃO ACREDITAM NO QUILOMBO,NOS NÃO PODEMOS DEIXAR ELES VIM ACABAR COM O QUILOMBO,TEMOS QUE DEFENDER NOSSO LOCAL IGUAL ZUMBI LUTOU PELO QUILOMBO DOS PALMARES,TEMOS QUE REAGIR CONTRA ESSES INDIVÍDUOS!!!
TEMOS QUE TER FORÇA!!!
BATE NO PEITO E DIZER QUE SOMOS QUILOMBOLAS,E QUE NOS MANDAMOS AQUI QUEM E CONTRA O QUILOMBO TEMOS QUE BOTAR ELES PRA CORRER DAQUI,PORQUE TEM GENTE QUE NÃO E QUILOMBOLA E QUER DE QUALQUER JEITO VIRAR UM QUILOMBOLA,SENTEM ORGULHO !! E ALGUNS QUE SÃO FICA FALANDO FALANDO QUE E PORRA DE QUILOMBOLA
NENHUMISENTEM VERGONHA!!!
TEMOS QUE LUTAR CONTRA ``ESSES``!!!NOS NÃO TEMOS QUE TOLERAR MAIS ESSE TIPO DE GENTE!!!
FORÇA QUILOMBOLAS!!!!FORÇA QUILOMBO MESQUITA
FORÇA QUEM ACREDITA NO QUILOMBO!!!
CURTÃO ESA CAUSA!!!
Curtir · Comentar · Compartilhar
8 pessoas curtiram isso.
2 compartilhamentos
Quilombo Mesquita PERDÃO E BANDA SOM DE QUILOMBO E NÃO BANA SOM DE QUILOMBO!!!
2 de agosto de 2012 às 16:45 · Curtir
Nhara Dnyz Santos pode contar com meu apoio
2 de agosto de 2012 às 17:00 · Curtir
Dalva Moreira
bomnegocio.com
Site de Classificados Online! Anuncie Grátis conosco e faça um Bom Negócio!
GVT Power Combo 3 Em 1
Power Combo GVT banda larga + TV + telefonia. Aproveite!
Outono/Inverno 2014
Arrase com a Nova Coleção Bottero. Clique e confira as novidades da Passarela!
Purificador Brastemp
Clima seco e muito calor? Beba muita água. Ligue 3004-1222. Aproveite!

Figura 37 Página de Rede Social do Quilombo Mesquita denunciando a invasão do Galpão Comunitário-02 de Agosto de 2012(Fonte: Facebook)

Assim, esse capítulo buscou, ao explicitar os conflitos ali existentes, referendar as agressões ambientais sofridas e o processo de descaracterização do Território étnico do Quilombo Mesquita. Assim entende-se que esse processo é um gerador de "conflitos territoriais", visto que o que está em jogo são diferentes lógicas de uso e apropriação do espaço. No entanto, da mesma forma como os que tentam expropriar o território quilombola no Mesquita se munem da articulação dos poderes financeiros e da omissão do Estado, acredito que a comunidade também articula suas formas de resistência, a partir da identidade quilombola e das formas de (re)produção dos saberes tradicionais.

As idéias aqui apresentadas procuram demarcar diferentes formas de ver e estar no mundo. A partir dos conflitos aqui mostrados observa-se as injustas estruturas sociais que atuam na inivisibilização desse grupo étnico.

Os Quilombolas são portadores de valiosos saberes e representantes históricos do processo de ocupação da região central do Brasil, eles resistem através da solidariedade que transforma saberes em ferramentas de resistência. O reflexo espacial é um território inclusivo e repleto de saberes, sabores e poderes (Porto-Gonçalves, 2010), resistindo às lógicas perversas do agronegócio.

5.3.6- Uso Da Água

A conservação de cursos d'água no território do Quilombo Mesquita diante dos empreendimentos que avançam sobre a área é um grande problema, pois as alterações de origem antrópica na qualidade das águas naturais acontecem com o lançamento de águas residuárias nos cursos d'água e com as infiltrações vindas das fossas e aterros sanitários.

Os principais poluentes dos recursos hídricos no Quilombo são os efluentes domésticos, as chuvas com carregam também o lixo gerado pelas residencias que se fixam em torno da comunidade e que é jogado em áreas impróprias, os pesticidas e fertilizantes usados na agricultura pelas fazendas de soja, os materiais vindos da erosão causada pelo desmatamento, tudo isso provoca a contaminação dos córregos no Mesquita.

O surgimento de núcleos urbanos, como o Jardim Edite, os loteamentos: Bem-ti-vi e Nova Canaã, entre outros foram feitos sem nenhum estudo dos possíveis impactos sobre o ambiente, assim, a perfuração de poços para abastecimento de água na comunidade, impactam a disponibilidade deste recurso para o Quilombo, a ausencia da coleta de lixo doméstico e de captação do esgoto das residências também trazem grandes problemas à comunidade quilombola, proprietária histórica daquelas áreas.

A ausencia de captação de esgoto, coleta de lixo e a perfuração indiscriminada de poços ce cisternas, traz grandes problemas sanitários, pois trará a propagação de animais e microrganismos causadores de doenças para os seres humanos.

Figura 38 áreas de Preservação Permanente desmatadas em propriedades não quilombolas dentro do Território étnico-Fonte: RTDI 2011

Os loteamentos Jardim Edite, Bem-Te-Vi e Nova Canaã se localizam em terrenos de remanescentes de quilombos, os quais segundo a legislação tem prioridade na reivindicação de posse conforme o Decreto n° 4887/2001:

> *"Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título."*
>
> *"Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa dejronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria- Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado. "*
>
> *"Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação. "*
>
> *uArt. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comísso, e*
>
> *nem tornado ineficaz por outros fundamentos, serâ realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber."*

Dessa forma, o orgão municipal, no caso a Prefeitura da Cidade Ocidental não poderia ter autorizado os empreendimentos, já que para se fazer um empreendimento dessa natureza deveriam ter a concordância jurídica. Além disso, a comunidade tradicional também deveria ser previamente consultada, pois as mudanças significam transtornos ao cotidiano do grupo étnico.

A maioria dos quilombolas cultivam em pequenas áreas sem manejo, mas outros proprietários ostentam em grandes áreas, intenso uso de insumos químicos e/ou maquinas de irrigação e tratores de último tipo, como a Divitex Pericumã - Empreendimentos Imobiliários, Taquari Empreendimentos e outras grandes propriedades, a maioria em áreas sobrepostas ao terreno dos quilombolas.

Figura 39 DEsvio do Córrego Mesquita feito por não quilombola, prejudicando os moradores a jusante-Fonte RTDI 2011

Entre os moradores não quilombolas alguns fazem a criação de cavalos da raça Crioulo e Manga Larga, e acontece também em algumas dessas grandes propriedades, áreas que são usadas para criação de peixes, com tanques de tilápia, piracutinga, tambaqui e surubim, isso tudo usando os recursos da área sem apresentarem licença ambiental para essas atividades, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Com o descaso do poder público essa população não quilombola na área de reivindicação dos descendentes quilombolas já estão há um certo tempo no local, alguns há mais tempo que outros. Os quilombolas contam que a presença de alguns proprietários causa um impacto negativo na qualidade de vida do grupo, entre as principais questões está a da água.

O uso intenso por parte dos não quilombolas e a perfuração indiscriminada de poços artesianos traz escassez de água dificultando o acesso da população tradicional ao recurso antes abundante. A legislação diz que na incerteza dos impactos ambientais gerados pela perfuração de poços em larga escala, deveria ser aplicado o princípio da precaução, o que não está acontecendo nesse caso. Conforme relatos da comunidade quilombola, ao longo dos anos vem acontecendo uma diminuição no voíume de águas nas nascentes e até mesmo o desaparecimento de algumas. E uma das hipóteses levantadas como causa são as diversas perfurações de poços artesianos que traz o rebaixamento do lençol freático, diminuindo o nível da água, o que pode atingir até a umidade da terra.

Figura 40 Poços Artesianos em propriedades não quilombolas dentro do Território étnico. Fonte RTDI-2011

Além disso, no Jardim Edite, de acordo com os moradores descendentes dos quilombolas, é uma área habitacional que possui sistema de coleta de esgotos e resíduos domésticos, causando poluição do lençol subterrâneo e também do solo, porque o lixo é colocado no ambiente sem nenhum controle de poluição ou de reciclagem desses resíduos.

Capítulo VI

6 Concluindo – Aqui Chegamos

"Além de sustentabilidade, é preciso haver justiça social, para que nenhum grupo seja desrespeitado em sua dignidade em nome do progresso econômico."

O problema de pesquisa, que foi o marco norteador desse trabalho foi o de compreender se os saberes tradicionais dos moradores do Quilombo Mesquita são usados como ferramenta para transmissão de saberes ecológicos, e como podem contribuir para a Educação Ambiental. A hipótese para o problema era que as transformações acontecidas ao longo do tempo no grupo vem provocando mudanças no saber tradicional.

Partindo do princípio de que desde a Constituição de 1988 os remanescentes quilombolas, sujeitos da pesquisa, foram reconhecidos como populações tradicionais, e vêm, historicamente, lutando pela preservação de sua cultura e garantia de seus direitos, buscou-se compreender, dentro de um território específico – no caso a comunidade Remanescente Quilombo Mesquita, município de Cidade Ocidental/GO – os modos de vida e expressões culturais de seus moradores.

A pesquisa teve como como pontos centrais os processos usados por essa comunidade tradicional para a manutenção da sua identidade, a transmissão dos seus conhecimentos e tradições e também as ações em defesa do direito à terra. Especialmente, a urgência da titulação do quilombo diante da intensa pressão e grilagem de suas terras, intensificado a partir da década de 1960, devido à valorização das terras no entorno de Brasília. Assim ao idealizar a pesquisa, alguns questões nos mobilizaram, sendo que a questão central que orientou a investigação indagava sobre que práticas ligadas ao meio ambiente e a educação ambiental são utilizadas no Quilombo Mesquita e que contribuições os saberes tradicionais desta comunidade trazem para a educação ambiental?

A pesquisa de campo demonstrou que os espaços coletivos da Comunidade do Quilombo Mesquita, além das práticas tradicionais, aliam ações pedagógicas de transmissão de

conhecimentos. As roças, o processo de produção da marmelada e da farinha, são espaços onde também são trabalhadas formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Esses espaços carregam em si potencial de construção/reconstrução das práticas, processos e saberes das comunidades tradicionais.

No Quilombo Mesquita são essas reconstruções de saberes que orientam suas práticas sociais e seus processos de trabalho, demarcando a diversidade da cultura quilombola. A terra é compreendida não só como espaço de trabalho, mas de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária e de educação.

Mesquita luta para não ceder à ação desagregadora do seu território, aos impactos ambientais da pressão fundiária sobre suas terras, sobre sua cultura. É um povo que luta para sobreviver ao paradigma da modernidade ocidental numa luta pela sobrevivência digna no seu jeito próprio de construir a cidadania local, de preservar a natureza, o cerrado, com o cultivo de sua terra. Assim sua cultura local, é repassada na experiência diária, tendo a produção da marmelada a mais forte tradição do Quilombo, de fundamental importância nesse processo de preservação da identidade e a autonomia da comunidade.

Articulando a historia desse território, os processos e dinâmicas territoriais pesquisados, é possível afirmar a ancestralidade de ocupação dessa comunidade no lugar onde se encontra. Assim a defesa territorial, a resistência à expropriação do seu território pela comunidade do Quilombo Mesquita, não é apenas uma reação contra a ganância constante e crescente do negócio de terras no entorno de Brasília. Essa questão apenas aponta que a terra deve ser entendida além de um meio e lugar de produção, como um lugar "identitário, relacional e histórico", construído nas lutas e demandas sociais da comunidades que aí vive e se reproduz.

A convivência na comunidade durante a pesquisa de campo mostrou que os moradores criam estratégias de resistência, e que não existe um confronto direto contra os expropriadores para combater o processo de mercantilização das terras da comunidade. Apesar da expropriação do território, a resistência do grupo se dá com o uso do território, manifestado na agricultura orgânica (comercializada coletivamente) nas dinâmicas comunitárias (festas, reuniões, cumpadrio, mutirões), assim é que a comunidade resiste. Essa ideia de resistência da qual falo não se refere apenas a defesa do território, mas a defesa das formas de sobrevivência, do modo de vida comunitária na qual procuram evidenciar a identidade quilombola.

O que importa realçar é que o caminho percorrido pelos quilombolas do Mesquita e suas conquistas históricas expressam a identidade social e política, que, num processo de articulação com o passado, possam se inserir no presente ressignificando suas tradições na sua relação com a natureza.

Concluo que as ações cotidianas da comunidade do Quilombo Mesquita são resultantes de um saber-fazer coletivo e que sua transmissão é um exemplo de pedagogia ambiental. Essa tradição se recria hoje no Quilombo numa recombinação com a modernidade(exemplificando os contatos com Slow Food, viveiros, agricultura orgânica, páginas em redes sociais), adquirindo, atualmente, maior visibilidade e legitimidade, repassando as lições de vida no cuidado com a natureza, buscam unir no uso e conservação do ambiente, a tradição e a modernidade.

Assim, o diálogo entre saberes na transmissão desses conhecimentos implica em um encontro entre tradição e modernidade em novos termos, ou seja, mesmo que se tenha que reinventar as tradições elas devem ser ressignificadas criando o novo. A educação Ambiental implica um olhar para o futuro e o passado, ou melhor, um ver de onde se está vindo que envolve a riqueza das tradições e conhecimentos do passado, mas sem ir para trás. Agregar o novo sem perder a grandeza dos conhecimentos seculares.

Nesse dialogo entre o moderno e o tradicional, o uso da memória, das vivências sócioeducativas e dos saberes ambientais no Quilombo permitem a realização da educação ambiental informal através dos diálogos, da troca de conhecimentos e da descoberta de tradições culturais sobre o ambiente em que se vive, expondo a identidade de um povo.

Essa Educação Ambiental informal mostra que resgatar tradições e fortalecer a cultura pode auxiliar com reflexões que leve esta comunidade a problematizar sua própria experiência, suas práticas culturais, sociais e ambientais, unindo-os com o debate de direito ao território historicamente ocupado.

Este esforço de agregar o novo para preservar o tradicional no Quilombo Mesquita busca o diálogo entre diferentes. Diálogo entre o moderno e o tradicional, diálogo entre os diferentes atores e sujeitos desta questão e diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento e atuação humanas.

A educação ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim a todas as relações que nos situam no planeta e que se dá em sociedade – dimensão inerente à nossa condição como espécie (Loureiro, 2004: 79).

Mesmo assim no Quilombo Mesquita, resistindo a tudo aprenderam com as histórias dos seus pais, que compartilharam seus valores, suas crenças, costumes e mitos, a religiosidade, a cultura, e procuram nos dias atuais, repassar para os seus filhos, netos, bisnetos, preservando e cultuando assim as tradições que ainda resistem dos seus antepassados. Mesmo sofrendo forte pressão fundiária e cultural a oralidade ainda é valorizada pelos seus membros.

Durante o processo de investigação analisei o Quilombo Mesquita com esse olhar de Educadora Ambiental, busquei interligar as dimensões sociais, políticas e naturais. O quilombo lida há anos com invasões, tanto de fazendeiros quanto de loteamentos e condomínios, que acarretaram perda de território, desmatamento, poluição dos córregos e riachos, perda cultural. O riacho que dá nome ao quilombo não serve mais para o abastecimento doméstico devido ao assoreamento e extrema poluição causados pelas várias ações no seu leito. Junto com essa destruição ambiental, existe também a falta de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida na comunidade. “A desigualdade ambiental é uma das expressões da desigualdade social que marca a história do nosso país”. (Acselrad, 2005.p.43).

Os princípios da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, ajudou a referendar A necessidade de um olhar moldado por uma nova consciência sobre o valor da natureza que reoriente a produção de conhecimento baseada na interdisciplinaridade e na complexidade, a construção desse diálogo de saberes historicamente vivenciada internamente pela Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita se abre aberta importantes de Educação Ambiental.

A tradição no Quilombo Mesquita tem tido um papel importante para os moradores da comunidade e também na comportamento delas com relação ao Cerrado circundante, já que a tradição mantém essa população no seu território através do conhecimento repassado sobre o meio ambiente e seus recursos, bem como o modo de tratar com eles.

A finalidade dessa pesquisa não era simplesmente analisar esta Comunidade, mas valorizar os saberes dos moradores locais como uma maneira para a conservação dos recursos naturais ali existentes, o desafio proposto nessa pesquisa em Educação é o diálogo com seus saberes, dando visibilidade a este grupo reconhecendo suas especificidades, baseadas na educação e no respeito recíproco às diferenças.

Os mitos e os costumes observados no Quilombo Mesquita são básicos para a riqueza da diversidade e também abre um caminho para a descoberta de novos estudos que possam formar uma base documenral para o grupo.

A Educação Ambiental busca dialogar com estes mitos e os costumes saberes, produzido um

diálogo de saberes, todos aprendemos e humanamente crescemos como seres respeitadores da diversidade e de todas as formas de vida existe no meio ambiente.

Assim o foco sobre os saberes tradicionais no uso dos recursos naturais desta comunidade buscou identificar as maneiras usadas cotidianamente por eles enquanto grupo étnico e apontou que essas formas de uso da natureza são recursos para uma EducaçãoAmbiental.

A forma de uso e conservação dos recursos naturais, sociais e das tradições na comunidade do Quilombo Mesquita está ligada à Educação Ambiental, observa-se isso vendo os conhecimentos repassados durante as experiências diárias vividas na comunidade.

Ao concluir esse trabalho e rever todo o processo de conversas, entrevistas, observações e pesquisas bibliográficas, confirmo que a Comunidades do Quilombo Mesquita, mesmo com a forte influência externa não perdeu suas origens e até hoje conserva a lavoura de subsistência, a coleta de frutos e ervas que encontram no Cerrado, a produção da Marmelada, da farinha e de outros alimentos, peças e utensílios, tanto para o trabalho, como para o lazer e também para completar a renda da família.

O conjunto de saberes sobre o mundo natural e sobrenatural, que é transmitido oralmente, de geração em geração è um elo entre o mundo natural, o sobrenatural e a

organização social, essa forma de viver as tradições que permanecem no Quilombo são indicadores de sustentabilidade e Educação Ambiental.

A modernidade presente na relação fronteiriça com a Capital Federal, os movimentos organizados, a academia trouxe o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, além disso observei que a análise dos conflitos observados no Quilombo Mesquita são informações importantes para referendar novas práticas científicas e políticas de conservação, e abre possdibilidades para novos estudos.

O diálogo aqui proposto e analisado é um desafio e uma necessidade para a educação ambiental, problematizando o conhecimento em sua relação com a realidade para melhor entende-la, explica-la e transforma-la.

No Quilombo Mesquita vive-se a conquista cotidiana desse diálogo no presente, essa conquista se faz reatualizando o passado, essa reatualização se faz com ensinamento práticos que permitam um reencontro das novas gerações com a natureza e consigo mesmo em bases sustentáveis. O escritor mexicano Otávio Paz, sugere o uso da “poética do agora”, articulando passado, presente e futuro para a invenção e reinvenção do movimento da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÀFICAS

ACEVEDO, Rosa; Castro, Edna. **Negros do Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2.ed. Belém: Cejup / UFPA-NAEA, 1998.

ACSELRAD, Henri. **Novas Articulações em Prol da Justiça Ambiental**. Revista Democracia Viva n.27 jun/jul 2005. Disponível em<http://www.ibase.br/pubibase/media/dv27_artigo2_ibasenet.pdf

ACSELRAD, Henri; Herculano, Selene; Pádua, José Augusto (2004c), **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará.

ÁGUAS, Carla L. P.; Rocha, Nilton (2010). «**Cerrados rebeldes**: a festa e os rostos da resistência no Planalto Central», Cabo dos Trabalhos , disponível em: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/24_Carla_Aguas_Nilton_Rocha.pdf. (Acessos diversos entre 2010/2014)

ALIER, Joan Martinez (2011), **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto

ÁLVARES, J.M (1979) **História de Santa Luzia**. Atas do Simpósio Sobre Política do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (1996) UCG. Goiânia.

ALVES, Miriam. **Estrelas no Dedo**, São Paulo: S/ed., 1985.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo, 2001.

AMORIM, A. Educação. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio[organizador]. **Encontros e caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores /-Brasília: MMA, Diretoria de ducação Ambiental, 2005. p.143-147.

AMOROZO, M. C. M. **A abordagem etnobotânica na Pesquisa de Plantas medicinais**. Em Di Stasi LC (Org.) Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar. EDUSP. São Paulo, 1996

Anjos, Jose Carlos Gomes dos, (2006) **No territorio da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares.

ANJOS, Rafael S. A.; CYPRIANO, André (2006), **Quilombolas:** Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **O Brasil Africano**. Diáspora, Quilombos, Território,População. Filme Documentário. ISBN 978-85-87763-13-6. Projeto Geografia Afro-Brasileira, CIGA, UNESCO, Mpas Editora & Consultoria, UnB, Petrobrás e Studio 57-Brasil. 30', 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. (Tradução: Roberto Raposo). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

ARRUTI, José Maurício - **Mocambo:** Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc.2010

BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

BAIOCCHI, Mari de Nasaré.. **Kalunga:** Povo da Terra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999

BARBIER, René. 2004. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro Editora

BARBOSA,Altair; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. **Geografia:** Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 2004 p. 55

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras** in Teorias da etnicidade/ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BELASCO, A.(2008). **Qualidade de vida:** Princípios, focos de estudo e intervenções. In: Diniz, D. e Schor, N. (Ed.). Qualidade de vida. 1ª Edição. Brasil, Editora Manole: 1 -10.

BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle (Orgs.). **Devorando o tempo:** Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001. p.293-300.

BERGER FILHO A G Sparemberger R F L **Os Direitos Das Populações Tradicionais** Na Ordem Constitucional Brasileira E Sua Relação Com O Acesso Aos Recursos Genéticos https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/viewFile/657/377- Acesso em 02jan 2013

BERGREEN, Laurence. **Além do fim do mundo:** a aterradora circunavegação de Fernão de Magalhães. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, Editora UCG, 1988.

_____**História da terra e do homem no Planalto Central**: Eco-História do Planalto Central: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000

BIESKI, I. G. C. **Conhecimento botânico tradicional:** história de vida de uma raizeira do Quilombo Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento –MT.Monografia/Especialização. IB/UFMT. Cuiabá, 2008.

BOAVENTURA D. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**- Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo da FAU-USP -2007- p 25.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Capa. . Companhia das Letras, 01/01/**1994** – pág19.

BOSI, E. **Cultura e desenraizamento**. In: Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1994, cap. 2, p. 16-41

BOTREL, R. T.; RODRIGUES, L. A.; GOMES, L. A.; CARVALHO, D. C. & FONTES, M. A. L. **Uso da vegetação nativa pela população local no município de Ingaí,** MG, Brasil. Acta Botânica Brasílica. V. 20. n.1. p. 143-171 156. 2006

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. rio de Janeiro: bertrand brasil, 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sobre a tradicionalidade rural que existe entre nós**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. (orgs.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____**Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002

_____Lei nº 6.938, de 31 de outubro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981.
_____Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 abr. 1999

BULLARD. R. **Palestra proferida no III Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação** na UERJ-FFP, São Gonçalo em 21/08/2013.

CASTRO, Edna. **''Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.''** In DIEGUES, Antônio Carlos. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. S.P., Hucitec, 2000.

CATALÃO.V**. Ecopedagogia: Na Confluência da Bacia Hidrográfica com a Bacia Pedagógica**- Terceiro Incluído NUPEAT - IESA – UFG, Goiânia, V.1, N.1, Jan/Jun/2011, P.35-43, Artigo 4 Página 38

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.**

CUÉLLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora.** Brasília: UNESCO/MEC/PAPIRUS, 1997.

DENCKER, A. de F. M**. Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. (rev. e ampl.) São Paulo: Futura, 1998.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971

DIEGUES, Antônio Carlos S. - **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Brasil, Hucitec, 1996: 169.

EMPERAIRE, L. **A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio.** Revista do Patrimônio

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia **Política: O campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais.** Revista Pós Ciências Sociais, V. 6, nº 12, 2009. Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 32, p. 31-43, 2005

FAZENDA, Ivani C. A.; SEVERINO, Antonio J. (Org.). **O que é Interdisciplinaridade?.** Ed Cortez, 2008

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Memórias da história.** Nossa História. Ano 1. n.8. São Paulo: Vera Cruz/Biblioteca Nacional, jun.2004, p.98.

FREIRE, P. ***Educação como prática da liberdade***. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800 – 1850;** um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Tese de MestradoEd. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, A. **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. Editora UNESP, São Paulo, 1994.

_____**Risco, confiança e reflexividade**.. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____**As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GLEISER M, **A Dança do Universo** – dos Mitos de Criação ao Big-Bang -São Paulo: Companhia das Letras, 1997-Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 46.

GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.).**Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

GOMES, Verônica. **Organização social e festas como veículos de educação não formal.**In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. TV Escola: Salto para o Futuro. Educação Quilombola. Rio de Janeiro: Boletim 10,junho 2007.p.22-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A geograficidade do Social**: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no Seminário internacional "Conflicto Social, Militarización y Democracia en América Latina – nuevos problemas y desafios para los estrudios sobre conflicto y paz em la región", Argentina: Buenos Aires, 2002a, (mimeo).

_____Carlos Walter**. A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

GONZÁLEZ REY, F. (2005). **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson Learnig.

GONZáLEZ, Catherine. **Naturaleza política y acciones colectivas** de los movimientos sociales, un emblemático caso de movilización indígena. univ.humanist. [online]. 2010, n.70 Accesso:12mar2014

Goyaz, 1848. In: TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: UFG, 1998, p. 74.

GUARIM NETO, G. **Refletindo sobre ambiente e cultura** – a etnobiologia, a etnoecologia, a etnobotânica: o saber tradicional instalado e mantido. Tangará da Serra, MT, jun. 2008. Disponível em: <need.unemat.br/3_forum/artigos.html>. Acesso em: mar. 2014.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental e gestão para a sustentabilidade**. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (Org.). A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandorra. São Carlos: Rima, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto.** In: Afro-ásia_ n 16. Bahia: publicação do Centro de Estudo Afro-Orientais da UFBA em co-edição Edufba,1995.

HABERMAS, J. **Verdad y justificación, ensaios filosóficos**. Trad. de Pere Fabra e Luis Díez. Madrid: Trotta, 2002a.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006

_____. **Los marcos sociales de la memória**. Barcelona, Antropos, 2004

HISSA, C.V. **O projeto de pesquisa**: valores e significados. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2009.

INCRA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação** - Brasília, junho de 2011

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003.

JORNAL Correio Braziliense-Edição 23 Setembro de 2013

LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEFF, Enrique - **Saber Ambiental** - Cap. X - "A formação do saber ambiental" - Ed. Vozes

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.332, 2002, 32p.

LOIOLA. M Lemke- Trajetórias Atlânticas, Percursos para a Liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes Dissertação em História Goiânia UFG- 2008

LOUREIRO, C.F., LAYRARGUES P. P., CASTRO, R.S. (orgs.). **Educação Ambiental:** Repensando o espaço de cidadania. 3 ed, São Paulo: Cortez, 2005

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Editora. (série pesquisa v.15), 2006.

MACHADO, Talita Cabral. **Território e identidade na globalização:** Estudo de caso na comunidade remanescente de quilombo Mesquita no município de Cidade Ocidental (GO). Dissertação de graduação. Brasília: UnB, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade.** IN: O Campo no Século XXI – território de vida, luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela, e Editora Paz e Terra, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga-** GO. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S**. Observação e entrevista:** construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. IN: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA,V. L. S. (org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. São Paulo: Palas Athena, 2001.

McCALL, Michael K. **Political Economy ans Ruaral Transport**, a Reappraisal or transportations Impacts. Antipode, n°l, 1977.

MEIRELES, J. D. "**Do Arraial de Santa Luzia à Luziânia de Hoje**". In: História do Planalto – Coletânea. Luziânia: Academia de Letras & Artes do Planalto, 1996;

MENASCHE, Renata (org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009

MINAYO, M. Cecília de S. (Org.).**Pesquisa Social**:Teoria, Métodos e Criatividade. Petrópolis: Vozes,

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte:** O Desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.p.9-29.

MINTZ, Sidney. **Comida e antropologia: uma breve revisão**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2002.

MORAES ,M C e FAZENDA, Ivani C (Org.). **O que é Interdisciplinaridade**?. Ed Cortez, 2008

MOREIRA, Rafael. **A arte da ruação e a cidade luso-brasileira**, séc. XVI- XVIII. V Seminário da cidade e do urbanismo. São Paulo: PUCCAMP, out.,1998, p. 4

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1997.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do Pan-Africanismo**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002

NOVICKI, Victor; SOUZA, Donaldo Bello de. **Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil**: perspectivas e desafios. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 18, n. 69, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2014.

OKLAY, E. **Quintais domésticos**: uma responsabilidade cultural. Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 37-39, nov. 2004.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da Riqueza no Sul de Goiás**, 1835-1910. Tese de doutorado em História. Franca: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2006.

OLIVEIRA, J. P. 1998. **Uma Etnologia dos Índios Misturados**: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Maná, 4 (1), p. 47-77.

OLIVEIRA.W. **Quilombo Mesquita:** Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo.Monografia FE/UNB 2012

PALACÍN, L; AUGUSTA ,M. (1995) **História de Goiás.** 6 ª ed. Editora UCG, Goiânia.

_____, Luis, et al., **História de Goiás em documentos**: I. Colônia, Goiânia, Ed. UFG, 2001.

_____Luis. "**Os Três Grandes Povoamentos de Goiás**".Revista do InstitutoHistórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: nº08: 81-95, 2002.Paulista, 1991.

PELICIONI, A. (2002), **"Educação ambiental; limites e possibilidades de uma ação transformadora"**, Tese de doutorado em Saúde Publica, Universidade de São Paulo

PHILIPPI J, PELICIONI A;, FOCESI M C (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri [SP]: Manole, 2005. 878 p. (Coleção ambiental) ISBN 85-204-2207-1

PIDNER, Flora. **Diálogos entre Ciência e Saberes Locais:** dificuldades e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010

PIMENTEL, A. (1994) **Pela Vila de Santa Luzia ou fragmentos de um passado**. Luziânia: Gráfica e Editora Independências.

PINTO, Júlio Pimentel. **Todos os passados criados pela memória**. In: LEIBING, Annette; (Org.). Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001. p.293-300.

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos. São Paulo: PUC, 1995

POTT, POTT, Sobrinho. **"Plantas úteis à sobrevivência no Pantanal".** In: IV Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal - SIMPAN 2004. ustentabilidade Regional. Resumos... Corumbá, MS, Brasil. Nov. 2004. 16 p. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/ArnildoPott.PDF>. Acesso em: 04abril 2014.

PRANDI R. **Herdeiras do Axé:** Sociologia das Religiões Afro-brasileiras REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000

QUEIROZ, E. P..**A formação histórica da região do Distrito Federal e entorno** : dos municípios-gênese àpresente configuração territorial / Eduardo Pessoa de Queiroz. -- Brasília : Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.135

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental**: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, DF: MMA, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 41.

RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da geografia**. Geografia, Rio Claro, v.4, n.7, p.1-25, 1976.

REVEL, JACQUES. **Micro-análise e construção social**. In: Revel J. (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO- AC Torres (Comp.). **Repensando a experiência da América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: Clacso, 2000. p.235-250

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura – a experiência cultural na era da informação**. 3ª edição. Editorial Presença: Lisboa, Junho 2010.

ROSA, Míriam Virgínia Ramos - **Espinho. A desconstrução da racialização negra da escravidão,** Thesaurus Editora, Brasília, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Univeidade de São Paulo, 1975.

SANT'ANNA, Thiago. **Escravas em ação: resistências e solidariedades abolicionistas na Província de Goiás** – Século XIX. Em tempo de Histórias,Brasília, n. 12, p. 53-67. 2008.

SANTANA, P. V. de. **A mercadoria verde: a natureza**. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS,A.F.A.; SEABRA, O.C. De L. (orgs.). O espaço no fim do século: a nova raridade.2.ed. São Paulo: Contexto, 2001

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. SãoPaulo: Cortez, 2008.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: SANTOS, B.S. (Org.).*Conhecimento prudente para uma vida decente:* um discurso sobre ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p.777-821.

_____. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Para Além do Pensamento Abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, Coimba, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

_____. **O Forum Social Mundial**. Manual de Uso - São Paulo;Editora Cortez,2005.P.21

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século** XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e Emoção. (2.ed.) São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo; Editora da USP, 2o Ed. 2003.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo:

SATO. M. in **Revista brasileira de educação ambiental** / Rede Brasileira de Educação Ambiental.– n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.140 p. v.:il

SCOTT, Jim. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Trad. Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes vol. 21 (1), p.10-31, jan-jun 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terra de história**: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). Memória e (res)sentimento. Campinas: Unicamp, 2001.

SOUZA, Filho. **O descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz,** 1848. In: TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia: UFG,2002, p. 30,31.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.E.;

STURKEN, Marita, CARTWRIGHT, Lisa. **Practices of looking:** an introduction to culture. Inglaterra: Oxford University Press, 2001.

TEASS. **Tratado de Educação Ambiental** para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. p. 1

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: (2002?)

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Diferentes Caminhos para o Resgate dos Territórios Quilombolas.** In: Territórios Quilombolas - Reconhecimento e Titulação das Terras. Santa Catarina: Boletim Informativo do NUER vol. 2 - n°2, 2005.

TUAN, Y Fu. Topofilia - **Um estudo da Percepção,** Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Ed. Difel. São Paulo, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Trad. de Lívia de Oliveira. São Paulo:DIFEL, 1983.

UEMA, E. E. **Controle social, saber perito e participação**. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento. Salvador: IMA, 2009. (Série Educação Ambiental, 5)

UNESCO- **Educação Ambiental**: As grandes orientações da Conferencia de Tbilisi,1997

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. In: UNESCO. História Geral da África - Vol. I. São Paulo: África/UNESCO, 1982. Disponível: http://www.casadasafricas.org.br/ acesso em 04 abril2014

VELHO, Gilberto. **Memória, cultura e sociedade**. In: LEIBING, Annette;, Sibylle (Orgs.). Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001. p.11.

VESENTINI, J. W. **“O novo papel da escola e do ensino da geografia na época da terceira revolução industrial”.** In: Terra Livre: Geografia – Política e Cidadania, n. 11-2. São Paulo: AGB, 1993.

VITORASSI, S., CASALE, V. & ALBERTON, L. **Programa de Educação Ambiental da Itaipu Binacional:** em Busca da Sustentabilidade. In: Anais do VI Congresso Iberoamericano de Educación Ambiental. San Clemente del Tuyú. Argentina, 2009.
Vozes, 2008.

XIMENES. Cristina Pereira Lyrio - **Bahia e Angola:** Redes Comerciais e o Tráfico de Escravos-1750-1808-Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado em História-2012

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. In**: Desenvolvimento e Conflitos** Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro ter concordado em participar, livre e espontaneamente, como sujeito entrevistado, na pesquisa intitulada Os Saberes quilombolas como ferramentas de educação ambiental na Comunidade de Mesquita/GO sob a responsabilidade de Antonia da Silva Samir Ribeiro– Discente de Doutorado em Educação da Universidade de Brasília-2010.

Declaro ter conhecimento dos objetivos e dos procedimentos metodológicos da pesquisa e ciência de que eles não atentam contra a minha própria integridade física ou moral, nem contra a de qualquer outra pessoa. Sei, igualmente, da possibilidade de interromper a minha participação em qualquer momento no decorrer da pesquisa, assim como da possibilidade de requerer reparos legais no caso de me sentir prejudicado com a divulgação não autorizada por mim, de algum dado a meu respeito.

Tenho clareza de que as informações que darei orais e/ou escritas poderão ser usadas pelo pesquisador nesta pesquisa, e de que a minha identidade não será divulgada, a menos que eu expresse por escrito a preferência pela divulgação.

Declaro que fui consultado se gostaria de acrescentar algo ao presente termo e que foi finalizado com a minha anuência de que concordava com a forma e conteúdo da redação.

_____

Assinatura do Entrevistado

_____

Local e data

Anexo II

ENTREVISTAS

Data da realização: Entre 16 e 22 de Setembro de 2013.

ROTEIRO ENTREVISTA: Jovens da Comunidade

1 DADOS PESSOAIS

1- Seu nome?

2- Sua idade?

3- Onde nasceu?

4- Mora com quem?

5- Me fale sobre o seu dia a dia, o que você faz?

6- Você trabalha em quê? Quantas horas? Quanto ganha?

7- Você estuda?

8- Você tem entre seus amigos e parentes pessoas idosas que nasceram no Quilombo Mesquita? Quem é essa pessoa? Sabe a história dela?

9- Você conhece alguma história do passado contada por essa pessoa sobre essa região, ou sobre as pessoas ou mesmo um causo ou assunto que relembre o passado do Quilombo Mesquita? Conta por favor...

11- Você se identifica como remanescente de pessoas escravizadas? Por quê? Se sim você tem alguma dificuldade por ser quilombola? Em quê e por quê?

12- Você conheceu alguma historia do seu povoado ainda na escola com o conteúdo sendo trabalhado pelos/as professores/as?

13- Você relembra alguns ensinamentos que recebeu dos mais antigos e que você usa hoje em dia? Que ensinamento foi esse?

14-Você cuida do cerrado, dos matos, dos riachos, do terreiro como eles cuidavam antes? Você se lembra do que os mais antigos falavam sobre o cerrado e como ele devia ser tratado?

15-Qual a origem de sua família?

16-Como se dá o relacionamento família-escola-comunidade?

15- Você conhece alguma história, lenda, conto contado na escola ou pelos

teus pais a respeito da história quilombola de Mesquita? Se afirmativo, você pode contar.

16- Você percebe características marcantes da cultura quilombola nos jovens de Mesquita?Quais?

17- O fato de ser denominada comunidade quilombola faz diferença na sua

vida pessoal e social?

18- Como deveria ser a Escola na comunidade quilombola?

ROTEIRO ENTREVISTA - MORADORES QUILOMBOLAS

*Entrevista feita na semana de 16 a 22 de setembro de 2013 pela pesquisadora

Dados de identificação

1- Você foi adequadamente informado sobre essa nossa conversa ?

2- Você nasceu onde? Qual a origem do lugar onde você vive? Me conta essa história

3- Quem foram os primeiros moradores a povoar a área da comunidade

de remanescentes quilombolas de Mesquita? Como adquiriam as

propriedades?

4- Qual era a base econômica da população? E atualmente essa base

econômica sofreu transformações? Explique.

5- Em que trabalhavam o povo de Mesquita antes e atualmente?

6- Quais eram os aspectos culturais do povo dos remanescentes

dos quilombolas de Mesquita? E atualmente?

7-Você aprendeu a lidar com o cerrado de que forma?

8-Como era essa região de cerrado quando você era menina(O)? Me fala o que mudou?

9-Os seus pais e avós viveram aqui em Mesquita? Eles te ensinaram a lidar com as coisas de cerrado? Me conta algumas dessas lições

10-Depois de Brasília esse seu ligar mudou? Me conta como foi essa mudança?

11-Me fala três ensinamentos que você lembra que seus pais lhe passaram sobre cuidar do Cerrado para preserva-lo?

12-Você ensina essas coisas que você aprendeu para os mais novos? Como você faz isso?

13-Você acredita que hoje estão cuidando desse Cerrado como no seu tempo de jovem? Por que você acha isso?

14-Me fala sobre os animais que existiam aqui? Por que eles sumiram?Eles eram usados para que?

15-Quais os animais que você ainda vê por aqui? Por que esses animais ainda estão aqui?

16- Você usava mato do cerrado para fazer os banhos de ervas, remédio, unguento, benzer menino?? Me conta que mato era esse? Ainda tem muito dele por aqui?

17- Ouvi dizer que existia aqui assombração de um morador antigo que morreu? Você conhece essa história? Me conta por favor

18- Me contaram de outras histórias de entidades espirituais, me conta? A senhora já viu alguma coisa? Sabe de quem viu? Me conta.

19-A Vó Antonia olhava para o céu e sabia se ia chover ou se não naquela semana. Como é isso? Você sabe compreender as feições da natureza? Como acontece isso? Me explica por favor

20- O senhor é muito procurado para dar "parpite" nos assuntos dos mais novos? Por que o senhor acha que isso acontece? Em conversa informal fiquei sabendo sobre conselhos dos mais velhos (muitos procuram esses senhores para pedir "parpite")

21- Me conte um pouquinho sobre esses assuntos:

Ladainhas=Você conhece? Me fala alguma? Ainda existem? Onde?

Folias= Você conhece? Me fala alguma? Ainda existem? Onde?

Missas= Você gosta de ir a Missa? Qual seu santo de devoção?

Oferendas a santos= Você conhece os santos? Você faz rezas pra eles?Acende vela? Pra quem?

Fé em Nossa Senhora da Abadia=Quem foi essa Santa? Por que você é devota(O)?

Sonhos= Você acredita que sonho é um aviso de alguma coisa? Me fala sobre isso?

Pressentimentos=Você tem pressentimento? Me conta? Já pressentiu algo e aconteceu?

Cura pelos benzedores= Quantos benzedores você conhece por aqui? Me fala do trabalho deles? Existiam outros? Quem eram os mais afamados?Eles usavam o que era benzer e curar? Os mais jovens ainda procuram os benzedores?

Histórias contadas= Voce conhece alguma historia acontecida aqui nessa região? Me conta...

Aqui faziam pescarias: Onde? Ainda fazem? Por que?

Aqui as pessoas caçavam? Que tipo de bicho tinha aqui? O que aconteceu com eles?

Quadros pintados= Existe algum pintor ou pintora por aqui?

livros escritos= Alguém daqui já escreveu livro sobre a historia de vocês? Você tem esse livro?

Culinária= Me fala das comidas que vocês usam aqui nas datas festivas? A comida mudou do tempo antigo para o tempo de hoje?Como é isso?

Anexo III

Oficinas 2ª etapa trabalho em campo

OFICINA 1 "O RIO DA MINHA VIDA"

Data: 21 e 22 de Setembro de 2013

Local: Associação do Povoado Mesquita

Participantes: Anciãos da Comunidade convidados através de contato direto pela pesquisadora após indicação da Presidente da Associação

Colaboradores: Estudantes do Projeto do Elano e colegas do Doutorado

Motivo: A oficina servirá para reunir os jovens do projeto do professor Elando com os mais antigos da Comunidade na construção de cada Rio.

Os alunos serão orientados a acompanhar um ancião da comunidade durante a oficina e ir anotando e escrevendo os fatos por eles relatados ao longo do caminhar do rio

O QUE É A OFICINA?(Para que possamos entender a dinâmica)

"De forma lúdica podemos comparar o trajeto de nossa vida com o fluir de um rio – ele nasce, percorre vales, montanhas, águas ora calmas, ora violentas, passa por curvas, encontra pedras

no seu caminho, se estreita, se alarga, é obrigado a se desviar, vai deixando folhas secas, tristezas, nas curvas de seu trajeto, vai incorporando novas, lindas paisagens, novos afluentes entram no seu caminho, às vezes desejados, às vezes não – para por fim chegar a seu lugar almejado, onde por fim, pode descansar e se mesclar com o mar.

A vida também corre. No meio do turbilhão em que vivemos, é sempre bom nos colocarmos à margem deste nosso rio para contemplarmos o caminho percorrido e dele aprendermos um pouco sobre nós mesmos.

Ao final desta contemplação temos uma imagem de nossa própria história de vida, elaborando e integrando nossos os aspectos de luz e sombra, formando uma paisagem colorida e viva. Perceber estas "voltas" que compõem a vida de cada um traz de volta o movimento, a capacidade de transformação de nossas histórias de vida."

1º PASSO: Reuniremos os jovens e os anciãos no salão da Igreja.

2º Faremos a apresentação de cada um, e explicaremos o motivo do nosso encontro

3ºDepois das apresentações individuais cada ancião vai escolher entre os jovens um companheiro para sua viagem

4º Feito isso as duplas terão 10 minutos para conversar entre si, caminhar, rir, tomar café, o importante é que os dois estejam juntos.

5º Agora vamos colocar a musica da dinâmica....para ouvir

6º A Pesquisadora falará sobre a importância dos fatos já vividos, de se saber como foi sua história, como era o lugar, as pessoas , a sua própria vida. Vou informar que nessa viagem eles terão como marinheiros os jovens, eles escreverão, e também serão os "provocadores" da participação e manifestação de cada idoso ao longo do Rio.

7º As duplas irão conversando e escrevendo o que convier em cada fase do rio...Da nascente a foz...

OFICINA 2: HISTÓRIA VIVA, OUVIR E CONTAR NO POVOADO MESQUITA:

Essa proposta se baseia na oficina **História Viva Ouvir e Contar** e tem por objetivo principal, por meio de histórias contadas pelos mais velhos, aproximar crianças e idosos para levantar os saberes da Comunidade do Povoado Mesquita que são usados como ferramentas de Educação Ambiental.

A criança ao aprender e perceber valores com um idoso adquire respeito por essa sabedoria, começando então a prestar a atenção e a admirar o outro de forma humilde e interessada, valorizando a tradição e desejando para si esta experiência de vida enriquecida pelos anos. O ancião ou pessoa inspiradora, por sua vez, ao ensinar, renova seu conhecimento ao percebê-lo através dos olhos do outro, revive as boas lembranças, consolida sua auto-estima e faz valer toda a sua trajetória repleta de ensinamentos a oferecer.

No contato entre velhos e jovens verifica-se um enriquecimento mútuo pois assim os mais velhos melhoram a atenção, melhoram também a memória, ajudando na saúde e no humor; e os jovens vão ganhar em paciência, em humildade e enriquecer a sua cultura.

A situação que se espera alcançar é ter um apanhado de histórias, causos e saberes e diferentes experiências de vida que os mais velhos trazem da história do Povoado Mesquita, através da revisitação dessa própria história.

Objetivos Específicos

Promover uma "Ponte entre Gerações", aproximando os jovens e os anciãos do Povoado Mesquita.

Promover a valorização do mais vivido pelo jovem, por meio de sua história de vida, sabedoria e experiência reinterpretada pelo olhar do mais novo.

Gerar conhecimentos a partir das histórias ouvidas e contadas por meio dessa oficina (tese,livros, vídeo,exposições e etc.);

Melhorar a qualidade de vida dos anciãos do Povoado Mesquita, aumentando a sua auto-estima pela valorização da sua história de vida, e pelas recordações e reafirmação da sua importância histórica para a Comunidade.

DINÂMICA:

Este projeto consiste no resgate e registro das histórias reais vividas pelos idosos do Povoado Mesquita bem como no resgate e registro das histórias relatadas por eles.

Posteriormente essas histórias terão dois caminhos:

1- Serão transformadas em peças de teatro, que serão apresentadas às crianças e para toda a comunidade.

2- Quando essas histórias são contadas, logo após, as crianças são convidadas a fazer um desenho, poesia ou música com base no que ouviram.

Esse material com a interpretação infantil será entregue ao idoso autor da história. Essa ponte entre gerações faz com que os idosos se sintam valorizados, tendo suas memórias reavivadas e suas histórias reinterpretadas, além de possibilitar base documental para minha tese de Doutorado que trata dos Saberes Ambientais utilizados como ferramenta de Educação Ambiental no Povoado Mesquita.

- **DATA:** Outubro 2013(por ocasião do dia das crianças)
- **PARTICIPANTES:** Idosos indicados pela AREME (Associação do Povoado Mesquita) e Crianças indicadas pela Escola
- **MOTIVADORES:** Professores da Escola Aleixo Pereira Braga e alunos do professor Elano

A oficina acontecerá em um dia inteiro, os mais idosos serão convidados a contar histórias sobre distintos assuntos do passado na sua vida, os menores ficarão ouvindo, após isso, irão receber material de desenho e escrita para recontar o que ouviram.

Os jovens reunidos irão selecionar algumas histórias de vida para encenarem.

Todo o processo será gravado e filmado.

Antonia Samir Ribeiro

OBS: Sujeito a alteração no conteúdo e nas datas.